



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIV SUP. A AO Nº 44, QUINTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2019

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Assis Carvalho (PT-PI)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



=

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES MISTAS PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 28 de agosto de 2019	5
Ata da 2ª Reunião, realizada em 11 de setembro de 2019	20
Ata da 3ª Reunião, realizada em 18 de setembro de 2019	39
Ata da 4ª Reunião, realizada em 25 de setembro de 2019	79
Ata da 5ª Reunião, realizada em 2 de outubro de 2019	81
Ata da 6ª Reunião, realizada em 9 de outubro de 2019	82
Ata da 7ª Reunião, realizada em 16 de outubro de 2019	84
Ata da 8ª Reunião, realizada em 23 de outubro de 2019	106
Ata da 9ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2019	107
Ata da 10ª Reunião, realizada em 6 de novembro de 2019	109
Ata da 11ª Reunião, realizada em 20 de novembro de 2019	111

1.2 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

Ata da 1ª Reunião, realizada em 17 de outubro de 2019	113
---	-----

1.3 – COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ata da 1ª Reunião, realizada em 14 de agosto de 2019	115
Ata da 2ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 2019	124
Ata da 3ª Reunião, realizada em 18 de setembro de 2019	132



Ata da 4ª Reunião, realizada em 2 de outubro de 2019	161
Ata da 5ª Reunião, realizada em 16 de outubro de 2019	163





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e dezoito minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Parlamentares Zequinha Marinho e Átila Lins, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Eduardo Braga, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Luciano Bivar, Edilázio Júnior, Sergio Souza, Luiz Carlos, Claudio Cajado, Leônidas Cristino, Leonardo Monteiro, Nilto Tatto, Talíria Petrone, Jorginho Mello, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Major Olimpio, Delegado Pablo, Paulo Paim, Léo Moraes, Acir Gurgacz, Pedro Lupion, Jayme Campos, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, Luciano Ducci, Dário Berger, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Rodrigo Agostinho, Wellington Fagundes e Diego Andrade. Deixam de comparecer os Parlamentares Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Raimundo Costa, Aroldo Martins, Roberto de Lucena e Camilo Capiberibe. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Relator. **Resultado:** O Deputado Átila Lins faz a abertura e a instalação da Comissão. São registradas as seguintes candidaturas: Senador Alessandro Vieira e Senador Zequinha Marinho para Presidente; Deputado Sergio Souza para Vice-Presidente e Deputado Edilázio Júnior para Relator. É realizada votação secreta para o cargo de Presidente da Comissão totalizando 15 (quinze) votos. São chamados para serem escrutinadores o Senador Fabiano Contarato e o Deputado Leônidas Cristino. Após a conferência, a votação apresenta o seguinte resultado: Senador Alessandro Vieira, 7 (sete) votos; Senador Zequinha Marinho, 8 (oito) votos. O Deputado Átila Lins declara o Senador Zequinha Marinho eleito para o cargo de Presidente da Comissão, que toma lugar à Mesa e assume a Presidência. Em seguida, o Senador Zequinha Marinho declara eleitos por aclamação o Deputado Sergio Souza para o cargo de Vice-Presidente e o Deputado Edilázio Júnior para o cargo de Relator. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/28>

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins. PP - AM) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada pela Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, destinada à instalação e à eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator para o ano de 2019.

Compete a esta Comissão acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Quero informar, com fundamento nos arts. 7º e 9º da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, que a função do Presidente desta Comissão será exercida por um representante do Senado Federal. Por sua vez, as funções de Vice-Presidente e de Relator caberão a representantes da Câmara dos Deputados.

Para o cargo de Presidente desta Comissão, foram registradas candidaturas do Senador Alessandro Vieira e do Senador Zequinha Marinho. Para o cargo de Vice-Presidente, está registrada a candidatura do Deputado Sergio Souza. E, finalmente, para o cargo de Relator, foi registrada a candidatura do Deputado Edilázio Júnior.

Consulto o Plenário se algum Parlamentar gostaria de registrar a candidatura para o cargo de Presidente, que cabe ao Senado Federal, ou se serão apenas as duas que já foram citadas. *(Pausa.)*

Não havendo quem se manifeste, ficam então mantidas as duas candidaturas.

Informo aos Srs. Parlamentares que as cédulas de votação serão rubricadas na mesa e que, até o momento – repito –, há o registro das seguintes candidaturas: para Presidente, Senador Alessandro Vieira e Senador Zequinha Marinho; para Vice-Presidente, Deputado Sergio Souza; e, para Relator, o Deputado Edilázio Júnior.

A votação, portanto, será apenas para a eleição do cargo de Presidente, e vou proceder à chamada nominal dos membros da Comissão para a distribuição das cédulas de votação. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Gomes. *(Pausa.)*

Relembro o Plenário que teremos apenas uma eleição, que é exatamente para Presidente, em função das candidaturas do Senador Alessandro Vieira e do Senador Zequinha Marinho; para os outros dois cargos, destinados à Câmara dos Deputados, haverá, por acordo, um processo de aclamação, já que não há disputa.

Senador Confúcio Moura. *(Pausa.)*

O Senador Confúcio Moura não está presente.

Senador Luiz Carlos Heinze. *(Pausa.)*

São os titulares desse bloco.

Vou chamar os suplentes.

Senador Marcio Bittar. *(Pausa.)*

Também não se encontra presente.

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Também não está presente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo outro bloco parlamentar: Senador Rodrigo Cunha. (*Pausa.*)

Então, no primeiro bloco, que votariam três Senadores, apenas o Senador Eduardo Gomes já votou.

Temos então, aí, duas vagas, que, em seguida, na presença deles, nós faremos uma nova chamada: Confúcio Moura, Luiz Carlos Heinze, Marcio Bittar ou Eduardo Braga.

Rodrigo Cunha não se encontra no Plenário.

Senadora Rose de Freitas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) – Sr. Presidente, só para informar: há alguns Senadores que estão em deslocamento para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins. PP - AM) – O.k., Senador. Nós faremos depois uma nova chamada.

Senador Tasso Jereissati e Senador Styvenson Valentim.

Senador Confúcio Moura. Para votar, Senador.

Nós estamos fazendo a eleição para Presidente. (*Pausa.*)

Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Senador Rodrigo Cunha, por gentileza. (*Pausa.*)

Senador Alessandro Vieira. (*Pausa.*)

Senador Contarato não está presente, mas está a Senadora Eliziane Gama. (*Pausa.*)

PSD, Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Não se encontra.

Pelo bloco PT/PROS, o Senador Jaques Wagner. (*Pausa.*)

Não se encontra no Plenário.

Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Senador Telmário Mota. (*Pausa.*)

E a Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Desse Bloco do PT/PROS, os Senadores não compareceram.

O Bloco do DEM/PL/PSC: Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Vamos chamar os Srs. Deputados. À medida em que os Senadores forem chegando, nós voltaremos a chamar os Senadores para completar a relação dos Senadores que fazem parte desta Comissão.

Titulares da Câmara dos Deputados: Deputado Luciano Bivar; Deputado Átila Lins; Deputado Edilázio Júnior; Deputado Sérgio Souza; Deputado Raimundo Costa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, pela ordem. Ah, está em processo de votação. V. Exa. me concederia uma fala?

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins. Bloco/PP - AM) – Estamos em processo de votação.

Pois não, Senadora.

O Deputado Raimundo Costa se encontra no Plenário? Foi o último Deputado chamado.

Senadora, pois não. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria, com a tranquilidade que nem sempre tenho mas que quero buscar neste momento, cumprimentar todos os colegas e destacar uma coisa que é muito importante para a vida: é exatamente o acordo dentro do Congresso Nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos vários debates aqui. O nosso Partido, o Cidadania, recuou, do ponto de vista da participação dentro das Comissões, para que nós pudéssemos ter a segurança, junto aos demais colegas, de que o Partido, através do Senador Alessandro, que é uma das grandes representações do Congresso Nacional, tivesse uma candidatura aqui nesta Comissão, que, aliás, é uma Comissão extremamente importante para o momento que nós estamos vivendo, e o Senador, com o equilíbrio dele, daria na verdade esse encaminhamento.

Eu quero cumprimentar o Senador Zequinha Marinho. Não é nada pessoal contra o Senador. Inclusive, quero destacar o meu respeito pessoal por ele, mas, neste momento, nós deveríamos estar cumprindo esse acordo. Obviamente que não foi cumprido, foi quebrado esse acordo, mas eu queria pedir aos colegas Parlamentares que aqui estão, Deputados e Senadores, a sensibilidade dos senhores para que a gente pudesse, na verdade, ter a condução por parte do Senador nos trabalhos daqui desta Comissão, que será importante para os próximos dias, para o Brasil e para o mundo, porque a agenda desta Comissão é uma agenda que tem interesse inclusive internacional.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins. PP - AM) – A Presidência agradece a manifestação de V.

Exa.

Deputado Aroldo Martins. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Carlos. *(Pausa.)*

Suplente, Deputado Delegado Waldir. *(Pausa.)*

Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Gomes. *(Pausa.)*

Senadora Zenaide Maia, por gentileza. V. Exa. pode votar. *(Pausa.)*

Deputado Leônidas Cristino. *(Pausa.)*

Estamos procedendo à eleição de Presidente, com a candidatura do Senador Alessandro Vieira e do Senador Zequinha Marinho. *(Pausa.)*

Deputado Roberto de Lucena. *(Pausa.)*

Deputado Leonardo Monteiro. *(Pausa.)*

Deputado Camilo Capiberibe. *(Pausa.)*

Deputada Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Deputada Talíria Petrone. *(Pausa.)*

A Presidência vai proceder a mais uma chamada nominal daqueles que não votaram.

Do Bloco Parlamentar do MDB-Republicanos está faltando o Senador Luis Carlos Heinze.

Também não estiveram presentes o Senador Marcio Bittar e o Senador Eduardo Braga.

No Bloco do PSDB-PSL, a Senadora Rose de Freitas e os suplentes Senador Tasso Jereissati e Senador Styvenson Valentim.

Do Bloco Patriotas-Rede já votou o Senador Alessandro Vieira e já votou a Senadora Eliziane Gama.

Do PSD, não está presente o Senador Sérgio Petecão.

O Bloco do PT e PROS... Não se encontra o Senador Jaques Wagner nem o Senador Paulo Rocha. Mas votou a Senadora Zenaide Maia como suplente.

No Bloco do DEM com o PL e o PSC, já votou o Senador Zequinha Marinho como titular.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Titulares da Câmara dos Deputados. Já foi chamado o Deputado Luciano Bivar. Não está presente. E o Deputado Raimundo Costa, o Deputado Aroldo Martins e o Deputado Luiz Carlos. E votou como suplente o Deputado Claudio Cajado.

No Bloco do Avante com PV, já votou o Leônidas Cristino, mas não votou o Deputado Roberto de Lucena nem o Deputado Wolney Queiroz.

Pelo PT, já votou o Deputado Leonardo Monteiro.

Pelo PSB, não compareceu o Deputado Camilo Capiberibe, nem a Deputada Lídice da Mata.

Pelo PSOL, já votou a Deputada Talíria Petrone.

Realizada a votação...

Senador Heinze, chegou na hora. *(Pausa.)*

Realizada a votação, convido o Sr. Senador Fabiano Contarato e o Sr. Deputado Leônidas Cristino para servirem de escrutinadores, por gentileza.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins. PP - AM) – 1º voto, Zequinha Marinho; 2º, Alessandro Vieira. *(Pausa.)*

Zequinha. *(Pausa.)*

Zequinha Marinho. *(Pausa.)*

Alessandro Vieira. *(Pausa.)*

Alessandro Vieira. *(Pausa.)*

Alessandro Vieira. *(Pausa.)*

Zequinha Marinho. *(Pausa.)*

Alessandro Vieira. *(Pausa.)*

Zequinha Marinho. *(Pausa.)*

Zequinha Marinho. *(Pausa.)*

Alessandro Vieira. *(Pausa.)*

Zequinha. *(Pausa.)*

Zequinha Marinho. *(Pausa.)*

Senador Alessandro Vieira. *(Pausa.)*

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/REDE - ES) – Vamos proceder à recontagem, por gentileza.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE) – A sua contagem deu sete, Alessandro.

O SR. FABIANO CONTARATO (REDE - ES) – Sete; e oito, Senador Zequinha.

Vamos lá. Senador Alessandro Vieira, Senador Alessandro Vieira, Senador Alessandro Vieira, Senador Alessandro Vieira, Senador Alessandro Vieira, Senador Alessandro Vieira, Senador Alessandro Vieira.

Senador Zequinha Marinho, Zequinha, Senador Zequinha, Senador Zequinha, Senador Zequinha, Senador Zequinha, Senador Zequinha, Senador Zequinha, Senador Zequinha.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE) – Sr. Presidente, Alessandro sete, Zequinha Marinho oito votos.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins. PP - AM) – Declaro eleito para presidir a Comissão de Mudanças Climáticas o Senador Zequinha Marinho, a quem convido para assumir a Presidência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da referida Comissão e proceder à eleição dos demais membros da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas.

Parabéns e sucesso a V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Boa tarde a todos!

Quero agradecer, antes de mais nada, a confiança dos colegas, cumprimentar o Senador Alessandro. Eu tomei conhecimento de que seria candidato ontem, não tive tempo – estava presidindo uma audiência pública –, mas que seja feita a vontade da maioria. Quero agradecer, de coração, àqueles que se dispuseram e votaram nos ajudando. Sei do tamanho e da importância do desafio que temos pela frente, mas de forma, se Deus quiser, equilibrada, fugindo dos extremos, buscaremos construir um debate saudável com todos os membros, titulares e suplentes, assim como também com a sociedade e com todos os que se interessam por este tema que reputamos da maior importância.

Como me foi dada a oportunidade, pergunto ao Plenário se há acordo para a eleição dos cargos de Vice-Presidente e Relator.

Por aclamação, para Vice-Presidente, Deputado Sergio Souza; para Relator, Deputado Edilázio Júnior.

Consulto o Plenário se podemos fazer as eleições para esses cargos por aclamação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleitos por aclamação os Srs. Vice-Presidente, Deputado Sergio Souza, e Relator, Deputado Edilázio Júnior.

Parabéns! (*Palmas.*)

Gostaria de conceder a palavra neste momento ao Deputado Sergio Souza, nosso Vice-Presidente.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Senador Alessandro, por gentileza.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de qualquer coisa, parabenizá-lo pelo sucesso na votação, desejar boa sorte ao Sr. Relator, ao Sr. Vice-Presidente e a V. Exa. na condução desses trabalhos, que são essenciais para o Brasil e que seguramente não serão conduzidos na base do que aconteceu hoje.

Hoje, Senador Zequinha Marinho, V. Exa. descumpriu um acordo firmado em fevereiro pelo Senado da República, anunciado em Plenário pelo Presidente do Congresso Nacional. É uma escolha e respeito essas escolhas. Estarei aqui, como membro da Comissão, trabalhando para que ela tenha o sucesso necessário, nem para esconder, nem para valorizar demasiadamente nada, porque o Brasil merece um trabalho sério, e tenho certeza de que V. Exa. vai conduzir com toda seriedade necessária. Então, boa sorte e parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Muito obrigado.

Só deixando aqui uma palavra. Como eu já disse no início, eu não participei ontem das reuniões, das negociações. Quando apareceram, pediram: "Você mora na Amazônia, nascido e criado na região, vivendo e conhecendo as mazelas, já exercendo o sétimo mandato consecutivo". E aí aceitei o desafio, tanto é que não deu tempo de falar com os colegas e pedir esse voto. Consegui falar com uns três no máximo. Mas aqui estamos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero, neste momento, agradecer mais uma vez, concedendo a palavra ao nosso Vice-Presidente, Deputado Sergio.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) – Sr. Presidente, caros colegas, Deputados e Senadores, parabéns aqui pela condução dos trabalhos. Deputado Átila Lins, Sr. Presidente, Zequinha Marinho, o desafio é grande, Edilázio Júnior...

O SR. FABIANO CONTARATO (REDE - ES) – Com licença, Deputado. Pela ordem, por gentileza.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) – Pois não, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (REDE - ES) – Desculpa estar interrompendo, não é do meu feitio, com toda ética, interromper.

Eu queria aqui, em nome da Comissão de Meio Ambiente do Senado, na qualidade de Presidente de uma Comissão que reputo de tanta importância – infelizmente, o próprio Senado Federal não dá a importância que ela merece.

E quero fazer um apelo à toda a composição, ao Vice-Presidente, ao Relator e a V. Exa., como Presidente: que tenhamos a sensibilidade, a serenidade, a sobriedade emocional e o compromisso para manter esse direito humano essencial, esse direito constitucional que é a preservação do meio ambiente, conforme determina o art. 225 da Constituição Federal.

Antes, sendo breve, eu quero dizer que eu também venho de uma família muito humilde em que a palavra vale mais do que qualquer papel escrito. O acordo faz lei entre as partes. E eu confesso que estou um pouco estarecido, não é nada pessoal com A, com B ou com D, mas aquilo que chegou ao meu conhecimento era o cumprimento de um acordo nesta eleição em que se fosse proceder com a eleição, para Presidência desta Comissão Mista, do Senador Alessandro. Então, eu só queria deixar a minha manifestação no sentido de que, neste Senado, eu tenho aprendido que o acordo deve ser respeitado sempre, mas, como nós vivemos, obviamente, graças a Deus, uma democracia e o livre arbítrio de V. Exa. colocou o nome e foi eleito, assim, estarei aqui também como membro para contribuir naquilo que for essencial para garantir, mais uma vez, que qualquer desmando, qualquer retrocesso, qualquer violação, em que, infelizmente, o Governo Federal vem colocando a sua digital... E digo mais: crime contra a humanidade. Defender o meio ambiente é defender as vidas humanas que ainda virão.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Pois não, Senador.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não sei quantos dos membros desta Comissão já tiveram oportunidade de aqui estar em anos anteriores, mas, Senador Zequinha, eu estou aqui desde 2011, já fui Presidente e Relator desta Comissão quando Senador da República e quando Deputado por algumas vezes. Eu vi essa plateia muitas vezes vazia, uma assiduidade parlamentar mínima, entendendo, é claro, que cada Parlamentar dá a importância de acordo com a necessidade e o apelo das Comissões permanentes das Casas, seja do Senado, seja da Câmara dos Deputados, ou até mesmo da outra Comissão Mista permanente que nós temos no Congresso, que é a CMO, onde o meu amigo Cajado milita muito bem.

Aqui nós construímos, nos últimos anos, alguns projetos de lei, Senador Zequinha, muito importantes, como, por exemplo, o pagamento dos serviços ambientais, como a criminalização do desmatamento ilegal, inclusive com relação a queimadas. E estamos construindo, agora,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesta semana, Deputado Átila Lins, até a possibilidade de votarmos no Plenário da Câmara dos Deputados um desses projetos que é o pagamento de serviços ambientais. Deve ser votada ainda hoje a urgência de um projeto de 2015 e ainda o mérito, se nós conseguimos.

É lógico que é muito claro que há um apelo da sociedade brasileira, e a nossa mídia, a comunicação que está aqui presente nunca dedicou tanto tempo conjunto a este tema. Não é só a mídia brasileira, é a mídia internacional, especialmente da Comunidade Europeia. Há uma queimada desenfreada na Amazônia, cuja origem alguns desconhecem, se de má-fé, se por parte de ruralistas ou não, se é legal ou ilegal. Queimadas não são só na Amazônia. Se você for ver o Pantanal da Bolívia, está queimando agora, neste exato momento; a Ilha Grande, ali na divisa do Estado do Mato Grosso com meu Estado, o Estado do Paraná – são milhares de hectares – queimou semana passada, praticamente toda. Portugal queimou um terço há 30 dias, nem isso. A Califórnia, no ano passado, todos nós acompanhamos.

No entanto, é lógico que há um interesse muito grande, porque nós estamos falando da Amazônia, Relator Edilázio. A Amazônia tem uma importância para a biodiversidade enorme. Ninguém tira isso. Ela não é o pulmão do mundo, como alguns querem fazer crer – até falam aquilo que não sabem –, mas ela é, sim, um regulador térmico, um regulador de clima e de chuvas. Se nós não tivermos a floresta Amazônica, provavelmente nós não teremos agricultura na área de Cerrado e na área da Amazônia, porque teremos um problema de precipitação no futuro que vai inviabilizar a agricultura nessas regiões. Precisamos ter responsabilidade.

No entanto, nós também temos que analisar e fazer algumas comparações. O Brasil, do ponto de vista de país, é igual a qualquer país democrático deste Planeta. Agora, do ponto de vista de tamanho, de área territorial, cabem cem portugueses dentro do Brasil. Então, não se pode comparar o reflorestamento de Portugal, que é de *Pinus* e eucalipto, à biodiversidade e à floresta, de 66%, um terço do território de um País continental coberto por floresta nativa. Não dá para comparar a produção agropecuária, mas principalmente a produção de grãos. Nós utilizamos menos de 8% do território nacional para produzir grãos. França e Espanha juntas plantam a mesma área que planta o Brasil – em torno de 63 milhões de hectares. A mesma área, só que a França e a Espanha juntas... O Brasil dá oito, praticamente, dos dois juntos. Nós temos aqui 8,5 milhões de quilômetros quadrados, e eles 1,4 milhões de quilômetros quadrados de extensão.

Nós temos que olhar para isso. Será que há algum país do mundo que tem alguma legislação ambiental como o Código Florestal, que obriga o proprietário de terras a ter de 20% a 80% da sua área privada em reserva legal? Será que há algum país do mundo que tem uma matriz energética como a do Brasil, que tem na base do alimento do veículo, do combustível, o etanol e o biodiesel? As hidrelétricas, a capacidade de biomassa... O Brasil é o maior exportador de biomassa do Planeta. O plantio de soja na palha, diretamente na palha, sem a evolução das terras que geram a emissão de gases? Está certo, nós temos o maior rebanho bovino, e ocupamos 20% do território nacional para a pecuária, e uma pecuária de baixíssima produtividade. No entanto, nós temos como cumprir as metas da ONU, de dobrar a produção de alimentos até 2050 para alimentar os nove bilhões de seres humanos que nós teremos, segundo o relatório da ONU, Deputado Átila Lins, e o Brasil terá a responsabilidade de dobrar a produção de alimentos para alimentar estes e aqueles que deverão ser alimentados, dada a inclusão social que nós teremos, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O desafio é gigante, só que, se nós não tivermos um ambiente adequado, nós não vamos ter como plantar. Nós precisamos cuidar, sim, da floresta. Nós temos que criminalizar o desmatamento ilegal. É inadmissível, no Brasil, não haver essa consciência de alguns, sejam ruralistas ou não, de que não se permite o desmatamento em áreas públicas e nas áreas privadas, naquelas áreas que são protegidas por lei, como APP e reserva legal. Nós temos que cuidar e criminalizar.

Vamos votar, nos próximos dias, um projeto na Câmara dos Deputados. Nós temos que criminalizar as queimadas. São inadmissíveis as queimadas criminosas que são feitas hoje neste País. É vergonhoso. Isso dá uma imagem ruim ao nosso País.

No entanto, nós também temos que entender que há aí um interesse comercial gigante. Com todo o respeito à França, país que admiro, nós não podemos admitir, e sabendo da impopularidade de um Presidente que vê um momento político para se agarrar, para se levantar às vésperas de uma eleição, que comece a criticar o meu País. É aquela historinha de falar mal da família da gente. A gente pode falar, mas, se alguém falar, aí mexeu comigo, não é, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) – Do meu País também, minha gente. No meu país, dentro de casa, a gente se acerta, mas, se falar mal do meu País lá fora, eu não vou aceitar. Agora, primeiro, tem que olhar lá.

Eu já andei a França. Vai lá ver se há mata ciliar. Não há. Vai lá ver se há reserva legal. Não há. Usa 60% do seu território para agricultura, 60%! O problema é comercial. A França é um dos maiores produtores agrícolas da Europa. Ela está preocupada com o tratado de Mercosul e União Europeia, no qual vai concorrer diretamente, porque lá, minha gente, se você não trancar a vaquinha no celeiro, no inverno, ela morre congelada; se você não empilhar trato, comida, alimento para ela no celeiro, ela morre de fome. Aqui não. Neste País abençoado por Deus, você pode deixar solta. Vai produzir o ano inteiro.

Nós estamos fazendo três safras por ano em algumas regiões deste País. Inclusive, em algumas regiões, colocando lavoura, pecuária e floresta em cima da mesma área, o agrosilvopastoril.

Então, Sr. Presidente, para não tomar muito o tempo de todos, mas aproveitando a oportunidade do início dos trabalhos desta Comissão, quero dizer aqui, nobre Presidente, Sr. Relator e todos os colegas, que esse tema não é brincadeira. Esse tema é realmente muito sério. E eu milito nele há muitos anos, de maneira responsável.

Nós, olhando ali para aquelas câmeras que estão com um tripé, se tirarmos um daqueles tripés, vão cair. Se nós não cuidarmos do tripé da sustentabilidade, vai cair também. E a sustentabilidade está no ambiental – temos que ter um ambiente para nós vivermos, Senador Marcos Rogério –, nós temos que cuidar do social e temos que cuidar também do econômico. Nenhum desses três pontos vive sozinho, um está ligado diretamente ao outro.

Então, é com essas palavras que eu me coloco à disposição da sociedade brasileira, do Parlamento brasileiro, para nós conduzirmos aqui e darmos a melhor solução para o meio ambiente, para a sustentabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco/PSC - PA) – Obrigado, Deputado Sergio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao nosso Relator, o Deputado Edilázio Júnior.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) – Boa tarde a todos.

Primeiramente, eu queria saudar o Presidente, que deu início à votação, presidindo os trabalhos, Deputado Átila Lins, que fez com maestria; saudar aqui e pedir o apoio do colega Sergio Souza, que já tem uma experiência aqui nesta Comissão, como Relator, como Presidente e, agora, como Vice-Presidente – não tenho dúvida de que tem muito que auxiliar tanto a mim quanto ao nosso Presidente Zequinha –; e aqui também saudar o Presidente Zequinha Marinho pela eleição. E quero dizer, Presidente, que o senhor terá ao seu lado, como Relator, um parceiro, um amigo, que temos tudo para desenvolver um grande trabalho.

Sem sombra de dúvidas, hoje, esta Comissão, que está sendo instalada, ainda que tardiamente... Perdemos aí, desde fevereiro, já seis meses em que já poderíamos ter avançado, ter discutido, ter já algumas proposições com relação às mudanças climáticas, mas antes tarde do que nunca. Nós vamos ter um curto espaço de tempo, mas teremos que dar uma satisfação à sociedade brasileira. Nós, como Parlamento – isso eu falo Câmara e Senado –, não podemos negligenciar o que vem acontecendo hoje na Amazônia, que é o tema, hoje, de todas as rodas no Congresso. Aonde nós chegamos, todos falam da situação que vem acontecendo na maior riqueza natural do mundo, e nós temos o privilégio de sermos o dono dessa riqueza, o Brasil ser soberano e ter essa floresta, e, como falei, nós não podemos negligenciar. Temos que tomar as medidas cabíveis, estudar, ver o que pode ser feito e, de maneira sustentável, também como bem o Deputado Sergio Souza falou, poder produzir, mas também preservando.

As nossas leis com relação ao desmatamento são muito brandas, e acho que a gente tem que aprofundar esse debate.

Hoje, aquele que desmata a floresta tem pena de dois a quatro anos; então, a gente está falando de um réu primário que vai para um juizado, que lá paga umas cestas básicas e volta à sua fazenda e, se porventura quiser, pode voltar a queimar novamente, a desmatar as nossas florestas. Então, a gente tem que trabalhar nesse sentido e melhorar a imagem do nosso País lá fora, sem extremismo, sem nenhum apego raivoso de quem quer que seja, mas devemos, como Parlamento, mostrar a imagem e a nossa preocupação, como Deputados Senadores, com os nossos biomas, em especial, vou repetir, com a Amazônia.

Neste momento, esta Comissão é o centro das atenções, apesar de não ser uma Comissão deliberativa, mas é propositiva, e devemos tirar o máximo de proveito aqui, com os técnicos da Casa, com aqueles que têm experiência também no ramo do meio ambiente, tanto as ONGs, aqueles que estão mais presentes, como também o agronegócio, e tentar buscar um equilíbrio, que é o que todos nós pensamos, que é o que todos nós queremos, nesse sentido, com a preservação das nossas florestas.

Eu tive a oportunidade de ter dois mandatos de Deputado Estadual pelo Maranhão, que faz parte geograficamente do Nordeste – geopoliticamente do Nordeste, mas geograficamente é mais Amazônia que Nordeste –, e tive oportunidade de participar do Parlamento Amazônico por oito anos e de discutir, por diversas vezes, em alguns Estados da Amazônia Legal, a situação das florestas, mas nunca esteve tão em voga essa situação como nesse momento.

Então, a partir deste momento, Presidente Zequinha, vamos nos irmanar, caminhar de mãos dadas, junto com a sociedade civil, junto com os colegas Parlamentares, junto com todos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles que querem uma imagem melhor para o nosso País. E precisamos dar uma satisfação à sociedade com relação ao que vem acontecendo na nossa Floresta Amazônica.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Muito obrigado, Deputado Edilázio.

Eu concedo a palavra agora ao Deputado Marcos Rogério – ou, digo melhor, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) – Muito obrigado a V. Exa.

Eu tenho aprendido, ultimamente, que a gente... Dizem que a gente não abre mão daquilo que a gente exerceu. Então, eu sou Vereador, Deputado Federal, e agora estou Senador da República, com muito orgulho, com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Parabéns.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) – Obrigado a V. Exa.

Mas uso a palavra neste momento, Sr. Presidente, para cumprimentar V. Exa. pela eleição para esse importante cargo. V. Exa. é um amazônida do Pará, esse grande Estado da Federação brasileira, e tem a noção exata do que significa a importância desta Comissão para uma região que hoje está no epicentro do debate no Planeta.

O mundo quer discutir a Amazônia, mas quem vive na Amazônia, quem mora na Amazônia, quem conhece a Amazônia e quem cuida da Amazônia são, sobretudo, aqueles que lá estão, com a cooperação de muitos outros, brasileiros e estrangeiros, que têm preocupação com essa floresta que é um bem que tem implicações e influência no clima do mundo, do Planeta.

Então, eu quero cumprimentar V. Exa. pela eleição, cumprimentar o Deputado Átila Lins, nosso Líder também – amazônida, manauara, que presidiu a reunião de eleição; o Deputado Sergio Souza, que já esteve à frente desta Comissão, nosso sempre Senador da República pelo Estado do Paraná e que continua colaborando com esta Comissão, por entender a sua importância para o Brasil, e não só para o Brasil: esse é um tema que, obviamente, tem interesse global; cumprimentar o Relator, Deputado Edilázio Júnior, que vem com a missão de colaborar, na condição de Relator, com esse tema, um tema fundamental.

E acho que, embora tardiamente – a Comissão talvez tivesse que estar funcionando há mais tempo –, ela é instalada justamente num momento em que o Brasil é alvo de uma série de questionamentos, em razão do que está acontecendo na nossa Amazônia.

Mas a nossa expectativa, a nossa esperança... E tenho certeza de que, sob a condução de V. Exa., esse debate será um debate equilibrado, um debate que leva em consideração a primazia da realidade, aquilo que acontece; e quem está lá e conhece não nega os fatos, não nega os acontecimentos, mas não superdimensiona e não afasta também que, no centro desse debate, há questões que vão muito além de clima e meio ambiente: há questões comerciais, há questões de soberania, há questões muitas, mas esta Comissão é uma comissão de estudo, é uma comissão de análise e que em muito pode contribuir com o aperfeiçoamento normativo do País.

Então, faço votos de que o trabalho de V. Exa., do Relator, da comissão diretiva, dos Senadores e Deputados, possa contribuir com o Brasil nesse tema. Eu não faço parte da Comissão. Talvez venha a compor a Comissão também, por sua importância, especialmente para a nossa Região Amazônica, mas o desejo é que daqui surjam boas ideias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a palavra de ordem agora é justamente equilíbrio – equilíbrio –, bom senso, razoabilidade, racionalidade. É disso que a gente precisa. Não precisamos incendiar o Brasil, nem no sentido literal, nem no sentido político. Há gente que quer incendiar o Brasil com um debate que não nos interessa.

Preservar é necessário; equilibrar, trabalhar com sustentabilidade é necessário; mas nós temos um patrimônio que nos é muito caro – o nosso agronegócio, a nossa agricultura, a nossa pecuária – e que hoje sofre consequências dessa guerra insana que estão fazendo, porque não é só enfrentar os danos ao meio ambiente. Não é isso que está em jogo aqui. É isso também, mas há outros interesses embutidos nesse debate, e é preciso enfrentá-lo.

Então, cumprimento V. Exa. e desejo muito sucesso na condução dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Muito obrigado, Senador.

Eu concedo da palavra ao Deputado Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS (PSDB - AP) – Sr. Presidente, quero inicialmente saudá-lo e parabenizá-lo pela eleição; saudar também a todos os membros da Comissão e o Relator escolhido por nós para conduzir o debate, num momento importante para a Nação brasileira, destacadamente para Amazônia.

Eu sou amapaense, e o Amapá é o Estado mais preservado do Brasil. Temos 85% da nossa cobertura vegetal, do nosso meio ambiente, preservados, e acredito que esta Comissão é um palco importante, diante do foco que... O mundo todo se volta mais uma vez para Amazônia e para nós, amazônidas. Eu venho aqui também para tentar levantar esse debate. Olhemos não só para a Floresta.

Os dados estarão aí à disposição, para todos nós vermos que a Floresta Amazônica pega fogo todo ano, que os índios sobem e descem, a influência do clima e do regime de chuvas, que não é uma tabela que nós podemos controlar, interferem diretamente no aumento e na diminuição dessas queimadas, destacando também que a gente sabe que houve, sim, uma ampliação.

O Amapá, graças a Deus, não vem enfrentando problemas de crescimento de queimadas, mas eu queria aproveitar para que a Comissão se tornasse um palco, para que o mundo todo visse que na Amazônia vivem pessoas; que, na Amazônia, lá, nós tentamos viver em paz, mas também tentamos nos desenvolver.

Eu acho que toda ajuda que a França tem oferecido para o Brasil – e o Amapá faz fronteira com a França – poderia já ter sido conduzida, através de outros esforços. A França também é Amazônia. Falo da França porque foi a partir do seu Presidente que se começou essa grande discussão.

Eu queria trazer essa observação, para que nós olhássemos e ajudássemos, aos olhos do mundo, a observar que, na Amazônia, vivem pessoas que querem plantar, que querem participar do agronegócio brasileiro, que querem participar da pecuária brasileira, que querem participar do manejo florestal sustentável do Brasil.

Nós queremos, enquanto Amazônia, exercer um papel importante na balança comercial. Isso se faz através de desenvolvimento, e o momento é agora para nós, que somos da Amazônia, levantarmos a importância de se discutir não só a preservação, mas, sim, na essência, profundamente, o desenvolvimento sustentável. Nós temos que construir alternativas de geração





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de emprego e renda para o povo que ali vive. Nós temos que pensar, sim, em como desenvolver Municípios incrustados em reservas ambientais.

O Parque Nacional do Tumucumaque toma quase a metade do território amapaense. É o maior parque florestal do mundo. E, quando aqui eu me deparo com os colegas que tomam ciência de que lá no Amapá existe um parque de tal tamanho, me perguntam: "E que tal? Como é lá?". Gente, o Parque do Tumucumaque não é como o Parque de Yosemite. Não, não é. O Parque do Tumucumaque é apenas uma reserva no papel. Nós não conseguimos explorar economicamente e legalmente, de nenhuma forma, o Parque do Tumucumaque. Mas nós podemos e queremos e devemos.

O Cerrado amapaense produz, estatisticamente, mais do que o Cerrado do Mato Grosso. E a gente precisa explorar. É também um bioma protegido. É a prova de que na Amazônia não há apenas floresta. E a gente tem que cuidá-la, olhá-la como um todo.

E eu não estou fazendo aqui apologia à motosserra – longe de mim. Ao contrário –, mas eu também não posso concordar com a política da árvore em pé e o homem deitado. Ou na rede, esperando a bolsa, ou doente, de fome, sem ter alternativa nenhuma para construir a sua subsistência a partir da ocupação do solo.

Então, Presidente, eu desejo, Relator, todos nós, membros da Comissão, que este espaço seja oportuno para que nós carregemos todos esses olhos que agora estão voltados para a Amazônia, e a gente pode aqui elucubrar dezenas de razões de fundo para o porquê de esses olhos estarem voltados agora, mas vamos aproveitar esta oportunidade para tentar, através das ajudas internacionais oferecidas, através da mobilização de novos recursos que estão sendo, aí, quem sabe, desbloqueados para auxílio da Amazônia, que isso seja bem aplicado na proteção da floresta, na proteção de todos os ecossistemas e todos os biomas que existem na Amazônia Legal, mas também na proteção do ser humano, do amazônida e de todos os cidadãos brasileiros que estão lá ocupando e defendendo, com a sua presença, com a sua ocupação, esse espaço que o mundo todo diz que é nosso, mas que quem cuida são os brasileiros e, mais especificamente, os cidadãos da Amazônia.

Então, Presidente, Sr. Relator, desejo êxito na missão e contêm conosco para estabelecer um debate honesto a favor do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Muito obrigado, Deputado.

Uma coisa que a gente está o tempo todo... Estou há alguns dias na política, e essa questão ambiental, Deputado Átila, é recorrente. A estiagem vem, aumenta o número de queimadas, etc., etc. Vamos só fazer uma reflexão rápida sobre isso?

Acho que nós já temos idade para começar a olhar os problemas e não combater o problema em si, mas a razão do problema, a raiz dele, como é que ele acontece e por que ele acontece – por que ele acontece. É fundamental. Nós somos adultos, capazes de encarar isso dentro do nosso Território.

Número um de toda essa história aqui: a Amazônia, principalmente, não tem regularização fundiária; a terra não tem dono. Os Governos – nem o Governo Federal, nem os Governos estaduais – ainda não se debruçaram sobre isso. Terra sem dono, todo mundo se sente dono: faz o que quer com ela. E aí acontecem, naturalmente, os crimes ambientais, o desmatamento ilegal, a queimada ilegal, e assim sucessivamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, dentro da Amazônia é cheio de gente, não é, meu Relator? A Amazônia é cheia de gente. Não pense que lá é apenas um santuário não. A Amazônia tem mais de 20 milhões de habitantes e é uma área territorial exuberante, mais que a metade do Brasil.

É uma noção. Eu não levantei a Amazônia toda, porque nós temos parte do Maranhão, que é Amazônia, e temos parte do Mato Grosso também, a Amazônia Legal, mas os sete Estados da Região Norte têm quase 2,2 mil projetos de assentamentos. Eles têm mais de 430 mil famílias assentadas. E, aí, faz toda uma diferença.

Essas famílias praticam agricultura familiar usando enxada, usando instrumentos rudimentares ainda. Não se assustam que existe fogo de fogo. Não há como não. Como é que se limpa a terra?

Talvez você more na cidade e nunca teve a oportunidade de frequentar uma zona rural, de ver uma roça, como é que se procede. Se nunca teve, é importante conhecer. Eu conheço. Nasci dentro de uma roça. Não há como! Um trator agrícola custa mais caro do que um carro de luxo no Brasil.

Então, o Governo precisa redimensionar as coisas.

É preciso fazer regularização fundiária, porque, na hora em que o cidadão se torna dono de uma terra, que o nome dele, o CPF dele – único. Não tem como tirar o segundo –, estão ali, ele toma conta daquela área e vai fazer tudo para preservá-la.

Para atacar o problema na causa, eu preciso compreender, e o primeiro passo a ser dado é o passo da regularização fundiária. Não há como fugir disso.

O segundo... Você já pensou o que que significam 430 mil famílias? E eu não estou contando a Amazônia toda; estou pegando apenas os sete Estados miolos dessa região. São 430 mil famílias fazendo agricultura familiar de teco, sem trator agrícola, tendo que fazer a roça itinerante.

Não se pode fazer uma política ambiental séria se não mudar tudo isso. E esse é o nosso desafio, meus queridos Deputados aqui, senhores da imprensa.

Nós precisamos... Se não, no ano que vem nós teremos problemas do mesmo jeito. Não adianta arrumar dinheiro para botar combustível de avião, para dar diária para o Ibama, para a Polícia Federal, para os Governos dos Estados apagarem fogo agora; amanhã teremos o mesmo problema – no ano que vem. Mas, se a gente começar a regularização fundiária agora, talvez a gente diminua no ano que vem, porque quem tiver o seu título vai fazer tudo para segurar o fogo.

Mas, se além do título, eu puder viabilizar a questão da tecnologia, para poder cultivar a terra, eu começo a resolver todo um problema ambiental crônico daquela região.

Sou nascido e criado ali. Não há como fugir da realidade. Lá existem criminosos? Existem. Em todo lugar existe. Esses incêndios, esses focos, nem todos são criminosos. Fogo criminoso é aquele fogo sem controle. Agora, pode não ter licença. E por que não tem licença? Procure um lugar para tirar a licença. E, aí, eu quero dizer ao povo brasileiro: vocês não vão encontrar um lugar. As Prefeituras não têm estrutura, os governos estaduais também não têm... Se o cara for esperar, possivelmente ele vai passar fome com a família.

E, aí, nós estamos empurrando o cidadão amazônida para o crime, porque não temos a menor condição de dar a ele condições de fazer a coisa como deve ser feita.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos atacar a raiz do problema, longe dos extremos, com a racionalidade de que todos nós precisamos para enfrentar o problema com a seriedade e a grandeza que tem a questão das mudanças climáticas aqui no Brasil.

Entendemos a necessidade, mas não vamos atacar a partir da ponta dos galhos: vamos atacar na raiz. Vamos ter que negociar com as partes, com o Governo... O Governo quer ou não quer? Quem quer ajudar a Amazônia a diminuir a questão dos focos de incêndio? Que se habilite! O Brasil precisa estar aberto.

É interesse do mundo manter a Amazônia, a Floresta Amazônica? Ótimo! Então vamos colaborar!

O Governo brasileiro quer? Sim, quer. Então vamos botar o preço do trator agrícola ao alcance do poder aquisitivo da agricultura familiar. Vamos começar a expedir os títulos, a responsabilizar e a orientar esse cidadão.

É muito fácil encher o carro de polícia, com avião, helicóptero, todo mundo, e vai lá, e abafa, e prende... Vamos fazer isso com os bandidos! Aqueles que realmente estão fazendo o crime precisam ser punidos, exemplar e severamente. Mas o agricultor familiar, que não põe fogo sem controle, que apenas limpa a sua área de plantar de novo, esse precisa ser olhado de forma diferente.

Até que enfim o mundo, de repente, percebeu que na Amazônia mora alguém, por causa da fumaça. Dizem que fumaça é sinal de socorro. É sinal de pedido de socorro, digo melhor. Chegou a hora de a gente fazer uma análise de toda essa situação.

Quero agradecer a todos.

E, neste momento, antes de encerrar os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.

(Iniciada às 15 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 28 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia onze de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Chico Rodrigues, Delegado Pablo, Edílázio Júnior, Sergio Souza, Alan Rick, Léo Moraes, Leonardo Monteiro, Talíria Petrone, Jorginho Mello, Efraim Filho, Izalci Lucas, Rogério Peninha Mendonça, Paulo Paim, Miguel Lombardi, Acir Gurgacz, Marcelo Ramos, Pr. Marco Feliciano, José Nelto, Eduardo Braide, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, Túlio Gadêlha, Dr. Jaziel, Dário Berger, Nelsinho Trad, Bia Kicis, João Roma, Marcos do Val e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Parlamentares Rodrigo Cunha, Rose de Freitas, Lucas Barreto, Átila Lins, Zé Vitor, Aroldo Martins, Luiz Carlos, Leônidas Cristino, Roberto de Lucena e Camilo Capiberibe. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas nº 4, de 2019** que: "Requer votação de plano de trabalho" **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas nº 1, de 2019** que: "Requer a realização de diligencia dos membros dessa Comissão, nas áreas de maior incidência de queimada na Amazônia" **Autoria:** Deputado Federal Camilo Capiberibe (PSB/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas nº 2, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública a fim de debater o Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal" **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Adiado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e sete minutos.

Senador Zequinha Marinho

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/90705>

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho da Comissão para o ano de 2019.

Como todos sabem, a Comissão só foi instalada agora e a nossa pauta, nosso plano de trabalho deve ser aprovado hoje para valer até o final das atividades deste exercício.

Será feita, então, a apresentação do plano de trabalho, consolidado, o qual concatenou as sugestões feitas pelo Relator, Deputado Edilázio Júnior, com sugestões desta Presidência e de outros Parlamentares.

Neste momento, quero convidar o Deputado Edilázio para a leitura do plano de trabalho, já em mãos, dizendo aos Parlamentares presentes que é importante que os senhores observem bem para que, se houver necessidade de acrescentar alguma sugestão ou outro item, os senhores possam fazer, logo após a leitura pelo Relator, a defesa dos seus itens ou algum tipo de acréscimo.

Com a palavra o Deputado Edilázio, Relator desta Comissão, para leitura da proposta de trabalho até o final deste exercício.

Por favor, Deputado.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA. Como Relator.) – Boa tarde, Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, servidores, imprensa.

Sr. Presidente, eu vou pedir permissão a V. Exa. para pular a parte introdutória e já partir direto para o plano de trabalho concreto, que nós desenvolvemos da seguinte forma.

O Plano de Trabalho prevê a realização das seguintes ações:

1. Audiências públicas em Brasília;
2. Visita externa às áreas críticas da floresta Amazônica afetadas por queimadas – inclusive existe um requerimento do Deputado Camilo Capiberibe que é adequado ao nosso plano de trabalho;
3. Reunião com Parlamento Amazônico – com os Deputados Estaduais da Amazônia Legal;
4. Participação na Cúpula da Ação Climática, em Nova York;
5. Participação na COP 25, no Chile;
6. Participação da sociedade nos debates promovidos pela Comissão por meio do portal E-Democracia.

1. Audiências públicas em Brasília – foram divididas em 12 audiências:

1.1) Atualização dos dados climáticos das regiões brasileiras.

Sugestão de convidados:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Edson C. Gomes - Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet); e Dr. Luiz Carlos B. Molion, Professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas.

1.2) Monitoramento do alcance das metas da Política Nacional de Mudança do Clima e da NDC brasileira no Acordo de Paris – Quarta Comunicação Nacional à UNFCCC.

Sugestão de convidados: representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Osvaldo Lucon, Coordenador-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC); representante do Observatório do Clima e representante do Inmet.

1.3) Monitoramento dos desmatamentos e queimadas – mecanismos atuais e possibilidades de aperfeiçoamento.

Sugestão de convidados: Eduardo Fortunato Bim, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); representante do Inpe; representante do Ipam; Tasso Azevedo, Coordenador-Geral do MAPBiomas; representante do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

1.4) Novo Modelo de Desenvolvimento para a Amazônia.

Sugestão de convidados: Carlos Nobre, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP; gestor do Plano Amazônia Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente; representante da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Sr. Alfredo Menezes; representante do Ministério de Meio Ambiente, responsável pelas ações de implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico; Dr. Evaristo Miranda, Chefe Geral da área de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa.

1.5) Experiências bem-sucedidas do Plano de Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM).

Sugestão de convidados: ex-coordenadores do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal: André Lima, Diretor do Departamento de Articulação de Ações na Amazônia; Mauro Pires, Diretor do Departamento de Extrativismo; Francisco Oliveira, Diretor do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento; Jair Schmidt, ex-diretor do Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento.

1.6) Mercados de Carbono: o Livro de Regras e a proposta brasileira para REDD+ e Mecanismos de Desenvolvimento Sustentável (MDS).

Sugestão de convidados: Ana Luiza Champloni, Coordenadora Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia; representante do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Marco Antonio Fujihara, Diretor da Key Associados; representante do Parlamento Amazônico.

1.7) Fundo Amazônia.

Sugestão de convidados: Victor Burns, do BNDES, ou seu representante; representante do Ministério do Meio Ambiente; João Paulo Capobianco, do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

1.8) Instrumentos fiscais e creditícios para uso sustentável, conservação e recuperação de floresta e agropecuária sustentável.

Sugestão de convidados: representante da Coalizão Clima, Floresta e Agricultura; representante do Centro de Cidadania Fiscal; representante do BNDES Finem Meio Ambiente; Cristóvão Albuquerque, autor do estudo “Investimentos de Impacto na Amazônia”, da SITAWI





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finanças Sustentáveis; representante do Governo Federal, para falar sobre incentivos fiscais para a aquisição de equipamentos e insumos para a agricultura familiar na Amazônia Legal.

1.9) Sugestão de audiência sobre Agropecuária de Baixo Carbono: desafios e perspectivas de implementação.

Sugestão de convidados: Professor Humberto Barbosa, Pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e coautor do Relatório sobre Mudanças Climáticas e Uso de Terra, do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC); Eduardo Assad, Projeto Carne Carbono Neutro da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); representante do Observatório ABC; representante do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES); representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Faepa/Instituto Alerta Pará.

1.10) A Regularização Fundiária como um instrumento para mitigar a tensão social no campo e incentivar a produção em bases sustentáveis.

Sugestão de convidados: Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho; Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima; Governador do Amazonas, Mauro Mendes – o Estado do Amazonas está aqui por duas vezes, isso está errado, não sei de qual Estado é o Governador Mauro Mendes; Nabhan Garcia, Secretário Nacional de Regularização Fundiária; representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

1.11) Sugestão de audiência sobre desafios e perspectivas de implementação das indicações da NDC sobre energia: biocombustíveis e matriz de energia elétrica.

Sugestão de convidados: representante do Ministério das Minas e Energia; representante da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica); representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar); representante da Embrapa Agroenergia; Evandro Gussi, Presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica).

1.12) Audiência pública preparatória para a COP-25: propostas brasileiras para a regulamentação do Acordo de Paris e o papel do Parlamento.

Sugestão de convidados: representante do Ministério das Relações Exteriores; representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do Observatório do Clima; representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Embaixador do Chile no Brasil. Sarney Filho, ex-Ministro do Meio Ambiente e Deputado Federal; Alfredo Sirkis, ex-Deputado e Coordenador do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.

2. Visita externa às áreas críticas da Floresta Amazônica afetadas por queimadas

Visita de representantes da CMMC às áreas críticas da Floresta Amazônica (Maranhão) afetadas por queimadas.

3. Reunião com Parlamento Amazônico

Reunião de representantes da CMMC com membros do Parlamento Amazônico, para tratar sobre políticas de desenvolvimento regional e combate às mudanças do clima.

4. Participação na Cúpula de Ação Climática, em Nova York.

Participação de representantes desta Comissão na Cúpula do Clima, a ser realizada pela Organização das Nações Unidas, de 21 a 23 de setembro, em Nova York.

A cúpula tem por objetivo reunir líderes mundiais de governos, o setor privado e a sociedade civil para apoiar o processo multilateral e para aumentar e acelerar a ação climática.

5. Participação do Parlamento brasileiro na COP 25.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reunião dos Deputados e Senadores presentes na COP 25 com Parlamentares estrangeiros e membros das delegações.

6. Debates no E-Democracia.

Participação da sociedade nos debates promovidos por esta Comissão por meio do portal E-Democracia.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 2019. Não, hoje são 11 de setembro.

Esse é o Plano de Trabalho, Sr. Presidente, apresentado, que eu peço a V. Exa. que coloque em apreciação.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Pois não, Deputado Leonardo.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR. Pela ordem.) – Deputado Leonardo, eu só queria pedir... Eu estou na primeira inscrição, na sequência de V. Exa., porque eu estou inscrito para falar no grande expediente da Câmara agora, às 15h.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Eu também sou Presidente de uma outra Comissão.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) – Então... É uma vez ou outra do mandato que você fala lá... Aqui nós falávamos mais, e vocês falam bastante... Então, se V. Exa. me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Perfeitamente.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR. Para discutir.) – De maneira bem rápida, eu quero fazer umas sugestões ao nobre Relator Edilázio.

Depois eu vou deixar isso por escrito, Edilázio, até para não precisar anotar. É o seguinte... Até para a gente ordenar um pouco os trabalhos para que uma audiência pública com informações de que precisamos para fazer as outras venha a precedê-las.

Nós sugerimos aqui a inversão da ordem do item 1.2, monitoramento dos desmatamentos, para que seja item 1.1, monitoramento das metas da Política Nacional do Clima. É uma sugestão, depois fica aqui para deliberação.

No Plano de Trabalho, no monitoramento, a apresentação de cinco representantes parece-nos bastante numerosa. Nós conhecemos como funcionam as audiências públicas no Senado, nesta Comissão, na Câmara: sentam-se aqui à mesa cinco, seis palestrantes, fala cinco, dez minutos cada um, o Parlamentar não consegue... Até penso que em alguns casos, em alguns temas específicos, quanto menos gente, mais vamos conseguir compreender, até mesmo para que esse palestrante consiga desenvolver seu raciocínio, porque às vezes não consegue. É uma sugestão.

Aqui se sugere que o foco seja a proposta governamental de monitoramento e o relatório do representante do Inpe, apenas para ser mais objetivo, com entidades ligadas ao monitoramento, e não à avaliação, nesse momento.

O item 1.1 passa a ser, por nossa sugestão, o item 1.2, e o 1.2 seria o 1.1.

A proposta do item 1.3, novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia, sugere-se que fique para o final e seja reformulada, colocá-la mais para o final e fazer a reformulação dos indicados, focando numa maior participação do setor produtivo, com as propostas de sustentabilidade, convidando CNI também, CNA, CNC, representantes da Sudam, da Zona Franca de Manaus.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A floresta da Amazônia já está protegida por lei. O desmatamento ilegal e queimadas ilegais todos nós vamos combater, mas 80% da Amazônia é intacta, de acordo com o Código Florestal, e vai embora, não é, gente? Aí reservas indígenas, parques e tudo o mais são intocáveis. Aquele que tocar naquilo que é protegido por lei comete crime. Então, nós precisamos pensar como a Amazônia – e é o discurso aqui do Senador Zequinha – vai se sustentar, como vai se manter, como vai alimentar seu povo. Então, é importante nós debatermos no âmbito desta Comissão.

Os itens 1.4 e 1.5, deixar para o final, para as últimas audiências; inverter a ordem dos itens 1.8 e 1.7, onde fala em... 1.8, agricultura de baixo carbono, e 1.7, instrumentos fiscais e creditícios. Porque, vejam só, precisamos entender o que é essa agricultura de baixo carbono para, na reunião seguinte, falarmos de quais fomentos nós vamos precisar para essa agricultura de baixo carbono.

No item 1.8, incluir o pesquisador Alexandre Berndt. O Alexandre Berndt é pesquisador da Embrapa. Não sei qual das Embrapas, mas fica lá em São Paulo. Ele é muito preparado nessa questão de pecuária de baixo carbono. Realmente hoje nós sabemos que o grande vilão do aquecimento global mundial, segundo o último relatório da ONU, é a bovinocultura, um problema, e a ONU recomenda até comer menos carne e menos derivados de leite. Então, o Alexandre é extremamente preparado, em substituição do Eduardo Assad. Eu não conheço o preparo do Eduardo e não posso falar se conhece mais ou menos. Mas eu sei que o Alexandre conhece muito.

Item 1.9: Regularização fundiária e CAR no combate ao desmatamento. Incluir aqui também o Ministério do Meio Ambiente, porque o Ministério do Meio Ambiente tem uma participação muito importante nessa questão do CAR e do PRA também, que é o Programa de Regularização Ambiental. E nós poderíamos aqui, além de CAR, colocar PRA. Então, regularização fundiária, CAR e PRA, porque, na declaração do CAR, se tiver algum passivo a ser recomposto, é através do instrumento do Programa de Regularização Ambiental que será feito.

No item 1.10: Desafios e perspectivas de implementação das indicações do NDC sobre biocombustíveis e matriz energética brasileira. É nossa sugestão incluir esses temas. Incluir representante do setor privado e sugestão de que a Anfavea ou a indústria automobilística também façam parte do item 1.10.

Sr. Presidente, muito obrigado. Eu deixo aqui então com a Secretaria as minhas sugestões. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Correto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, quero me inscrever para discutir o plano.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Nós vamos distribuir as palavras. Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria, antes de tudo, cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Relator, meu colega de Estado, Edilázio Júnior. Fomos colegas na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, enquanto Deputados Estaduais, e para mim é uma honra poder dividir com V. Exa., aqui nesta Comissão, o debate da questão e apresentar propostas em relação à questão ambiental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de tudo, eu queria cumprimentá-lo pelo plano de trabalho. Mas aqui, Deputado, como forma de contribuição, faria algumas alterações. Peço que V. Exa. me acompanhe.

Aí vou começar do item 7, no plano de trabalho.

Eu queria incluir aí, no item 7, uma visita externa a algumas das mais promissoras iniciativas de produção sustentável da Amazônia. Portanto, fazer uma visita para que a gente possa, de uma forma muito mais próxima, presencial, conhecer as suas realidades e as suas potencialidades, considerando, inclusive, a importância do manejo de produtos florestais e pecuários sustentáveis na região.

Outro ponto, uma outra visita também externa: seria uma visita a algumas terras indígenas – seria já no item 8 –, visitar algumas terras indígenas para verificar a contribuição que os povos indígenas têm dado à preservação da biodiversidade na Amazônia e para o combate ao aquecimento global. Nós temos a plena consciência da importância que as comunidades indígenas têm para a garantia da sustentabilidade e também para o equilíbrio ambiental.

Isso aqui é especificamente em relação a visitas externas.

Relativamente às audiências, o Relator da Comissão fez algumas colocações sobre a quantidade de membros. Eu até acho que, quanto mais concisa for a presença de membros na audiência, mas produtiva ela se tornará. Às vezes a gente começa uma audiência com dez Parlamentares e termina com um – quando termina com um! –, às vezes fica só o Presidente conduzindo a reunião. Então, eu acho que fica muito enfadonho. Mas nós também não podemos ter, por exemplo, três que tenham apenas um alinhamento. A gente sabe que está vivendo um momento no qual há pessoas negacionistas, aquelas que acreditam no impacto do aquecimento global e as que dizem que isso nem existe. Então, nós precisamos, na verdade, ter um equilíbrio na realização dessas audiências públicas. Por conta disso, eu quero enumerar aqui, nas várias audiências públicas, algumas indicações. Até por conta disso, fiz apenas a indicação de um membro para cada uma dessas audiências.

A primeira, a que trata do Novo Modelo de Desenvolvimento para a Amazônia: nós estamos aqui pedindo a inclusão do Adalberto Veríssimo, que é do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Esse instituto tem uma importância muito grande na questão da produção científica e em relação aos vários projetos, inúmeros projetos, que têm sido desenvolvidos nessa área sustentável. Então, entendo que a presença da representação deles... A gente citou o nome do Adalberto, mas, no meu entendimento, poderia vir outra pessoa na impossibilidade da vinda dele para participar dessa discussão sobre um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

No caso da audiência Experiências Bem Sucedidas do Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia, nós estamos sugerindo aqui alguém do Instituto Democracia e Sustentabilidade. A gente citou especificamente o João Paulo Ribeiro Capobianco, que inclusive já esteve conosco aqui em algumas audiências. Ele elaborou o Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia, em função do qual nós tivemos uma redução em mais de 80%, ou seja, ele é que teve esse plano como uma de suas teses de doutorado na USP, é uma pessoa que tem amplo conhecimento nessa área.

Na audiência pública que trata de Mercados de Carbono, nós estamos fazendo aqui a indicação do Pedro Moura Costa, que é do Instituto BVRio, que, aliás, é uma das mais competentes autoridades mundiais nesse assunto, e nós entendemos que ele dará uma grande contribuição, já que ele, inclusive, tem algumas experiências pioneiras no Brasil referentes a essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área e, portanto, reúne várias informações importantes e pertinentes que poderá debater conosco.

Na audiência pública sobre regularização fundiária e cadastro ambiental rural, nós estamos aqui pedindo a indicação do Luís Fernando Guedes, que é do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, e também da Roberta del Giudice, que é do Observatório do Código Florestal. Eles têm na verdade experiência nessa área e têm desenvolvido vários estudos e análises de técnicas específicas voltadas para essa temática e, portanto, têm muita autoridade para falar sobre essa questão, inclusive da implementação do Código Florestal Brasileiro, que é um divisor, é um marco importante dessa política ambiental brasileira.

Por fim, a audiência sobre desafios e perspectivas de implementação, faço a indicação do Roberto Kishinami, que é do Instituto Clima e Sociedade, instituto que desenvolve na verdade vários estudos nessa área de mudanças climáticas. Eu entendo que ele dará também uma grandiosa contribuição.

Então, nós estamos fazendo essas indicações porque entendemos que elas serão importantes para o aprimoramento ainda maior do plano de trabalho de V. Exa. Eu queria cumprimentá-lo e desejar-lhe realmente sucesso nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Muito bem, Senadora.

Gostaríamos que as sugestões fossem apresentadas por escrito à Secretaria, como forma de requerimento simples. Nós vamos tentar compatibilizar o máximo possível, porque é interessante que a gente enriqueça isso.

Eu tenho uma lista de inscrições, e eu gostaria de observá-la daqui para frente.

Deputada Talíria, só um minutinho. O Deputado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Só para eu complementar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – ... Deputado Leonardo Monteiro...

Diga, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Só para dizer que está tudo por escrito aqui. Quero protocolar, entregar...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Ótimo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – O Relator tinha algo para falar?

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – O primeiro pedido que a senhora fez com relação à visita externa... A segunda foi com relação a indígenas; a primeira foi qual?

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Seriam algumas diligências na região da Amazônia.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Certo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – A gente poderia fazer uma definição de quais seriam essas áreas da Amazônia para a gente poder conhecer essas experiências exitosas e as dificuldades também, para que a gente possa fazer os encaminhamentos aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Tranquilo.

Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Presidente Senador Zequinha Marinho, quero cumprimentar também o Deputado Edilázio Júnior, Relator, e demais membros aqui da nossa Comissão.

Quero parabenizar também o Deputado Edilázio pela proposta de trabalho. Eu também preparei algumas modificações, acrescentando alguns itens. Preparei um requerimento e vou encaminhá-lo a V. Exa., mas, se me permite...

No item 1.3, Modelo de Desenvolvimento para a Amazônia, a nossa sugestão é que seja incluído o Dr. Francisco de Assis Costa, do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará; e também o Governador Waldez Góes, que é o Presidente do Conselho interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal.

No item 1.8, Regularização Fundiária e Cadastro Ambiental Rural, nós estamos sugerindo também a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); uma representação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; e uma representação da Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas).

Na audiência pública, no item 1.11, Contribuições da Sociedade Civil para a COP 25, nós estamos indicando para o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais o representante do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; uma representação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

1.12 é a crise climática e perspectiva do Sínodo para a Amazônia. Nós estamos indicando um representante da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), um representante do Fórum Nacional em Defesa da Amazônia e um representante do Fórum de Governadores da Amazônia.

Isso está por escrito e vou encaminhar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Muito bem, Deputado Leonardo.

Eu queria, antes de dar a palavra à Deputada Talíria, registrar a presença aqui – parece que acabou de sair, eu baixei a cabeça – do ex-Senador Donizeti Nogueira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Ele está ali do lado. Donizeti foi um membro ativo desta Casa. Seja sempre muito bem-vindo. Você é muito querido por todos nós.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Presidente, só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Conclua, Deputado.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Há um requerimento do Senador Capiberibe, que parece que já foi até mencionado, mas me pediram, se fosse o caso, para subscrevê-lo, pois ele está em viagem. Se for necessário, eu posso subscrevê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – É o requerimento de quem?

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Do Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Do Deputado...

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) – Na verdade, ele já se encontra no nosso plano de trabalho. Acaba que fica inócuo, não vai fazer diferença.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Tudo bem?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ouvir agora, com as suas sugestões, a Deputada Talíria Petrone, por favor.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Boa tarde.

Assim como minhas colegas e meus colegas que me antecederam, quero parabenizar as temáticas abordadas, que eu acho que expressam quase todas as agendas que são relevantes hoje no cenário da agenda climática. Então, eu achei o plano de trabalho suficiente diante das demandas que estão colocadas.

Eu queria apenas fazer alguma sugestão de que a gente possa, ao longo do processo, caso entenda a necessidade, pensar em audiências externas, nos territórios. Eu não tenho nenhuma proposta agora, mas acho que isso pode contribuir imensamente, porque, muitas vezes, as experiências locais nos territórios, nos Estados podem se somar ao nosso trabalho.

E, embora tenha achado o plano bom, como mencionei, eu também queria sugerir algumas inclusões nas composições das Mesas, porque acho muito importante ter um maior equilíbrio, Deputado. Neste momento, inclusive, de tensionamento, em que o Brasil está inserido numa crise ambiental global, eu acho que é fundamental que a gente possa escutar e pensar sínteses, onde for possível, de diferentes setores, segmentos. Então, vou trazer aqui as minhas sugestões. Eu até concordo que não dá para ter Mesas muito grandes, mas, em cada audiência, pelo que eu pude perceber, há ao menos cinco indicações que são, normalmente, indicações representantes de um mesmo setor político. Então, eu queria que a gente pudesse, no resultado final, ter essa sensibilidade.

Eu estou aqui com o plano de trabalho que estava no sistema ontem. Então, a numeração está diferente.

No que era 1.1, que, se não me engano, agora é o 1.2, eu queria sugerir a inclusão da Dra. Camila Moreno, do CPDA da Rural do Rio de Janeiro – ela é pesquisadora que monitora as negociações internacionais sobre mudanças climáticas, e acho que ela pode contribuir bastante para a temática –, assim como a inclusão do Pós-Doutor Alexandre Araújo Costa, que é do Ceará e hoje é titular da Universidade do Ceará e é um grande cientista nas temáticas de climatologia física, meteorologia aplicada. Ele, com certeza, vai somar bastante para os nossos debates.

No 1.2, que eu acho que é 1.3, há a inclusão do Greenpeace, que vem, no último período, monitorando dados, denunciando o que é o cenário de desmatamento no Brasil. Acho que é bastante importante.

No 1.3, que é o 1.4 agora, sobre o novo modelo de desenvolvimento da Amazônia, surgiu a inclusão do nome de Antonio Donato Nobre, que vem pesquisando... É uma referência para nós. Ele reflete o quanto a Amazônia interfere no clima global, fazendo inclusive analogia da Amazônia não como pulmão, mas como ar-condicionado, como reguladora do clima global.

Seguindo aqui, ainda neste item, o Ivo Poletto, do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social, e o Márcio Santilli, do ISA (Instituto Socioambiental).

Sei que são muitos nomes. Acho que a gente pode depois chegar a um consenso para um conjunto de...

Peço a paciência, porque eu estou indo de ponto em ponto.

No 1.4, que eu acho que é o 1.5 aí – estou falando os dois números para não termos... É a mesma proposta da Senadora: da inclusão do João Paulo Capobianco. Então, acho que neste talvez tenha consenso entre nós, porque, na verdade, ele é o articulador, foi o primeiro a pensar e a construir esse plano de combate ao desmatamento na Amazônia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No 1.5 ou 1.6, a inclusão do Alexandre Prado, que é Diretor de Economia Verde do WWF, e da Marina Grossi, que é Diretora-Executiva do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Até contribuições para pensarem também essa lógica sustentável que inclua o desenvolvimento econômico também.

No 1.7 ou 1.8, acho fundamental que possamos também ouvir movimentos sociais. Sem dúvida, a Via Campesina Brasil, que reúne uma gama de movimentos de luta pelo campo e que tem também construído alternativas para o uso sustentável do solo. Acho que pode trazer contribuições para nós.

No 1.8 ou 1.9, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) também, por essa necessidade que senti – que é de onde eu parto, de parte da perspectiva em que a gente pensa as mudanças climáticas – da escuta dos movimentos sociais; assim como do Observatório do Código Florestal, que conjuga um conjunto de entidades que têm discutido a implementação do Código Florestal desde a sua formulação aqui no Congresso.

No 1.9, já estou terminando, o Deputado Leonardo, acho, já sugeriu a Conac – se não me engano –, que é o 1.9, sobre transição energética.

Eu tinha proposto aqui o Grupo Carta de Belém, que inclui também a Conac e outros movimentos. Então, a gente pode depois conversar e pensar a melhor forma. E o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que tem construído experiências incríveis no território de hortas livres de agrotóxicos, de cisternas com captação de água da chuva, uma alternativa inclusive energética para a gente pensar as mudanças climáticas.

E, por fim, no item que envolve ainda esse da transição energética, também o André Ferreira, do lema, da escola de agricultura da USP, e o Shigueo Watanabe, do Instituto Escolhas.

Agora, por fim mesmo, no último item que envolve a gente pensar a COP, a ex-Ministra do Meio Ambiente Izabella Mônica Vieira Teixeira. Eu acho que ela tem um papel-chave na construção do Acordo de Paris, Sr. Senador, Sr. Deputado, e sem dúvida pode trazer contribuições para nós, a partir da experiência como gestora. E do Bráulio Ferreira de Souza Dias, que é ex-Secretário-Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica, que é a irmã parceira da Convenção Climática. Ele é um pesquisador que é uma referência mundial em tudo que envolve biodiversidade, e sem dúvida vai ser uma excelente contribuição para nós, além da Ana Toni, Presidente do Instituto Clima e Sociedade, e do Luiz Filho, que é também Professor do Instituto de Estudos Avançados da USP.

São muitas sugestões, acho que a gente pode, de repente, analisá-las e tentar... O meu apelo é que essas Mesas sejam mais equilibradas do que estão. Acho que isso pode fazer com que a gente saia desta Comissão com sínteses possíveis para enfrentar a crise ambiental que a gente está vivendo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Obrigada, Deputada Talíria.

Eu concedo a palavra agora ao Senador Alessandro Vieira. Com a palavra, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Parabenizo o Deputado Edilázio pelo plano apresentado, que certamente, com os reparos que os colegas de Comissão apresentam, terá atração necessária para produzir conhecimento que esta Comissão se propõe a ter.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas gostaria de apresentar uma sugestão que entendo extremamente oportuna para o item 1.10 do plano apresentado, no tocante à regularização fundiária como um instrumento para mitigar a tensão social no campo e incentivar a produção em bases sustentáveis. Eu gostaria de sugerir a apresentação, convocação ou convite, da Procuradora da República Ana Carolina Haliuc Bragança, que é a Coordenadora da força-tarefa Amazônia do MPF.

Nós não podemos deixar de lado o óbvio evidente de que desmatamento, queimada, não é fenômeno natural nem é fenômeno do trabalhador local: é crime organizado. E a consequência e o desdobramento deste crime é buscar a regularização da terra, que passa a ter valor comercial. Então, acho que aí, sim, para que possamos ter a informação, com o fluxo correto, nós já teremos os Governadores Helder Barbalho, Wilson Lima e Mauro Mendes, teremos o Secretário Nabhan Garcia, teremos um representante do Incra, e é oportuno termos a voz do MPF neste ponto.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Muito bem.

Nós vamos passar a palavra ao Relator para que ele possa fazer as ponderações a respeito das sugestões, dizendo que, naturalmente, vamos tentar incluir em cada audiência pública aquilo que for possível. Na Mesa cabem "x" palestrantes, então vamos tentar condensar, sistematizar isso e ver a importância da instituição que representa, a história enfim, para poder então trabalhar isso. E nós vamos ter muitas audiências, e nosso tempo talvez não permita tanta coisa, porque nós temos ali um horizonte muito perto, que é o mês de dezembro, para estar com o relatório, se Deus quiser, consistente, importante, interessante para fornecer à sociedade, ao Governo e ao Parlamento.

Uma coisa muito interessante, acho que até óbvia também, a Amazônia tem hoje 23,5 milhões de habitantes. Eu estava mandando fazer uns apanhados aqui: só o Governo Federal já implantou na Amazônia até agora 2.272 projetos de assentamento – não é pouca coisa, são quase 2,3 mil. Nós temos na Amazônia hoje 447 mil famílias assentadas do Incra, eu não estou falando dos governos estaduais, não estou falando dos agricultores independentes, estou falando só do Governo Federal – só do Governo Federal. É algo em torno de 70 milhões de hectares que o Incra comanda. E esse povo todo trabalhando da forma mais rudimentar possível, usando uma tecnologia bem primitiva e tendo o fogo como um aliado na limpeza da área para poder fazer o plantio.

Qualquer meta de trabalho, qualquer plano de trabalho, para a Amazônia ou para qualquer outra região do mundo, para se mitigar essas questões climáticas, a gente precisa incluir as pessoas que moram lá, porque sem a cumplicidade delas, sem levar em consideração a sobrevivência delas, nós vamos tentar a vida toda – assim como se tem tentado e não se tem conseguido. Vamos ter que encarar isso, discutir isso como gente grande pensando que o ser humano deve ser o centro dessas coisas todas para que a gente possa ter a parceria de quem mora lá, de quem vive lá na preservação do meio ambiente. E o Governo precisa demonstrar algum esforço.

Eu estava fazendo um apanhado, Deputada Talíria, porque todas as ações do Governo atual se resumem praticamente em três itens fundamentais: primeiro, proibir; segundo, reprimir; e, terceiro, punir. E aí, quando você procura outra coisa a mais, não há. Se isso funcionasse, se isso desse resultado, a gente estava com tudo resolvido. Tenho certeza de que não teríamos tantos problemas como estamos vivendo hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esta Comissão tem o dever, a missão de trabalhar, de pensar um assunto mais amplo, um trabalho mais consistente para que a gente possa perseguir alvos que possam dar resultados efetivos.

Nesse fim de semana agora estivemos na BR-163, nos povoados de Cachoeira da Serra, depois Castelo dos Sonhos, Município de Novo Progresso, depois voamos para Altamira. Tivemos uma audiência pública em Altamira sobre regularização fundiária, porque a falta de regularização fundiária é a mãe de tudo, é a raiz de tudo. Como é que você responsabiliza alguém se aquela terra não tem um dono? A quem você vai se dirigir? É terra pública, é terra livre. As pessoas aprontam o que querem.

Então, o Governo tem que tomar providências imediatas com relação à questão da regularização fundiária. Se não fizer isso, nunca vai ter a quem responsabilizar, nunca vai ter um nome, nunca vai ter um CPF para dizer: "Você cometeu um crime e você deve ser punido por isso". A gente precisa tomar medidas que deveriam ter sido tomadas há três, quatro décadas, e que hoje, por não terem sido colocadas em prática, acabaram nos trazendo imensos problemas de toda a ordem.

A regularização fundiária, primeiro, resolve o problema de segurança jurídica; segundo, resolve o problema ambiental na sua maioria, 80% do problema ambiental com certeza você começa a tirar por aí; terceiro, a questão econômica, porque as pessoas estão ali para produzir. E como é que financia, como é que compra o trator para não ter que colocar mais fogo, Senador? Como é que usa um tratorzinho se não tem dinheiro e tem que financiar? E o banco tem suas instruções, até porque o dinheiro é público, são fundos constitucionais.

Então, nós temos muita coisa para debater com tranquilidade, com muita responsabilidade e questões práticas, muito práticas, porque teorias nós temos debatido e lamentavelmente não temos alcançado sucesso nas medidas postas.

Meu Relator, por favor, suas considerações.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, é de extrema valia tudo o que nós ouvimos aqui dos nossos colegas e devemos levar em consideração tudo que foi externado.

Aqui no plano já contempla uma visita a alguma área de queimada crítica. Então, por sugestão, Sr. Presidente, nessa visita ao local mais crítico com relação às queimadas, a gente já pode matar em uma tacada só as sugestões da Senadora Eliziane, com relação a projetos sustentáveis – ver um local que tenha essa situação de projetos sustentáveis, que esteja tendo queimadas e que também contemple a área indígena –, e também a da Deputada Talíria de fazer uma audiência também externa, e quando fosse fazer essa visita, fosse um ou dois dias, mas eu acredito que a gente conseguiria fazer tudo isso é já contemplar essa situação que foi suscitada aqui.

Com relação aos nomes, as sugestões todas são de pessoas relevantes. A gente precisa adequar porque não dá para colocar todos, a gente já trouxe algumas sugestões, mas não há nenhum empecilho em retirar nomes que aqui já estão para adequar e colocar os nomes dos que forem apresentados. A gente pede só que isso venha por escrito, para que nós possamos, em uma próxima reunião, já apresentar o plano de trabalho com essas adequações, enfim, do jeito que puder tentar chegar a um denominador comum que consiga agregar a todos e enriquecer o debate. Eu acho que o mais importante é a gente poder fazer um debate frutífero, para que nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possamos, ao final desta Comissão, apresentar um relatório propositivo, um relatório que realmente possa trazer algo de concreto com relação a projetos de lei, com relação a indicações a serem feitas, para que se possa melhorar a situação tanto dos moradores, como bem o Presidente citou, desses mais de 20 milhões de moradores dali, como também do nosso ecossistema, da nossa imagem mundo afora.

Então, eu acredito que a gente tem como fazer desta Comissão aqui algo com um protagonismo ímpar no sentido de mostrar que o Congresso está interessado e preocupado com a situação que o País vem enfrentando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Nós temos dois requerimentos sobre a mesa, mas os autores não estão presentes. Um é do Deputado Camilo Capiberibe e; o outro é do Senador Confúcio Moura.

Vamos aguardar que eles, na próxima reunião, possam aqui estar, a fim de que possamos ouvi-los, votar e, certamente, aprovar...

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – O pleito do Deputado Camilo já está inserido no nosso plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – O Deputado Camilo, então, já está contemplado...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. *Fora do microfone.*) – O Deputado Camilo me pediu para que subscrevesse.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) – Faz parte das visitas, das diligências.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Correto. Mas, como já está contemplado, torna-se sem sentido neste momento.

Obrigado, Deputado Leonardo.

Eu queria colocar em discussão, já que não temos os autores dos requerimentos aqui, o nosso plano de trabalho, a respeito do qual todos já fizeram as suas ponderações. Vamos fazer as devidas adequações, sistematizando... Claro que aquilo que já está não se precisa colocar novamente. E nosso Relator, bem como toda a assessoria, certamente, deverão trabalhar para que a gente possa produzir um plano tranquilo.

E eu pergunto a V. Exas. se concordam com o que foi exposto, colocando as adequações sugeridas dentro da possibilidade do plano de trabalho.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Pois não, Deputada.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. *Pela ordem.*) – Sr. Presidente, só para deixar explícito. A gente vai ter as adequações na próxima... De repente, a gente aprova na próxima semana, na próxima reunião. É para que a gente também veja o que foi incorporado e o que não foi.

Esta é uma sugestão a título... A partir das demandas que nós apresentamos à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Senador Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. *Pela ordem.*) – Sr. Presidente, eu queria deixar aqui uma sugestão, até porque eu acho que vai nos ajudar em relação ao rito.

Em relação às audiências, independentemente de nomes, só reafirmando, eu acho que nós precisamos ser o mais concisos possível, mas com a maior representatividade necessária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Exatamente, concordo com a senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Então, eu acho que a gente precisaria ter, pelo menos, em cada uma das audiências, um representante do Governo Federal e da Amazônia – e aí se definiria quem seria –, um representante de uma entidade ambiental, um representante de uma entidade científica, de um movimento social e da área empresarial.

Ou seja, nós vamos ter, em média, cinco pessoas por audiência, o que seria bom. Nós já tivemos aqui audiências com dez, com quinze!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Ótimo!

Então, vamos fazer o seguinte...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Os movimentos sociais representam a parte trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Eu acolho a solicitação da Deputada Talíria para que, na próxima semana, a gente vote o requerimento do Senador Confúcio Moura e outros que, de repente, entrem na pauta. Enquanto isso, vamos fazendo a sistematização e as adequações, a fim de que o Relator possa ajeitar tudo isso, para, então, a gente submeter à votação na próxima reunião, quarta-feira que vem.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Pois não, Relator.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA. Como Relator.) – Só uma consideração.

Eu me comprometo a acolher o que a Deputada pediu, alguns desses nomes. A Senadora Eliziane foi muito feliz em, mais ou menos. A Senadora Eliziane foi muito feliz em, mais ou menos, colocar que todos os segmentos sejam representados, agora, assim: a gente estava falando aqui de, mais ou menos, salvo engano, eu acho que deu mais 15 audiências – deixe-me ver: 12 audiências –, e nós não vamos ter tempo hábil para ter... Se nós conseguíssemos ter uma audiência por semana até véspera do nosso recesso aqui, nós não teríamos condição de ter todas essas audiências. Nós já perdemos uma semana, que foi a semana passada, quando nós não tivemos reunião. Tivemos, na semana retrasada, a instalação, e semana passada nós já tivemos.

Eu faço um apelo ao Presidente e aos colegas, se possível, aprovar com a ressalva de, na próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – ... apresentar...

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) – ... apresentar e, se porventura, quiserem fazer alguma situação, incluir algum nome, a gente vota naquele momento e já dá andamento à Comissão, porque senão eu acho que a gente vai perder ainda mais uma semana apenas para aprovar o plano de trabalho, Sr. Presidente. Fica a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, a gente tem sobre a mesa requerimento específico para apreciação – o senhor não fez a leitura –, com relação à inclusão da Procuradora Federal Ana Carolina. Então, se já podemos apreciar esse requerimento específico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) – De minha parte...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Qual o requerimento?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – O requerimento que pede para que seja incluído no plano de trabalho, no seu item 1.10, o tema Regularização Fundiária, como o senhor bem falou...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – O requerimento não está conosco ainda.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – O secretário está à disposição.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só mais uma sugestão: no item 1.9 – Desafios e perspectivas de implementação das indicações da NDC sobre energia – eu estou sugerindo também a Associação Brasileira de Energia Limpa, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – O.k.? Deixe-me só fazer uma explicação, Senador Alessandro. Todos os outros Parlamentares apresentaram as suas sugestões, que é o caso dela também, e foram acolhidas. O Relator vai, dentro da possibilidade... Eu só quero recomendar aqui que a gente coloque em prática também a ideia da Senadora Eliziane. Eu achei interessante, dentro daquilo que ela pautou, que a representação nas audiências públicas pudesse contemplar órgãos de representação, para a gente poder, realmente, estar bem alicerçado naquilo que se faz.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA. Como Relator.) – Claro. De minha parte, Sr. Presidente, vou pelo deferimento. E na verdade o que peço agora é que nós aproveemos pelo menos os temas que aqui estão. Aprovou o plano de trabalho, e aí a gente vai adequar da forma como a Senadora Eliziane trouxe, vamos adequar os nomes de uma organização não governamental, de um membro do Governo, de um membro do agronegócio...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Isso.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) – De um membro... Enfim, ter todos os representantes também, como a Procuradora, eu acho que é de extrema valia, Senadora, participar, uma vez que ela está nessa força-tarefa da regularização fundiária.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – O.k. Em discussão a proposição do Relator.

Quer falar, Senador Paulo?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Para discutir.) – Eu acho que nesse tipo de debate aqui, principalmente nesta Comissão que vai tratar de todas as questões que envolvem questões ambientais, etc., quanto ao encaminhamento de aprovar as audiências públicas, a Mesa deveria ficar aberta, porque dos vários setores acabam encontrando nomes que podem vir, em muito, contribuir para esse processo.

Então, eu acho que se tem que fazer um calendário, conforme o Relator disse, das várias audiências e, há tempo dos vários interesses aqui, colocar nomes a tempo de serem convidados daquela audiência.

Eu acho que a Mesa... A gente poderia aprovar, mas que fique aberto para que a gente possa incluir nomes nos vários temas quando forem aprovadas as várias audiências públicas para que os vários setores aqui tenham relações com entidade, com pesquisadores, com estudiosos que podem vir contribuir muito com nosso debate.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – O grande problema aqui é o espaço temporal e a quantidade de pessoas a serem ouvidas. Temos que adequar tudo isso.

Só um minutinho...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – O encaminhamento que eu estou entendendo do Relator é que a gente considere aprovados temas e, até a próxima reunião, fazemos o fechamento dos nomes indicados das entidades.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA. Como Relator.) – O que eu poderia... Quero até sugerir, Sr. Presidente, o seguinte: nós poderíamos, neste momento, aprovar o plano, já marcar a data da próxima reunião para a próxima terça-feira ou para a próxima quarta-feira, o senhor delibera; já trazer, na próxima reunião, um calendário como foi sugerido também aqui pelo Vice-Presidente Sérgio Souza das audiências, enfim, uma ordem cronológica aqui, e, com esse calendário, com as audiências, já trazer os nomes de alguma forma que contemplem o que já foi sugerido aqui.

E também, Sr. Presente, na próxima sessão, nós já poderíamos agora deliberar qual seria a primeira audiência pública, a gente já poderia ter uma audiência pública na próxima reunião e só apresentar... Já vai estar, para cada membro, o novo plano de trabalho com um calendário e com os nomes que foram sugeridos. E aí podemos, nessa audiência pública, antes ou depois da explanação dos convidados, votar, acrescentar e tentar chegar a um denominador comum tanto com relação ao calendário quanto aos nomes das próximas audiências.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – É interessante. O tempo é curto, mas eu concordaria contigo. Não depende da gente, porque nós estamos aqui e vamos fazer o possível.

E quanto aos convidados, arriscaria aí algum tema para gente já trazer na próxima quarta-feira?

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) – Como bem V. Exa. sugeriu, seria meteorologia, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Eu estive, hoje, no Instituto Nacional de Meteorologia e o tempo que eles pediram foi em torno de 15 dias, para poder reunir as informações.

Nós fizemos um pedido um tanto amplo: tanto a questão climática quanto a questão de chuvas de cada região do Brasil, e eles acham que isso é uma tarefa importante e grande. Então, não teriam condições de, na próxima semana, estarem aqui para trazer um apanhado disso no Brasil todo, levando como ponto de partida o ano de 1950. E fazendo de lá para cá, até chegarem aos nossos dias para dizer a todo mundo o que já aconteceu até aqui: o aumento da população, como isso trouxe aquecimento. Enfim, todas as nuances possíveis quando se trata de um assunto como esse.

Então eles acharam que precisam de um tempo um pouco mais elástico. Na semana que vem não seria possível. Mas se houver uma outra...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – ... nós estamos abertos para receber, porque eu entendo também que nosso tempo é curto.

Senador Alessandro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – O senhor me permite uma sugestão? O item 1.7, Fundo Amazônia, parece-me que os indicados, sugeridos, que seriam Victor Burns, do BNDES; um representante do Ministério do Meio Ambiente e João Paulo Capobianco, são pessoas que já podem,...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Moram aqui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – ... na próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Ótimo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – ... fazer essa apresentação e tratar de um tema que é essencial.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Já ganhamos uma semana.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Já ganhamos uma semana e já tratamos do Fundo Amazônia, 1.7.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Então vamos lá, vamos voltar aqui à questão da aprovação do programa de trabalho, do plano de trabalho, que, aprovando agora, o Relator apresenta semana que vem, e a gente faz isso antes da audiência...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – A gente faz isso antes da audiência pública. A apresentação, ele vai adequar os palestrantes. Também vamos trazer o calendário até o final do ano, de toda a atividade da Comissão. Logo em seguida, a gente faz audiência pública com o BNDES, tratando sobre o Fundo Amazônia, o Ministério do Meio Ambiente, mas ouvindo o setor...

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – ... não governamental, que é o João Paulo Capobianco, não é?

Pois não, Deputada.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Só para ficar aqui explícito, porque eu acho que eu estou com um documento que está faltando um item. Qual é o título, o subtítulo do...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Ah, eu não tenho esse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco/PSC - PA) – É o sete.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Acho que não estava no plano de trabalho. Então, tudo bem.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) – Da minha parte, Sr. Presidente, nós acatamos a sugestão do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – O.k. Os Srs. Parlamentares que concordam com o plano de trabalho apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o plano de trabalho, ficam aprovadas as ações aqui propostas.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata será encaminhada à publicação.

Antes da palavra final...

Oi, Deputada.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Presidente, desculpe, é só para a gente não sair daqui com nenhum... Nós tínhamos sugerido o nome do Capobianco para a audiência que envolve o Plano de Controle do Desmatamento na Amazônia, o PPCDAm. Então...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Correto, deixe-me lhe falar...

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Eu queria apenas manter...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – V. Exa. pode sentar com o Relator e acertar esses detalhes.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Não, não, eu queria, só para concluir, já que ele foi incluído em outra audiência, eu queria só manter a sugestão também desse nome para essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Tudo bem.

Agradeço a presença...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, só para ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Só para ficar claro. Nós vamos fazer a primeira audiência sobre a questão do Fundo Amazônia, e já estão listados os convidados. Antes dessa audiência pública, a Mesa vai trazer o plano de trabalho, com o calendário das várias audiências?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Isso.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Mas vai estar aberto para que a gente inclua os nomes em cada audiência.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Inclusive substituições. Você quer chamar uma pessoa, essa pessoa não tem condições de vir, vamos ter que arrumar alguém que a substitua para palestrar em cima do mesmo tema. Então, não há nada aqui que não possa ser combinado, de comum acordo alterado.

Agradeço a presença de todos.

Mais nada havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e boa tarde a todos.

(Iniciada às 14 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 57 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Eduardo Braga, Rodrigo Cunha, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Delegado Pablo, Edílázio Júnior, Zé Vitor, Claudio Cajado, Carlos Gomes, Alan Rick, Leônidas Cristino, Camilo Capiberibe, Talíria Petrone, Paulo Paim, Rosana Valle, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Pr. Marco Feliciano, Juíza Selma, João Roma, Nelsinho Trad, Simone Tebet, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Izalci Lucas e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Parlamentares Confúcio Moura, Rose de Freitas, Alessandro Vieira, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Jaques Wagner, Átila Lins, Sergio Souza, Aroldo Martins, Luiz Carlos, Roberto de Lucena e Leonardo Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa.** **Finalidade:** Debater o "Fundo Amazônia". **Participante:** Sr. João Paulo Capobianco, Vice-Presidente do Conselho Diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Reunião de Trabalho.** **Finalidade:** Definição dos convidados para as Audiências Públicas constantes do Plano de Trabalho da Comissão (REQ 4/2019-CMMC). **Resultado:** Adiado para o dia 25/09/2019. **3ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas nº 12, de 2019** que: "Requer audiência pública com o objetivo de debater as variações de CO2 na atmosfera" **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente Reunião, que é aprovada. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta minutos.

Senador Zequinha Marinho

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/18>

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião será dividida em duas partes. A primeira parte, realização de audiência pública sobre o tema Fundo Amazônia. A segunda parte será a consolidação e a definição dos convidados para as audiências públicas constantes do plano de trabalho da Comissão.

Vamos dar início à primeira parte.

Esta reunião é destinada à realização de audiência pública para debater o seguinte tema: Fundo Amazônia.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

A Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelações pelos Srs. Parlamentares já inscritos; e a palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Convido para assento à Mesa o seguinte convidado: Dr. João Paulo Capobianco, Vice-Presidente do Conselho Diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

Por favor, Dr. João Paulo, à nossa esquerda aqui. Muito obrigado pela presença.

Eu concedo a palavra, a partir deste momento, a V. Sa. para a sua apresentação.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Para exposição de convidado.) – Exmo. Senador Zequinha, demais Senadores presentes, senhoras e senhores que estão aqui nos acompanhando, aqueles que estejam também nos acompanhando pela internet, pela transmissão virtual, eu cumprimento todos e agradeço a oportunidade de estar aqui hoje presente tratando de um assunto que eu considero da maior relevância, assunto com o qual eu tenho uma relação bastante próxima na medida em que participei ativamente de todo processo de criação do fundo enquanto exercia o papel de Secretário de Biodiversidade e Florestas e, posteriormente, de Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, entre os anos de 2003 e 2008.

Eu gostaria, Sr. Presidente, se o senhor permitir, de fazer primeiramente uma explanação um pouco sobre a origem do fundo, do que nós estamos falando. E, na sequência, vou apresentar alguns números muito rapidamente também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA. *Fora do microfone.*) – Tudo bem. Tranquilo, tem tempo.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Muito bem. Recentemente, eu publiquei inclusive um artigo no *Correio Braziliense* com um título que foi polêmico. Alguns me questionaram, próximos a mim inclusive, se eu não tinha exagerado no título. O título era "Ameaças ao Fundo Amazônia: um crime de lesa-pátria". Disseram: "Poxa, mas um crime de lesa-pátria é muito forte". Mas eu acho que não. Eu vou tentar, nesses poucos minutos que eu tenho aqui, mostrar aos senhores por que, para mim, isso de fato é algo gravíssimo, que eu gostaria de destacar.

Há um significado importante e não completamente entendido, do meu ponto de vista, e também tampouco explicitado em relação ao Fundo Amazônia. Quando foi criado em 2008, li comentários muito positivos na imprensa, com destaque para um editorial da *Folha de S.Paulo* elogiando a iniciativa, dizendo que era um mecanismo financeiro inteligentemente bem engendrado para trazer recursos de doação para o Brasil, em particular para a Amazônia. Ocorre que, ao ler aquilo, eu falei: "Olha, não é verdade, não é só isso que o fundo é".

Na realidade, na minha perspectiva, a criação do fundo envolveu um movimento politicamente ousado, em que o Brasil se colocou na cena internacional, mostrando resultados e assumindo compromissos frente aos desafios das mudanças climáticas. Foi uma mudança, um *turning point*, como a gente chama, na posição brasileira em relação à Convenção do Clima.

Por que eu digo isso? Isso pelo seguinte: até 2005, a posição oficial brasileira frente à Convenção sobre Mudanças Climáticas era a de não admissão de qualquer relação entre clima e florestas. O Brasil se opunha veementemente à inclusão do tema florestas na convenção. Havia vários argumentos utilizados para reforçar essa posição, mas três eram os mais exaustivamente expostos e eram os mais importantes. O primeiro argumento que o Governo brasileiro, a diplomacia brasileira apresentava era o pressuposto da convenção das chamadas responsabilidades comuns, porém diferenciadas, ou seja, países em desenvolvimento, como o Brasil, não têm responsabilidades iguais aos países desenvolvidos. Inclusive, o País estava fora do Anexo I, portanto ele não tinha sequer metas de redução obrigatória como os países desenvolvidos. Esse era um argumento. O segundo argumento era de que, além de as responsabilidades serem diferentes, havia uma trajetória histórica diferente. Por quê? Porque o Brasil se industrializou tardiamente em relação aos países desenvolvidos, portanto os países desenvolvidos é que jogaram enormes quantidades de gás carbônico na atmosfera, logo o Brasil deveria esperar que esses países primeiro cumprissem suas metas de redução para, depois, o Brasil fosse envolvido. E, finalmente, havia também o argumento da soberania, que isso implicaria restrições ao Brasil. Também havia aqueles que ainda hoje dizem que nós não podemos ter lição de ninguém, porque, afinal de contas, desmataram o mundo todo agora não querem que o Brasil desmate. Esse tipo de argumento também era muito utilizado.

Muito bem, a realidade é que o Brasil, a partir de 2003, enfrentava uma realidade bastante pesada em relação ao desmatamento. Nós tínhamos um desmatamento na Amazônia crescente; em 2004, ele chegou ao segundo pico histórico. O primeiro pico histórico foi em 1995, 29 mil quilômetros quadrados; e o segundo pico foi em 2004, com 27 mil quilômetros quadrados – dados extremamente acelerados, um volume de desmatamento extremamente alto. Hoje a taxa de desmatamento no Brasil ainda é muito alta, entretanto é evidente que ela é muito menor do que naquele período. O que ocorre é que a vinculação entre o Brasil – e aí começa a mudar a história,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aonde eu quero chegar, à origem do fundo –, a relação entre florestas no Brasil e clima ficou muito evidente e passou a ser difícil de ser negada a partir da Conferência das Partes nº 10, que ocorreu em Buenos Aires. Por que isso? Porque, naquele ano, o Brasil apresentou o 1º Inventário Nacional de Emissões. E, nesse inventário que o Brasil apresentou pela primeira vez, foi explicitado que o desmatamento da Amazônia e do Cerrado, mas principalmente da Amazônia, emitia 70% de tudo que o País jogava na atmosfera de gás de efeito estufa, ou seja, o desmatamento era responsável por 70% da contribuição brasileira para o agravamento do quadro climático.

Esse fato foi extremamente alarmante na época. Até hoje esses dados são preocupantes, porque atualmente é quase 50%, apesar de tudo que foi feito – ainda é muito alto –, diferente dos outros países, que têm as suas emissões baseadas na produção de energia, no transporte, no giro da economia, enquanto no Brasil continua ainda sendo o desmatamento.

Então, o que acontece é que o Fundo Amazônia começa a surgir nessa ocasião. Por quê? Porque a partir de 2003, com base nos dados que ele vinha acompanhando, com base nos fatos, o Brasil decidiu mudar a sua relação com o desmatamento na Amazônia.

O senhor acompanhou isso muito de perto. Nós tivemos várias oportunidades em que nós estivemos falando sobre esse tema. Nem sempre o senhor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – É. Nem sempre o senhor concordou. Não sei se vai concordar... Mas nós tivemos muitas – aliás, permita-me um parêntese –, muitas conversas muito produtivas, posições diferentes, porém sempre marcadas por diálogo e debate. Nunca me faltou nesta Casa e na Câmara o espaço para colocar as ideias e debatê-las e chegarmos a alguns denominadores comuns, como de fato chegamos. E o Brasil mudou bastante desde então.

O que aconteceu em 2003 foi uma inflexão. Foi uma decisão política, tomada pelo Governo, de retirar a responsabilidade sobre o controle do desmatamento do Ministério do Meio Ambiente e trazer isso para o centro de Governo. O Presidente da República na época assinou um decreto criando a comissão interministerial para controle e redução do desmatamento na Amazônia e definiu que a Casa Civil deveria presidir essa comissão. Essa comissão começou com 11 ministros, porque era vedada a participação de quem não fosse ministro ou secretário-executivo, não era permitida a indicação de substituto. Então, ela começou com 11 ministros e depois ela chegou a 13 ministros e funcionou durante muito tempo assim.

Essa comissão instituiu, em 2004, o PPCDAm (Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento), que começou a operar naquele ano, com muita intensidade, envolvendo, como eu disse, 13 ministérios e dezenas de órgãos públicos vinculados a esses ministérios – Polícia Federal, Incra, Embrapa, ou seja, dezenas de órgãos. E o resultado disso é que, muito rapidamente – todos se lembram disto –, os resultados deram positivos, ou seja, de 2004 até 2007, período de três anos, o desmatamento na Amazônia reduziu 58%. E nós chegamos em 2007 com o mesmo número de taxa de desmatamento de 16 anos antes, sendo que, evidentemente, as diferenças da capacidade financeira e a força de trabalho econômica para desmatar eram muito maiores do que em 1991. Portanto, foi um feito enorme.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí surgiram as velhas e importantes discussões no plano internacional. "Olha, o Brasil está fazendo a sua parte. E qual é a contribuição que o Brasil vai receber por estar fazendo a sua parte?" Foi assim que começou a discussão do Fundo Amazônia, ou seja, se o Brasil está avançando concretamente com seus próprios recursos, a partir da sua própria decisão política, no controle do desmatamento, é justo que haja uma contribuição e uma retribuição internacional para isso – esse foi o mote da questão.

Entretanto, eu lembro que havia uma oposição do Governo, em especial do Itamaraty, frente a essa vinculação.

Então, eu diria para os senhores – aqui eu vou mostrar por que – que a criação do fundo foi o resultado de uma das mais bem-sucedidas negociações internacionais na área ambiental conduzidas pela diplomacia brasileira, com base em sofisticados arranjos concebidos pelas áreas técnicas do Governo Federal. Foram três anos de trabalho para que fosse planejado, tendo essas discussões internas, até que o seu modelo fosse considerado pronto para ser apresentado internacionalmente – ou seja, o Brasil trabalhou três anos internamente, envolvendo todos os ministérios do PPCDAm, particularmente Itamaraty, antes de levar essa proposta para a discussão no âmbito da convenção.

O primeiro grande teste da nossa proposta foi numa reunião da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), ocorrida em Roma, em 2006, onde se apresentou tecnicamente a proposta, e ela foi considerada extremamente inovadora e foi apoiada pelo conjunto de países das Nações Unidas naquele momento na área técnica. Posteriormente, no mesmo ano, ela foi levada para a Conferência de Nairóbi, conferência das partes da convenção de clima, e foi apresentada pela primeira vez no plenário para os países e recebeu um sinal muito positivo e uma expectativa positiva para finalmente ir à famosa Conferência de Bali, onde a proposta foi recebida de forma extremamente positiva, e alguns países sinalizaram que teriam muito interesse em contribuir caso houvesse um arranjo satisfatório. E qual é o arranjo?

Aí eu queria mostrar, Senador Zequinha, a relevância disso, porque nós tínhamos que resolver um problema que estava colocado com o qual nós concordávamos; quer dizer, o Brasil tem a maior floresta tropical do Planeta e ele não quer sofrer pressões internacionais no sentido de intervenção na floresta. Por quê? Porque se você coloca na convenção a obrigação da proteção, você se submete a isso.

Então, qual foi o arranjo que o fundo fez, Senador? Foi muito simples: nós não vamos vincular com o desmatamento futuro, ou seja, nós não vamos dizer, não vamos criar nenhum tipo de vínculo do tipo "estamos obrigados a não desmatar tantos mil quilômetros por ano". O que nós vamos dizer é o seguinte: tudo que nós de fato tivermos reduzido por decisão própria do País, soberanamente, será computado para receber uma contribuição internacional; ou seja, nós criamos uma fórmula, que era um gráfico literalmente, em que você tinha uma média histórica dos últimos dez anos de desmatamento, e isso fazia uma linha histórica que eram 18 mil quilômetros quadrados no primeiro gráfico, e cada vez que o Brasil reduzia esse desmatamento, tinha um crédito a receber. Com isso, o Itamaraty reconheceu que não criaram vinculação futura, porque eram contribuições voluntárias para a redução do desmatamento voluntário dos países em desenvolvimento, não era só o Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil que propôs, o Brasil que estudou, mas era aberto a outros países, os quais participaram disso também.

Muito bem, além disso, havia uma outra crítica, que aí nem era da diplomacia brasileira, mas era uma crise generalizada, que era o seguinte: ora, os países poluidores continuam emitindo – está certo? –, aí eles pagam um dinheiro para o Brasil, que reduz, e eles pegam essa redução e usam para justificar como se eles tivessem reduzido a emissão – a famosa compensação de redução de emissão. Pois o Fundo Amazônia proibiu isso, ou seja, eram contribuições voluntárias sobre um desmatamento já realizado, uma redução, desculpa, uma redução já realizada, não vinculava para a frente, e mais, nenhum centavo transferido para o fundo, no Brasil, na Bolívia, na Colômbia ou na Índia, poderia gerar crédito de emissão para o país doador. Então, com isso, nós resolvemos os dois principais problemas. E o fundo foi apresentado de forma extremamente positiva, respeitando a soberania brasileira nacional, respeitando o controle climático internacional, porque não poderia ser usado como crédito; portanto, quem pagou no fundo tem que continuar reduzindo a emissão, independentemente de ter pagado para o fundo, e, mais do que isso, nós avançamos ainda mais. Por quê? Porque nós exigimos, exigimos não é uma palavra correta, nós colocamos e negociamos para que os recursos viessem para um banco brasileiro. Isso parece irrelevante hoje, mas, na verdade, até este caso do Fundo Amazônia, todos os recursos internacionais que vinham para o Brasil vinham através do Banco Mundial. Portanto, a nossa autonomia na aplicação dos recursos era extremamente limitada; era condicionada à aprovação do Banco Mundial. Nós, então, envolvemos BNDES e os recursos vieram para o BNDES para que eles fossem geridos por um banco brasileiro, por um conselho de brasileiros, em que os doadores não têm assento, não decidem.

Portanto, nós entendemos naquele momento que nós tínhamos conseguindo chegar, graças a uma impressionante mente competente em condução e negociação liderada pelo Itamaraty, a um resultado extremamente positivo. Foram três anos de negociação interna, um ano de negociação externa, e no dia que o Brasil lançou o fundo em 2008, de imediato a Noruega assinou um cheque de US\$20 milhões e se comprometeu a chegar a US\$1 bilhão – a maior doação a fundo perdido que o Brasil já recebeu.

Então, nós temos hoje, senhoras e senhores, uma situação absolutamente inusitada: nós temos um fundo construído respeitando e valorizando a autonomia, a soberania, a decisão política do Brasil, que já levantou mais de US\$1 bilhão, que tem – eu vou mostrar os números – um impacto enorme na Amazônia, e o fundo está paralisado. Por que é um crime de lesa-pátria? É um crime de lesa-pátria porque desrespeita todo o processo feito anteriormente; desrespeita os doadores de boa-fé, que colocaram recursos acreditando no que o Brasil disse; desrespeita a Amazônia, porque retira recursos de uma região que precisa de recursos; e gera uma instabilidade no sistema.

Vamos só olhar os números para ter a dimensão do que eu estou falando.

Olhem só: antes do Fundo Amazônia, qual era o fundo ambiental mais importante do Brasil? Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado em 1989, pela Lei 7.797. Esse fundo investiu, durante 28 anos – esse é o último dado, ele não acabou, esse fundo continua –, ele investiu, durante 28 anos, senhoras e senhores, R\$278 milhões, em 28 anos. Portanto, o fundo financeiro mais importante do Brasil investiu, durante 28 anos, R\$278 milhões em áreas críticas e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioritárias para a conservação ambiental, sendo que parte importante desse recurso é orçamento público da União, recurso de um bolso para o outro, como a gente chama, nosso recurso, não é recurso extra.

Muito bem, se nós olharmos quanto o Fundo Nacional do Meio Ambiente investiu... Vou repetir: o mais importante fundo brasileiro investiu, durante 28 anos, R\$ 59 milhões na Amazônia. Esta foi a capacidade que o fundo teve de investir na Amazônia: R\$59 milhões em 28 anos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – É o mesmo valor. E exatamente, aqui é o Brasil. Ele investiu no Brasil 278, e, na Amazônia em particular, 21.39% do valor, 59%.

Portanto, nós estamos falando... Vou repetir: o fundo mais importante, que atuou durante mais tempo, conseguiu investir 60 milhões, arredondando, na Amazônia. Depois do fundo, nós tivemos, num período curto, o PPG7, que foi um programa piloto para a proteção das florestas tropicais brasileiras, foi uma doação dos países do G7. E ele investiu, durante 12 anos, US\$428 milhões, sendo que uma parte importante foi contrapartida do Governo brasileiro, orçamento do Governo brasileiro.

Portanto, partes importantes desses recursos vieram do próprio Brasil. E mais: parte importante desses recursos foram gastos no gerenciamento do Banco Mundial, foram gastos que foram repassados e utilizados pelo próprio gerenciamento dos recursos, valores relativamente importantes.

Já o Fundo Amazônia – vejam bem, em dez anos, sendo que ele foi criado em 2008, mas ele começou a operar efetivamente a partir de 2010, 2011, portanto nós estamos falando de sete anos de operação – I já investiu R\$1,816 bilhão na Amazônia. Nós estamos falando de algo de enorme sucesso do ponto de vista de viabilização financeira. Nós estamos falando de um Fundo Nacional do Meio Ambiente, que, em 28 anos, investiu 60 milhões, arredondando, uma fração disso; estamos falando do PPG7, que investiu um quinto, um quarto disso – se você for pegar o dólar da época. Então, o Fundo Amazônia com esse valor é algo de uma enorme relevância.

Quando eu pego os valores aplicados – está aqui, desculpa – olhando esta mesma tabela, veja bem: quem recebeu recursos do fundo? A Amazônia. Então, nós temos lá em primeiro lugar, não na ordem de valor, mas pegando pela ordem de valor, pela ordem que está colocada, a União recebeu 521,254 milhões. Qual foi a contrapartida? Zero! A União recebeu, sem ter que pôr nenhuma contrapartida, R\$521 milhões do Fundo Amazônia. Os Estados receberam 577 milhões de recursos do Fundo Amazônia. Os Municípios, 14 milhões – a tela está bem no meio ali eu não estou conseguindo ver. São 14 milhões. As Universidades, 16 milhões. O terceiro setor, 609 milhões.

E aqui é importante destacar uma questão relevante: um dos argumentos usados para desqualificar o fundo é que eram recursos para ONGs; só que o terceiro setor aqui inclui a Fundação Banco do Brasil, inclui o Programa Arpa, que são recursos para as unidades de conservação federais que passam pelo Funbio, uma fundação que apenas gerencia recursos e repassa para as unidades de conservação. Nesse terceiro setor existem mais de R\$100 milhões que foram via terceiro setor para implantação de CAR em Estados da Amazônia. Portanto, são recursos que chegaram à região atendendo prioridades, lembrando que o conselho coordenador do fundo tem maioria de Governo; se você pegar os representantes do Governo Federal, dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governos estaduais e demais órgãos de governo e do chamado terceiro setor, o terceiro setor é minoria, e os projetos são aprovados e monitorados com auditoria feita pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social com auditoria independente.

Portanto, nós estamos falando, senhoras e senhores, de um sistema que, pela primeira vez, conseguiu fazer chegar, a fundo perdido, à Amazônia, US\$1,8 bilhões em ações prioritárias para as três esferas do Poder, e implantação de unidade de conservação em terras indígenas, gerenciamento da biodiversidade, e hoje esse fundo está completamente em risco. Os doadores se sentem desprestigiados, desrespeitados, em cima de um acordo construído pela diplomacia brasileira com contratos firmados. Os recursos estão com enorme dificuldade de serem desembolsados. Quem perde com isso é a Amazônia, quem perde com isso são os Governos na Amazônia, quem perde com isso é a população amazônica.

Para se ter uma ideia, está no Fundo Amazônia também o pagamento chamado Bolsa Floresta, que remunera diretamente milhares de famílias na Amazônia pela conservação ambiental

Então, senhoras e senhores, eu me coloco à disposição...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Para interpelar convidado.) – Presidente, eu queria que desse tempo para o nosso convidado para que ele pudesse falar, se ele tem conhecimento, de um projeto, um exemplo de cada setor desse que foi aplicado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Então, tenho sim.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Que é para a gente distensionar um conjunto de acusações que há não só de setores do Governo, mas aqui mesmo, que foi gasto só com ONG ou não sei o que mais, etc. e tal. Dê um exemplo de projeto que foi aplicado aí em cada setor desse, em que esse dinheiro foi aplicado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Para exposição de convidado.) – Olha, no terceiro setor aqui, por exemplo, eu tenho aqui: Fundação Banco do Brasil. O que a Fundação Banco do Brasil faz? Financia projetos comunitários na Amazônia. Está no terceiro setor. Por quê? Porque é uma fundação, não é um órgão público. A Fundação Banco do Brasil – estou aqui com a tabela do BNDES – recebeu R\$12 milhões numa primeira etapa e mais R\$14,5 milhões numa segunda etapa; então, ao total foram R\$26,5 milhões.

O ICMBio, através do Programa Áreas Protegidas da Amazônia, que também está no terceiro setor, porque foi via Funbio, recebeu R\$20 milhões. O Bolsa Floresta, que apoia diretamente populações locais, através da Fundação Amazonas Sustentável, em parceria com o Bradesco e outras organizações, recebeu, numa primeira partida, R\$19 milhões; numa segunda, R\$31 milhões. O projeto, deixe-me encontrar aqui...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. *Fora do microfone.*) – Por exemplo, das universidades.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Ah, das universidades. Um minutinho que eu estou puxando aqui na minha tabela. (*Pausa.*)

Incubadora de Políticas Públicas para a Amazônia, que atingiu todo o território da Amazônia, aqui está sem especificar a universidade que recebeu, na realidade, foram várias universidades federais na Amazônia que receberam R\$2,6 milhões. O Projeto de Conservação da Biodiversidade do Estado do Pará, na Federal do Pará, R\$4,6 milhões.

União: Fortalecimento do Controle de Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Legal, R\$56 milhões; Prevfogo, R\$14 milhões; Monitoramento ambiental por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

satélite no Bioma Amazônia, R\$ 66 milhões. E por assim vai. São R\$521 milhões investidos no Governo Federal.

Nos Governos estaduais, que somaram do fundo R\$577 milhões, a maioria deles foi para implantar o CAR (Cadastro Ambiental Rural). Na realidade, nós podemos afirmar, sem nenhum medo de errar, que se não fosse o Fundo Amazônia não haveria o CAR implantado nos Estados da Amazônia. E o CAR hoje é um passaporte básico e fundamental para que seja investido, inclusive, para acessar crédito rural.

Então, há "n" exemplos que a gente poderia dar. O fato real é que esses projetos têm sido apresentados num rigor extremamente alto.

Inclusive, até confesso para os senhores que, num primeiro momento, eu particularmente tive uma pequena frustração porque estava tudo pronto, o decreto do fundo estava pronto, a negociação com a Noruega e com a Alemanha estava pronta, o acerto com o BNDES estava pronto, estava tudo certo, só faltava a assinatura do decreto, mas, infelizmente, a Ministra Marina Silva pediu exoneração algumas semanas antes – e nós saímos evidentemente junto com ela, porque os motivos eram muito relevantes –, e nós não tivemos a oportunidade de participar, ainda estando no Governo, da criação do fundo.

Mas no início, quando o fundo começou a funcionar, ele foi criado 2008, quando os primeiros recursos foram aportados, eu cheguei a participar de reuniões criticando duramente o BNDES, duramente, pela demora. Nós tínhamos uma expectativa de que, pela experiência, pela capacidade de gerenciamento do BNDES, que movimenta bilhões, seria muito rápido, de que ele seria muito eficiente – e demorou. E a justificativa do BNDES sempre foi a seguinte: "Olha, nós vamos demorar no começo, porque nós temos que criar uma metodologia absolutamente, completamente à prova de qualquer risco de mau uso do recurso, de qualquer risco à reputação do fundo". Então, nós vamos demorar, vamos criar uma burocracia, talvez, excessiva no primeiro momento, para que, uma vez que a gente esteja com isso implementado e com todas as medidas e os controles bem feitos, a gente possa deslanchar. E foi aconteceu. O fundo, nos primeiros dois, três anos, foi muito lento. Eu participei, inclusive, de uma comissão da Universidade de São Paulo, da Faculdade de Economia e Administração, liderada pelo ex-reitor Jacques Marcovitch, que fez um estudo sobre a eficiência do fundo e chegou a conclusões bastante preocupantes na época, isso três anos depois da criação. E, na verdade, o BNDES depois comprovou que ele estava correto: ele de fato demorou, poderia ter sido mais ágil, claro, mas, a partir do momento em que instalou o sistema e criou as condições de controle adequadas, ele deslançou rapidamente e conseguiu aportar esse R\$1,8 bilhão.

Então, eu repito, senhoras e senhores, que o que parece ser algo exagerado não é algo exagerado. Comprometer o fundo com acusações levianas, sem prova, é um crime de lesa-pátria, porque nós estamos retirando de uma região que precisa de recurso, uma região que necessita de investimentos um valor a fundo perdido – eu vou repetir isso sempre: a fundo perdido. O Brasil não tem que pagar um centavo de dólar de juro para esse recurso. O único compromisso é investir com seriedade, com responsabilidade e em ações que, de fato, promovam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social na Amazônia.

Portanto, é um dispositivo importantíssimo, um dispositivo da mais alta competência, gerenciado pelos mais patriotas brasileiros que eu conheço, que são aqueles do Itamaraty, que são extremamente comprometidos com a soberania nacional e com as responsabilidades





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiras no plano internacional. E é inadmissível que ele esteja paralisado porque alguém caiu de paraquedas, literalmente, e achou que a Terra era plana e que a Amazônia não existe. Basicamente é a isso que nós estamos assistindo.

Então, eu espero, senhoras e senhores, que eu tenha contribuído de alguma maneira e, mais do que isso, eu espero que os senhores possam recolocar o Fundo Amazônia nos trilhos. Se forem necessários ajustes, em termos de prioridade, isso pode ser feito, discutido no Cofa, que é o conselho que coordena o fundo. Não há nenhum problema. Aliás, é para isto que existe o conselho: o conselho existe para gerir. Então, se há dúvidas, se há outros critérios a serem considerados, que sejam colocados no conselho, que se façam os ajustes. Agora, modificar completamente o fundo, inclusive propondo o absurdo de que os recursos fossem utilizados para indenizar propriedades rurais, onde foram criadas unidades de conservação – que é inaceitável para os países doadores –, é uma irresponsabilidade. Nem o Governo utiliza recurso dessa maneira. Portanto, eu peço aos senhores de fato que, por favor, intercedam a fim de preservar aquilo que foi construído a duras penas, durante muitos anos, e que é uma contribuição vital para o nosso País e especialmente para a nossa Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – Obrigado. Dr. João Paulo, é de extrema valia, no sentido de vários esclarecimentos de muitas dúvidas que eu tinha com relação ao Fundo Amazônia. Mais tarde, eu vou também fazer uns questionamentos ao senhor.

Eu vou passar a palavra agora aos Parlamentares. Por ordem de inscrição, o primeiro inscrito é o Senador Zequinha Marinho.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho, aniversariante do dia. Aproveito logo para desejar um feliz aniversário, muitas felicidades, Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PSC - PA. Para interpelar convidado.) – Obrigado.

Cumprimento o Dr. João Paulo Capobianco e agradeço ao Presidente pela oportunidade.

A ideia do Fundo Amazônia eu acho que é uma sacada superinteressante. À medida que somos cobrados para dar resultados, a gente precisa de condições para buscar resultados. E quem tem interesse direto nisso certamente também tem disposição para contribuir. As exigências do fundo eu acho que são mais do que lógicas, que é a redução da emissão dos gases que a gente emite naturalmente quando se tem... Agora, os avanços a gente precisa levar em conta. E eu não sei se é o fundo – não sei, não –, o fundo não pode, no meu ponto de vista, financiar coisas – digamos assim – periféricas àquilo para o qual foi criado. Eu acho que a gente precisa rediscutir o fundo, inclusive a distribuição dele. Eu tenho as minhas ideias, isso aqui é um espaço muito democrático naturalmente. Por exemplo, o Governo Federal tinha que ser apenas um supervisor do fundo, porque eu acho que a gestão florestal, ambiental tem que ficar no Estado.

O meu ponto de vista é este: é muito mais fácil de trabalhar, está mais presente, acompanha a questão regional, porque cada Estado tem a sua diferença com relação à realidade do outro. Não é só para a Amazônia, mas como, no caso, é para a Amazônia, então, vamos só para dentro da Amazônia.

A gente começa errando no preencher do cadastro. Por exemplo, vamos colocar o dinheiro no BNDES, com sede no Rio de Janeiro. Eu tenho, dentro da Amazônia, um banco do Governo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, que se chama Banco da Amazônia, que poderia estar ali atendendo os Estados, a região como um todo, porque ele é exclusivo para a Região Amazônica.

Então, a gente começa errando no preenchimento da primeira página. Por que colocar num banco lá longe, no Rio de Janeiro, se a Amazônia está para o outro lado? Por que colocar num banco que, na verdade, não tem uma característica, não tem agências convencionais, são apenas escritórios de negócios? Tudo bem, é uma linha. Nós temos um banco da região, um banco público. É uma economia mista, mas hoje lamentavelmente é só o Governo, não há mais nada quase, deve haver só 2% da iniciativa privada. Começamos por aí.

E a ideia, pelo que me parece, Dr. João Paulo – eu gostaria de ouvi-lo e dialogar com o senhor com relação a isso –, é que o Governo atual tem buscado... Não só o Governo atual mas os governos ao longo do tempo têm buscado combater os efeitos e, muito pouco ou nada, as causas do problema ambiental no Brasil e na Amazônia.

O senhor sabe que terra pública é uma terra de todo mundo e não é de ninguém. E a gente assiste ao que acontece na Amazônia, principalmente, por causa da falta de regularização fundiária. Quer dizer, a quem o senhor vai responsabilizar por um crime ambiental? O laranja que é colocado lá sobre a terra? Quem, na verdade?

Então, acho que a gente precisava... O Governo não tem sido bem-sucedido nisso, porque tem deixado o dever de casa um pouco de lado e vai combater o efeito. Se você começar pela causa, eu acho que, em pouco tempo, você está chegando a um resultado satisfatório.

Então, a primeira coisa é que nós temos que saber de quem é a terra. A terra do Governo Federal é a reserva tal, que se respeite aquela reserva. A terra é privada, pertence ao Sr. Edilázio. Então, Sr. Edilázio, o senhor tem um CPF, está aqui. E a lei é dura – a lei é dura. Não permita, tome conta, zele por aquilo que lhe pertence, porque, senão, você vai ser responsabilizado.

Então, regularização fundiária... E aí o fundo poderia ajudar nisso? Hoje você pode fazer regularização fundiária de forma bem simples por causa da tecnologia do georreferenciamento, que acabou com a confusão de você ter uma terra sobrepondo outra, ou um documento sobrepondo outro documento – acabou. Se você faz o geo e os confrontantes concordam e assinam, o Governo tem toda a liberdade de emitir o documento de regularização fundiária, seja ele qual for.

Não é preciso muita coisa, porque tudo que o órgão governamental precisa para poder trabalhar a questão da regularização está ali, está presente. Quer dizer, eu vejo hoje, com a tecnologia do georreferenciamento, uma facilidade enorme de se fazer regularização fundiária em qualquer lugar. Então, esse é um primeiro ponto.

Segundo, a gente não pode esquecer que, na questão da Amazônia, ela não é um santuário. O senhor conhece. Nós temos lá campo, nós temos lá Cerrado, nós temos mata de transição, nós temos floresta densa, mas nós temos, no meio desse território todinho, Deputado Edilázio, 23,5 milhões de habitantes – 23,5 milhões de habitantes.

Vamos para um detalhe agora no meio dessa população: só aqui no Governo Federal, nós temos quase 2,3 mil assentamentos. Na verdade, temos aí 2.272 projetos de assentamentos do Incra consolidados; 450 mil famílias assentadas nessas áreas. Mas nós temos mais ainda terras esperando virarem projetos de assentamentos, mas estão sendo usados, pelo menos, 10% disso. Quer dizer, nós temos aí mais 50 mil famílias na fila, um grande número de assentamentos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esperando serem regularizados. Mas já existem, já estão lá, as pessoas já estão lá trabalhando, sobrevivendo.

Esse povo faz agricultura familiar com instrumentos os mais rudimentares possíveis e sempre teve no fogo um aliado histórico, da história da humanidade. O satélite não diz se o fogo é criminoso ou se é útil. Ele registra um ponto, um foco de aquecimento ali. Então, o que eu preciso entender? Se o Governo realmente quer, se o mundo quer, se todo mundo tem interesse nisso, precisamos fazer uma reflexão envolvendo a questão humana dentro da Amazônia e o modo de produção, principalmente.

Não estou falando aqui dos assentamentos do Governo do Estado, porque eles existem – no meu Estado há. Não estou falando dos pequenos produtores rurais que são independentes, mas que são pobres também. Estou falando só das ordens que saíram do Palácio do Planalto. Então, coloquem aí 500 mil famílias que o senhor vai encontrar lá em projetos regularizados e projetos a regularizar. Esse povo tem que comer, tem que viver. Aliás, tem que sobreviver. Viver é uma outra coisa.

E nós precisamos, pensando do ponto de vista de política de Governo, permitir que esse pessoal saia da enxada e entre numa tecnologia melhor para explorar a terra, comer, viver dela. E aí tem que sair da enxada e ir para o tratorzinho. Não tem jeito, eu acho que não tem como. Não se resolve isso com legislação, porque, se o senhor verificar direitinho, a questão legal para a questão ambiental é proibir, é reprimir e é punir. Pode prestar atenção que o negócio gira em torno disso.

Eu não considero apenas isso como política de Governo, que tem que enxergar tudo, tem que colocar no radar suas obrigações também.

Eu não posso permitir queima e ninguém quer queimar. Se eu vou atrás do fazendeiro, ele não quer queimar, porque, senão, ele fica sem pasto. Como ele vai criar o gado dele? Onde ele vai colocar esse gado? Quem faz manejo, quem trabalha com a floresta, quem extrai a madeira da floresta não quer queimar também, porque, senão, ele fica sem a sua matéria-prima. Quer dizer, o fogo acontece por uma série de coisas que vão contra a questão da própria economia de quem mora lá. Naturalmente, a gente não pode colocar na mesma sacola bons e ruins. Vamos separar 80% que se preocupam e 20% que deixam rolar. E aí você tem os resultados das queimadas. Não é fácil.

Em Santana do Araguaia, no sul do Pará, minha região, invadiram uma terra de um cidadão – não vou falar o nome aqui, porque é muito conhecido na região –, com dois mil alqueires a fazenda, grande, com pasto e tal. A sorte dele é que ele tinha retirado o gado, porque ele precisava trabalhar a questão de grãos nessa área. Ele tinha pouco gado. A turma invadiu e pôs fogo. Sabe quantos mil alqueires esse fogo queimou? Vinte mil alqueires. Eles colocaram fogo numa fazenda de dois mil e foi pegando em outras fazendas, outras fazendas, outras fazendas e chegou a 20 mil alqueires. Se você multiplica, um alqueire é 4,84 hectares – para quem não conhece esse linguajar muito interiorano, vamos para os hectares –, são 100 mil hectares praticamente.

É um fogo criminoso, o Governo tem que ir atrás. Mas o Governo precisa trabalhar exatamente em cima dessa área criminosa, que não tem responsabilidade, para poder controlar. Ele não dá conta de atender a 500 mil famílias de agricultores familiares espalhados num território que corresponde a 56% do Brasil. Então, vamos dar condições de acessar a tecnologia, e o cara





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elimina o fogo. Em vez de colocar fogo no mato, ele incorpora esse mato ao chão, usando uma grade aradora, melhora a produtividade, aumenta a produtividade, tem mais conforto, tem mais qualidade de vida.

O fundo precisa ser rediscutido, porque o fundo, neste momento, olha muito mais o efeito do que a causa. E não vamos dar conta, não vamos conseguir enxugar gelo. Se eu não for lá à fonte do problema, onde está acontecendo e por que está acontecendo, eu não vou dar conta. Pode haver operação de tudo quanto é jeito no mundo, mas a área é muito grande, a população é enorme e muita gente não tem a menor preocupação com as consequências dos seus atos quando usa a coitada da terra para fazer isso. Então, eu gostaria muito de ouvi-lo com relação a isso.

Se a gente tem um conselho e se esse conselho pode compreender essa questão social e econômica da Amazônia, é importante que a gente redirecione. Eu não admito que o Governo acabe com o Fundo Amazônia. Eu acho isso um negócio muito louco. O que a gente tem... Se há desconfiança, quer uma contrapartida. A contrapartida que a gente viu no fundo é legítima, é a redução. Eu tive tantos focos de incêndio e, no ano que vem, tenho que baixar isso para um nível aceitável. Mas como eu baixo se esse camarada que mora lá tem que usar o fogo ou morre de fome? Então, a gente tem que pensar como um todo, as implicações de... Por que um cara põe fogo? Porque não tem trator. Quem tem trator não usa fogo. Na agricultura industrial não se fala em fogo. Por quê? Por causa da máquina. A máquina substitui a presença do incêndio.

Então, eu acho que é muito natural e até óbvio – é chover no molhado – falar sobre essas coisas. Esta Comissão não vai correr nem para o extremo da direita nem para o extremo da esquerda. Nós queremos trabalhar o equilíbrio entre as coisas, focando principalmente o efeito. Correto? Isso para a gente é fundamental. Nosso tempo é muito curto. No final de novembro, começo de dezembro nós temos que estar com relatório pronto, dando encaminhamentos não só ao Congresso e à sociedade, mas ao Governo.

Então, quero dizer para o senhor que são muito bem-vindas aqui as suas ideias. E aquilo de que nós ainda precisarmos, eu gostaria de poder recorrer ao seu conhecimento, para que nos desse uma contribuição de forma bem ampla, dizendo e repetindo aqui: nós precisamos rediscutir. A Noruega é a grande colaboradora aqui: 93, quase 94% dos recursos que já vieram, vieram da Noruega –; depois vem a Alemanha e depois vem a Petrobras nossa, aqui, uma colaboração... Vai que se amplia um pouco mais isso.

Uma crítica acho que simples: eu estava fazendo umas continhas rápidas aqui. Terceiro setor, 706 milhões; Municípios, 15 milhões; universidades, 6 milhões; União, 521 milhões. Não sei se eu acertei ou errei, mas parece que deu R\$1,248 bilhões. Eu particularmente não daria essa destinação a esse dinheiro, certo? Queria, através dos Estados, buscar resultados, porque se eu começar a distribuir dinheiro para o fulano, para o beltrano, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê... "Ah! Eu sei que o Ibama precisa, para fazer isso, fazer aquilo". Meu amigo, paciência! O Ibama vai lá no meu Estado, vai no Estado do Maranhão, vai não sei aonde, faz uma operação em uma semana e volta. Na outra semana, a turma que não tem limites volta a fazer tudo o que estava lá. Então, o Governo do Estado... Isso aqui viria tudo para o Estado.

Os Estados tiveram um percentual interessante: R\$635 milhões. Então, para a gente trabalhar isso efetivamente... Eu vou pegar o Estado do Maranhão, do meu colega, Deputado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Edilázio Júnior, o pedaço que fica para a Amazônia: a meta é essa, nós temos que fazer isso. Vamos para o Pará, vamos para Rondônia, vamos para Roraima, vamos separar esse território imenso em pequenos, menores. Esses Governos precisam de condições para trabalhar lá dentro, e aí entra a regularização fundiária, aí entra tecnologia da produção para a agricultura familiar, porque a outra se vira. Se eu pegar um avião... Quanto é que custa um tratorzinho? "Ah! Custa barato". Com alguns equipamentos: R\$200 mil. É mais caro, doutor, do que um carro de luxo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PSC - PA) – Digo melhor: o carro de luxo é mais barato que o trator agrícola.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PSC - PA) – Hã?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PSC - PA) – Não, não é, não. O senhor compra um carro de luxo por R\$180 mil, R\$200 mil, muito bom. O trator custa isso: R\$200 mil. Correto? Quem é que usa o carro bonito de luxo e quem usa o trator agrícola? Não é? Então, nós vamos ter que ajeitar isso. Faz um consórcio de 10, 15, 20 produtores.

Quarenta por cento do custo desse trator é imposto. É imposto. O Governo realmente quer fazer alguma coisa? Quer. Então, tira 80% desses 40. Baixa o custo do trator. Vai ao Banco da Amazônia, que é o banco do fomento, o banco criado para atender à Amazônia, pega o FNO, cuja taxa média está em seis, seis e tanto, e reduz pela metade. E aí, sim, mete um decreto dizendo "olha, não pode botar fogo", porque o cara pode comprar um trator. Substitui a enxada pelo trator e o fogo pela grade aradora. Não é verdade? Então, são coisas que o Brasil precisa repensar, atacando as causas, para poder chegar a um resultado efetivo em cima dos efeitos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – O senhor quer fazer alguma consideração logo?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PSC - PA) – Eu tenho uma sugestão a dar. Todo mundo aqui faria suas considerações, questionamentos, e depois o Dr. Capobianco responderia a todas as indagações. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – O senhor é o nosso Presidente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PSC - PA) – Não, estou só sugerindo.

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Para interpelar convidado.) – É muito importante sua presença aqui, Capô.

Eu, na criação do Fundo, era a base do Governo e um dos importantes dirigentes do PT e briguei muito internamente para que o Fundo fosse lá para o Banco da Amazônia. Já que se falava em Fundo da Amazônia... E nós tínhamos instrumentais de gestão política e de pesquisa, etc., para poder tratar disso. A presença da Embrapa, a presença de instituto de lá que você conhece, de museus, Emílio Goeldi, e o Banco da Amazônia como gestor. Mas acabou indo para o BNDES. Você mesmo reclamou aí da lentidão com que se iniciou a aplicação dele.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o Fundo não foi criado apenas para combater o fogo. Foi parte de uma concepção de que a Amazônia tem um papel importante nas questões ambientais e, principalmente, nas questões climáticas do mundo. Por isso que alguns países, preocupados com isso, participam da doação desse Fundo para que a Amazônia busque um processo que acabe equilibrando o processo de desenvolvimento, porque tem que dar conta de brasileiros que vivem lá, os 23 milhões, etc. Eu acho que foram mudando os governos e a Amazônia sempre foi tratada com uma visão ideológica. Acho que são os grandes erros. É por isso que esse Governo que está aí quebrou a cara nesse principal momento, agora, desse problema da queimada, e reagiu de uma forma ideológica, radical, inclusive. Quebrou a cara. Então, é um erro ter essa visão ideológica, seja de quem for.

É por isso que eu fiz questão de você dar os exemplos. Os números que você mostrou desmistificam que esse fundo era para as ONGs, etc.

Então, acho que a política, os políticos, os governos têm que ver a Amazônia como uma solução do desenvolvimento do País, e não um problema. A Amazônia foi sempre pensada pelo poder central por uma visão equivocada. Os militares, por exemplo, mandaram todo mundo ir para lá ocupar, integrar para não entregar. Na região do sul do Pará, foi o Governo que mandou o pessoal chegar lá, detonar a floresta para plantar capim e criar gado. Foi um modelo equivocado de desenvolvimento para a região, e os próprios empresários agora acabam saindo da monocultura do gado. Estão buscando grão, estão buscando piscicultura, reflorestamento, estão buscando outras formas.

Outro erro: pensar em desenvolver a Amazônia só a partir do grande – do grande projeto agropecuário, do grande projeto mineral, do grande projeto de produção de energia, etc., sem levar em consideração o pequeno, a experiência do pequeno, a presença do pequeno, etc. O próprio devastador, que foi para lá e era considerado... Aqueles que tinham, digamos assim, seriedade no processo do desenvolvimento da Amazônia, foram buscar soluções. Foi a partir daí, inclusive, quando vocês estavam no Governo, foi a partir das experiências de lá, do desenvolvimento sustentável, que foram buscar soluções. O Fundo Amazônia entrou nesse processo, porque o próprio homem amazônida, o grande empresário, que inclusive chegou lá devastando, foi buscar soluções, porque não era esse o caminho da devastação. O madeireiro, por exemplo, da indústria madeireira, que era considerado o maior devastador, foi buscar soluções através do desenvolvimento sustentável, que é o rodízio dentro da própria floresta, a exploração sustentável, etc. Agora mesmo, com a experiência da Embrapa, está buscando a solução de criar gado colocando o capim no meio de... Tem meio floresta e meio capim. Lá mesmo, agora mesmo, eu participei de uma audiência pública em Castanhal, uma cidade do Pará, que foi feita pela Comissão de Agricultura da Câmara, onde esteve presente um empresário da região de Paragominas, que, você sabe, quando passou pelo Ministério, era uma das regiões mais devastadas a partir da indústria madeireira. Os próprios empresários de lá, junto com o Poder Público local, foram buscar soluções. Hoje eles estão mudando o processo de economia, de sair da indústria madeireira para a produção de gado nessa questão sustentável de miscigenação entre o reflorestamento e o capim, a criação de gado. Foi um grande empresário de lá, inclusive, que mostrou lá em projeções iguais a essa, de 15 minutos, que economicamente teve melhores resultados do que aquele tradicional corte da floresta, substituída pelo capim e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criação de gado. Ele demonstrou economicamente que há mais produtividade nessa solução. Então, o próprio homem amazônida foi buscar essa solução.

Eu costumo dizer que a Amazônia não é problema. A briga nossa lá – eu acho que avançou muito no Governo do Lula – era para incluir a Amazônia no desenvolvimento nacional, para ela não ser vista apenas como colônia, nem internacional, muito menos do nosso centro-sul do País. Se pensar em todos os materiais de que hoje a humanidade precisa, estão lá na Amazônia. Maior reserva mineral do mundo está lá na Amazônia. Todos os minérios de que a humanidade precisa estão lá. Maior reserva de água doce do mundo. Maior biodiversidade do mundo. Qualquer matéria-prima com a qual você queira buscar solução para uma doença tem lá na Amazônia – para o câncer, sei lá. Tudo está lá.

As nossas pesquisas, principalmente da Embrapa, lá na Amazônia, avançaram muito nessa questão de soluções através da pesquisa. Por exemplo, a castanha-do-pará. Que o pessoal do Acre não nos ouça aqui, é castanha-do-brasil. Então, o Pará acabou com a castanha. O Pará acabou com a castanha. Por quê? Porque cortaram a castanha para substituir pelo capim e pelo gado. A própria pesquisa, através da Embrapa, está buscando soluções para mudar a questão genética sem mudar a qualidade do fruto. Aquilo que dá na floresta natural, cuja produção se dá em 15 a 18 anos, eles reduziram para seis anos. Vá em qualquer banca por aqui, na beira do lago: o quilo da castanha-do-pará é R\$70, já beneficiada, descascada. Um cara – viu, Zequinha? – aqui numa cidade ao redor ia buscar lá a R\$15 com a casca, e começou a descascar, e vendia aqui. Ele já montou uma fábrica aqui de beneficiamento da castanha, porque ele pega de lá do Pará a castanha a R\$15, beneficia e passa para o vendedor nas ruas nossas a R\$70. Entendeu? E nós temos lá os nossos amazônidas passando fome. Então, é a concepção de desenvolvimento que se pensou para lá. E nós da Amazônia já buscamos solução sustentável para isso.

O que eu acho é, primeiro, que não se deve ver dessa forma ideológica e não se ver a Amazônia como um problema. Por que nós temos que brigar com os nossos países parceiros que querem nos ajudar a desenvolver a Amazônia de uma forma sustentável? É uma forma ideológica, porque acha que o cara vem e quer dominar. Assim, sim, como estão fazendo, ao queimá-la, ou ao produzir e entregar para os imperialistas dessa forma, esse, sim, é o crime lesa-pátria.

Então, eu acho que a gente tem que repercutir aqui, a sua presença é muito importante aqui na Comissão, para a gente fazer com que os nossos Parlamentares – não só nós da Amazônia, mas de todo o País – possam ver a Amazônia como a solução do nosso País e com essa diversidade dela, que é a questão ambiental, que tem um papel fundamental não só no País, mas no mundo.

Os sulistas experimentaram agora. O fogo chegou a São Paulo através da nuvem naquele dia, para ver como se trata essa questão, se a gente não encarar de uma forma ideológica, mas transformando como uma solução de desenvolvimento nacional do nosso País.

Então, eu queria saudar a sua presença aqui, você é um homem dedicado, estudioso nessa área. Espero que, iniciando pelos nossos Parlamentares aqui no Congresso Nacional, possamos trazer ao País toda essa consciência de que a Amazônia pode ser a solução para o País, para o mundo, num processo de desenvolvimento nacional, incluindo-a no desenvolvimento nacional, como o próprio amazônida, repito, já solucionou, com o desenvolvimento sustentável, sem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisar demarcar, saindo daquela visão de que uns queriam tratá-la como sagrada – não poderia ser tocada –, mas ela, ao mesmo tempo, não pode ser devastada, desmantelada, como estava sendo feito no nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – Com a palavra o Deputado Camilo Capiberibe.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Para interpelar convidado.) – Muito boa tarde.

Quero cumprimentar o Presidente Zequinha Marinho; cumprimentar o Relator, Deputado Edilázio Júnior; cumprimentar o João Paulo Capobianco, parabenizar pela exposição. A exposição deixa muito claro o caminho que nós levamos para chegar ao arranjo de gestão e de execução do Fundo Amazônia, e ficou muito evidente que ele é totalmente nacional, uma tecnologia brasileira, e que recebe da parte dos doadores – tanto a ação é voluntária quanto a redução do desmatamento brasileiro também é voluntária. Ou seja, mostra nossa responsabilidade, a responsabilidade dos brasileiros, do Brasil no combate às mudanças climáticas e, é claro, na preservação da floresta.

Eu vejo o meu Estado do Amapá, em que nós temos a castanha da Amazônia, como disse ainda agora o Deputado... Inclusive nós temos grandes castanhais lá no Estado do Amapá. E lá nós temos dois projetos aprovados no Fundo Amazônia, são duas escolas famílias agrícolas. Uma fica na beira do Rio Amazonas, no Rio Macacoari, a Escola Família Agrícola Ribeirinha, que é muito forte, porque produz açaí, muito forte, porque vive da pesca do camarão, então eles têm uma grande riqueza, um povo ribeirinho que tem uma riqueza muito grande nas suas mãos: um é o açaí de um lado, outro é o camarão. Isso é muito consumido e exportado. O açaí é um instrumento poderoso do nosso desenvolvimento. E há a Escola Família Agrícola do Carvão, que fica no Município de Mazagão e que tem também mais ou menos o mesmo tipo de economia, sendo que a de Mazagão está mais próxima da área urbana. Na outra, tem que navegar um bocado no Rio Amazonas para poder chegar lá, então é uma comunidade bem ribeirinha e que também produz agricultura.

Nós temos 1,2 milhão para Macacoari e 2,6 milhões, mais ou menos, para Carvão do Fundo Amazônia, que são recursos de um projeto que chama Frutificar, ou seja, é justamente para sairmos um pouco da dicotomia do modelo anterior, que foi bem exposto pelos Senadores do Pará – e o Pará viveu isso inclusive com muito mais intensidade, com a questão do gado, do desmatamento acontecendo, do gado entrando, vendo a floresta sendo transformada em pasto. Esse é o modelo errado para a Amazônia. O modelo correto é o desenvolvimento dessas cadeias produtivas.

Então, na minha avaliação, e eu vi a exposição que o senhor fez, nós vimos que o recurso para os Estados foi para o CAR e o CAR é um instrumento muito importante para viabilizar. Inclusive um projeto que nós aprovamos na Câmara dos Deputados há pouco tempo, que vai começar a tramitar em breve aqui, é o projeto de lei instituindo a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Depende do CAR para ser executada, tanto para o setor privado, quanto para as comunidades tradicionais. Inclusive este é um desafio que o Governo ainda vai ter que enfrentar, que é conseguir regularizar, garantir o CAR para comunidades que tenham propriedade coletiva. Isso não é uma coisa resolvida e, como isso está como uma exigência na lei, agora que vai vir para o Senado, é algo que nós vamos ter que resolver.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, veja, são R\$4 milhões para colocar na mão de ribeirinhos para desenvolver a cadeia produtiva. Na minha avaliação, esse é o grande caminho. E eu me preocupo muito, porque eu fiz reuniões nas duas comunidades, e eles têm uma angústia muito grande para saber se esse recurso sai ou não sai – projetos aprovados. E eu sei, porque fui Governador do meu Estado, quão difícil é aprovar um projeto no Fundo Amazônia. Nós aprovamos um projeto de 40 milhões em novembro de 2013 para a cadeia produtiva do açaí e da castanha. Então, a gente sabe a dificuldade que é aprovar. No entanto, eles conseguiram aprovar 4 milhões e estão agora nesse dilema, nesse impasse porque o Conselho do Fundo Amazônia não atende ao que esperam o Ministro do Meio Ambiente e o Governo Federal.

Então, o Governo realmente está atrapalhando o desenvolvimento da Amazônia. Isso é um ponto que não é possível. Esse é um exemplo concreto de que o desenvolvimento da Amazônia está sendo atrapalhado pelo Governo. O Governo deveria pelo menos deixar o desenvolvimento acontecer, na medida em que for possível. Atrapalhar, do jeito que está sendo atrapalhado, é terrível.

Então, na minha avaliação, são duas questões. Uma é reduzir o desmatamento. E aí nós vimos que é possível reduzir o desmatamento com um conjunto amplo de ações – esse comitê interministerial, de que o senhor falava agora há pouco. Mas a outra questão, que diz respeito a esses 23 milhões, que o Senador dizia, de moradores que a Amazônia tem, é o desenvolvimento econômico. E aí, na minha avaliação, nós temos que colocar ciência e tecnologia no centro de tudo. E o investimento nas universidades, se é para que nós tenhamos de fato desenvolvimento de tecnologia com biodiversidade, 15 milhões – eu acho que foi esse o valor – é muito baixo.

E eu acho que, nesse ponto, talvez o Fundo Amazônia pudesse ter um outro nível de prioridade, porque sem tecnologia, nós vamos ter aí, por exemplo, a nossa castanha de lá, apesar de nós termos grande produção de castanha, não agrega o valor que deveria para comunidades locais. O próprio açaí: a empresa que exporta açaí no Amapá é americana. Temos várias pequenas empresas que também exportam para o Sul do País, enfim. Mas a empresa que está hoje instalada no Amapá e que está se instalando no Pará agora, a Sambazon, num Município lá, não sei se é Paraopeba... Enfim, não me lembro. Eu só sei que ela está instalando uma grande fábrica para exportação mundial. Enfim, é americana, e nós, na Amazônia, não temos como usufruir do valor maior agregado, porque não temos a tecnologia. Foram eles que colocaram e transformaram o açaí nessa *commodity* mundial. Foi essa empresa, que está lá, no Amapá, há cerca de 12 ou 13 anos.

Então, para mim, ciência e tecnologia, foco no desenvolvimento sustentável, apoio a essas comunidades, seria o caminho. Eu vejo, eu acho que é correto investir nos órgãos de fiscalização importantes. Nós temos que jogar recursos, na minha avaliação, em ciência e tecnologia e nessas comunidades, porque eles estão preservando a Amazônia – unidades de conservação, povos indígenas.

Aí eu já queria ir para as perguntas. Eu tenho duas questões para fazer.

A primeira é sobre esse movimento que está sendo feito pelo consórcio dos Governadores da Amazônia. O senhor acha que é viável, por exemplo, essa relação deixar de ser com o Governo Federal e ser diretamente com esse consórcio? Eu não sei se existem caminhos legais para isso acontecer, mas, enfim, seria uma maneira inclusive de contemplar o que o Senador falou, que ele acha que o recurso tem que ir para a mão dos Estados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a outra questão é sobre uma audiência pública que houve na Comissão de Meio Ambiente, com o Ministro Ricardo Salles. Era sobre o Fundo Amazônia. E eu o questionei sobre a questão do modelo de desenvolvimento do Governo para a Amazônia. E o que ele me respondeu? Ele me disse que o modelo é garimpo e mineração na Amazônia e em terras indígenas. Eu queria ouvir o senhor sobre isso. O que senhor acha, eventualmente, da chegada de uma lei – porque se diz que vai vir uma lei para cá regulamentando o garimpo e a mineração em áreas indígenas? Eu falo pelos povos indígenas do meu Estado. Eles são radicalmente contrários a isso. Os povos indígenas do Amapá não querem isso. Em diversas assembleias, eles são muito claros em dizer que repudiam essa política. E se isso também não inviabiliza a nossa posição internacional para avançar em ações como essa, de receber o recurso que pode desenvolver a Amazônia, de partilhar a responsabilidade de financiamento dessas políticas de preservação da Amazônia.

Então, são essas duas questões: sobre o consórcio da Amazônia, dos Governadores da Amazônia, e sobre esse projeto de liberação do garimpo e da mineração em terras indígenas, na Amazônia. Vamos falar concretamente o que se quer, já que as populações tradicionais são os principais preservadores. Como é que o senhor vê isso perante a comunidade internacional, que é quem pode voltar a botar dinheiro. Inclusive, nós podemos cobrar muito mais, se estivermos fazendo também mais a nossa parte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (REDE - ES. Para interpellar convidado.) – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. Quero parabenizar o palestrante, João Paulo, pela exposição.

Eu tenho aqui algumas considerações a fazer.

Em comunicado conjunto, 230 fundos de investimentos que, juntos, administram US\$16 trilhões – R\$65 trilhões – exortaram o Brasil a adotar medidas eficazes para proteger a Floresta Amazônica contra o desmatamento crescente. A outra vem agora também explicitar: ONU veta discurso do Brasil na Cúpula do Clima, em Nova York. O Brasil não apresentou nenhum plano para aumentar o compromisso com o clima.

Bom, eu quero começar repudiando o comportamento do Governo Federal, independentemente de ideologia partidária. Contra fatos não há argumentos. Esse Governo está desmontando o Ministério do Meio Ambiente. Ele está violando o direito dos povos indígenas, que são povos originários. Quando a gente ouve o Ministro de Meio Ambiente falando em extração de minério, extração de petróleo na foz do Rio Amazonas, é de se preocupar. Quando você vê que o Governo Federal acaba com o plano de combate ao desmatamento, você vê que ele acaba com a Secretaria de Mudanças Climáticas, quando se vê que acaba com o Departamento de Educação Ambiental, então, esse Governo não está proibindo, reprimindo ou punindo; muito pelo contrário: ele está enfraquecendo o Ibama, o ICMBio. Os funcionários de seis Estados da Federação protocolaram uma representação junto à Procuradoria da República em desfavor do Ministro do Meio Ambiente por assédio moral coletivo. Isso é muito sério. Isso não é ideologia.

O direito ao meio ambiente ecologicamente sustentável é uma garantia constitucional que está expressa no art. 225 da Constituição Federal. Eu queria que o Presidente ouvisse isso,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque isso é um direito constitucional. A Amazônia é nossa, nós temos soberania, mas esse é um direito planetário. Nós não podemos conceber o que esse Governo está fazendo, esse desmonte. Ele não está proibindo, ele não está reprimindo, ele não está punindo; ele está enfraquecendo, ele está estimulando o ódio, ele está estimulando o desmatamento, ele está...

Olha aqui, minha gente, não tem como. Saiu no *Diário Oficial* de ontem: 63 novos agrotóxicos foram autorizados; só neste ano, 353. Bom, espera aí! Eu estive pessoalmente em sete aldeias indígenas, em Mato Grosso do Sul, e a população está sendo dizimada. É preciso que este Congresso dê uma resposta a isso. É preciso que o Senado e a Câmara dos Deputados Federais tenham vergonha, vergonha na cara, porque todo poder emana do povo, que é representado por nós. Eu tenho vergonha de olhar para a população brasileira. Eu tenho vergonha de ouvir do Ministro de Minas e Energia, que eu convoquei, o que ele falou: "Nós temos 800 minas de extração de minério para oito funcionários fiscalizarem" e "Não existe mina segura". Não acho isso razoável. Eu estive lá. Em 2013, houve uma tragédia em Cataguases, depois em Mirai; neste ano, em Mariana; agora Brumadinho, Barão de Cocais. E quando houver uma tragédia numa usina nuclear, porque nós ainda temos autorização de extração de urânio no Brasil. E não podem falar que não temos, porque temos. Eu já procurei saber, e já temos duas. Então, o dano disso é irreversível, as consequências disso são danosas.

O agronegócio tem que se preocupar, porque a China já esteve aqui. E a China rompeu com os Estados Unidos. A China é um dos principais clientes do Brasil. Era o momento de o Brasil estar entrando nesse mercado com mais veemência. A China veio aqui e falou assim: "Nós acreditamos em sustentabilidade". Ele usou a palavra "sustentabilidade" umas seis vezes. Ele usou a expressão: "Nós, chineses, acreditamos numa economia verde". Agora, acabar com Unidades de Conservação, acabar com a Reserva Legal, estabelecer licença ambiental tácita, "se não sair em determinado prazo...", é subestimar a capacidade intelectual de qualquer um! Isso nós não podemos admitir! É preciso que a Câmara dos Deputados dê uma resposta com relação a isso. É preciso que o Senado Federal dê uma resposta com relação a isso. Eu não posso admitir isso em hipótese alguma! Olhem, perdoem-me – e aqui eu não quero ofender absolutamente ninguém! Eu não sou extremista nem para um lado nem para o outro. Minha formação nem é em Direito Ambiental nem na área ambiental; minha formação é no Direito. Agora, você admitir um comportamento desse Governo e que reverbera às vezes, no Congresso, seja na Câmara ou no Senado, como um comportamento negacionista, não tem como!

Eu queria perguntar a todo mundo que defende isso, por exemplo, se o comportamento humano não interfere numa mudança climática. Essa é uma pergunta que eu quero fazer para o senhor. Dos cientistas que nós temos no Brasil, dos professores da academia, qual o percentual deles que defende que o comportamento humano tem, sim, interferência na alteração de mudança do clima? Porque não tem como... Quais são os cientistas que defendem o contrário? Quantos *papers* eles já produziram? Em quais revistas científicas eles têm seus artigos publicados? Aí, sim, nós começamos a conversar. Agora, simplesmente vir e falar que o comportamento do homem não tem interferência na mudança climática... Chega ao ponto de falar que a Terra é plana! Eu não consigo entender isso.

Então, sinceramente, eu estou extremamente preocupado. Eu acho que, para o pior bandido, nós temos a presunção de inocência, que está no art. 5º da Constituição Federal, quando diz que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condenatória; quando diz que a todos os litigantes em processo judicial ou administrativo são assegurados o contraditório e a ampla defesa. E me vem o Presidente e criminaliza ONG. Ora – espera aí! –, as ONGs estão fazendo o papel que o Governo Federal deveria estar fazendo. E eu digo mais: quem está defendendo o meio ambiente são os povos originários, como muito bem disse o Capiberibe. A população indígena é o principal defensor do meio ambiente. E eu não tenho dúvida de falar para o senhor – o senhor sabe melhor do que eu – que defender o meio ambiente é defender as vidas humanas que ainda estão por vir, isso se nós deixarmos. E esse compromisso é nosso. Todos nós somos responsáveis, porque todos somos parte da mesma sociedade humana.

Então, eu queria fazer – perdoem-me! – esse desabafo, mas esse desabafo é porque eu, como Presidente da Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal, estou vendo, e como cidadão. Só não enxerga isto quem não quer: esse desmonte que ocorre na área ambiental, que é um direito humano essencial. Claro que nós temos a soberania sobre a Amazônia, mas vai muito além do Fundo Amazônia. A violação na área ambiental é de tamanha gravidade que só eu, como Senador, já ingressei, entre arguição de descumprimento de preceito fundamental, mandado de segurança e ação popular, com 8 ações em desfavor do Governo Federal quanto a essa violação ao meio ambiente. Sem falar nas outras áreas! Se a gente fosse falar aqui da área da educação, ele corta verba da educação. Se for falar da área de saúde, ele cortou a fabricação de 19 medicamentos que eram distribuídos gratuitamente, pelo Sistema Único de Saúde, que vão interferir diretamente, que vão impactar a saúde de 20 milhões de brasileiros. Eram medicamentos para combater o câncer, para transplantados, para diabéticos. Então, vem com discurso agora de reforma da previdência e detona com a educação, detona com o meio ambiente, detona com a segurança, transfere para a população para se armar... Ontem assina uma lei que autoriza esses agricultores, todos eles, a se armarem. Espera aí! Nós queremos o quê? Um genocídio em massa? É isso que nós queremos?

Eu acho que nós temos que ter uma responsabilidade, e isso não é discurso de oposição; isso é discurso de quem está apontando os fatos com fundamentação – com fundamentação –, porque é isso que infelizmente está acontecendo no Brasil neste momento de total retrocesso, de total desmando e que nós não podemos conceber. Reduziu o Conama... Olhem, nós tínhamos 103 membros no Conama, e ele reduziu a participação da sociedade civil; criminaliza ONG; não dá saúde à população indígena, aos povos originários; viola os direitos desses povos, que eram os proprietários de tudo. E eles não querem saber de tratores, eles não querem saber disso; a relação deles com a terra transcende a propriedade, vai muito além disso. Eu vi uma declaração de um ministro falando assim: "Por que os nossos índios não podem querer ter aviões, carros, navios?". Eles não querem isso! Eles querem dignidade! Eles querem viver na relação que eles têm com a terra, que é deles! Nós não temos o direito de violar esse direito deles – deles, sim! –, nossos parentes, povos originários.

Mas, após esse desabafo, eu queria ouvir do senhor, palestrante, primeiro: o comportamento humano tem interferência na alteração da mudança de clima? E como o senhor avalia esses ataques que vêm sendo feitos sistematicamente, seja em Ibama, ICMBio, seja com funcionários, seja com a lei da mordaga, seja acabando com a Secretaria de Mudanças Climáticas, acabando com o Departamento de Educação Ambiental? Porque, veja bem, se nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não fiscalizamos, se nós não educamos e se nós não reprimimos, nós estamos entrando é no caos. Isso é para qualquer área.

Eu pego como exemplo a área de trânsito. Se você não tem fiscalização e não implementa o que está no art. 76 da Lei 9.503/97, que diz que a educação para o trânsito será promovida nas escolas de ensino fundamental, médio e superior – até hoje a letra da lei está deitada eternamente em berço esplêndido –, e, se nós temos uma legislação em que qualquer pessoa que matar no Brasil não vai ficar nem um dia presa, é a certeza da impunidade. E o único condenado é a família da vítima, que sofre pela dor da perda e pela certeza da impunidade.

Isso não é só para o trânsito, isso serve para o meio ambiente. Se o Poder Público não fiscaliza, não educa e não reprime, nós temos o caos e a disseminação disso que nós estamos vendo aí, presenciando. E isso, volto a afirmar, não é discurso de ideologia nenhum; isso é uma fala de quem está constatando. Eu estou na Comissão do Meio Ambiente e estou presenciando esse desmonte. É literalmente um desmonte. O que eu podia esperar de um Presidente se ele já tinha a intenção, antes de ser eleito, de acabar com o Ministério do Meio Ambiente? Ele não acabou de direito, mas está acabando de fato. E nós estamos aqui para impedir isso, porque, se depender de mim – coragem eu tenho –, se não conseguir na via legislativa, eu vou judicializar tantas ações quantas forem necessárias.

Muito obrigado, senhor palestrante. Desculpe o desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – A Deputada Talíria quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Dr. João Paulo Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Para exposição de convidado.) – Realmente... O seu desabafo é um desabafo que, digamos, nos tira um pouco do eixo no sentido de que realmente a situação é dramática, e eu entendo que cabe perfeitamente a forma como o senhor coloca.

Vindo aqui aos pontos colocados – obrigado, Deputado Edilázio, por me conceder a palavra mais uma vez –, eu gostaria talvez, Senador Zequinha, Senador Paulo Rocha, Deputado Capiberibe, de juntar um pouco, porque o Senador Contarato faz uma questão, do ponto de vista de abordar de forma geral, e a questão das mudanças climáticas eu gostaria de comentar no final. Talvez seja possível fazer algumas respostas que juntem questões, porque no fundo, no meu entendimento, as questões colocadas têm muita relação, têm muita conexão.

A primeira questão que foi colocada por todos é a de ver a Amazônia como solução, e não como problema. Esse é um fato absolutamente... É impossível não enxergar. A Amazônia é o maior depositário de diversidade biológica e cultural do Planeta, a maior floresta tropical do Planeta. Ela está no limiar das relações entre a ciência e tecnologia e a disposição de recursos naturais de altíssimo valor, recursos esses que hoje nós sequer conhecemos. Esta é a verdade: a nossa ignorância sobre esse patrimônio, sobre esse universo, sobre este continente é enorme, porque, infelizmente, a nossa história foi a de substituir floresta para agricultura e pecuária. Essa foi a nossa história. Foi isso que destruiu a Mata Atlântica, é isso que vem destruindo o Cerrado, foi isso que impactou dramaticamente a Caatinga, foi isso que impactou os Pampas no Sul do Brasil. Essa é que é a nossa realidade. Portanto, isso tem uma relação direta – e aí eu queria chegar – com a questão do fundo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Zequinha colocou uma questão que eu gostaria de ressaltar. Para quem participou do processo de construção do fundo e de negociação do fundo, o nosso entendimento e, digo mais, o entendimento do Governo à época, o entendimento da comissão interministerial à época era de que eram recursos não para o Governo Federal. Eu acho que nesse sentido o senhor está absolutamente coberto de razão. Eram recursos adicionais. O compromisso era de que o Governo Federal manteria os seus recursos, a sua ação, e o Fundo Amazônia seria uma contribuição adicional. Para quê? Exatamente para aquilo que foi colocado aqui: promover, fortalecer o tripé.

Nós montamos um tripé. O plano de prevenção e controle de desmatamento da Amazônia, chamado PPCDAm, que infelizmente o Governo atual ignora completamente, tinha um tripé. O tripé era o seguinte: um, comando e controle. O entendimento de todos era de que tinha de haver um freio de arrumação. Você tem que parar o desmatamento. Não é possível organizar a ação na Amazônia com o desmatamento a 27 mil quilômetros quadrados por ano – não há como –, com uma violência no campo, uma instabilidade brutal. Então, um eixo era comando e controle, fiscalização, punição, etc. O outro eixo: ordenamento territorial e fundiário, que é o que o senhor colocou, Senador. O que era esse ordenamento territorial e fundiário? Era atuar em várias frentes: a homologação de territórios indígenas que estavam em tramitação, ou seja, reconhecer, homologar e encerrar a disputa; estabelecer as unidades de conservação onde se justificasse isso; e resolver a questão da titulação das pequenas propriedades como prioridade. Esse era o foco. E o terceiro eixo era o do fomento às atividades produtivas sustentáveis. Esse era o terceiro eixo.

Avaliando o trabalho pelo menos até 2012, enquanto o plano foi mantido em atividade muito intensa – até 2012, nós chegamos a 4 mil quilômetros quadrados; foi a maior redução contínua –, até aquele momento, todos nós reconhecemos que o que mais andou, o que mais evoluiu, o que mais teve ação foi comando e controle e ordenamento territorial, embora a questão da titulação não tenha avançado. Foi a principal falha.

Porém, o terceiro eixo, que era o fomento das atividades sustentáveis, encontrou inúmeras dificuldades. Por que essas dificuldades? Porque, justamente, a nossa história econômica e a nossa tecnologia, o nosso desenvolvimento tecnológico sempre foi virado, sempre ficou de costas para a floresta. O Brasil é um país florestal que viveu de costas para a floresta. Quantos projetos econômicos realmente importantes estão de fato baseados na biodiversidade brasileira? Você conta nos dedos infelizmente. Essa é a realidade.

Então, quando se pensou no Fundo Amazônia, se pensou realmente nisto: que ele seria um recurso adicional, para investir diretamente em soluções, em apoio comunitário, em soluções locais adicionais às ações. Nunca se imaginou que o recurso do Fundo Amazônia seria usado em fiscalização do Ibama. Nunca se imaginou isso. Porque sempre se disse: "Não, fiscalização é atribuição do Estado. Quem arca com o custo é o Orçamento da União". E sempre foi assim pensado.

Infelizmente, as crises econômicas, a situação da balança comercial e tudo o mais levaram a um problema dramático no Orçamento, e houve um desvio de recursos. Essa que é a verdade. Não ilegal. Não há nada ilegal, porque o conselho podia aprovar. Então, não há nada ilegal. Mas houve um desvio de função, de concepção, e os recursos passaram a ser utilizados para órgãos públicos federais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho, aí, que cabe perfeitamente o seu questionamento de que, na realidade, esses recursos deveriam estar mais voltados às ações lá, na região, fundamentalmente aquelas ações dos Estados, Municípios – e aí eu complemento – e também do terceiro setor, porque... Veja bem, isto é uma coisa que eu acho muito importante: nós precisamos encerrar esse discurso de que o dinheiro vai para ONG. Aliás, ONG virou palavra. ONG, como se fosse assim: "Nossa, você parece uma ONG". Não, o cara não tem um braço, não sei o que acontece.

Na realidade, o terceiro setor, como se diz aqui, é, por exemplo, o que o Deputado Capiberibe acabou de falar aqui: esses R\$2 milhões do Fundo, que vão para a comunidade lá no Amapá, fundamental para manter e desenvolver o Brasil lá, é terceiro setor! Então, está se misturando. Fica-se falando de um jeito que parece que são milhões de dólares para pagar ar-condicionado no Rio de Janeiro. Não é verdade: são recursos no local.

As comunidades indígenas quilombolas, ribeirinhas, fazem esses projetos em parceria com quem? Com organizações que têm CNPJ e que podem ir ao Fundo. Essas organizações não podem ir ao Fundo! Uma comunidade indígena não pode ir ao Fundo. Ela não tem contabilidade, ela não tem CNPJ... Ela não tem as condições exigidas pelo financiador. Então, essas organizações fazem parcerias com as ONGs ou com o terceiro setor, que vai ao Fundo, e o recurso é dirigido a essas comunidades.

Então, nós precisamos... Eu acho fundamental que os senhores, aqui no Parlamento, por favor, nos ajudem. E, se quiserem mais informação... O próprio BNDES tem total abertura para isso. Aliás, indo ao *site* do BNDES, você vê lá projeto por projeto. Até o contrato assinado está lá no projeto. O extrato, o contrato, o valor, onde é que ele gasta... Está tudo disponível no *site* do BNDES.

Não existe essa história de financiar recurso para ONG e ficar viajando, como se diz aí, indo para o exterior... Pelo amor de Deus! Isso é uma balela.

Então, isso é uma questão importante.

Com relação ao BNDES *versus* Banco da Amazônia. Na ocasião, Senador, havia uma disputa muito grande no campo internacional. Eu mesmo participei de reuniões, fora do Brasil, com os governos doadores – ou potenciais doadores, na época –, que não admitiam a hipótese de o recurso não servir ao Banco Mundial. Não havia essa hipótese. Por quê? Porque eles queriam todas as garantias fiduciárias, todos os compromissos com o bom uso do recurso. Não o bom uso no sentido de para A ou para B. Não é isso, porque isso aí era decisão do Brasil, mas era no sentido de que o recurso fosse para a Amazônia e que fosse usado corretamente, não fosse desviado pela nossa chaga, que é a corrupção. No fundo era isso. O grande medo era o desvio por corrupção, que esse recurso fosse parar em outros locais, não corretos.

Então, não havia hipótese: era o Banco Mundial. Ou uma outra agência mundial. Poderia ser o programa de desenvolvimento econômico da ONU... Havia outras possibilidades. E nós dizíamos: "Não: tem que ser um banco brasileiro". E, aí, o BNDES foi o banco que tinha todas as credenciais, porque o BNDES fazia – aliás, faz e continua fazendo – grandes transações internacionais. O BNDES tem aqueles... Eu não sei, porque eu não sou especialista nessa área, mas ele tem as certificações internacionais; ele tem os padrões de certificação de grandes bancos internacionais e ele tinha todas as credenciais.

Quando nós vimos que ele tinha todas as credencias, nós fomos lá e dissemos: "Olha, o BNDES tem todas as credenciais. Está aqui, ó: ele é obrigado a seguir o protocolo do Equador,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele é obrigado a prestar conta não sei onde, no campo internacional. Ele está aqui, não tem conversa. Vocês estão... Nós não vamos ajudar o Banco Mundial".

Para vocês terem uma ideia, chegamos a correr o risco de não ter o recurso. Houve até, como se diz lá... Trucaram a gente, como se diz. "Então, não vai ter financiamento".

Eu fui obrigado a consultar o Governo, na época, o Ministério. "Então não há financiamento. Nós não vamos nos submeter. Se nós temos um banco que está credenciado com todos lá...". Então, o BNDES, a solução, foi por esse motivo.

Eu, particularmente, sinceramente, não vejo nenhuma dificuldade em discutir essa questão. O problema é que isso envolveria uma longa negociação, que, talvez, manteria toda a suspensão do processo, porque foi uma negociação muito difícil e que teve muitos critérios envolvidos. Então, eu não vejo... Agora, que o recurso tem que ser para a Amazônia, que o recurso tem que ser desembolsado de forma mais efetiva, que tem que haver permanente avaliação de resultados e de prioridades... Poxa, Senador: isso é óbvio. Isso é necessário. Senão, não precisaria haver conselho: era só definir que vai para tanto e pronto. E o banco não faria sozinho? Não: há um conselho para isso.

Então, eu acho que o que o senhor está colocando tem tudo a ver com o que o Senador Paulo Rocha disse e tem tudo a ver com o que o Deputado Capiberibe disse. É o seguinte: nós temos que usar muito bem esse dinheiro, e usar muito bem significa prioridades, significa investir corretamente, significa fazer o dinheiro chegar aonde tem que chegar. E, aí, as questões todas que o senhor coloca e que vocês colocam é uma questão de discussão.

Eu... No meu ponto de vista, o Fundo Amazônia deveria ter um painel de especialistas, sabe? Um painel de especialistas que avaliassem os projetos, avaliassem, fizessem relatórios... Além do BNDES. Eu não estou falando aqui da parte de contábil, da comprovação de que foi bem usado, de que não houve desvio, de que não houve corrupção... Nada disso. Estou falando do ponto de vista do mérito. Deveria haver um painel mesmo, que avaliasse anualmente os embolsos, verificasse os projetos, verificasse aquilo que avançou, aquilo que investiu na nova fronteira tecnológica, aquilo que chegou lá, à população, que fez diferença para a população... Eu acho que deveria haver mesmo. E, aí, as prioridades podem ser discutidas.

Se a questão de apoiar a regularização fundiária é algo que vai agir para evitar o desmatamento... Porque o senhor tem razão e todos aqui colocaram isso. Nós temos que agir nas causas. Nós não podemos continuar sendo bombeiros: "Ah, pegou fogo, vai lá, manda o Exército..." Como agora, manda o Exército e tal... Tudo bem, claro, é importante mandar o Exército? Claro que é importante, ninguém está negando. Só que a gente sabe que isso não resolve, isso pode coibir no momento, pode ser importante no momento, mas na hora em que a coisa sair, passa um tempo, se não houver ações concretas de fundo estruturais, a coisa volta, o senhor tem razão.

Então, a questão de prioridades tem que ser permanentemente avaliada. E isso, quero deixar bem claro, não prejudica em nada o fundo, os doadores não são contra isso, isso não quebra regra nenhuma. Os doadores estão completamente abertos e sempre dizem isso – disseram agora, fizeram uma coletiva recentemente –, estão completamente abertos às decisões que o Governo brasileiro, através do conselho... Disso eles não abrem mão, do que os doadores não abrem mão? De que haja uma governança, disso eles não abrem mão. Eles não aceitam que chegue alguém que está ministro – porque ninguém é ministro, a pessoa está ministro –,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles não aceitam que alguém que está ministro mude tudo, queira mudar, queira definir as prioridades. Não, há um conselho para isso. Coloque lá no conselho. Se o aprovar essa prioridade, aprovou, são as regras do jogo. Esse que é o compromisso.

Então, repito, eu acho que essa discussão é extremamente importante. Eu acho que pode, sim, eu acho que a Comissão deveria recomendar – sinceramente, se eu posso ter a petulância de fazer uma sugestão –, que a Comissão recomende, que você tenha avaliações de prioridade com o ciclo bem definido. Eu acho que a Comissão deveria recomendar um painel de acompanhamento e avaliação independente, como havia, aliás, no PPG7, de que eu era membro. Não tinha nada a ver com projeto, eu não tinha um financiamento, eu não tinha um centavo de financiamento e eu era membro do painel. O que nós fazíamos? Uma vez por ano nós nos reuníamos, escolhíamos projetos para visitar, visitávamos projetos, fazíamos relatórios e essas avaliações eram usadas pela comissão coordenadora do programa para aprimorar os novos financiamentos dali para frente. Então, por exemplo, visitar as comunidades, verificar se o dinheiro chegou lá, se foi bem usado, se houve algum problema, se foi uma falha do fundo, se foi uma falha da comunidade e o fundo pode ajudar a resolver...

Nós tivemos um caso – permitam me alongar um pouco – num projeto que eu considero extremamente bem-sucedido no âmbito do PPG7, que era o PDA (Projeto Demonstrativo do tipo A), com recursos geridos pelo Banco do Brasil, não eram recursos muito grandes. Eram dirigidos a pequenas comunidades, a pequenas organizações. O que acontecia? Eles identificavam que essas comunidades não tinham condição de organizar, de escrever o projeto direito, de controlar, fazer a parte contábil, ajustar... Então, o que eles tinham? Eles tinham uma comissão de apoio, eles tinham alguns profissionais que iam na comunidade – como a sua comunidade, Deputado, de lá do Amapá –, eles iam na comunidade: "Vocês querem fazer um projeto?" Discutiam o projeto, passavam lá uma semana, ajudavam a redigir o projeto, traziam e aprovavam o projeto – quando era meritório, evidentemente. Depois iam lá e ajudavam a fazer o próprio relatório. Ou seja, um papel fundamental. Aí, essas comunidades, depois disso, aprendiam a fazer, aprendiam como é que funcionava e nas próximas vezes não precisavam mais.

Então, são várias questões que a gente pode colocar e quem está vivendo a realidade local conhece melhor do que quem está no conselho, a tantos quilômetros de distância. Eu acho que seria extremamente útil.

Senador Zequinha, há uma questão que eu queria colocar. O senhor colocou a questão do fogo legal ou ilegal, essa história toda. O que acontece é o seguinte: o dado que neste momento tornou o problema do fogo ainda mais dramático é que ele coincide com o aumento do desmatamento. O que eu quero dizer com isso? Você teve alguns anos no Brasil... Em 2010, por exemplo, um ano muito seco, com queda de desmatamento, mas com aumento das queimadas. Isso quer dizer o quê? Que as queimadas são, em sua grande maioria, em área de pastagem, não em área de floresta. Quando você tem os dois indicadores juntos, aumento do desmatamento com queimada, significa limpeza da área desmatada.

Então, por isso que o problema das queimadas neste momento preocupa ainda mais, porque elas estão associadas a um crescimento do desmatamento. Então, não há dúvida de que a maior parte desse processo é ilegal, porque não tem autorização. Por que é ilegal? Às vezes eu me pergunto: "Como é que você sabe que é ilegal?". Ora, é muito simples, você vai nos Estados, solicita as autorizações de desmatamento do Ibama... Não têm, menos de 10% têm





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização. Portanto, são ilegais, esse é o fato. "Ah, mas ele teria direito de desmatar porque ele está dentro dos 20%". Bom, mas para fazer isso ele tem que ter autorização. Pode ser que ele tenha o direito mesmo, mas ele teria que ter obtido a autorização e ele não obteve a autorização, portanto, está ilegal. Como o sujeito que é pego dirigindo o carro sem carteira. "Mas eu podia tirar, sou maior de idade, poderia tirar a carta". "Mas o senhor não tirou, está certo? Vá tirar a carta e depois dirija".

Senador Paulo Rocha, o senhor citou aqui um dos grandes orgulhos da época do PPCDAm, que foi justamente esse Programa Integração Lavoura-Pecuária-Floresta. Por quê? Porque era claro que para você ajudar no combate aos promotores do desmatamento, na linha do que o Senador Zequinha falou, era você melhorar e incorporar as áreas abandonadas por baixa produtividade. E a Embrapa desenvolveu um programa, uma tecnologia que era exatamente para isso, essa Integração Lavoura-Pecuária-Floresta era justamente para a recuperação de áreas de baixa produtividade por degradação de solo. Isso teve início naquela época, em 2004, a Embrapa começou a apresentar isso e apresentou no âmbito do PPCDAm, teve apoio do Governo. Hoje há um centro lá em Sinop, eu fui visitar há um tempo o sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta em Sinop, é incrível, são dezenas de projetos experimentais, demonstrativos. São milhares de visitas feitas lá por ano por produtores que vão lá no centro da Embrapa conhecer a tecnologia e aplicar lá no seu território, na sua propriedade, melhorando a produtividade. Isso que é a solução para a Amazônia.

O senhor tem razão, foi desenvolvida lá pela equipe da Embrapa, lá no Mato Grosso, que identificou esta possibilidade, assim como inúmeras outras. Tem a ver com a questão colocada também pelo Deputado Capiberibe, que você também colocou. Aliás, você citou um exemplo incrível. Incrível como elas se conversam. O Deputado falou da necessidade de agregar valor no local.

Você contou a história da castanha, em que ele paga R\$15 lá e vende por R\$70 aqui – e olha lá, hein, se não está mais. Ou seja: por que que ela não vale R\$70 lá? Ou um pouco menos? R\$60, para pagar transporte e chegar aqui. Mas por que que não agrega valor lá? Por que que a comunidade, o povo trabalhador, na Amazônia, tem que ficar sempre como fornecedor de matéria-prima bruta? Isso é um equívoco! Como é que pode uma coisa dessa? Como é que pode ter a castanha e não ser beneficiada lá, não ter apoio para beneficiá-la e não colocá-la no mercado beneficiada, agregando valor lá no Amapá ou no Pará, ou no Acre, seja onde for?

A mesma coisa com os outros produtos, a mesma coisa com o açaí. A mesma coisa com a madeira! Por que que a madeira tem que sair da Amazônia para ser processada no Centro-Sul, que é onde ela ganha valor? Sai de lá por um preço irrisório e, quando chega ao Centro-Sul, aumenta dez vezes de preço... Não faz sentido nenhum!

O desafio nosso é fazer com que as coisas aconteçam na Amazônia, com a população na Amazônia, agregando valor, melhorando o emprego, emprego de qualidade, gerando imposto... Gerando imposto, não é? Não tem cabimento... Desculpem-me.

O minério de ferro sair do Pará como matéria bruta e gerar riqueza na China?! Poxa, será que a gente não consegue agregar valor no Brasil, no Pará? Isso é dramático!

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Existe uma história lá... Vai lá a Manaus, à planta da Zona Franca de Manaus. O minério do Pará vai à China, transformam em...

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – E volta para a Zona Franca.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ... peças, aí vai lá para Manaus, para serem montados os computadores, etc.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – É isso aí. Quer dizer...

Então, é abrir mão de agregar valor no Território.

Então, para isso tudo... Eu acho que tudo isso é válido. Nós temos que discutir. Aliás, aqui é o momento propício para fazer isso. Eu acho que, nessa crise que nós estamos vivendo, é o momento ideal de o Congresso...

O Congresso Nacional tem sido o nosso baluarte. Essa que é a verdade. É momento de colocar a inteligência nessa discussão; é momento de recolocar o Fundo Amazônia para funcionar; fazer os ajustes necessários não sobre o processo, mas sobre as prioridades, aquilo que for... Isso tudo é completamente factível.

Com relação às questões que o Senador Contarato colocou... Bom, realmente: eu não sei se vocês viram isso. Ele citou, mas eu vou repetir: esse descaminho que nós estamos vivendo, com a negação do desmatamento, com a negação das queimadas, com a negação de tudo, e esse excessivo hasteamento da bandeira brasileira para defender interesses que, na minha opinião, não são brasileiros, não são os reais interesses brasileiros, está colocando o Brasil numa situação extremamente dramática.

Quer dizer, nós já tínhamos tido informes de grupos econômicos ameaçando ou pensando, ou cogitando – a palavra ameaçar não é correta – cancelar compra de produtos do agronegócio do Brasil. Isso vinha vindo, havia uma discussão sobre isso. Hoje foram anunciados 230 fundos de financiamento internacionais. Se vocês olharem no *site* deles, é uma coisa impressionante! São os grandes fundos. Todos aqueles de que a gente já ouviu falar... Sabem aqueles grandes fundos de que a gente já ouviu falar um dia, na vida? Estão lá, assinando embaixo.

São 230 que têm, no seu negócio, R\$65 trilhões, como foi dito aqui, e que estão condicionando a solução desses problemas, para continuar financiando. Por quê? Eles dizem no texto. Eu li o texto. É fantástico ler isso aí. É porque os financiadores deles, aqueles que põem dinheiro no fundo, estão dizendo que não vão pôr mais, se souberem que aquele fundo está financiando desmatamento, queimada, destruição de povos indígenas quilombolas e povos tradicionais.

Então, o Brasil está em risco. Essa é a verdade. Nós precisamos desses clientes. Nós precisamos desses investimentos.

E, aí, eu queria realmente finalizar, respondendo, na linha do... Eu não sei se eu respondi a tudo. Por favor, se eu não respondi a alguma coisa, estou à disposição. Mas eu queria finalizar...

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) – João Paulo, só sobre o consórcio dos Governadores...

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Ah, sim. Perfeito.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) – ... e sobre a mineração na área indígena.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Está anotado aqui. Isso. Desculpe-me. Aliás, bem lembrado.

Primeiro, eu não vejo muito como o consórcio teria condição institucional para isso. Eu acredito que, para o doador... Isso que eu estou dizendo é uma opinião; eu não posso afirmar com certeza, porque esse assunto eu nunca discuti objetivamente, nunca havia surgido essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

opção. Então, eu pude falar sobre o Banco da Amazônia e o BNDES porque nós discutimos isso à época, e o BNDES é que tinha todos os critérios para ser enquadrado e receber recursos diretamente. Então, lá eu posso dizer isso. Talvez o Banco da Amazônia hoje tenha, não estou dizendo que não tem. Na época foi essa a decisão.

No caso do consórcio, eu não sei dizer, porque não participei disso e nunca surgiu, mas, pelo meu conhecimento, pela minha experiência – que pode estar defasada –, isso não seria possível, porque a relação é bilateral país a país. Então, a Noruega transfere para o Brasil, para o País, e o representante é a União. Claro que todas as condições devem ser dadas e tudo o mais, evidentemente.

Existe uma figura que talvez possa ser utilizada, que é a relação bilateral Estado com Estado. Por exemplo, existem relações entre Estados americanos e europeus com Estados brasileiros: Califórnia com Mato Grosso, Califórnia com Acre... Eles têm relações bilaterais Estado com Estado, entendeu? Então, é a questão da instância. União... País é com país, na relação internacional; Estados... Unidades da Federação de um país podem ter relações com Estados da Federação. Então, eu imagino que isso seja possível.

Agora, quanto a um fundo a ser transferido para um consórcio, eu acredito que seria algo muito complexo e acho que seria um risco. Acho que para os Estados da Amazônia, para os Governadores da Amazônia, para os Parlamentares da Amazônia e também os que não são da Amazônia, porque deve haver uma solidariedade, a prioridade seria fazer o fundo voltar a funcionar, imediatamente, tirar esses óbices absolutamente inadmissíveis, irrealis e irresponsáveis, e, aí sim, trabalhar no aprimoramento, na discussão de prioridades, como a que foi colocada.

Com relação a garimpo e mineração nas terras indígenas, a Constituição é clara: é preciso haver uma lei para isso. Não existe lei ainda. Mas um pressuposto é de que a comunidade indígena tem que concordar, através de um processo informado efetivamente adequado. Existem já normativas para isso.

Na questão, por exemplo, do uso de conhecimento tradicional, o Brasil já tem uma longa experiência em como se faz consulta informada, adequada, em que a comunidade de fato saiba do que está falando; saiba o que está em jogo, porque simplesmente consultar para inglês ver, publica num jornal, no Diário Oficial e quem quiser que se manifeste, e acha que está consultando, não.

Para você consultar, você conhece bem... há muitos processos envolvendo empresas com comunidades do Amapá, que têm que preencher um procedimento todo adequado para fazer a consulta correta para que a comunidade esteja, de fato, informada e possa tomar uma decisão adequada.

Com os índios também é a mesma coisa. Eu, particularmente – é uma opinião pessoal –, acho que é mineração e garimpo em terra indígena tem um risco brutal de desagregação, mas a Constituição permite. Se a Constituição permite e exige uma lei para isso, que seja feita a lei, e a lei tem que prever a consulta.

E se a comunidade indígena tiver plenamente informada, de forma correta e adequada, e houver um projeto que respeite as questões ambientais, é uma questão que está em aberto, não há uma vedação *a priori* a isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as perguntas, finalmente, do Senador Contarato sobre os ataques aos funcionários e o desmonte da área ambiental, bom, eu só posso dizer que eu concordo com ele. Há um desmonte absoluto da área ambiental no Brasil; o Ministério do Meio Ambiente praticamente agoniza, os dados são claros, aqui que têm circulado dados cada vez mais constantes na imprensa, eu acho que não é necessário aprofundar isso.

E com relação a se o comportamento humano tem interferência nas questões climáticas, nesse sentido, eu acho que nós temos que ter... Eu vou me colocar na posição em que eu sempre me coloco, Senador Zequinha. Nós temos uma comunidade internacional que trabalha com as questões da relação entre clima e atividades econômicas, produção de gases de efeito estufa já há 40 anos. Essa é uma área da ciência que cresceu muito, cresceu demais.

Nós temos milhares de pesquisadores do mundo inteiro trabalhando nesse tema. Nós temos milhares de publicações nas revistas científicas mais rigorosas do mundo, de diferentes países, não são só dos Estados Unidos, não são só da Europa; nós temos também de outros países, são revistas de altíssimo nível. E 99% dos pesquisadores estabelecem claramente a relação entre o aquecimento global e as atividades econômicas, a emissão de gases de efeito estufa pela sociedade humana.

Existe aí o 0,1% que diz que não, mas esses não têm trabalhos publicados, não têm dados disponíveis. Não há como questionar esses dados, os trabalhos publicados sobre mudanças climáticas estão acessíveis, podem ser questionados, podem ser corrigidos. Desses céticos esses trabalhos não estão disponíveis.

E eu acho que é uma questão de responsabilidade como ser humano, porque se nós temos 99% dos pesquisadores de alta competência, que são milhares, afirmando uma questão, nós temos que no mínimo ser precavidos, não é? Pelo menos o princípio da precaução tem que ser invocado aí, né? Quer dizer, poxa vida, nós vamos continuar achando que não, vamos seguir em frente, e se lá na frente for, hein? Senador, imagina! Eu não acredito nisso aí, tá? Eu vou continuar emitindo... Aí, lá na frente eu vou ver se é ou se não é. Era. Ai já era, né? Era. Eles estavam certos.

Eu acho que é mais prudente, principalmente porque nós estamos falando da Casa Legislativa que cuida do nosso futuro, porque aqui é nosso futuro que está em jogo. Não é o presente, mas o futuro, principalmente. Quem cuida do presente é a Justiça; do futuro, é a Casa Legislativa. Eu espero que a Casa Legislativa de fato pense no futuro e tome as medidas necessárias para que a gente possa contemplar medidas que evitem ou reduzam ou mitiguem os efeitos das mudanças climáticas, que podem ser catastróficas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Através do e-Cidadania, o portal daqui, eu vou fazer a leitura de alguns questionamentos e considerações feitos, só para a gente dar uma passada rápida, está bem?

A Edileusa da Silva, do Paraná, pergunta: "Como o povo brasileiro pode consultar como esses valores são aplicados?" Então, diz respeito à questão do dinheiro.

Aí tu respondes tudo lá.

"As comunidades indígenas recebem parte?"

A Simone, de São Paulo, pergunta: "Depois dos últimos acontecimentos ruins para a imagem em relação à Amazônia, qual foi o prejuízo para o Fundo e seus projetos?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Marcelo Cendon, de Mato Grosso do Sul, pergunta o seguinte: "O Governo Federal já possui um levantamento de todas as ONGs que atuam na Amazônia? Tais dados estão abertos para consulta pública?"

O Matheus Jasper, do Distrito Federal, daqui, pergunta: "Por que o Governo considera que a manutenção do fundo fere a soberania nacional? Não seria possível garantir ambos?"

Flávio de Oliveira, de Pernambuco: "O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate?"

É verdade.

Anderson Nunes, de Mato Grosso do Sul também: "A principal questão é saber como esse fundo deverá ser aplicado para evitar o menor desperdício possível."

Quer fazer algumas considerações sobre isso?

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA. Para interpelar convidado.) – Eu também teria alguns questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Ótimo.

Deputado Edilázio Júnior, por favor.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) – Primeiramente, eu queria externar aqui as desculpas do Senador Contarato, que teve que se ausentar e pediu que eu falasse ao senhor, Dr. João Paulo, que ele já tinha uma agenda fora do Senado e que ele não conseguiu desmarcar. Ele pediu que eu externasse suas desculpas.

O segundo ponto, que eu acho que já ficou bem pacífico, pelo que eu ouvi dos colegas e até de V. Exa., é que nós podemos incluir no relatório, Presidente, e eu pergunto ao senhor com relação a essa mudança, se, porventura, o fundo continuar – a gente não sabe como vai ficar isso –, essa mudança do BNDES para o Banco da Amazônia. Seria algo a ser discutido nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Exatamente. A gente vai...

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) – Uma proposição para que nós pudéssemos apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Exatamente. No seu relatório, com certeza, você vai abrir isso. Eu acho que boa parte dos Parlamentares, principalmente os da Amazônia, quer que isso aconteça. Nós já ouvimos as explicações técnicas disso. Na época o único banco habilitado com certidões – enfim, questão internacional não é fácil – era o BNDES. Vai que de lá para cá as coisas mudaram, que o banco. Vai que de lá para cá as coisas mudaram, que o Banco da Amazônia, por ser um banco da nossa região lá, enfim, é o banco do Governo Federal, do fomento regional, esteja habilitado. Aí, sim, essa é uma questão que demanda algum tempo.

Se for eu acho interessante, até porque o acesso ao Banco da Amazônia é muito simples, o acesso ao BNDES não é tão simples assim. Não sei porque a sede do BNDES não veio para Brasília e fica lá no Rio de Janeiro. A Amazônia está para acolá, para um lado do Brasil, e o BNDES está para o outro.

Hoje mesmo era para ter gente do BNDES aqui falando disso, não foi possível exatamente em função disto. Conversando com o pessoal disseram que não seria possível, que não teria jeito de um funcionário responsável por isso estar aqui, fica lá no Rio, e não sei o quê, enfim, um monte de coisas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem que ir como um questionamento que precisa ser... O Governo precisa pensar nisso, não é, Senador Paulo?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, já que V. Exa. falou no questionamento da ausência do BNDES, acho que caberia também uma reclamação da Mesa da Comissão sobre a ausência do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Exato.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – É uma responsabilidade desse debate que foi provocado, inclusive, pelo Governo. Não estar presente é não só uma desconsideração, mas um descaso com a Comissão, uma falta de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – O Ministro ligou ontem à tarde dizendo da necessidade de viajar. Ele mesmo viria, ele pessoalmente viria, mas informou da necessidade de viajar hoje cedo.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sim, mas há o Secretário Executivo, há outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Chega domingo e coloca-se à disposição para participar na hora em que a Comissão achar interessante.

Quer fazer algumas considerações sobre isso?

Continue.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) – Uma pergunta que eu queria fazer ao senhor, Dr. João Paulo, é sobre esse recurso que viria da Noruega, ele precisa ou precisou de aprovação do Parlamento norueguês?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – A doação lá.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA. Para interpelar convidado.) – A doação precisa de aprovação do Parlamento? A mesma coisa no caso da Alemanha, também é preciso que o Parlamento alemão autorize esses recursos, não é isso?

Quer saber, porque eu ouvi e li alguma coisa a esse respeito, de que dificilmente o Parlamento norueguês vai, podemos falar assim, reativar ou trazer de volta, enfim, esse fundo, acho que eles lá ficaram meio desgostosos e eu ouvi alguma coisa nesse sentido, mas tudo conversa extraoficial.

E até uma pergunta que eu também queria fazer e que o Presidente acabou de ler do eCidadania. Esses recursos para o terceiro setor, no caso para as ONGs, como falou agora há pouco, que estão meio demonizadas – como se fosse um palavrão hoje as ONGs –, mas desse fundo, vamos dizer, vai um R\$1 milhão para uma ONG fazer um trabalho, enfim, o que quer que seja. Ela presta conta desse recurso depois para o Conselho? Existe... Porque a nossa prestação de contas, teoricamente, para o fundo é a diminuição das queimadas ou do desmatamento, não é isso? E aí eu queria saber se esse recurso quando vai para o terceiro setor, se existe essa prestação de contas?

É mais ou menos isso.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Para exposição de convidado.) – Deputado Edilázio, realmente, eu acho que o Senador Zequinha já colocou essa questão do BNDES x Banco da Amazônia. Teria que ser extremamente cuidadosa, primeiro, verificando sobre as possibilidades de o Banco da Amazônia de fato receber, em função das credenciais internacionais. É um primeiro ponto. E se isso existisse, na minha opinião, deveria ser tratado de forma muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégica, porque você modificar o gestor de um recurso tão grande no meio do processo, na minha visão, isso vai gerar no mínimo muito atraso.

Então, talvez pudesse, mais uma vez, desculpe-me a petulância, não ficar como uma recomendação, mas talvez estudar a possibilidade fosse mais prudente do ponto de vista da questão.

Com relação à prestação de contas, com certeza, Deputado. Todos os projetos têm prestação de contas e têm auditoria. Isso aí é absolutamente fundamental. Não há hipótese de o recurso ser gasto, ser desembolsado e utilizado sem isso, mesmo porque isso é exigido pelos doadores também. E aí há uma questão para a qual eu queria chamar muita atenção porque eu acho muito importante.

O Brasil não tem que comprovar que reduziu desmatamento e queimada pelo recurso que ele recebeu. Essa é que foi a novidade do fundo. Ele tem que provar isso para vir mais recurso, entendeu? Então, essa que foi sacada, por isso que o fundo... E aí, eu aproveito para responder à questão de alguém que falou da questão da soberania. O fundo não fere em nada a soberania porque é um recurso recebido sobre um resultado já obtido, que foi obtido por decisão exclusiva do Brasil.

O Brasil reduziu o desmatamento porque decidiu reduzir o desmatamento. Está certo? Fez as ações para isso. E esse volume reduzido gerou esse R\$1 bilhão. Se ele continuar reduzindo, ele pleiteia mais recursos. Numa hipótese que não vai acontecer porque nós não vamos deixar. Uma hipótese absurda que o Brasil perca o controle do desmatamento. Ele não vai mais receber, mas não é uma punição porque ele não cumpriu um compromisso. Não é isso. É porque ele não vai poder mostrar que ele reduziu, ele não vai ter crédito, ele não vai receber, entendeu?

É simples assim. Se o Brasil perdesse o controle do desmatamento hoje, ele não deveria nada para a Noruega nem para ninguém. Ele só vai deixar de receber. Então, é muito importante separar isso. O fundo é absolutamente coerente com a soberania. Ele é mil por cento coerente com a nossa autodeterminação. Nós não devemos nada para ninguém. O que nós temos lá no fundo é mérito nosso. Nós reduzimos o desmatamento porque nós quisemos reduzir o desmatamento.

E, com relação a onde se pode obter informação. Repito para o nosso internauta aí, o Fundo da Amazônia tem um *site*, em que todos os projetos, todos que foram financiados estão lá em detalhe. Contrato, tem um anexo. Você clica lá, aparece o nome da instituição, quem recebeu, para quem foi o dinheiro. Está lá tudo, todas essas informações estão lá. É totalmente aberto.

E, além disso, se alguém quiser alguma informação adicional que não esteja eventualmente lá, algum detalhe, tem lá um endereço eletrônico. Você pode mandar um pedido de esclarecimento adicional e o BNDES é obrigado a informar.

Com relação ao prejuízo para o fundo dessas coisas que aconteceram, é total, pois o fundo está paralisado. Já foram suspensos; não cancelados, mas já foram suspensos outros repasses, aguardando uma solução. E ele está paralisado. Os maiores prejudicados são aqueles que se empenharam para elaborar bons projetos, foram submetidos e aprovados, e agora se encontram em uma situação absolutamente indefinida, à deriva. O próprio Deputado Capiberibe colocou aqui o problema de duas comunidades, lá no interior do Amapá, que têm aí 2 milhões para receber, e que estão absolutamente no escuro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe sim...Todas as ONG's no Brasil são cadastradas. Grande parte das organizações não governamentais são Oscips. Oscips são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. As Oscips são cadastradas no Ministério da Justiça. Elas são obrigadas a apresentar relatórios anualmente. Então, qualquer cidadão interessado pode ir ao Ministério da Justiça e verificar se aquela Oscip está em dia. Se ela não estiver, se ela se tornar inadimplente, é cancelado o número de registro e ela não pode sequer apresentar projetos no Fundo Amazônia.

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) – E se, porventura, essa ONG ou Oscip que recebeu o recurso, depois, quando houver a fiscalização, for comprovada a malversação do recurso público, como que é a punição dessas ONG's?

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Há a devolução do recurso. Haverá a devolução do recurso corrigido. Isso está no contrato. É obrigatório um projeto com metas claras, indicadores. É obrigatório haver indicadores e metas estabelecidas e as rubricas de gastos estarem definidas e o contrato prevê que a não utilização, ou o não uso do recurso, ou o uso indevido implica a devolução com correção monetária, multa, etc., etc. É como o BNDES funciona para qualquer empréstimo que ele faz ou para qualquer investimento que ele faz. Não tenha a menor dúvida disso.

E repito: não leiam aquela coluna que eu mostrei, ou seja, quando vocês falarem em terceiro setor, não leiam ONG. Existem ONG's e existem associações locais – é a maioria, inclusive – que são associações que fazem parceria com organizações do terceiro setor para poderem captar. E existe também, lá dentro, o Fundo Banco do Brasil, existem recursos de investimento no Bolsa Floresta. Vários ali são recursos de interesse público que foram viabilizados numa parceria com uma organização não governamental.

E aí eu queria também, pois acho que seria muito importante – mais uma vez já antecipadamente me desculpando se estou sendo muito petulante, mas, se eu posso dar uma sugestão – incorporar no relatório a questão do compromisso assumido na audiência pública que ocorreu aqui no Senado, quando o Ministro de Ciência e Tecnologia garantiu que os dados do desmatamento continuarão sendo produzidos, inclusive os dados anuais, e finalizados, para que eles possam ser apresentados na Convenção sobre Mudanças do Clima.

Isso é muito importante. Nós estamos lidando com a credibilidade do Brasil. Então, é muito importante que esse compromisso seja cumprido, que esta Casa cobre que esse compromisso seja, de fato, cumprido porque os dados do desmatamento são essenciais e nós não devemos apenas divulgar dados quando nos são favoráveis, nós devemos divulgá-los sempre. Se em algum momento, por uma infelicidade, ele não é plenamente favorável, a gente o divulga para que a gente possa inclusive melhorar e, no próximo ano, corrigir. Agora, negar o dado só porque não é favorável não é correto. Isso prejudica todo o trabalho, inclusive da própria Comissão, do próprio Congresso e da sociedade como um todo.

Então, seria muito importante que o relatório incluísse esse compromisso que é essencial para todos nós.

Se houver mais alguma questão...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Pode fazer as considerações.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Bom, eu queria, então, encerrar, Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas aqui presentes e aqueles que acompanharam na internet –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Heinze, que chegou agora também, quero cumprimentá-lo –, agradecendo muito essa oportunidade.

Fico extremamente feliz de poder estar aqui por um período tão estendido. Sei que os senhores têm uma agenda que é uma loucura: um monte de comissões, um monte de compromissos, então, fico muito contente de ter podido conversar em detalhes uma questão tão sensível para o Brasil. Coloco-me totalmente à disposição se em algum momento alguma informação for necessária, se eu precisar voltar aqui por algum momento, o que for necessário para colaborar com este trabalho da Comissão, que – repito –, para nós, é essencial. Espero que tenhamos aí grandes contribuições para o futuro do Brasil.

Muito obrigado.

Estou à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Muito bem.

Quero agradecer a presença do nosso convidado e agradecer também pela apresentação e que fique à vontade a partir de agora.

Nós vamos dar início à segunda parte da reunião, destinada à consolidação e definição das sugestões do plano de trabalho.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – E aí eu gostaria de pedir aos nobres Parlamentares que a gente pudesse adiar um pouco, em função de ainda estarmos recebendo outras sugestões.

Eu dou a palavra neste momento ao Senador Luis Carlos Heinze para apresentar as suas sugestões ainda.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Eu tenho também um pedido de audiência pública. Se a gente pudesse deliberá-lo hoje porque eu não o apresentei na semana passada. Se fosse possível, que eu pudesse apresentá-lo e, Deputados, Deputadas e Senadores que estão presentes, que a gente pudesse então fazer um debate. Quer dizer, incluir esse requerimento que eu estou fazendo agora que eu acho que somaria nessa questão que nós estamos discutindo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Deixe-me só fazer um esclarecimento aqui, Senador. No início, a gente apresentou uma série de 12 audiências públicas. O que eu posso te garantir? É que, de acordo com o tema, incluir...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – ... os convidados, mesmo que não seja todo mundo num dia só, mas em dias alternados, em audiências alternadas, para que eles possam trazer suas contribuições com relação ao tema. O.k.?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – O.k. Sem problema. Então, deliberamos o requerimento num outro dia?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – O.k.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Não. Se você quiser, a gente o aprova agora.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Posso ler então agora.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Pode fazer a leitura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – O.k.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno Senado Federal, a realização de audiência pública para debater as variações do gás carbônico na atmosfera ao longo da história e sua influência nas variações da temperatura da Terra.

Proponho audiência para a apresentação dos seguintes convidados:

Geraldo Luís Lino, geólogo; Kenitiro Suguio, geólogo, professor emérito da USP; Thiago Maia, físico; e Ricardo Augusto Felício, meteorologista e pesquisador da USP.

Coloco esses nomes para apreciação dos Parlamentares para que a gente possa também debater.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco/PSC - PA) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Como não há quem discuta, em votação.

Os Senadores e Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Deputada Talíria com a palavra.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Presidente, Sr. Relator, eu também tenho dois requerimentos. Concordo com o adiamento da decisão sobre o plano de trabalho, sobre a composição das Mesas, mas não sei se é o momento oportuno de apresentá-los também, porque um envolve – a gente apresentou uma série de nomes para serem incluídos nas Mesas –, e um envolve uma proposta de mudança de um nome, deslocando-o para outra Mesa. Se eu puder eu já registro aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Por favor.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Nós apresentamos o nome do Prof. Alexandre Araújo Costa para a Mesa de monitoramento do alcance das metas da Política Nacional da Mudança do Clima, a partir do primeiro plano de trabalho que estava colocado para nós no sistema. Com a mudança e a inclusão de uma audiência intitulada Atualização dos Dados Climáticos das Regiões Brasileiras, nós estamos propondo, Presidente e Relator, que o Prof. Alexandre seja um nome para compor essa segunda mesa, que é Atualização dos Dados Climáticos das Regiões Brasileiras.

Eu já apresentei o currículo do Prof. Alexandre na última reunião, no último encontro nosso, então, acho que não cabe agora reforçar de novo, posso entregar aqui o requerimento. E o segundo...

O SR. PRESIDENTE (Edílázio Júnior. PSD - MA) – Só um minutinho, Deputada.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Edílázio Júnior. PSD - MA) – Sai o Alexandre Araújo Costa, é isso?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Sai dessa Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Edílázio Júnior. PSD - MA) – E a senhora quer propor o nome...

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Do Alexandre também, dele mesmo, para outra Mesa, que é a Mesa de Atualização...

O SR. PRESIDENTE (Edílázio Júnior. PSD - MA) – Nessa Mesa a senhora não tem mais ninguém para colocar?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – A gente tinha duas indicações para essa Mesa. Mantemos a indicação da Camila, que é da Rural lá do Rio de Janeiro. Posso entregar que fica mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – Está bom, então. A gente vai acrescentar.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Aí vocês avaliem a partir da... Não sei se agora é também o momento de eu fazer outra proposta que envolve o plano de trabalho, porque talvez incida um pouco no que a gente aprovou na última semana, mas eu queria compartilhar para ver o que é possível fazer.

A gente sabe que mundialmente está havendo uma paralisação nas políticas para conter a emissão de gases que contribuem, que levam às mudanças climáticas, às mudanças do clima global. E, no Brasil, a gente sabe que houve um corte orçamentário de 95% para essas políticas. O Brasil tem sido a expressão do retrocesso, lamentavelmente, dessas políticas. Aumenta na maior velocidade: 2018, Sr. Deputado, foi o ano em que a velocidade de emissão dos gases poluentes foi a maior desde 2011. Então, o quadro é grave, acho que sabemos disso.

E o objeto desta Comissão se destaca justamente pela gravidade do momento de crise civilizatória que envolve a questão ambiental que estamos vivendo. Conversando depois com a minha assessoria técnica, sentimos falta de uma audiência que envolvesse – e eu queria que a gente pudesse ver de que forma podemos dar conta disso – uma reflexão sobre as experiências que normalmente são exitosas dos povos e comunidades tradicionais, dos povos extrativistas, dos pequenos agricultores, na manutenção da biodiversidade onde estão inseridos e, em consequência, na mitigação dessa grande crise que envolve a questão climática, que está na contramão aí da justiça climática. E aí a gente proporia uma nova audiência.

Eu até conversei com a assessoria se não poderia ser uma audiência externa, mas como seria uma escuta de diferentes povos e comunidades tradicionais do Brasil... A gente está propondo aqui o Cacique Baiara, do Município de Açucena, em Minas Gerais; representante do Quilombo Cafundá, Astrogilda, lá do Rio; do Quilombo São Pedro, do Vale do Ribeira; Quilombo de Mumbuca, no Jalapão, Tocantins; também representante da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no Amazonas, que é a maior reserva amazônica que tem se dedicado à proteção da várzea amazônica, e mais dois: representante do povo indígena paiter suruí, ali na região de Rondônia, Mato Grosso, e, por fim, o Jadson, que é uma importante liderança caiçara da Praia do Sono em Paraty, no Rio de Janeiro.

Sei que aprovamos as audiências, a temática das audiências na última reunião, mas acho que há uma lacuna muito grande na escuta dessas experiências. As tecnologias apresentadas, construídas, elaboradas na verdade há tantos séculos por esses povos e comunidades, têm sido fundamentais para a preservação da biodiversidade. Então, queria ver de que forma podemos dar conta desta demanda.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – Deputada, na verdade, o Presidente, quando deliberou agora há pouco o requerimento do Senador Luis Carlos, em que o Senador também fez uma proposta semelhante à da senhora, acolheu-o no sentido de o tema ser incluído em alguma das audiências já existentes, ele não abriu uma nova audiência. Então eu vejo essa dificuldade agora com relação ao requerimento da senhora, no sentido de que o plano foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovado. Talvez nós conseguíssemos incluir, não sei se todos, mas um ou outro aqui em alguma dessas discussões.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem.) – Queria fazer uma sugestão, não sei se regimentalmente é possível, mas acredito que sim: que na próxima reunião, quando formos apreciar o Plano de Trabalho, a gente possa submeter esse requerimento ao conjunto da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – Certo, o.k. A gente pode aguardar para a próxima reunião.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) – Porque eu compreendo e estou aqui tentando achar uma solução. Na verdade, pensando o Brasil continental, com a diversidade de experiências que em cada região do Brasil esses povos e comunidades têm, não consigo pensar na temática que está prevista... De fato, foi uma demora nossa na percepção dessa lacuna. O que eu peço é que a gente possa ao menos apreciar.

De repente, na última semana, a gente fazer duas audiências, ao final do conjunto das audiências que já aprovamos. Enfim, vou entregar à Mesa o requerimento para a gente apreciar. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – Senador...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, na verdade são três requerimentos da Bancada do PT, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados.

Queria dar a seguinte sugestão: como já estamos na Ordem do Dia, o que, portanto, pode prejudicar a decisão aqui, eu os leria aqui, aprovaríamos os nomes, que, na verdade, são sugestões de nomes em audiências já aprovadas, e, quando da discussão do plano de trabalho, a gente vai fazendo arrumação de nomes e, se for preciso, dividir em duas Mesas no dia da audiência. Enfim, como todos os Parlamentares têm interesse de trazer as suas experiências, o que conhecem, etc., acho que a Presidência tem de ficar aberta a esse tipo de debate. Como ela disse, é um País com tanta diversidade e com diversidade inclusive na questão ambiental, etc.

Vou ler. A inclusão dos nomes nós aprovaríamos em bloco para não prejudicar o tempo lá e, quando do plano de trabalho e de decisão da audiência pública, a gente vai fazendo as arrumações. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – Da minha parte tudo bem, Senador.

Eu queria só fazer um questionamento à assessoria da Mesa. Pode haver votação depois que se iniciou a Ordem do Dia.

Não pode?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Esses requerimentos já estão na Mesa, registrados.

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – O que a Mesa está me informando, Senador Paulo Rocha, é que os requerimentos já estão no sistema, só que nós não podemos deliberar por conta da abertura da Ordem do Dia. É o Regimento que não permite, não é isso?

Então, fica prejudicado. Assim, colocamos em votação na próxima... *(Pausa.)*

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Se fosse mérito...

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – Tudo bem. A gente aceita...

Ele está falando para não colocar em votação...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Já está em bloco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) – Incluindo tudo?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Quer que eu leia ou já está registrado?

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – Não precisa.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – São os Requerimento 6, 10 e 11.

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – O.k., Senador.

Aqui já ficou também... Queríamos colocar para a Mesa também, para que possa fazer os contatos...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Só para orientação da nossa assessoria, a Secretaria vai disponibilizar o plano de trabalho quando? Já está pronto?

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – Já está disponibilizado desde a...
(Pausa.)

A inclusão dos novos nomes.

Nós iríamos deliberar hoje essas inclusões. Já foram incluídos alguns, mas há temas aqui com 12 debatedores. Então, a gente teria de tentar chegar a um denominador comum, com representantes de várias vertentes. Não há como haver 12 debatedores, por exemplo, em um único tema. Então, temos de tentar buscar esse denominador comum para haver equilíbrio.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – De qualquer maneira, os nomes vão ser incluídos, e, quando da realização a audiência, a gente pode fazer um diálogo no sentido de buscar se alguém retira requerimento ou se a gente faz em duas sentadas. Como experiência, a gente pode fazer em duas sentadas.

O SR. PRESIDENTE (Edilázio Júnior. PSD - MA) – É, exatamente.

Até porque, Deputada, também é importante ressaltar que esta Comissão não disponibiliza passagens aéreas, por exemplo, para esses debatedores. Então, isso cria em alguns desses debatedores essa dificuldade para que possa também se deslocar para cá. Então, há essa situação que tem que ser levada em consideração.

E já fica também... Vou passar a palavra ao Presidente.

E aqui, Sr. Presidente, já fica para a próxima quarta-feira esse tema, só para o senhor externar aqui e pedir para a Mesa fazer os convites.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Quero fazer um comunicado aqui, com relação à atualização dos dados climáticos das regiões brasileiras: o Instituto Nacional de Meteorologia confirmou com a assessoria a presença, no dia 04/10...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Dia 04/10? Sexta-feira? Verifique. Bom... Vamos checar aqui direitinho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Então, vamos ter que dar uma olhada.

Próxima quarta-feira: "Monitoramento do desmatamento e queimadas – mecanismos atuais e possibilidades de aperfeiçoamento".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está sendo convidado aqui o Ibama, o Inpe, o Ipam, mais a representação da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente. Também um representante do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, o Imazon.

Eu quero aqui pedir ao nosso secretário que faça os convites, para que a gente possa, quarta-feira que vem, realizar essa audiência pública, observando o tema e ouvindo aqui os envolvidos. Está bom?

Nada mais havendo a tratar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Antes de encerrarmos então os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Agradeço a presença dos convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde e muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 40 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Luis Carlos Heinze, Rodrigo Cunha, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Telmário Mota, Zenaide Maia, Chico Rodrigues, Sérgio Souza, Leônidas Cristino, Dário Berger, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Beto Pereira, Diego Andrade, Izalci Lucas, Major Olimpio, Jarbas Vasconcelos, Jaqueline Cassol, Paulo Paim, Acir Gurgacz, José Nélto, Arolde de Oliveira, Pr. Marco Feliciano, Reginaldo Lopes, Eduardo Braide, Alexandre Serfiotis, Flávio Bolsonaro, Juíza Selma e João Roma. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Alessandro Vieira, Lucas Barreto, Paulo Rocha, Delegado Pablo, Átila Lins, Edílázio Júnior, Zé Vitor, Aroldo Martins, Luiz Carlos, Roberto de Lucena, Leonardo Monteiro, Camilo Capiberibe e Talíria Petrone. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater o tema "Monitoramento dos desmatamentos e queimadas – mecanismos atuais e possibilidades de aperfeiçoamento". **Participantes:** OLIVALDI ALVES BORGES AZEVEDO, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); ALEXANDRE GONTIJO BAHIA, Representante da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente; PAULO MOUTINHO, Pesquisador Sênior do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). DARCTON POLICARPO DAMIÃO, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade:** Definição dos convidados para as Audiências Públicas constantes do Plano de Trabalho da Comissão. **Resultado:** Apresentado o Plano de Trabalho consolidado (REQ 15/2019-CMMC). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Zequinha Marinho

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/25>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Deputado Edilázio Júnior, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Marcio Bittar, Rodrigo Cunha, Jaques Wagner, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues, Delegado Pablo, Sergio Souza, Roberto de Lucena, Léo Moraes, Camilo Capiberibe, Talíria Petrone, João Roma, Diego Garcia, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Nelsinho Trad, Maria Rosas, Elmano Férrer, Beto Pereira, Wellington Fagundes, Diego Andrade, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Esperidião Amin e Pr. Marco Feliciano. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Rose de Freitas, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Paulo Rocha, Átila Lins, Zé Vitor, Aroldo Martins, Luiz Carlos, Leônidas Cristino e Leonardo Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para debater o seguinte tema: "Atualização dos dados climáticos das regiões brasileiras.". **Participantes:** Carlos Edison Carvalho Gomes, Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Darcton Policarpo Damião, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e da anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte minutos. As Atas serão assinadas pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Zequinha Marinho

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/02>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia nove de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Parlamentares Sérgio Souza e Edilázio Júnior, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Luis Carlos Heinze, Eduardo Braga, Rodrigo Cunha, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Nílto Tatto, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Dário Berger, Paulo Paim, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Alessandro Vieira, Sérgio Petecão, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Zequinha Marinho, Delegado Pablo, Átila Lins, Zé Vitor, Aroldo Martins, Luiz Carlos, Leônidas Cristino, Roberto de Lucena, Leonardo Monteiro, Camilo Capiberibe e Talíria Petrone. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa.** **Finalidade:** Audiência Pública para debater o seguinte tema: "A regularização fundiária como instrumento para mitigar a tensão social no campo e incentivar a produção em bases sustentáveis". **Participantes:** Sr. Nabhan Garcia, Secretário Nacional de Regularização Fundiária e Sr. Mauro Benedito de Santana Filho, Secretário-Adjunto da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Zequinha Marinho

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/09>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Otto Alencar, Zenaide Maia, Chico Rodrigues, Delegado Pablo, Edílázio Júnior, Sidney Leite, Raimundo Costa, Alan Rick, Roberto de Lucena, Leonardo Monteiro, Camilo Capiberibe, Wellington Fagundes, Veneziano Vital do Rêgo, Jorginho Mello, Izalci Lucas, José Medeiros, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Dr. Jaziel, Nelson Barbudo, Bosco Costa, Maria Rosas, Dário Berger, Diego Garcia e João Roma. Deixam de comparecer os Parlamentares Rodrigo Cunha, Alessandro Vieira, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Átila Lins, Sergio Souza, Zé Vitor, Aroldo Martins, Luiz Carlos, Leônidas Cristino e Talíria Petrone. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa.** **Finalidade:** Realização de Audiência Pública para debater o seguinte tema: "Instrumentos fiscais e creditícios para uso sustentável, conservação e recuperação de floresta e agropecuária sustentável". **Participantes:** José Ângelo Mazzillo Junior, Secretário Adjunto da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; André Guimarães, Representante da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e Leonardo Letelier, Coautor do estudo "Investimentos de Impacto na Amazônia", da SITAWI Finanças Sustentáveis. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa.** **Finalidade:** Deliberação sobre as emendas da Comissão ao PLN nº 22/2019 (PLOA 2020). **Resultado:** Aprovada a apresentação de 4 (quatro) emendas de apropriação da Comissão ao Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias: a) programação "PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS NAS ÁREAS FEDERAIS PRIORITÁRIAS – NACIONAL", no INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, sequencial 000002202, no valor de R\$ 100.000.000,00, atendendo aos objetos das emendas 21, 22, 23 e 34; b) programação "FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MAR, OCEANOS E CLIMA – NACIONAL", no MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA, sequencial 000000978, no valor de R\$ 100.150.560,00, atendendo ao objeto da emenda 8; c) programação "REFORMA AGRÁRIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - NA AMAZÔNIA LEGAL", no INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, sequencial 000000904, no valor de R\$ 200.000.000,00, atendendo ao objeto da emenda 32; e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

d) programação “PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES METEOROLÓGICAS E CLIMATOLÓGICAS – NACIONAL”, no MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA, sequencial 000000854, no valor de R\$ 50.000.000,00, atendendo ao objeto da emenda 38. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores, que são aprovadas. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e seis minutos.

Senador Zequinha Marinho

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/16>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião será dividida em duas partes. A primeira parte destina-se à realização de audiência pública sobre o tema "Instrumentos fiscais e creditícios para uso sustentável, conservação e recuperação de florestas e agropecuária sustentável"; a segunda parte, à deliberação de emendas da Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2020, Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 22/2019.

Vamos dar início à primeira parte da reunião, destinada à realização de audiência pública para debater o tema já aqui mencionado: "Instrumentos fiscais e creditícios para uso sustentável, conservação e recuperação de florestas e agropecuária sustentável".

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

A Presidência adotará as seguintes normas. O convidado fará sua exposição por dez minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra dos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Convido para tomar assento à mesa os seguintes convidados: Dr. José Angelo Mazzillo Júnior, Secretário Adjunto da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O Dr. José Angelo já está aqui.

Convido também André Guimarães, representante da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.

Onde está o André?

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Já está aqui.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – É um prazer, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Seja bem-vindo!

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – É uma honra estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Convido ainda Leonardo Letelier, coautor do estudo "Investimentos de Impacto na Amazônia", da Sitawi Finanças do Bem.

Onde é que está o Leonardo?

O SR. LEONARDO LETELIER (*Fora do microfone.*) – Estou aqui ao seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Já está aqui.

Seja bem-vindo!

O SR. LEONARDO LETELIER (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Quero agradecer a presença de todos, do nosso querido Deputado Relator.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra, então, a partir deste momento, ao primeiro convidado, o Sr. José Angelo Mazzillo Júnior.

V. Sa. tem até dez minutos para fazer a exposição do tema.

O SR. JOSÉ ANGELO MAZZILLO JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

É um prazer estar aqui. É uma oportunidade muito boa para a gente poder discutir sobre um tema que é muito caro à Secretaria de Política Agrícola, secretaria integrante da estrutura do Ministério da Agricultura que diz respeito ao desenvolvimento desses instrumentos do mercado de crédito, especialmente do mercado de crédito, para incentivar o desenvolvimento da agricultura sustentável no nosso País.

A gente está passando por... No Ministério da Agricultura, a gente está envidando esforços para que o nosso agronegócio tenha, de fato, um mercado de crédito à sua altura. Isso está sendo feito dentro de um programa estratégico do Ministério que possui quatro vertentes, e uma delas é desenvolver a agricultura sustentável. E, quando se fala de agricultura sustentável, fala-se de todos os aspectos, inclusive do aspecto ambiental.

Hoje, o Ministério enxerga, primeiro, que nós temos que desenvolver o modelo de crédito, o mercado de crédito para o agronegócio, especialmente o mercado privado, onde esses títulos são negociados. Há uma demanda muito forte por títulos que signifiquem ou proporcionem um impacto positivo no meio ambiente. Há muito dinheiro, muito recurso, muita liquidez dentro do País e fora do País também. Há o dado de que entre US\$14 trilhões e US\$15 trilhões, hoje, nos mercados internacionais, estão sendo investidos a taxas negativas. E o nosso agronegócio é uma grande oportunidade. Carrear recursos para desenvolver atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental é, realmente, prioridade zero para o Ministério, e nós estamos trabalhando nisso.

Nós estamos trabalhando em algumas frentes. Uma delas é o CBio, que está sendo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia, com participação do Ministério da Agricultura, e já está num estágio bastante avançado. O produto já existe, o mercado está sendo desenvolvido via regulamentação de um decreto presidencial, que é o que a lei do RenovaBio prevê, e as coisas estão caminhando bem nesse sentido, sob a batuta, repito, do Ministério de Minas e Energia.

No que diz respeito a finanças verdes, o que a gente percebe é que hoje já existem uma preocupação e iniciativas concretas nesse sentido, no mercado de crédito, via Programa ABC. O Programa ABC, hoje, reúne uma carteira existente e em vias de contratação de cerca de R\$20 bilhões (Programa de Agricultura de Baixo Carbono). Um projeto que, para ser apresentado e ganhar apoio do Governo, precisa seguir um protocolo muito rigoroso nesse sentido.

E, entrando um pouco mais na parte fiscal, o Tesouro faz a equalização de juros de boa parte dessa Carteira ABC, e essa equalização para esse montante de 20 bilhões fica em torno de uns R\$8 bilhões. Então isso, realmente, pelas cifras... Nós temos devotado bastantes esforços nesse sentido – mas não é o suficiente. Eu até estou no MAPA desde o começo do ano, exatamente para ajudar no desenvolvimento desses novos mercados de crédito.

E, para o mercado de títulos verdes se desenvolver – e isso vai significar mais crédito para apoiar as atividades que têm impacto positivo no meio ambiente, o que é negociado tem que ser um título crível. Vamos pensar do ponto de vista do investidor: ele vai comprar algo que, de fato, pela descrição, representa um impacto positivo no meio ambiente – é para isso que o investidor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessado nesse tipo de papel está direcionando o seu dinheiro – e ele vai demandar também uma governança em cima desses papéis, uma governança no seguinte sentido: o que eu compro vai ter impacto no meio ambiente, pelo que o título diz, e, de fato, esse dinheiro está suportando, está apoiando uma atividade que, de fato, tem impacto positivo no meio ambiente.

E isso não é, evidentemente, uma estrutura muito simples. Tanto não é, que o mundo inteiro, de alguma forma, está, vamos dizer, se digladiando com esse desafio. São mercados que estão se formando.

Eu acredito que o Brasil tenha uma posição de vantagem, porque, primeiro, o Programa RenovaBio é um programa muito concreto, já tem produto para ser oferecido, e um produto, como eu falei, crível e com governança.

E agora nós temos também, na carteira dos bancos e dos credores do agronegócio, muitos títulos que suportam atividades, que financiam atividades que têm impacto positivo no meio ambiente. Então, nós já temos isso nas carteiras. A gente precisa trazer agora essa governança, trazer as pessoas que vão dar o rótulo de verde, as empresas que vão dar o rótulo de verde para esses títulos, para eles poderem ser empacotados e vendidos sob a forma de um fundo, sob a forma de um título, como se fala em inglês, um *covered bond*. Então, um título lastreado por esses recebíveis verdes, com título verde.

O Ministério da Agricultura está, então, entrando em contato com essas empresas internacionais que vão trazer esse aparato de governança para esses títulos. Estamos trabalhando com os credores do Sistema Financeiro Nacional, notadamente a Febraban e os bancos, estamos trabalhando junto aos produtores, via CNA, que são os parceiros, os *players* mais interessados...

Existe uma certificadora internacional de muito renome. Inclusive, recentemente, o BIS, que é o banco de compensações internacionais, o banco central dos bancos centrais, que fica em Basileia, publicou uma diretiva, permitindo que os bancos centrais apliquem parte de suas reservas em títulos verdes, desde que certificados por essa certificadora com quem a gente tem mantido contato, porque ela, podemos dizer, *grossa modo*, é uma das pioneiras nesse mercado de certificação.

E, junto com uma certificadora, trabalham também empresas de segunda opinião, chamadas de verificadoras, com as quais também estamos mantendo contato.

Além disso, conversamos com a B3, vamos conversar com a Anbima, e a ideia é, já este ano, começar a montar um plano piloto. A gente quer ver títulos que possam ser carimbados, rotulados de verde sendo rotulados de verde, e, aí, o banco empacota isso num fundo ou num título do agronegócio – por exemplo, num CRA – e, com isso, que ele possa negociar e captar recursos a partir da securitização desses recebíveis. Isso aí vai dar mais liquidez à carteira do agro e vai carrear recursos para essas atividades que têm impacto positivo no meio ambiente.

Mas nós chegamos à fase agora de que já entendemos; acho que ninguém tem dúvida da importância de se desenvolver o mercado e, de alguma forma, privilegiar, carrear créditos, recursos financeiros, para atividades do agronegócio que sustentem, que tenham sustentabilidade ambiental, que tenham impacto positivo no meio ambiente. Isso realmente é bastante importante para toda a agricultura, e não há mais o que se decidir ou se discutir. Isso já é etapa vencida. Agora nós temos que dar passos concretos, para que as coisas, de fato, comecem a acontecer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, agradeço minha participação e me coloco à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Muito bem.

Muito obrigado ao Dr. José Angelo.

Agora nós convidamos, para fazer uso da palavra, Dr. André Guimarães, representante da Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura.

V. Sa. tem até dez minutos para a sua exposição.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Marinho, através de quem eu cumprimento todos os colegas aqui de Mesa e os presentes.

É um prazer para a Coalizão estar aqui, Senador, a Coalizão, que é uma rede, na realidade, de mais de 200 organizações, divididas entre organizações do agronegócio, organizações da sociedade civil e organizações da academia, com alguma participação também do setor financeiro, com as quais discutimos, nesse ambiente da Coalizão, caminhos para o bom uso da terra no nosso País, Senador. Ou seja: a Coalizão tem uma crença muito clara de que é possível a gente produzir mais e conservar mais no Brasil ao mesmo tempo, e não fazer uma coisa em detrimento da outra, e é nessa linha que a gente tem desenvolvido as nossas ações e trabalhos ao longo dos últimos cinco anos de existência.

Eu gostaria de, na realidade, começar, Senador Marinho, se o senhor me permite, contando uma rápida história, que eu acho que alguns aqui conhecem, que é a história de sucesso do nosso agronegócio.

Eu sou engenheiro agrônomo de formação e, de certa forma, sou fruto um pouco disso, porque eu fui seduzido para estudar Agronomia exatamente no momento do *boom* da nossa agricultura, e acabei como um curioso, estudando e procurando entender um pouco mais do que se passou.

Há 40, 50 anos, pessoal, não sei se vocês sabem, nós éramos um País importador de alimentos. A gente comprava frango, a gente comprava carne, a gente comprava arroz, feijão, frutas de países vizinhos, às vezes de países longínquos, ou seja, nós éramos um importador de alimentos. A pauta de exportação agrícola brasileira havia café, açúcar e, há alguns anos, cacau – há 40, 50 anos. Hoje, 40 anos, 50 anos depois, nós somos o número um, dois ou três em produção e exportação das dez *commodities* agrícolas mais comercializadas no Planeta. Isso é um caso de sucesso inexorável.

Esse sucesso aconteceu em cima de vários pressupostos: nós criamos incentivos, nós criamos linhas de créditos subsidiadas, nós criamos e alocamos infraestrutura, recursos públicos foram colocados no planejamento estratégico desse desenvolvimento, a Embrapa foi criada com essa missão e entregou resultados importantes para o País. Porém, houve um pressuposto que hoje não está válido mais. Esse pressuposto foi a ocupação do Cerrado e de parte da Mata Atlântica. Se nós não tivéssemos o Cerrado e a Mata Atlântica e parte da Amazônia, inclusive, nós não teríamos tido esse sucesso. Se fôssemos um país menor, mesmo com todos esses incentivos, a gente não teria chegado aonde chegou.

Esse pressuposto de abrir novas fronteiras – basta a gente abrir os jornais e ler as notícias das últimas semanas, no mundo inteiro e no Brasil – não se sustenta mais, ou seja, a gente não vai conseguir continuar desenvolvendo a nossa agricultura e o nosso potencial agropecuário abrindo mais frentes de floresta. Nós temos que redesenhar esse processo. E eu ainda digo mais: eu acho que nós estamos diante de uma oportunidade e não, de um problema. Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos olhando essa questão do desmatamento ilegal e mesmo do fim do desmatamento, essa questão dos incêndios na Amazônia como um problema. É claro, a gente está no olho do furacão, Senador, e no olho do furacão a gente fica um pouco perdido e apavorado, mas nós precisamos olhar isso como uma oportunidade.

Deixe-me tentar trazer aqui alguns elementos e vou finalizar colocando um pouco de direcionamento para a gente pensar como as finanças, inclusive aquelas finanças públicas, podem ser a alavanca para a gente realizar essa oportunidade.

Nós temos, nas propriedades privadas hoje, na Amazônia Legal, em torno de 20 milhões de hectares, o que corresponde a dois terços do território da Alemanha. Então nós temos um território de 20 milhões de hectares, uma área de 20 milhões de hectares, em propriedades privadas, que podem ser legalmente desmatados – e o serão, porque é um direito do produtor fazê-lo –, só que essas áreas armazenam em torno de 100 a 105 toneladas de carbono. É isso que está armazenado nessas florestas que estão ali preservadas, o que hoje, para o produtor – e aí eu vou fazer eco aqui ao José Angelo –, não tem nenhum valor. Não tem nenhum valor! Vamos ser realistas: hoje ninguém é pago por essas florestas em pé. Eu não estou falando aqui em pagar para cumprir a lei, não; eu estou falando daquilo que está além da lei. Não existe incentivo para a manutenção dessas florestas. Agora, se a gente passa o pano e olha o cenário internacional, o mundo está comprador desse serviço ambiental. O mundo está dizendo: "quero participar da solução". E eu vou citar alguns casos concretos.

Recentemente, há dois ou três meses, o Governo da Inglaterra aprovou uma legislação... O Parlamento, aliás, da Inglaterra aprovou uma legislação que obriga o país, até 2050, a ser um país carbono neutro, ou seja, eles têm que zerar a sua emissão de carbono até 2050. Não existe forma de você fazer isso totalmente dentro de casa. Vai haver sempre um caminhão a diesel, vai haver sempre uma emissão qualquer de uma casa, uma fogueira, uma atividade econômica qualquer que gera emissões. Então, vai haver um delta desse volume de emissões, que a Inglaterra se comprometeu a zerar, para o qual ela vai ter que buscar solução fora. Ela vai ter que comprar essa solução em outros países.

Ora, vamos lá: se o produtor brasileiro e o Brasil... Eu falei aqui apenas dos 20 milhões de hectares da Amazônia Legal, de excedente de reserva legal na Amazônia legal, mas, se a gente pegar as florestas brasileiras, há um estoque de carbono monstruoso. Se a gente olhar as florestas que precisam ser restauradas, à luz do Código Florestal, nós temos um volume de carbono ainda maior para comercializar com esses países.

O que eu quero dizer é o seguinte: esses ativos que hoje estão em propriedades privadas, que estão nas terras públicas da Amazônia, que somam 65 milhões de hectares, hoje estão sendo erodidos, estão sendo perdidos, na realidade, por um pequeno retorno financeiro para o produtor – ganham-se hoje R\$200, R\$150 por hectare/ano no caso de abertura dessas áreas, ou seja, é um ganho relativamente pequeno –, quando se poderia ter um ganho muito maior em manter essas áreas.

Com isso eu quero dizer, Senador, em primeiro lugar, que nós tivemos uma história de sucesso, que foi o desenvolvimento da nossa agropecuária, que se calcou fundamentalmente em um conjunto de incentivos públicos que nos fez chegar até hoje. Nós estamos diante de uma oportunidade, mais uma vez, para redesenhar esse processo dos incentivos públicos para que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente entre em uma nova fase, de contínuo crescimento da nossa agropecuária, mas em parte ou integralmente lastreada pelos ativos ambientais que nós temos no Brasil.

Então, meus caros, minhas caras, as florestas brasileiras em pé e preservadas não são um problema; elas podem ser a fonte de recursos que nós precisamos e precisaremos no futuro para continuar a nossa responsabilidade de alimentar o planeta. A gente não pode esquecer – e eu aprendi isso com o Ministério da Agricultura – que o Brasil alimenta 1,2 bilhão de pessoas todos os dias. Esse é o tamanho da nossa responsabilidade. O mundo sem o Brasil passa fome. O mundo sem o Brasil vai ter um colapso climático, porque a nossa contribuição para mitigar mudanças climáticas, o que é o objeto desta Comissão, é exatamente as florestas. Ora, por que que nós não podemos juntar, como diz o outro, a fome com a vontade de comer: juntar o nosso potencial de estocar carbono nas nossas florestas e de manter esse carbono estocado – o que, mais uma vez, tem um valor apreciado pelo planeta – e, ao mesmo tempo, expandir a nossa produção agropecuária, preservando esses ativos?

Existem hoje compradores para isso, e vão existir cada vez mais, Senador. Em dezembro agora nós teremos a Convenção do Clima no Chile. Essa reunião no Chile agora vai fechar o manual de operações do Acordo de Paris. Há um capítulo desse manual, o art. 6º, que basicamente diz o seguinte, Deputado: os países podem trocar esses créditos de carbono, e aqui está um conjunto de regras para fazê-lo. Portanto, a partir de janeiro do ano que vem, essas regras estarão estabelecidas, esses mercados começarão a funcionar. Uma pergunta que eu gostaria de deixar aqui para vocês é: nós vamos entrar nisso? Nós vamos procurar nos beneficiar disso? Nós vamos tentar trazer parte desses capitais para manter as nossas florestas em pé, com redução de custos para o Poder Público e com aumento de benefícios para o setor privado, ou nós vamos ficar à margem desse processo?

Então, concretamente, Senador, eu acho que esta discussão aqui é muito oportuna, porque entre agenda ambiental e agenda de produção não existe mais fronteira. Está clara a nossa independência: 95% da nossa agricultura depende de água, e a coisa que mais se parece com uma fábrica de água é uma floresta. Nós estamos totalmente interconectados. E nós podemos ganhar o benefício de termos recursos externos e recursos internos também para poder financiar esse processo de conservação, com ganhos para o País, com ganhos para o setor privado, com ganhos para a agropecuária brasileira, inclusive revertendo os danos na reputação que nós tivemos num passado recente.

Nós estamos diante de algumas oportunidades, e eu quero aqui listar três delas, que eu acho que esta Casa tem um papel importante em perseguir.

A primeira é: ao contrário do que estamos vendo recentemente, por exemplo, com o Fundo Amazônia, que está suspenso...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – ... nós devemos aumentar a cooperação internacional. Nós devemos ir para o mundo e dizer: "queremos, sim, os recursos do planeta; queremos, sim, a corresponsabilização com os países desenvolvidos", principalmente aqueles que manobram euros e dólares, para virem investir no Brasil em conservação de florestas, sejam elas públicas, sejam privadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu vejo um tuíte como aquele do Presidente Macron... Havia três erros: a foto estava errada, o conceito de pulmão de mundo estava errado e a história de que a Amazônia produz 20% ou 30% do oxigênio do mundo estava errada. Havia três erros num tuíte de cinco linhas. Eu olho aquilo, primeiro, com um pouco de tristeza como técnico, mas com um olhar oportunista como brasileiro, porque ali ele está dizendo que pode ser ou que o povo dele pode ser parte da solução. Eles têm dinheiro, nós temos florestas. Eles querem que a gente conserve floresta; vamos, então, criar as condições para que essas florestas sejam conservadas.

Minha primeira recomendação, Senador, é que a gente abra as portas do Brasil para a cooperação internacional. O mundo quer participar da solução. Vamos trazer o mundo para cá, para dentro. Não é fechando o Fundo Amazônia que nós vamos conseguir isso. Primeiro lugar.

Em segundo lugar, nós estamos diante de um momento de discussão de uma reforma tributária. À luz do que aconteceu há 40, 50 anos, quando nós alocamos os recursos públicos e os incentivos públicos para trazer a nossa agricultura até hoje, eu acho imperativo que essa nova reforma tributária seja desenhada à luz dessas oportunidades. Nós temos ativos verdes, nós temos florestas, nós temos recursos naturais que precisam ser mantidos, e para serem mantidos precisam de dinheiro. E a resultante de manter esses ativos em pé é que esses ativos no futuro vão representar ganhos e desenvolvimento para o nosso País. Então nós temos que manter esses ativos em pé; para mantê-los, precisamos de dinheiro; e uma reforma tributária deve, sim, observar esse potencial. Há vários dispositivos que ali funcionam.

E, em terceiro lugar, nós hoje temos, como o José Ângelo colocou, vários instrumentos públicos.

Eu fico muito feliz, José Ângelo, em saber que há, dentro da secretaria, uma disposição para trabalhar, para estimular os bônus verdes e a canalização de recursos para esse tipo de investimento, mas hoje nós já temos o Plano ABC, nós já temos o Plano Safra, nós já temos instrumentos de subvenção pública que podem ser aprimorados para direcionar o Titanic do nosso desenvolvimento agropecuário para que ele conserve floresta. O Plano Safra hoje tem um grande potencial de incluir salvaguardas e critérios. Não estou dizendo para excluir ninguém do Plano Safra, do acesso a recursos do Plano Safra, mas para bonificar aqueles bons agricultores que estão mantendo os ativos verdes de pé.

Então a terceira sugestão que eu dou é olharmos os mecanismos já existentes, por exemplo, o Plano Safra, o Plano ABC, o nosso Sistema de Extensão Rural e tantos outros mecanismos públicos que já existem, para colocá-los na direção do "esverdeamento" da nossa produção, que é, no meu entendimento de técnico da área, o que vai fazer a gente dar esse próximo salto para que, daqui a 30, 40 anos – eu não vou estar aqui, certamente, mas meu filho vai estar –, meu filho tenha orgulho do País, como eu tenho orgulho do meu País, dos últimos 40 anos, e de aonde a gente chegou hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Queremos agradecer ao Dr. André Guimarães pela bela exposição. O assunto é superpalpitante, muito legal!

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Vamos ouvir então, agora, o último expositor, Leonardo Letelier, por favor.

O SR. LEONARDO LETELIER (Para expor.) – Boa tarde a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Senado, na figura do Presidente, pelo convite.

Vou falar sobre um estudo que a gente fez sobre investimento de impacto na Amazônia rapidamente.

A Sitawi é uma organização sem fins lucrativos. A gente tem esta missão, ou melhor, esta visão: de um mundo onde o capital é mais barato, abundante e paciente para organizações que geram impacto socioambiental positivo. A gente faz uma série de atividades nessa direção. E o corolário disso também é um mundo onde o capital é mais caro, escasso e impaciente para quem gera impacto socioambiental negativo.

Pode passar.

Quando a gente fala de capital, há vários tipos de capital, não um só. Se você pensar num cardápio, os empreendedores têm desde recursos próprios, recursos familiares, recursos de subvenção, que foram comentados aqui, até investimento anjo, *crowdfunding*, *crowdEquity*, que são empréstimos coletivos ou investimentos coletivos, *venture capital*, empréstimos socioambientais, financiamento bancário, mercado de capitais. Cada um desses capitais tem uma relação risco-retorno diferente, um volume diferente e um apetite por estágios de maturidade diferentes das organizações. Então, tem que pensar bem. O capital não é homogêneo, ele tem todas esses atributos e essas características.

Pode passar.

E quando a gente fala em investimento de impacto, que é uma área razoavelmente nova, a gente está falando de investimentos que geram retorno financeiro, mas são investimentos para gerar impacto socioambiental positivo, não são investimentos para ganhar dinheiro e que podem ter um efeito colateral positivo. É o contrário, um investimento para gerar um efeito positivo ambiental e social, mas visa retorno, ou seja, não estamos falando de doação. Se você olhar, então, para o espectro de intencionalidade do capital, você tem, numa ponta, que seria a ponta da doação, aquele que foca apenas no impacto – e aqui a gente está falando de impacto positivo, então, tipicamente, são fundações e outros doadores que buscam os resultados sociais e ambientais –; há aqueles que buscam prioritariamente impacto, ou seja, querem impacto, mas com algum nível de retorno – então, você tem financiadores ambientais e sociais –; aí você começa a inverter a equação e chega àqueles que buscam prioritariamente retorno financeiro, mas sem prejudicar o meio ambiente, ou sem prejudicar questões sociais; e, na outra ponta, aqueles que têm como foco única e exclusivamente o retorno financeiro, retorno de mercado.

Pode passar.

Esse tipo de capital no mundo – a gente está falando de investimento de impacto – alcança US\$502 bilhões, crescendo a taxas de 70% ao ano e, no Brasil, são US\$343 milhões, segundo a última pesquisa da Ande, 2016/2017. Esse número hoje em dia certamente é maior, mas dá para ver que o Brasil está significativamente sub-representado nesse mercado, o que traz uma oportunidade relevante para a gente.

Pode passar.

A gente fez, nesse estudo, uma série de pesquisas, incluindo pesquisas com quem empreende ou planeja empreender, que investe, planeja investir, comprar ou doar, e quem faz intermediação entre esses públicos, e olhando setores diferentes da economia, como o de serviços ou de cultivo sustentável ou um *mix* dessas coisas, inclusive de intermediação. Então, nisso está quem foi consultado numa das fases desse estudo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

E são as seguintes as prioridades identificadas pelos atores que estão ou planejam estar na Amazônia: como aumentar a renda sem desmatamento, como reduzir o desmatamento – então, a questão do desmatamento aparece fortemente aí, nas primeiras posições em termos de prioridade –; melhorar a qualidade de vida dos habitantes da Amazônia; coibir a venda de madeira extraída ilegalmente; valorizar ativos florestais – foi comentado hoje aqui também. E há uma série de outros temas identificados como importantes também.

Pode passar.

Por outro lado, a gente também perguntou sobre os obstáculos olhando o grupo todo de respondentes. Então, grandes obstáculos: logística, capacitação dos empreendedores, questões fundiárias, perfil do capital investidor – a gente vai falar um pouquinho mais disso à frente. Mas há diferenças entre aqueles que foram considerados obstáculos mais importantes, há a ótica dos empreendedores e a ótica de quem já está na Amazônia.

Então, os empreendedores, obviamente, acham que capacitação de empreendedores não é o número 2 – tudo bem, é o número 3 –, a burocracia é o número 2, que aparece para quem está na Amazônia e já está lidando com isso, muito mais abaixo em termos de prioridade. Eu diria que certamente todos esses temas aqui são relevantes, e o que a gente pode ver é que, de acordo com o público, há prioridades distintas, mas, certamente, resolver todos esses ou a maioria desses seria muito importante para destravar o desenvolvimento na região.

Pode passar.

Os tipos de soluções que foram identificadas como mais prioritárias.

A primeira é capital mais paciente – então, a gente está falando de resultado em tempo superior a dez anos. O capital no Brasil, tipicamente, está acostumado a um retorno alto, rápido e com risco baixo, e a Amazônia não tem nada disso. Na Amazônia é caro, é complicado, é longe e é demorado, tudo. Então, há uma ponte para ser construída entre a expectativa do investidor tradicional e as oportunidades de investimento na Amazônia.

Outra coisa também muito importante que foi identificada foi a capacitação técnica para os empreendedores e comunidades. Isso a gente viu antes em termos de obstáculos também.

Políticas de compras preferindo produtos sustentáveis/certificados. Não adianta nada criar uma empresa que faça um produto ótimo se o comprador só olha preço ou não olha questões de sustentabilidade. Aí, os governos locais, estaduais e mesmo o federal têm papel importante porque são grandes compradores de tudo no País, inclusive de produtos da Amazônia.

Pode passar, por favor.

A gente olhou, de novo, com essa lógica... As coisas não são uma só, capital não é uma coisa só. Os empreendimentos não são todos iguais, os investidores não são todos iguais. Então, a gente olhou tipos de empreendimentos. Produção de *commodities* é diferente de extrativismo de especialidades, que é diferente de cultura ou manufatura de especialidades, que é diferente de serviços. De novo: necessidade de capital em volume diferente, prazo de maturidade diferente, risco diferente, atraindo tipos de investidores diferentes.

Então, os tipos de investidores são: i) HNWI (High-Net-Worth Individuals) e UHNWI (Ultra High-Net-Worth Individuals), que são pessoas/famílias de alto patrimônio, que têm uma tolerância a risco e um volume de capital peculiares; ii) fundos de *private equity/venture capital* nacionais voltados para impacto; iii) empresas com políticas de responsabilidade socioambiental;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iv) fundos de investimento internacionais; v) governo; vi) Fundo Amazônia e governos estrangeiros; vii) filantropias internacionais. Cada um desses é um tipo de capital diferente, e os empreendedores também são diferentes. Então, há empreendedor que tem uma caracterização de prestador de serviço, outros são produtores tipo empreendedores e há um produtor que não é uma pessoa física única, mas uma cooperativa ou uma associação, ou uma empresa que é subsidiária de uma cooperativa ou de uma associação.

Pode passar.

A gente desenvolveu, então, esse *framework*, esse esquema, para tentar mostrar tudo isso. Você precisa que todas essas caixinhas tenham escolhas compatíveis. Primeiro: qual é o benefício socioambiental que você busca? Se você busca reduzir desmatamento, preservar biodiversidade ou gerar renda, talvez você busque coisas diferentes. Uma vez escolhido esse benefício, talvez você escolha uma cadeia de valor diferente.

Aqui a gente fez um exemplo sobre implementação de sistema agrossilvipastoril no Pará. Então, aqui a gente está olhando a produção de *commodities*, gado, mais duas culturas com serviços. O tipo de empreendedor que é adequado para isso: a gente está falando de alguém que é um fazendeiro médio, de fazendeiros associados e da terceirização da implementação e gestão de sistema agropastoril.

Não adianta achar que esses empreendimentos todos vão ser super bem sucedidos se você não adicionar ou, digamos, usar medidas de responsabilidade social ou ambiental – nesse caso, definidas individualmente – para diminuir o risco desse empreendimento. É que você tem também estratégias de mitigação de risco que estão ligadas aos investidores. Então, você pode dar uma garantia para o investidor – são coisas que já foram discutidas aqui. Os instrumentos também vão ser diferentes. Provavelmente, você vai precisar de algum capital não retornável para o projeto-piloto e uma dívida conversível para investimentos maiores, talvez um crédito para capital de giro e crescimento. Então, são *tranches* diferentes, capital financiando coisas diferentes, e isso vai atrair investidores diferentes também – para parte não reembolsável, talvez filantropias internacionais e assim por diante –, assim como estratégias de mitigação de risco.

Pode passar.

Isso tudo está no estudo... Como já passou o tempo, pode passar essa também.

Isso tudo está no estudo que a gente desenvolveu e há uma série de oportunidades, ou recomendações, que eu vou comentar aqui rapidinho. O estudo está disponível na internet, no final vem o *link*.

Primeiro: identificar formas de recrutar novos atores financeiros para o ecossistema de impacto da Amazônia. Então, tem que trazer gente nova com uma visão nova e com dinheiro que seja compatível com essa visão.

Multiplicar experiências e pilotos de mitigação de risco. A gente está falando de estruturas mistas de financiamento – agora estão na moda como o nome de *blended finance* – em que recursos não reembolsáveis assumem o risco das fases iniciais e, com isso, você consegue alavancar outros recursos. Lembra que eu falei que a Amazônia é cara, é longe e que lá tudo é demorado? Para o investidor tudo isso é problema, tudo isso implica mais risco, tudo isso implica maior necessidade de retorno. Se você não tiver algum tipo de subsídio, possivelmente não vai construir essa ponte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novas iniciativas, e robustecimento daquelas existentes, de incubação de empresas para você ter essas oportunidades de investimento. Também não adianta você estar disposto a correr o risco e não haver oportunidades adequadas.

Pode passar.

A gente pensa muito, está acostumada a pensar, em empresas que trazem soluções para a ponta – ah, então, como a gente falou, eu vou fazer um sistema agrossilvipastoril ou vou ajudar as comunidades nisso ou naquilo –, mas há uma cadeia de intermediários e, se ela não existir, você não consegue deslanchar. Isso quer dizer coisas triviais, como contadores – se você não tem um bom contador para aquela empresa, aquela empresa nunca vai receber investimento de um fundo –, até outros tipos de problemas mais físicos, como logística. Então, também é preciso investir nisso para que o ecossistema como um todo seja "investível".

Pode passar, vamos avançar um pouquinho.

Outra coisa que a gente fez nesse estudo: como a gente acabou olhando uma vasta bibliografia sobre o tema, a gente aproveitou para colocar toda ela comentada no final. Então, há aí mais fontes para mais *insights* para quem tiver tempo para ler.

Pode passar.

Para fechar, eu queria dizer que esse estudo, obviamente com muito mais detalhes do que os que pude apresentar aqui rapidamente em dez minutos, está disponível no *site* info.sitawi.net/investimentodeimpactoamazonia. Ele foi feito com apoio da USAID, CIAT, Idesam e PPA (Plataforma Parceiros pela Amazônia), e a realização é nossa, da Sitawi.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Quero agradecer ao Dr. Leonardo pela exposição.

Consulto o Deputado Sidney Leite se deseja fazer alguma participação.

A palavra está com V. Exa.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Sr. Presidente, Senador Zequinha Marinho, e Deputado Edilázio, primeiro, parabênizo os três palestrantes, mas, como nem tudo é perfeito, o José Ângelo colocou uma coisa, Senador, a que eu me refiro em relação à população ribeirinha do Alto Rio Negro, no Amazonas. Fala-se muito na pesca esportiva e se diz o seguinte: um tucunaré vivo vale US\$100, mas o tucunaré na banca do mercado vale R\$10. Só que, para o ribeirinho e para o indígena, esses US\$100 não são tangíveis.

Então, essa questão do carbono a gente fala e ouve há muito tempo. Se é possível, nós temos que trabalhar nessa direção, nesse caminho, mas nós temos uma outra questão, André. Quando você fala das áreas pertencentes aos produtores, se nós tivéssemos uma política de governo para enfrentar o desafio da regularização fundiária na Amazônia, eu lhe garanto que nós reduziríamos o desmatamento porque ele tem responsabilidade sobre 100% e não só sobre os 20% que ele explora. E se nós levássemos em consideração o custo amazônico de políticas públicas para o setor com investimento em tecnologia, com certeza, diminuiria muito mais ainda a questão do desmatamento.

Você coloca uma coisa muito sábia: do ponto de vista do agronegócio, a Amazônia é estratégica pela questão da água – certo? –, mas, do ponto de vista dos amazônidas, nós estamos na contramão porque, enquanto nós temos um Centro-Oeste com IDH melhor, o Estado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Deputado Edilázio e o meu, o dele é o campeão e o meu vice-campeão em pobreza. E eu não estou feliz em dizer isso aqui, não, em viver na miséria.

Então, eu, diferentemente de você, espero estar vivo nesse período, e venho de uma cidade em que 1% da população tem mais de 90 anos.

Eu quero concluir meu raciocínio.

Vejam bem uma coisa: quando surgiu essa polêmica toda da queimada... Essa semana, viajando lá, no Amazonas, eu fiquei pensando o seguinte: este vai ser dos anos com menores índices de desmatamento. Agora, nós não conseguimos ainda superar a fase da queimada, que é um processo indígena da exploração para o plantio da mandioca, pela mecanização; e tem que queimar todo ano senão o pequeno produtor não planta. Nós não conseguimos superar isso como política de governo. Nós não conseguimos resolver o problema da regularização fundiária.

Você tocou numa coisa que é fundamental: a questão da assistência técnica, a transferência de conhecimento e tecnologia. Nós não conseguimos nos apropriar – e o Ângelo falou um pouco nessa direção – das cadeias produtivas com o conhecimento tradicional e empírico das populações indígenas e das populações tradicionais. E aí eu vou citar um exemplo dentro dessa dinâmica da questão do que foi colocado aqui, da relação do quanto é bom – e todos nós defendemos – a floresta em pé, não só a floresta, mas a biodiversidade como um todo, porque a gente discute muito a floresta, mas não discute, por exemplo, a questão da água, os recursos minerais que existem na Amazônia, muito poucos e mal explorados, diga-se de passagem.

Vejam bem o seguinte: em Manaus, nós temos o CBA, que foi acoplado, Senador Zequinha, à Suframa, que é uma agência de desenvolvimento. Nós estamos aí há décadas esperando dar finalidade a esse centro, que nasceu errado, porque, na Amazônia, nós temos centro de pesquisa. Apesar de no Sudeste estar na casa de bilhões, nós não chegamos à casa de R\$200 milhões, comparado ao ano anterior, em investimento em pesquisa, lembrando que 80% da pesquisa financiada no Brasil é bancada pelo Poder Público, principalmente nas universidades. E nós poderíamos ter ali um centro de bioeconomia para atender não só aos Estados da Amazônia Ocidental, mas a toda a Amazônia e aproximar isso. Mas nós precisamos, primeiro, resolver coisas simples; esse é um desafio que nós temos e não é um desafio distante.

E quero lhe dizer o seguinte: por mais contraditória que pareça, eu entendo que essa discussão do Fundo Amazônia é importante, porque o recurso do Fundo Amazônia não chega a quem deveria chegar: não chega ao indígena, ao pequeno pescador e a quem realmente deve ser beneficiado por essa política.

Sr. Presidente, eu vou falar de dois assuntos aqui para ilustrar. A Igreja Católica, organizando os produtores e lideranças comunitárias indígenas – a maior população é a indígena no Alto Solimões – na tríplice fronteira com a Colômbia e com o Peru, fez uma articulação com uma organização europeia e viabilizou em torno de R\$400 milhões para o cultivo do pirarucu. O que o órgão ambiental brasileiro solicitou? Uma pesquisa de cinco a dez anos para ver como iria se comportar o meio ambiente em relação ao excremento do pirarucu.

Vou dar outro exemplo: os pescadores naquela região, quando está em boa condição a família deles, tem meio salário mínimo. E aí o que acontece? Há espécies que dentro do Brasil talvez tenham pouco valor agregado. Com o aruanã, por exemplo, quem ganha dinheiro é o atravessador. Se nós tivéssemos uma sensibilidade dos órgãos ambientais, o aruanã, como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alevino, teria um valor agregado 10, 20, 30 vezes maior do que o aruanã em quilo. Aí diriam assim: "Mas nós iríamos dizimar a espécie". O pirarucu hoje no Amazonas existe por quê? Porque os pescadores e o caboclo – o pirarucu tem que vir à superfície para respirar –, pela audição, sabem dizer o tamanho quando ele vem à superfície. E eles desenvolveram o quê? O manejo do pirarucu. Então, eles tiram um percentual de um pirarucu acima de 1,5m, e as populações de pirarucu aumentaram no Amazonas graças a essa tecnologia, de que a ciência sabiamente se apropriou e que identificou como correta.

Então, não dá para a gente querer inventar a roda e sonhar tão distante, e eu digo que é um sonho porque se discute tanto, se fala tanto, e a gente não consegue resolver o problema de regularização fundiária. E acham o seguinte: tudo aconteceu de errado, tudo que se fez na Amazônia, é errado. Então, vamos pegar um exemplo: a BR-319. Faltam 400km no trecho do meio para ser consolidada. Ela só tem uma diferença: integra Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre, integra o Pacífico e o Atlântico. Ela é estratégica para o Brasil, inclusive na relação com as instituições.

A criação da Universidade do Alto Solimões é estratégica. Nós temos no Peru a primeira universidade da América do Sul. E aquele conhecimento ali não é do Brasil, não é do Peru; é das populações que estão ali.

Então, eu quero parabenizar vocês por essa colocação. É importante ter esse entendimento.

Questionando a Ministra Tereza, que, diga-se de passagem, é uma excelente Ministra, sobre o papel da Zona Franca de Manaus... Porque a Zona Franca de Manaus, como disse um colega Parlamentar, é a melhor ONG, Deputado Evilázio, do Brasil comprovadamente, porque o Amazonas não tem 3% da sua área desmatada, com todas as desigualdades sociais do meu Estado. Então, isso é um exemplo claro.

Agora, eu não vejo incompatibilidade nenhuma em, primeiro, sustentabilidade ambiental com desenvolvimento econômico. E aí nós não podemos abrir mão da exploração mineral, claro, observadas todas as condições necessárias em relação ao meio ambiente. Agora, no que eu vejo que não há sustentabilidade é miséria com sustentabilidade ambiental numa região de que nós somos vizinhos – nada contra os nossos vizinhos, gosto deles –, onde parte deles são grandes produtores de droga do mundo e a nossa juventude, a nossa população vira refém do narcotráfico.

Quero parabenizá-los pelas excelentes exposições. Entendo que a contribuição dos senhores é muito rica, como disse o Senador Marinho, enriquece muito este debate para que a gente possa avançar nessa construção. E posso lhes garantir uma coisa: boa parte da população da Amazônia quer isso, tanto é que as populações tradicionais preservam a floresta, e, agora, querem ter oportunidade de viver com dignidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Quero agradecer as boas considerações do Deputado Sidney Leite. Parabéns.

Nós temos que liberar os dois, principalmente o Dr. José Ângelo, porque tem uma outra reunião.

Aproveito aqui só para fazer um comentário: a Câmara mandou o Projeto nº 312/2015, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, que eu acho fundamental





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a gente começar qualquer coisa. Num negócio muito solto, não há como fazer nada. Aqui, no Senado, ele recebeu o nº 5.028, deste ano, e está na Comissão de Meio Ambiente. O Presidente lá é o Senador Contarato, que avocou para si a relatoria. E nós vamos trabalhar rápido para que, até a COP, em Santiago, no Chile, possamos levar essa boa notícia e dizer que o Brasil já tem uma lei que regulamenta o pagamento de serviços ambientais.

Eu gostaria de ouvir o Dr. José Ângelo e, depois, as suas considerações também. E a gente continua aqui nas outras partes.

O SR. JOSÉ ÂNGELO MAZZILLO JUNIOR – Queria lembrar o Deputado Sidney e todos os Parlamentares aqui que recentemente foi assinada a MP 897, a MP do Agro, que pretende criar um mercado de crédito para o agronegócio em todas as suas acepções.

Então, nós esperamos que a CPR seja preparada para ser o grande veículo de recurso para todas as atividades importantes da agropecuária brasileira. Só que a MP foi discutida por 18 equipes do Executivo. Então, aquela ideia original foi sendo modificada um pouco aqui, um pouco ali, o que levou a um número muito grande de emendas: são 347 emendas a esse texto. Nós estamos debruçados em cima dele, mas vemos uma oportunidade.

Eu estou dizendo tudo isso porque a CPR, por exemplo, tem uma definição: quais os produtos podem lastrear a CPR e quem pode emitir. Então, aí nós temos que trabalhar para que a CPR espere as finanças verdes, ou seja, há uma espera.

Então, a CPR pode ser emitida e o produto ou o serviço, dentre outros, agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, conservação de florestas, então, nós temos que pontuar, tudo que pode lastrear a emissão de uma CPR. E quem é responsável por essa produção também tem que ser apto a emitir a CPR. Escrevendo corretamente os arts. 1º e 2º da Lei 8.929, a gente vai conseguir que um título que vai ser muito nobre esteja apto a carrear recursos para a pesca, para a aquicultura, para o manejo florestal. É isso mesmo que a gente quer.

Então, Parlamentares, toda a ajuda nesse sentido vai ser muito boa para a gente consolidar esse mercado de crédito que a gente quer muito amplo para todo o agronegócio e todas as populações que necessitam dele.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Dr. André.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Obrigado, Senador.

Deixe-me começar comentando, Senador, o PL do programa de Pagamento por Serviços Ambientais. Eu me esqueci de comentar, na realidade. Os meus colegas até me pediram. Está ali o André Lima, que me puxou a orelha hoje de manhã para eu não esquecer, e eu acabei esquecendo. Ato falho, André. Desculpe-me. Mas ainda bem que o Senador me lembrou.

Está nesta Casa para ser votado esse PL. Talvez esse seja o PL do futuro do Brasil. Nós temos vários projetos de lei que dizem respeito ao mês que vem, ao ano que vem, etc. Esse projeto de lei é o projeto do futuro do Brasil, porque ele atribui valor real àquela floresta em pé, àquele ativo ambiental preservado que hoje, como eu falei antes, não tem. Passou pela Câmara, deve sofrer algumas alterações, mas eu queria endossar as suas palavras, Senador, de que a gente tem que levar uma boa notícia para fora do Brasil. E esta Casa tem uma oportunidade – eu acho – de ventilar esse projeto de lei, aprová-lo o quanto antes, com os devidos ajustes necessários, mas levar para o mundo um compromisso do Congresso Nacional de que a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem uma legislação que valoriza os nossos ativos ambientais e que permitirá, portanto, que esses mercados comecem a aportar capital.

Isso me conecta, Deputado, eu não vou nem tentar comentar todos os pontos que o senhor coloca, até porque eu concordo com a grande maioria do que o senhor expôs aqui, mas eu gostaria de pegar esse gancho que o senhor citou sobre os mercados de carbono, porque eu também tenho o meu grau de ceticismo e o tenho pelo seguinte: nós ficamos 15 anos, que foi o ciclo que eu chamo de ciclo do Protocolo de Kyoto, experimentando modelos. O objetivo daquele período, que foi de 2000 a 2015, era experimentar, era testar soluções para reduzir a emissão, soluções para sequestrar carbono. Só que o que se criou no mercado foi uma expectativa de que se iria inundar o mundo de dinheiro, de carbono, etc. Quer dizer, o que foi errado foi a expectativa que foi criada.

Aí nós tivemos um hiato, de 2015 a 2020, que é esse momento em que nós estamos agora, que é o hiato de preparação do Acordo de Paris. No ano que vem, como eu comentei, vai estar regulamentado o Acordo de Paris, acordo esse em que nós temos um compromisso votado por esta Casa, aprovado por esta Casa, que é a nossa NDC, contribuição nacionalmente determinada, que é uma lei que foi aprovada por este Congresso e que vai nos dar a oportunidade de participar desses mercados.

Então, imaginemos que surjam as oportunidades, os países comecem a procurar. Já há, Deputado, alguns setores econômicos, e eu vou citar aqui o caso da aviação civil internacional, que já fez conta. Eles vão ter que investir, entre 2023 e 2030, de US\$7 bilhões a US\$12 bilhões para poder compensar e estabilizar as emissões da aviação internacional. Então, já começam a aparecer fontes concretas de recursos. Esse pessoal já vai começar a embutir nas passagens aéreas esse custo, nos seus planejamentos estratégicos. Esse dinheiro vai começar a aparecer, porque nós vamos entrar num novo ciclo agora que é o ciclo de resolver o problema. Passou o ciclo de experimentar soluções. Nós vamos entrar no ciclo da solução do problema. Então, eu acho que a gente tem que preparar o País, sim.

Eu não queria deixar de comentar também essa questão da regularização fundiária e de concordar com o senhor. Talvez esta seja uma das grandes mazelas do nosso País, não só da Amazônia: como é que eu vou investir num lugar que eu não sei se é do fulano, do beltrano ou do sicrano? Como é que o fulano, o beltrano ou o sicrano vai buscar dinheiro para poder aplicar numa roça, numa produção, numa piscicultura ou no que quer que seja se ele não tem domínio sobre aquele território, se ele não sabe se amanhã vai continuar dono daquilo? Isso desanima o investimento, desanima a produção.

Então, eu acho que a gente precisa, sim, atacar de frente. Como tudo na vida, Deputado, há formas corretas e formas equivocadas de fazer. E eu acredito que, sim, há formas corretas de regularizar fundiariamente o Brasil, e nós devemos encarar isso como, talvez, um dos maiores desafios que a gente tem no Brasil. É preciso regularizar.

Eu gosto de dizer o seguinte, Deputado: nós temos na Amazônia em torno de 65 milhões de hectares das chamadas áreas não destinadas, que antigamente a gente chamava de áreas devolutas, que são 15% do território da Amazônia. São terras públicas, grande parte inclusive do próprio Estado do Amazonas. E eu gosto de dizer o seguinte: destinar essas áreas é terminar o serviço do Pedro Álvares Cabral, não acabou o serviço do Pedro Álvares Cabral. Há 519 anos nós estamos ocupando o Brasil, e não acabamos ainda. E o fato de não termos acabado é uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinalização para a ilegalidade. Quarenta por cento quase, Deputado, do desmatamento na Amazônia hoje estão acontecendo dentro dessas áreas, por grileiro, ladrão de madeira, gente que não interessa ao Brasil. Nós temos que acabar com esse negócio. Destinar áreas é talvez uma das medidas mais sérias e eficazes para a gente redesenhar o processo de desenvolvimento da Amazônia.

E aí, só para finalizar, eu não poderia concordar mais com o senhor do que quando diz que a gente precisa desenvolver a Amazônia com as vocações da Amazônia. O que a gente fez – mais uma vez eu faço esse comentário como engenheiro agrônomo – foi adaptar tecnologias, adaptar processos produtivos de outras regiões do mundo para o nosso País. Nós temos que criar uma cultura, nós temos que criar um processo de desenvolvimento intrínseco à Amazônia que tenha nos seus valores e nos seus conhecimentos esse grande atributo, essa grande alavanca para o desenvolvimento. Isso está por ser feito ainda. Então, eu queria concordar com o senhor, Deputado.

Muito obrigado pela fala.

Obrigado.

Eu vou pedir licença, Senador. Vou-me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Tem que ir embora também?

Então, deixe-me só ratificar aquilo que eu estava colocando para você.

O segredo de toda essa confusão, de toda essa briga envolvendo a questão florestal passa pela questão econômica. Pode dar 1.500 voltas, mas vai esbarrar exatamente no problema econômico. Mercado nós temos a partir dos produtores rurais da Amazônia e de qualquer lugar. Por exemplo: o camarada tem 300 hectares de área, praticamente toda aberta – digamos assim –, plantou capim e outras coisas mais. Ele teria que ter, no mínimo, mais 150 hectares desses 300 hectares, no mínimo, dependendo da Região Amazônica, se não tiver um zoneamento, com 80%; outros, com zoneamento, 50%. Quer dizer, esse camarada não tem, esse produtor não tem. De que ele precisa? Ele precisa comprar em algum lugar, comprar de quem tem. Aí você já tem um mercado próprio na região. Todo mundo quer dar um jeito, porque o banco não financia, esbarra ali, esbarra em outra situação. A questão ambiental faz parte.

Então, na hora em que a gente tiver como viabilizar isso, a gente começará a fazer com que a floresta em pé comece a render para o seu dono, para o posseiro ou para o titular proprietário dela, e aí a gente começa a resolver uma série de problemas. Quem não ligava para preservar agora vai olhar e vai preservar, não vai deixar entrar o fogo, não vai permitir isso, não vai permitir aquilo, porque virou um patrimônio útil, muito importante.

Eu só queria lhe pedir – assim como já falei com o Ângelo, vou falar aqui também com Leonardo – que possamos logo, logo nos reunir para um momento de trabalho fora do ambiente da Comissão, para tratar de forma pública, para que a gente possa debater isso de forma inteligente e dar ao Brasil, através do projeto de lei que nós vamos ter que apreciar nos próximos dias, um encaminhamento, porque não adianta ficar só falando, falando, falando: "existem meios e tal", mas não dar praticidade a isso, não dar condições a isso de virar realidade. Então, a gente precisa disso. E esta Comissão tem o dever de, daqui a uns dias, encerrando o exercício de 2019, entregar um relatório consistente e com material que possa ser usado a partir do ano que vem para fazer um grande trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado por ter vindo. Nós reconhecemos a necessidade da sua ausência, mas está perdoado. E receba o nosso agradecimento pela importante colaboração que trouxe nesta oportunidade.

O SR. ANDRÉ GUIMARÃES – Muito obrigado. É por uma boa causa, eu garanto ao senhor.

Quero me colocar inteiramente à disposição, como técnico, e colocar a Coalizão também à disposição deste debate.

Só para finalizar, Senador, eu acho que a gente tem debates interessantes que acontecem nesta Casa, importantes para o Brasil – reforma da previdência, reforma tributária e tantas outras que estão sendo discutidas nesta Casa e na vizinha –, que são questões importantes para nós que estamos aqui. Esta discussão do clima, Senador, esta discussão do meio ambiente é importante para os nossos filhos e netos. Nós temos que prestar atenção nisso.

Eu estou totalmente à disposição.

Muito obrigado pela liderança nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Nós que agradecemos.

Dr. Leonardo, Finanças Sustentáveis.

Alguém gostaria de participar? Eu gostaria de oferecer a oportunidade para que o senhor fizesse o acabamento dos seus comentários, inclusive as considerações finais.

O SR. LEONARDO LETELIER – Eu acho que o que a gente viu aqui basicamente é que não há uma solução única para os desafios da Amazônia. A gente não vai ter um único instrumento financeiro ou um ator ou um empreendimento que vai resolver todos os problemas. A gente tem problemas de ordem fundiária, problemas que só podem ser resolvidos pelo Estado, problemas que precisam da participação do setor privado, problemas que precisam da participação da sociedade civil, problemas que precisam de vários tipos de capital, desde capital filantrópico, subsidiado, capital de mercado e assim por diante. Acho que o importante, e que eu gostaria de deixar, é essa ideia de que a gente precisa de todos esses pedaços para construir a solução. Não vai haver uma solução única, milagrosa que vai resolver todos os problemas. A gente não vai conseguir fazer nada excluindo pessoas ou excluindo soluções do nosso cardápio.

Então, acho que a audiência pública, esses processos de construção coletiva são mais do que importantes, são fundamentais para que a gente consiga chegar a uma solução que seja minimamente próxima ao tamanho do desafio.

Eu também me coloco à disposição para uma sessão de trabalho, para quem quiser conversar um pouco depois desta reunião para falar mais detalhes sobre isso tudo, sobre a atuação da Sitawi ou dúvidas que vocês tenham.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Quero agradecer a sua participação.

Como disse, nós vamos ter que continuar esse trabalho, porque é exatamente em cima desse foco de hoje que a gente precisa apresentar uma saída para o Brasil.

Mesmo morando no Rio de Janeiro, nós vamos fazer o contato e, dentro da possibilidade, certamente faremos tudo para o senhor estar aqui conosco mais uma vez, a fim de abrir mais uma vez as possibilidades desse mercado. Aquilo que é prático está na hora; aquilo que é de médio prazo, aquilo que vai vir de longo prazo, e assim sucessivamente. Mas é muito importante que esta Comissão tenha uma visão completa desse horizonte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. LEONARDO LETELIER – Obrigado.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PSC - PA) – Senhores, eu quero aqui agradecer a presença de nossos convidados mais uma vez.

Nós agora vamos dar início à segunda parte da reunião, destinada à deliberação das emendas da Comissão ao Projeto de Lei PL nº 22/2019.

A Presidência informa que o prazo para apresentação das propostas de emenda foi do dia 7 de outubro até o dia 11 de outubro de 2019.

Informo que a Comissão apresentou – nós já estamos em um prazo à frente – até oito emendas, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento. Porém, não foram apresentadas emendas de remanejamento.

Da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC), sobre as propostas de que resultarão as emendas desta Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária para 2020, Projeto de Lei nº 22, de 2019, do Congresso Nacional, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020".

Autores: diversos.

O Relator sou eu, Senador Zequinha Marinho, do PSC no Pará.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 43 e 45, esta Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC) reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão até quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2020 (PLOA 2020), Projeto de Lei nº 22, de 2019, do Congresso Nacional.

Tais propostas, no total de 38, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da Comissão de Mudanças Climáticas; e foram elaboradas pelos Deputados Edilázio Junior, Talíria Petrone e pelos Senadores Chico Rodrigues, Jaques Wagner, Márcio Bittar, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues e Zequinha Marinho.

Todas elas estão relacionadas em quatro anexos a este parecer.

É o relatório.

Da análise.

Foram apresentadas propostas de emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo, reservadas à CMMC. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As propostas analisadas a partir de fundamentos técnicos colhidos na legislação do Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Em especial dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria.

O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional, abrangendo ao menos mais de uma unidade da Federação.

Podemos afirmar que as propostas de emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano. Na impossibilidade, contudo, de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e importância e, também, aquelas para as quais convergiu o interesse comum de mais de um Parlamentar.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação dos objetos constantes das Propostas de nº 8, 21, 22, 23, 32, 34 e 38, rejeitando as demais.

Isso posto, será viabilizada a apresentação de quatro emendas de apropriação ao Projeto de Lei nº 22, de 2019, do Congresso Nacional, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

a) Programação “Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias – nacional”, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sequencial 2202, no valor de R\$100 milhões, atendendo aos objetos das Emendas 21, 22, 23 e 34;

b) Programação “Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima – nacional”, no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – administração direta, sequencial 978, no valor de R\$100.150.560,00, atendendo ao objeto da Emenda nº 8;

c) Programação “Reforma Agrária e Regularização Fundiária – na Amazônia Legal”, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sequencial 904, no valor de R\$ 200 milhões, atendendo ao objeto da Emenda nº 32; e

d) Programação “Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas – nacional”, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – administração direta, sequencial 854, no valor de R\$50 milhões, atendendo ao objeto da Emenda 38.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLOA 2020, bem como aqueles acertados nesta deliberação, como o de valor. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada.

Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Sala da Comissão.

Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação da matéria.

Em votação.

O Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Para os senhores que estão nos ouvindo, para o pessoal da imprensa especialmente, eu quero só fazer uma ressalva naquilo que lemos em relação à letra “c”: “Programação Reforma Agrária e Regularização Fundiária”.

É aquilo que nós estávamos ouvindo, Dr. André: é senso comum a todo mundo que trata da questão climática e, por tabela, ambiental que as terras sem destinação são sempre palco de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crimes ambientais. Então, para fazer uma política correta em que se possa responsabilizar quem comete crime, essa terra tem que estar no nome de alguém, tem que pertencer a alguém. Daí a necessidade da regularização fundiária. Então, o termo "reforma agrária" não tem nada a ver com regularização fundiária. Estão juntos de alguma forma, mas a rubrica precisava ser, digamos assim, separada: reforma agrária é uma coisa, regularização fundiária é outra coisa. Era só para explicar isso.

Nós temos debatido em diversas audiências públicas e em todas elas aqui alguém se manifesta, dizendo da necessidade de se fazer a regularização fundiária para se poder estabelecer, então, normas, compromissos dos proprietários, e assim por diante, com relação à questão ambiental e, por tabela, a climática também. Daí inserirmos aqui esse pedido de emenda para que se possa ter algum recurso do Governo Federal para atender o Ministério da Agricultura na Secretaria de Assuntos Fundiários ou pelo próprio Incra, conforme está aqui descrito no texto da emenda. *(Pausa.)*

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e das anteriores.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas serão encaminhadas à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente de reunião, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 56 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Edilázio Júnior, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Marcio Bittar, Eduardo Braga, Rodrigo Cunha, Rose de Freitas, Fabiano Contarato, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Chico Rodrigues, Delegado Pablo, Alan Rick, Camilo Capiberibe, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Irajá, João Roma, Fernando Bezerra Coelho, Jorginho Mello, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Nelsinho Trad e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Alessandro Vieira, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Zequinha Marinho, Átila Lins, Sergio Souza, Zé Vitor, Aroldo Martins, Luiz Carlos, Leônidas Cristino, Roberto de Lucena, Leonardo Monteiro e Talíria Petrone. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Realização de Audiência Pública para debater o seguinte tema: "Mercados de Carbono: o Livro de Regras, a proposta brasileira para REDD+ e Mecanismos de Desenvolvimento Sustentável (MDS) e o Fundo Amazônia". **Participantes:** Ministro Leonardo Cleaver de Athayde, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores. Ana Luiza Champloni, Representante do Ministério da Economia. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Deputado Edilázio Júnior

Presidente Eventual da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/23>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Deputado Edilázio Júnior, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Marcio Bittar, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Lucas Barreto, Jaques Wagner, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues, Delegado Pablo, Sidney Leite, Alan Rick, Léo Moraes, Camilo Capiberibe, Bia Kicis, Diego Garcia, Dário Berger, Nelsinho Trad, Maria Rosas, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Igor Timo, Walter Alves, Pedro Lupion, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Reginaldo Lopes e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Parlamentares Confúcio Moura, Rose de Freitas, Alessandro Vieira, Sérgio Petecão, Paulo Rocha, Átila Lins, Sergio Souza, Zé Vitor, Aroldo Martins, Luiz Carlos, Leônidas Cristino, Roberto de Lucena, Leonardo Monteiro e Talíria Petrone. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Realização de Audiência Pública sobre o seguinte tema: "Desafios e perspectivas de implementação das indicações da NDC sobre energia: biocombustíveis e matriz de energia elétrica.". **Participantes:** Ludmilla Cabral, Gerente de Relações Governamentais da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA); Roberto Kishinami, Coordenador Sênior do Portfólio de Energia do Instituto Clima e Sociedade; Luis Fernando Badanhan, Coordenador-Geral de Sustentabilidade Ambiental do Setor Energético do MME; Henry Joseph Junior, Diretor Técnico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Rodrigo Lopes Sauaia, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior e da presente reunião, que são aprovadas. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Zequinha Marinho

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/30>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia seis de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Parlamentares Sergio Souza e Edilázio Júnior, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Luis Carlos Heinze, Eduardo Braga, Rodrigo Cunha, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Paulo Rocha, Sidney Leite, Alan Rick, Roberto de Lucena, Camilo Capiberibe, Natália Bonavides, Nelsinho Trad, Dário Berger, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Marco Bertaiolli, Heitor Schuch, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Pedro Lupion e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Alessandro Vieira, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Jaques Wagner, Zequinha Marinho, Delegado Pablo, Átila Lins, Zé Vitor, Aroldo Martins, Luiz Carlos, Leônidas Cristino, Leonardo Monteiro e Talíria Petrone. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para tratar do seguinte tema: "Novo Modelo de Desenvolvimento para a Amazônia". **Participantes:** Érika de Almeida Leite, Chefe do Escritório da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Mário Augusto de Campos Cardoso, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e Ismael Nobre, Diretor Científico do Projeto Amazônia 4.0. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e sete minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Deputado Sergio Souza

Vice-Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/11/06>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Deputado Edilázio Júnior, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Rodrigo Cunha, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Zequinha Marinho, Delegado Pablo, Sidney Leite, Alan Rick, Léo Moraes, Camilo Capiberibe, Dário Berger, Nelsinho Trad, Maria Rosas, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Pedro Lupion, Acir Gurgacz, José Nelto, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Juíza Selma e Bia Kicis. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Jaques Wagner, Átila Lins, Sergio Souza, Zé Vitor, Aroldo Martins, Luiz Carlos, Leônidas Cristino, Roberto de Lucena, Leonardo Monteiro e Talíria Petrone. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência pública preparatória para a COP-25: propostas brasileiras para a regulamentação do Acordo de Paris e o papel do Parlamento. **Participantes:** Marco Tulio Scarpelli Cabral, Chefe da Divisão de Meio Ambiente II do Ministério das Relações Exteriores; Elvison Nunes, Coordenador-Geral De Mudanças Climáticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Cláudio Ângelo, Coordenador de Comunicação do Observatório do Clima; Diego Araya, Segundo Secretário da Embaixada do Chile no Brasil; Marta Olkowska, Encarregada de Negócios da Embaixada da Polônia no Brasil. Sarney Filho, Ex-Ministro do Meio Ambiente e Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal. **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Deputado Edilázio Júnior

Presidente Eventual da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/11/20>





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

ATA DA 1ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2019, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NO ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezenove, no Plenário número 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Nelsinho Trad, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), com a presença dos seguintes parlamentares: Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner e Deputado Edio Lopes. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião. A Presidência informa que a presente reunião tem como finalidade apreciar emendas que serão oferecidas ao PLN 21/2019 (PPPA 2020-2023) e ao PLN nº 22/2019 (PLOA 2020). A Presidência informa que foram apresentadas 2 (duas) sugestões ao PLN 21/2019 (PPPA 2020-2023), e 8 (oito) sugestões ao PLN nº 22/2019 (PLOA 2020). Procede-se à leitura do relatório. O relatório é aprovado com o seguinte Resultado: **Primeira parte:** Aprovadas as seguintes Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21, de 2019, (PPPA 2020-2023): **Emenda nº 1 – CCAI** – Ementa: (cópia) AERONÁUTICA - EMENDA DE COMISSÃO - CCAI (FOGUETES DE TREINAMENTO - FOGTREIN); no âmbito do Programa 6012 – Defesa Nacional, inclusão do investimento prioritário Desenvolvimento e aquisição de foguetes de treinamento básico e intermediário – FOGTREIN. Custo Total: 39.927.925, Valor PPA (2020-2023): 39.927.925; **Emenda nº 2 – CCAI** – Ementa: (cópia) Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON); no âmbito do Programa 6012 – Defesa Nacional, inclusão do investimento prioritário Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Custo Total: 11.992.000.000, Valor PPA (2020-2023): 982.430.000. **Segunda parte:** Aprovadas as seguintes Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019, (PLOA 2020): **Emenda nº 1 – CCAI** – Tipo: Apropriação/Acréscimo – Unidade Orçamentária 52.121 – Comando do Exército, Programa 6012 – Defesa Nacional, Ação 147F – Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para Defesa Nacional, valor R\$ 70.000.000,00; **Emenda nº 2 – CCAI** – Tipo: Apropriação/Acréscimo – Unidade Orçamentária 52.131 – Comando da Marinha, Programa 6012 – Defesa Nacional, Ação 2866 – Ações de Caráter Sigiloso, valor R\$ 6.500.000; **Emenda nº 3 – CCAI** – Tipo: Apropriação/Acréscimo – Unidade Orçamentária 52.111 – Comando da Aeronáutica, Programa 6012 – Defesa Nacional, Ação 2866 – Ações de Caráter Sigiloso, valor R\$ 6.000.000; e **Emenda nº 4 – CCAI** – Tipo: Apropriação/Acréscimo – Unidade Orçamentária 20.118 – Agência Brasileira de Inteligência, Programa 4002 – Segurança Institucional, Ação 2684 – Ações de Inteligência, valor R\$ 100.000.000. Colocada em votação a ata da presente Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Vice-Presidente, Senador Nelsinho Trad, e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador NELSINHO TRAD
Vice-Presidente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/17>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Senadoras Rose de Freitas e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Simone Tebet, Juíza Selma, Leila Barros, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Margarete Coelho, Policial Katia Sastre, Flávia Arruda, Maria Rosas, Léo Moraes, Áurea Carolina, Túlio Gadêlha, Bia Kicis, Flávio Bolsonaro, Telmário Mota, Dário Berger, Wellington Fagundes, Beto Pereira, Marcos do Val, Angelo Coronel, Luis Carlos Heinze, Pedro Lupion, Acir Gurgacz e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer as Parlamentares Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Maria do Carmo Alves, Flordelis, Elcione Barbalho, Aline Gurgel, Flávia Moraes e Luizianne Lins. Registra-se também a presença da senhora Laodicéia Dourado, representante do Pros Mulher Nacional. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão e eleita Presidente a Senadora Zenaide Maia. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Zenaide Maia

Presidente Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/08/14>

(*Texto com revisão.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, criada pela Resolução nº 1, de 2014, do Congresso Nacional.

A presente reunião destina-se à instalação da Comissão e à eleição da Presidente e, a posterior, em outras reuniões, Vice-Presidente e demais membros que queiram reivindicar as subcomissões.

De acordo com as regras regimentais de rodízio para as Comissões do Congresso Nacional, a Presidência da Comissão para o próximo biênio ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a Vice-Presidência sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico a todos que há acordo de Lideranças para eleição da Presidência desta Comissão, tendo sido indicada por todos os Senadores presentes na reunião e apoiada por todos os Líderes a Senadora Zenaide Maia.

Eu consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição por aclamação. (*Pausa.*)

Não havendo contestação, as Sras. Parlamentares e os Srs. Parlamentares que concordam com a indicação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a indicação da Sra. Presidente.

Declaro eleita por aclamação Zenaide Maia, Senadora, a quem passo a Presidência desta Comissão.

Eu desejo boa sorte. Nós precisamos, além da luta, da dedicação e da defesa intransigente dos direitos das mulheres, nos organizar nos espaços, sejam temporários ou não, para que as mulheres possam combater a violência sistematizada na sociedade, construindo leis e espaços para esses debates.

Eu desejo à senhora, Presidente, que possa, nesta Comissão, através dos veículos de comunicação, conduzir da melhor maneira os trabalhos relativos a esta Comissão Parlamentar.

Passo a Presidência a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Eu quero agradecer à Senadora Rose de Freitas, uma lutadora que foi da Constituinte. É aquela mulher que diz que a mulher tem que estar onde quer estar mesmo, porque a dificuldade que a gente já tem para chegar a esta Casa, no poder de comando, onde se definem as leis, já não é fácil. E, quando se chega aqui, existe uma tendência natural a quererem botar a gente para determinadas... Não que nenhuma Comissão não seja, mas uma coisa que já admirei em Rose é que ela já foi Presidente da Comissão Mista do Orçamento, porque orçamento, tributação, a gente tem que quebrar essa bolha, senão botam a gente só em assuntos sociais – não que não tenha a mesma importância. Mas é o seguinte: aparentemente, uma Comissão simples, que a gente teve dificuldade de formar, foi criada para ser uma Comissão Mista entre Câmara e Senado. Durante os biênios é trocada: a Presidência este biênio é nossa – a Presidente eleita fui eu, e quero agradecer a cada uma das colegas, Deputadas e Senadoras, que resolveram me





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dar esse voto de confiança, e dizer o seguinte: nós temos que dar as mãos, gente. Isso é um espaço. Por mínimo que seja, a gente tem que aproveitar ao máximo.

Eu digo a vocês o seguinte: Deputadas, Senadoras, a gente também tem homens que fizeram questão. Apesar de a gente ser 52%, a gente sempre tem esse interesse de botá-los por elas também. Rose é a nossa procuradora, que nos honra.

Nós estaremos de mãos dadas e vendo onde e como nós podemos ajudar o combate à violência contra a mulher, a violência em si, e ver o que a gente pode fazer, além de uma educação de qualidade, em tempo integral, porque a gente sabe que é educando que a gente vai poder diminuir essa violência. Uma prova é que mais de 70% da violência é na nossa residência e nós, como mulheres, mesmo nós – eu, mãe, avó, médica do serviço público, eu sei que essa é uma luta, Rose, diária da gente – exigindo respeito.

Eu vou dizer uma coisa que ontem me orgulhou. Eu vi ontem mulheres indígenas, mulheres trabalhadoras rurais, as Margaridas, com jovens, defendendo a educação. Uma multidão de mulheres, com mãos calejadas, e aquilo é um exemplo para a gente. Para nós, que chegamos aqui, aquelas são as mulheres que não são ouvidas. Nós ainda temos a oportunidade de falar e nós continuamos dizendo: nós não queremos privilégios, nós queremos direitos. Disso nós vamos atrás.

Eu sou do Rio Grande do Norte. A primeira eleitora, a primeira mulher Prefeita da América Latina, Alzira Soriano, em 1928, quando mulher não podia nem votar, arranjou uma brecha na lei e foi Prefeita. E é porque nós só tivemos o direito de votar em 1932.

Então, um abraço em cada uma. Eu vou me unir a vocês. A gente só faz algo na vida: morrer, e, mesmo assim, a gente precisa dos amigos para nos levar. Então, muito obrigada a cada uma de vocês, à Rose.

Já agradecendo a presença da Policial Katia Sastre... E outra coisa, esta Comissão é suprapartidária. Nós temos aqui de todos os partidos. O nosso partido aqui se chama mulher brasileira, independentemente de cor, de partido, do que for. Isso é o que nos une. E a outra é a Flávia Arruda, do PL também. Flávia, eu já fui do PL.

A SRA. FLÁVIA ARRUDA (PL - DF. *Fora do microfone.*) – Eu sei, seus irmãos são meus colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Então, obrigada a cada um de vocês. E queria dizer o seguinte...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Antes de encerrar, Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão. Estarei nesta Comissão como membro. Quero colocar à disposição a Procuradoria do Senado, junto com a Procuradoria da Câmara.

Há mais de 20 anos, Sra. Presidente, nós lutamos para que, no currículo escolar da educação básica, sejam incluídos Direitos Humanos e Cidadania.

Entende, quem fica temporariamente nos ministérios, como ministro ou secretário, que isso é mais uma vaidade feminina para querer incluir pautas que não tenham afinidade com a educação em si. Tem muita. Se nós temos – não são resquícios de violência – a cultura da violência permanente na sociedade é porque as escolas não compartilham conosco o aspecto da educação, dividindo o cenário da educação familiar com a educação escolar para tratar iguais. Nós precisamos ter a igualdade como pauta permanente da educação. Não é facultado ao menino se gabar de que conseguiu, através de uma mão boba, resvalar o corpo de uma menina.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma cultura de brincadeira, entre eles, que muitas vezes é elogiada pela família e passa despercebida na escola. Nós queremos achar que tudo aquilo que invade o espaço, o direito de uma mulher, é violência.

Já estão fazendo piadas de que agora não se pode nem chamar uma mulher de bonitinha. Pode, claro que pode. Não se pode é, ao achar que uma mulher é bonita, tocá-la indevidamente, falar sobre ela jocosamente, desrespeitá-la profissionalmente, dentro dos recintos, fora da sua casa, na rua.

Queria sugerir que nós pudéssemos, dentro desta Comissão, levarmos a proposta ao Ministério da Educação, numa audiência em que a questão dos direitos humanos e da cidadania fosse tratada como foi no passado. Já vou falar como um dinossauro: no passado, tínhamos Organização Social e Política Brasileira - OSPB. Não é da época de vocês, mas ensinava isso na escola como forma de perpetuar uma cultura do regime que lá estava. Nós não queremos falar de cultura de regime episodicamente, nem de cultura de mulher nem de homem, nós queremos falar da igualdade, do direito de cada um, e sobre o respeito que se deve ter a uma mulher.

Então eu acho que, oportunamente, se a senhora assim entender colocar no Plenário, que a gente pode produzir um documento sugerindo que faça parte da educação, dentro das escolas, discutir direitos humanos e cidadania, incluindo a figura da mulher e o tema da igualdade.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco/PROS - RN) – Concorde plenamente, porque aí a gente fala de educação. É como ela diz.

Eu queria mostrar algo sobre da educação, que eu estava olhando. Em 1969, até 1968, a gente tinha uma educação que era mais europeia, a educação do sentar, do andar, do respeitar, da disciplina. Em 1969, o Brasil fez o acordo MEC-USAID e a gente passou a copiar a educação americana, que não era educação, passou a ser ensino. De cara, já foi deduzido um ano do ensino básico. Tínhamos 5 anos de primário, 4 anos de ginásio e 3 anos de 2º grau, que era o científico. Aí já deduziram um ano e o respeito começou a diminuir.

Como se falou de educação e me empolga esse assunto, queria dizer, Rose, que quando se começou com o ensino na educação pública, quem tinha filhos e gostava daquela educação e não do ensino – porque há uma diferença grande...Você ensina para ser aprovado num processo seletivo; educar é para o ser humano como um todo. Então, o que acontece? A classe média, quem tinha dinheiro, botou os seus filhos nas escolas privadas. E a ausência da classe média na escola pública, que é aquela mãe que exige, que tem conhecimento, fez com que o nosso ensino público – ensino, que não era mais educação – tivesse essa decadência.

Mas eu quero aplaudir a ideia da Rose. A gente tem que tomar a frente, a gente está aqui para isso. Quantas mulheres lá na Câmara? Deu uma crescida. São mais de 50?

A SRA. FLÁVIA ARRUDA (PL - DF. *Fora do microfone.*) – Setenta e sete.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Setenta e sete, gente!

Nós temos que nos dar as mãos. A gente tem que se defender, porque uma vez me perguntaram... Você sabe que eu, como você não tenho essa história política toda. Eu fui quatro anos Deputada. Quando vem me perguntar: "O que fez você, mulher, médica do serviço público, resolver ser política?", eu disse: "É porque eu fui Secretária de Saúde, eu fui médica de uma universidade, e, nesse período, eu ajudei muita gente, mas é um grupo muito pequeno". Você só





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue defender uma cidade, um Estado ou um país se for através da política. Então, se querem ajudar mulheres deste País, venham para cá, para este Congresso Nacional.

Deputada Flávia, quer fazer uso da palavra? À vontade.

A SRA. FLÁVIA ARRUDA (PL - DF) – Eu quero cumprimentá-la, Senadora Zenaide, e dizer que para mim é uma honra tê-la como Presidente. Tenho um carinho enorme por você, pelos seus, pela sua família. Seus irmãos são meus companheiros de batalha, o Agaciê, aqui, no Distrito Federal; o João tem sido um grande amigo e parceiro. Hoje mesmo, foi Relator de um projeto de lei meu, lá na Câmara. Então, para mim é uma honra, porque eu sei da sua luta, da sua história, da sua trajetória em favor de, como você mesma disse, dos menos favorecidos, dos que precisam mesmo de uma representatividade e de alguém que lute aqui, agora, no Senado. Fez isso muito brilhantemente lá, na Câmara, e agora aqui, no Senado.

Senadora Rose, é um prazer enorme fazer parte desta Comissão. Coloco-me à disposição, porque lá na Câmara Federal eu sou Coordenadora da Comissão Externa de Combate à Violência Contra a Mulher e Feminicídio no País. Fizemos essa Comissão, e eu tenho participado ativamente dela.

Na última segunda-feira, fui ao Mato Grosso do Sul conhecer a realidade do Estado, que, infelizmente, está entre os cinco que mais matam mulheres. Só este ano foram três feminicídios. Então, esse é um assunto que me é muito caro, e tenho participado efetivamente do tema. Quero poder colaborar com essa Comissão e também levar experiências para a Comissão Externa da qual sou Coordenadora.

Então, quero me colocar aqui à disposição e parabenizar pela luta, que eu sei que não foi fácil. Quero dizer que é uma Comissão que custou a conseguir ser implementada, porque, infelizmente, Senadora Rose, a gente ainda vive a cultura do machismo no País. Eu acho que o que mais mata mulheres ainda no País é o machismo. A gente levanta dados em todas as áreas, vemos as vulnerabilidades, mas o machismo arraigado com que a gente ainda convive é o que mais mata.

E aí é o que vem o que a gente tem falado sempre: precisamos investir na educação. É a educação básica, é ensinar para os nossos filhos, nós que somos mães. Eu tenho duas meninas e digo a elas todos os dias... Na hora em que eu cheguei, a Senadora estava dizendo a frase que lá em casa a minha pequena já fala, que o lugar de mulher é onde ela quiser. Mas principalmente nós, que temos filhos homens, netos, devemos mostrar a esses nossos filhos, netos o respeito que eles têm que ter com as mulheres.

E nós aqui não estamos lutando para sermos diferentes, para sermos melhores, para termos mais; não, nós estamos lutando pela equidade. Acho que é isso que esta Comissão tem que pregar. Não é, minha amiga Deputada Margarete? A equidade! A gente só quer ter o que o art. 5º da Constituição estabelece: direitos e deveres iguais para homens e mulheres.

Então, para isso, eu me coloco aqui à disposição e fico muito honrada de ter a Senadora Zenaide como Presidente e a Senadora Rose como Procuradora.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Eu passo agora a palavra para a policial Katia Sastres, do PL.

A SRA. POLICIAL KATIA SASTRE (PL - SP) – Boa tarde à Senadora Zenaide, pela Presidência, à Senadora Rose. Quero dizer que eu estou muito honrada de estar aqui,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendendo as mulheres, por essa causa justa, e é uma fala muito inteligente, dizendo que isso vem da educação. A gente precisa conscientizar essas mulheres com essa educação, não só na escola, mas como na estrutura familiar.

Eu me recordo que eu segui muito o exemplo do meu pai, e, na infância, o meu pai dizia: "Você é tão forte quanto eles, você pode fazer o mesmo que eles podem fazer. Então, se eles podem chegar em algum lugar, você também pode". Essa era a fala do meu pai. E ele me perguntou: "O que você quer ser?" Eu falei: "Eu quero ser militar". Ele falou: "Então você vai ser". E, no meio disso, ele falou assim: "Mas você não vai cursar um vestibular?" Eu falei: "Vou, eu também quero ser arquiteta". Ele falou: "Então, você vai ser. Vamos caminhar juntos, e você vai chegar lá".

E com essa educação, com essa estrutura, mostrando que a gente pode e que a gente chega lá, sem olhar para trás ou sem obstáculo nenhum é que eu consegui fazer tudo, consegui alcançar todos os meus objetivos até aqui. E quando eu tive a oportunidade de me candidatar – que eu nunca fui política, é a primeira vez –, quando me veio o convite, eu falei: "Não, eu amo ser militar, é isto que eu gosto de fazer: eu gosto de defender pessoas que eu nunca vi na vida com a minha própria vida. Foi assim que eu fui criada, foi essa a estrutura que eu tive". E as pessoas falaram assim: "Mas você já pensou que você gosta tanto de ajudar as pessoas e você vai ter um universo muito maior, porque você vai conseguir abranger isso com uma imensidão?" Aí eu parei para pensar. Eu falei: "Vale a pena eu parar um pouco a vida militar para eu conseguir atingir um número maior de pessoas". E, graças a Deus, a gente está aqui para fazer isso.

Outro exemplo: quando eu cheguei aqui, as pessoas me perguntaram, até agora, com esses seis meses praticamente de mandato: "E o machismo na Câmara? Lá tem mais homens". Eu falei assim: "Eu passei 21 anos na Polícia Militar, com mais homens do que mulheres. Eu saí de um batalhão com 300 homens e 19 mulheres. Eu nunca parei para olhar para o lado e me preocupar com o machismo deles. Eu mostrei para eles, com a capacidade que a gente tem, que a gente chega aonde a gente quiser". E nós estamos aqui para mostrar para a população, para as mulheres que elas também podem chegar.

Então, eu estou aqui, à disposição para somar. Pode contar com a minha ajuda no que for preciso.

Obrigada.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Queria pedir licença para retirar-me porque tenho uma reunião na Procuradoria sobre a pauta que está na CCJ.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco/PROS - RN) – É a reforma da previdência, não é?

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – É sobre a diminuição das vagas de mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco/PROS - RN) – Sobre a diminuição das vagas de mulheres! Pelo amor de Deus!

Quero já registrar a presença e agradecer à Deputada Margarete Coelho. É do Piauí, não é? Do PP do Piauí?

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI) – Isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco/PROS - RN) – E já fui Vice-Governadora, não foi?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco/PROS - RN) – Lembro-me de que a gente teve uma reunião. Na Câmara a gente tem mais coisas. Tínhamos uma Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres, tínhamos procuradoria, tínhamos secretaria. Mas aqui a gente vai andando. É porque o número é menor: 81 Senadores. A gente tem que ser virar nos 30, como Rose.

Passo a palavra para a Deputada Margarette Coelho.

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI) – Muito boa tarde a todas! Quero cumprimentar todos os que estão aqui presentes.

Antes de mais nada, Senadora, quero agradecer muitíssimo por estarmos aqui reunidas neste recinto; mais do que neste recinto, diria que neste espaço de debate e de conquistas para as mulheres, que precisam ser efetivadas. Gostaria de cumprimentar V. Exa. pela Presidência desta Comissão e por falar da importância dela.

Hoje, quando nós falamos em violência contra a mulher, a primeira imagem que nos vem é a imagem da violência física, da violência moral, mas a violência contra a mulher está em todos os setores da vida da sociedade em que a mulher habita ou coabita.

Hoje, um dos temas que tem mais pautado o debate feminista é – além da violência contra a mulher, que é uma pauta que une todos – a questão da violência política. E nós que estamos aqui também não podemos naturalizar isso, achar que, porque nós estamos aqui, nós estaremos isentas ou protegidas dessa violência. Essa violência se põe no nosso dia a dia e às vezes é naturalizada por nós mesmas. Às vezes você não entende como violência nós chegarmos a um ambiente, onde tem uma rodinha de Deputados conversando, Deputada Flávia, e, quando a gente chega, mudam de assunto. É como se nos dissessem que, talvez, aquele assunto não fosse coisa de mulher. Mas o que é coisa de mulher? Qual é o ponto de fala da mulher? Isso quem tem que dizer somos nós. Nós não podemos mais depender desse poder patriarcal para dizer qual é o nosso lugar, onde nós vamos estar.

A violência política, entendo hoje, depois de muita caminhada, que talvez esteja na raiz de tudo. Desde o começo, é sempre a violência política, é quando nos tiram da área da cidadania, era quando retiravam a cidadania da mulher, que não podia votar. Depois, a mulher não podia se candidatar. E depois, a mulher pode se candidatar, mas não pode ganhar a eleição. Então, as mulheres que são colocadas não são mulheres que podem ganhar a eleição, são mulheres que estão ali para compor aquele palco, aquele cenário. Depois daquele cenário apresentado, elas se retiram como se fossem fantasmas, como se não estivessem no lugar delas.

Eu não me esqueço nunca da primeira vez em que eu assumi o Governo do Estado do Piauí. Foi uma grande festa. O Governador é um grande democrata, fez uma posse solene. O Karnak, que é o nosso palácio de Governo, se encheu de mulheres, de trans, do Movimento LGBT, de religiões das mais diversas. Foi uma festa muito bonita! As mulheres se sentiram muito representadas e aquilo repercutiu na imprensa. Aí um jornalista teve a pachorra de dizer: "Mas olha, do que adianta ter uma mulher Governadora do Estado e o piso do Karnak estar encardido e o jardim tão malcuidado?"

Imagine o tamanho dessa violência! Eu, a princípio, não me percebi, pensei: "É um idiota". De fato, é um idiota, mas os movimentos de mulheres do Brasil inteiro se indignaram com aquilo. Isso virou uma campanha por mais mulheres na política, uma coisa absurda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o interessante não foi isso, o interessante foi que, na vez seguinte em que eu assumi, era a época do *impeachment* da Dilma, me entrevistaram e eu, na condição de advogada, explicava o que eram as causas do pedido de um *impeachment* e do que não eram. E um outro jornalista, esse membro da Academia Piauiense de Letras, disse: "Mas do que adianta ter uma mulher governando se ela chega aqui e só vai falar de política". Também não é para falar de política, é para falar de casa, de criança, o famoso papo cri cri.

E isso vai se espraçando, porque se nós não estamos nos espaços de poder, se não somos cidadãos por inteiro e por igual, nós podemos ser mortas, nós podemos ser espancadas, nós podemos ser estupradas, nós podemos ser expulsas dos vagões de trem, dos bondes, precisamos ser segregadas dentro dos metrô para não sermos assediadas sexualmente ali dentro, enfim, tudo isso é um cenário de violência contra a mulher, é o que a gente chama de necropolítica, uma mulher está sempre pronta para ser morta, ela está sempre pronta para ser estuprada.

Então, a nossa responsabilidade aqui, além de construir um discurso de que nós podemos estar onde nós quisermos, é de que também, ocupando esses espaços, nós temos obrigações com todas as outras que aqui não estão. É trazer todas as dores e as delícias das outras mulheres que estão na sociedade, mas que não estão aqui, é nós sabermos que uma mulher quando ela vai ela tem que puxar as outras, ela tem que abrir espaço para as outras. Isso termina sendo uma supercobrança, uma cobrança no superlativo, mas isso não pode nos intimidar. Todos os dias estamos aí, a gente conquista uma cota, eu gosto de chamar os degraus quebrados da lei, vem uma cota, mas não tem a punição para o partido que não cumpre.

Enfim, temos que ter consciência de que somos a maioria e não podemos mais ser tratadas como minorias, não podemos sermos tratadas, como disse aquele juiz do Pará: "Olha, montar uma chapa é igual montar um time de futebol. Eu vou pegar os melhores, os mais robustos, os mais musculosos, não vou pegar um jogador de perna quebrada nem perna de pau". Referindo-se às mulheres que estão nas chapas pelas cotas.

Então, Sra. Presidente, quero dizer que tudo isso serão os nossos desafios aqui e tenho absoluta certeza de que nós estaremos prontas para enfrentá-los com muita coragem, com muita determinação e com muita responsabilidade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Obrigada, Margarete e a todos aqui presentes. Com certeza, vamos dar as mãos.

Eu vejo aqui que quem falou, a nossa Deputada Policial Katia, lembrou o meu pai. Lá em casa eram 16 filhos, oito mulheres e oito homens, mas meu pai, apesar de praticamente analfabeto, dizia: "Mulher tem que se formar – no caso seria um curso superior – para poder casar". Sejam bons e boas no que fazem, não interessa a profissão, se você for um bom motorista quando disser o seu nome irão dizer que aquele é um excelente motorista. Você pode ser uma médica, mas se você não for uma boa profissional, quando for médica irão dizer que Deus me livre, não me coloquem para ela porque ela já não me atendeu.

Mas eu queria aqui encerrar porque todo mundo, eu sei, tem Comissões. Quero agradecer, mas antes, já convidando, Deputada Elcione, pois no dia 21, eu quero convidar todos vocês, porque a gente vai eleger a Vice-Presidente, que é da Câmara porque é assim, como eu já expliquei, vocês não estavam aqui. E outra coisa, quem não botou a presença botar aí. Já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marcou? É importante. E, na próxima, a gente eleger a nossa Vice-Presidente é já apresentar um plano de trabalho.

Uma coisa que eu lembro aqui desde que eu cheguei lá na Câmara é que a gente aqui é de todos os partidos, mas a gente tem que ter um olhar diferenciado para quando o assunto for nossa pauta. A gente respeita o partido, mas a gente tem que dizer: com licença, partido, mas isso aqui no mínimo eu vou estar defendendo mais de 50% da população. Porque, quando a gente defende a pauta feminina, eu acho que a gente, que conseguiu chegar aqui, nós temos uma obrigação de fazer o máximo que puder para justamente defender aquela que não tem voz e que não tem vez e que muitas vezes se intimida.

A SRA. FLÁVIA ARRUDA (PL - DF) – Eu queria só fazer um breve comentário, breve mesmo. Nós estamos aqui, depois que a minha amiga Deputada Margarete falou toda essa importância ampla do que é o papel da mulher, não só aqui no Parlamento porque a gente representa essa maioria da população, que é o Brasil, me causa uma certa tristeza ver os titulares e suplentes desta Comissão vagos.

Você vê que eu já entrei em diversas Comissões e existe briga para participar, tanto como titular e como suplente. E nesta nós temos dezenas de cargos vagos. Então, eu fico realmente triste de ver que as pessoas... Claro, há muitas Comissões, as pessoas participam de muitas coisas, mas num tema que nos é tão importante e, quando a gente fala da violência contra a mulher, as pessoas ainda têm a ideia só da violência física. E acho que a Deputada Margarete colocou aqui de forma perfeita o que esta Comissão vai representar.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Bem, mas o que é importante é, você tem razão, mas nós vamos preencher todos porque nós vamos fazer um grande trabalho. Vamos dar visibilidade. Eu já tive a oportunidade... A Comissão Permanente de Defesa da Mulher da Câmara, quando a gente começou, não completava. A Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência, da qual eu fui Vice-Presidente, que foi criada em 2015, também não preenchia e de repente... Eu espero que a gente dê tanta visibilidade com o nosso trabalho, que, depois, vá ter disputa para preencher aí.

Antes de encerrarmos os trabalhos, eu proponho a aprovação da ata da presente reunião. Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra reunião para o dia 21/8, quarta-feira próxima, no mesmo horário. E será aqui também? (*Pausa.*)

O plenário a gente vai definir.

Muito obrigada, colegas.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 12 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Simone Tebet, Juíza Selma, Leila Barros, Eliziane Gama, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Margarete Coelho, Elcione Barbalho, Policial Katia Sastre, Angela Amin, Maria Rosas, Flávia Moraes, Luizianne Lins, Áurea Carolina, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Pedro Lupion, Fred Costa, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Dr. Jaziel, Weverton, João Roma, Telmário Mota, Dário Berger, Claudio Cajado e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Rose de Freitas, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Flordelis, Aline Gurgel, Léo Moraes e Vilson da Fetaemg. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Eleição. Finalidade:** Eleição de Vice-Presidente. **Resultado:** Eleita para Vice-Presidente a Deputada Elcione Barbalho e designada Relatora a Deputada Luizianne Lins. **2ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apresentação do Relatório de Atividades do Biênio 2017-2018 pela Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Adiada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e oito minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Zenaide Maia

Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/04>

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à eleição da Vice-Presidente e à designação de relatoria da Comissão.

De acordo com as regras regimentais de rodízio para Comissões do Congresso Nacional, a Vice-Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicada para Vice-Presidente a Deputada Elcione Barbalho.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer uma eleição da Mesa por aclamação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que concordam com a indicação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Obrigada.

Declaro eleita, por aclamação, Vice-Presidente a Deputada Elcione Barbalho.

Eu quero agora passar a palavra para uma de nossas colegas: ou Margarete Coelho, ou Policial Katia Sastre, ou Angela Amim – o nome é Sastre?

A SRA. POLICIAL KATIA SASTRE (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Sastre.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Sastre. Certo.

A SRA. MARGARETE COELHO (PP - PI) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares e membros desta Comissão mista de defesa dos direitos da mulher e de combate à violência contra a mulher, primeiro, parabeno a Deputada Elcione Barbalho pela indicação e pela eleição à unanimidade. Tenho absoluta certeza de que ela contribuirá e muito com o mandato da Senadora Zenaide Maia e também com os trabalhos desta Comissão.

Na nossa posse, eu falava dos desafios que esta Comissão tem. Cada uma de nós tem suas pautas, tem suas bandeiras de luta, e nós temos uma bandeira que nos une todas que é a questão do combate à violência. Eu falava das diversas formas com que a violência hoje se manifesta contra a mulher e me perguntava, assim, Sras. e Srs. Parlamentares, diante dos números tão crescentes de modalidade e de quantidade de violência que as mulheres têm sofrido, se essa sensação de aumento seria decorrente apenas da questão da subnotificação, de resolver a subnotificação, mas me parece que não é bem isso. Parece-me que, quanto mais a mulher se emancipa, mais está havendo uma resistência e, vamos dizer, uma espécie de *backlash*, um retorno do bumerangue a cada luta, a cada conquista nossa. Parece que a gente tem um *backlash*, inclusive, legal. As leis que eram para nos proteger, as leis que são para nos proteger e para garantir os nossos direitos parece que despertam uma certa resistência na sociedade e uma revanche.

Eu digo isso porque nos vejo, por exemplo, hoje, na Câmara Federal, ainda discutindo questões referentes a cotas de candidaturas. E mais ainda: esse debate sendo trazido e sendo suscitado através de projetos de lei de autoria de mulheres. A mim, me parece que isso decorre dessa estrutura tão patriarcal, que ainda se espalha, deita suas raízes nos dias atuais, e também dessa estrutura machista dos partidos políticos. Ela é tão sedimentada, é tão forte, é tão determinante que, mesmo mulheres que assumem gestão de partidos, cargos de destaques nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partidos passam a pensar como os homens, passam a pensar a ter esse mesmo tipo de pensamento de manutenção da hegemonia masculina dentro dos partidos políticos.

Eu queria alertar a todas nós que estamos aqui, nesta Casa do povo, dando continuidade a uma fala que eu já havia feito no início, da importância de nós estamos nos espaços políticos e, mais, do compromisso que os partidos políticos têm de ter com essa democracia representativa, que, embora não deva ser um espelho da sociedade, não deva ser um reflexo direto da sociedade, deve ser representativa pelo menos. Deve ser pelo menos representativa. E os partidos políticos receberam um protagonismo sem igual da democracia: receberam a exclusividade no lançamento das candidaturas, receberam fundo partidário, receberam tempo de televisão, receberam fundo eleitoral e têm de dar, em contrapartida, esse educar para a cidadania.

Então, me parece muito estranho nós estarmos ainda aqui trabalhando, já há algum tempo, desde 1997, com cota, e essa cota, a cada ano, a cada eleição, ser refutada, ser atacada, ser mitigada, cada vez mais, na prática diária e agora também na legislação.

Eu digo isso para dizer que a gente tem de fazer esse debate aqui. E eu acho que é uma das prioridades que temos de ter nesta Comissão: discutir a violência política, que, para mim, é a mãe de todas as outras violências. Enquanto nós não formos vistas como cidadãs por inteiro, enquanto nós não ocuparmos os espaços de decisão e também não fizermos políticas públicas, elas vão ser desfocadas, elas vão ter sempre essa sensação que eu digo do degrau quebrado. A gente pensa que conquistou, a gente pensa que subiu um degrau, e esse degrau, depois, se revela muito frágil, me nos dar a sustentação de que nós precisamos, para, a partir dali, lançarmos outros voos.

Então, essa é uma proposta, uma pauta que eu gostaria de tirar aqui nesta Comissão, principalmente, com o apoio das Senadoras, para que a gente leve esse debate Brasil afora, para que a gente ressalte a importância dessa violência política com as mulheres, desse movimento sempre no sentido de expulsar as mulheres dos cargos de poder. Isso é uma questão que eu acho que a gente tem de levar a sério, porque eu acho que é a mãe de todas as violências. Eu acho que a violência política é a mãe de todas as violências.

Então, eu queria deixar anotado este meu discurso aqui.

Não sei se a nossa Presidente vai colocar alguma coisa para deliberar, mas eu vou pedir licença para votar um projeto de lei que está na CCJ agora e que interessa muito a gente, porque trata de excludente de ilicitude. Embora, na CCJ, o projeto não fale mais da violenta emoção, ele fala do estado de perturbação. Eu tenho uma amiga que diz assim – na minha terra, usa-se a palavra "chifre": "dizem que chifre causa estado de perturbação nos homens". E nós temos visto, em todos os casos de feminicídio e em todos os casos agora de violência doméstica contra a mulher, que vem sempre a questão do inconformado com o fim do relacionamento. O inconformismo com o fim do relacionamento pode muito bem promover um estado de perturbação mental, e o juiz pode reduzir a pena pela metade ou mesmo deixar de aplicá-la.

Então, nós estamos retrocedendo lá para a época do Doca Street, do famoso crime da pantera de Minas Gerais, da Ângela Diniz, que foi a primeira vez que essa tese foi levantada como uma tese jurídica. Imaginem matar por perturbação, por violenta emoção, matar em defesa da honra! E onde a honra foi aviltada? Num fim de relacionamento. Uma mulher que não aceita mais um relacionamento pode ser acusada de estar aviltando a honra do homem, pode ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acusada de causar perturbação mental em um homem, a ponto de o magistrado deixar de aplicar a pena! Imaginem! Não é uma excludente de punibilidade; Deputada, é uma excludente de ilicitude: deixa de ser crime, não é crime. Então, nós não podemos aceitar que esse tipo de legislação sequer tramite nesta Casa. Nós não podemos deixar.

No grupo anticrime que nós temos presidido, temos feito ali uma marcação muito cerrada nisso, mas isso aporta na CCJ agora, mais uma vez, com o mesmo objetivo, mudando apenas de "violenta emoção" para, copiando o código português, dizer que é "estado de perturbação mental".

Então, eu vou a trabalho – peço, inclusive, que V. Exa. me dê a delegação de ir lá e defender a não recepção, a inconstitucionalidade dessa medida no sentido de que ela é uma porta aberta para justificar e deixar de apenar aqueles homicidas, aqueles feminicidas que estão aí todos os dias rodando as nossas meninas. Hoje somos mulheres, mas não podemos deixar de saber que a nossa luta é uma luta pelas meninas que estão chegando e que confiam em nós para defendê-las.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Obrigada, Margarete.

Eu quero dizer que estão querendo justificar que podem matar sob forte emoção, voltando... É autorizado para matar. Pelo amor de Deus, gente! Vá lá e fale pela gente!

A SRA. MARGARETE COELHO (PP - PI) – É uma licença para matar mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – É um absurdo isso.

Agora, eu designo como Relatora da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher a Sra. Deputada Luizianne Lins. Convido-a para compor a Mesa. (*Palmas.*)

Passo a palavra agora para a nossa recém-eleita colega, a Deputada Federal Elcione Barbalho.

A SRA. ELCIONE BARBALHO (MDB - PA) – Fui eleita sem a presença.

Boa tarde a todos. (*Fora do microfone.*)

Eu quero só pedir desculpas, eu já tinha estado aqui, mas havia uma situação muito importante para o nosso Estado: se nós não fôssemos agora ao ministério, nós teríamos perdido 54 milhões. Então, a gente tem que se virar nos trinta e aprender nesta Casa como fazer e o que fazer.

Eu quero dizer da minha alegria, com um pouco de lamentação – mas antes tarde do que nunca também –, pois somente agora, depois de quase um ano, nós conseguimos fazer com que esta Comissão viesse a funcionar. Nós já estamos em setembro, e, por várias vezes, eu pedi ao Presidente da Casa, pedi ao Presidente da Câmara que intercedesse e que nos ajudasse, mas vem muito... É um pouco da colocação das palavras aqui da Margarete. Nós não podemos recuar.

Eu acho que até, no possível encaminhamento do Podemos nessa questão das cotas, não podemos abrir mão. Foi uma luta titânica! Eu já estou nesta Casa há 21 anos, estou no meu sexto mandato. Eu me ausentei quando disputei o Senado, o que não deu certo, fui para Vereadora e voltei dois anos depois, mas eu diria a vocês que pouco ou nada mudou. Eu creio que agora nós somos uma bancada, nós somos 77, e eu acho que nós temos que mostrar a nossa posição, independentemente de partido. O nosso partido agora é a mulher, porque é disto que a gente precisa: essa união para que possamos avançar cada vez mais. Não dá mais para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aguentar, em todos os sentidos. Vocês devem imaginar o que é uma cabocla, uma mulher que mora lá na Amazônia... Para vocês terem ideia, de Breves para uma escola que eu fui recentemente inaugurar, em uma lancha voadeira, eu gastei 1 hora e 20 minutos. Vocês sabem como essas crianças chegam à escola? No remo, na canoinha.

Ou nós nos posicionamos, nós mostramos por que que nós viemos a esta Casa, ou é melhor desistirmos. E eu creio que não é esse o melhor caminho.

Eu quero dizer a você, minha amiga, que você vai ter uma parceira aqui, e Luizianne sabe também – eu falei, Luizianne, em você para a nossa Presidente –, porque nós precisamos de mulheres aguerridas, mulheres independentes, sem rabo preso, para poder tocar o nosso trabalho, para termos o poder de enfrentamento. Se precisar ir para o enfrentamento, vamos para o enfrentamento, porque há horas em que o diálogo não funciona mais, pois ficam subestimando a nossa inteligência. Eu lembro que, quando eu cheguei a esta Casa em 1994, na primeira vez que eu subi à tribuna, os homens ficaram me olhando... Você sabe qual foi a sensação que eles me passavam? "Olhem, ela fala!" Como se nós fôssemos retardadas, pessoas anormais ou algum ET que, de repente, baixou no plenário, mas não é bem assim, não. Nós temos os nossos mecanismos, sabemos como lidar e sabemos como vencer.

E, com certeza, gente, com o número expressivo hoje da nossa bancada – e quisera eu que as outras companheiras que não conseguiram se eleger estivessem junto conosco –, pela experiência, por tudo, pela luta que nós travamos ao longo de vários anos, com certeza, nós faremos uma grande frente. E eu quero convocar, sim: vamos juntas, vamos unidas, vamos pensar grande. A mulher brasileira precisa da gente.

Fiquem na certeza de que nós estamos aqui para o que der e vier. Com o diálogo, vamos até onde der, e aí lançamos mão dos nossos direitos, como foi agora – e eu gostei de ver – a posição da Margarete de pedir licença para poder se fazer presente em nosso nome na Comissão.

Eu agradeço a todos vocês, todos os que votaram me trazendo agora não à Presidência, mas à Vice-Presidência desta Comissão. Vamos fazer com que esta Comissão comece a rodar este País. Nós precisamos, sim, levar para essas mulheres a nossa força para podermos servir de exemplo para elas.

Eu estou criando, por exemplo, o MDB Mulher. Só agora, num Município no oeste do Pará, nós conseguimos bater o recorde de 700 mulheres que já se filiaram. E eu estou falando de um Município. Para mim, longe é um lugar que não existe. E, se vocês souberem as nossas distâncias, o quanto é difícil nós chegarmos aos lugares mais longínquos do nosso Pará... Não é fácil! Há Município colado ao Amapá, é um passo, mas nós estamos lá. Temos o Município com maior Índice de Desenvolvimento Humano ao lado do Amapá que se chama Melgaço. E por aí eu iria contando tudo o que é essa Amazônia, em que se acham com direito de vir para cá e mandar. Nós sabemos o que nós queremos. Nós precisamos ser respeitados.

Muito obrigada.

Um abraço em todas nós. Que a gente possa estar, cada vez mais coesas, no sentido de a gente ganhar espaço nesse mundo difícil que está lá fora, mas que a gente vai ter coragem de enfrentar.

Obrigada. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Obrigada, Deputada Elcione. Ela falou da dificuldade de chegar aonde chegamos, mas eu costumo dizer que somos mulheres de fé, e fé é insistir, persistir e nunca desistir. É por isso que a gente está aqui – Áurea Carolina, agradeço a presença.

Agora, eu passo para a nossa Relatora Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Vou falar bem rapidinho aqui, pois a Zenaide já tinha me dito que há uma votação extremamente frenética no Senado, e a gente, também na Câmara, daqui a pouco, tem as comissões, que já estão acontecendo.

Eu gostaria só de saudar todas que estão chegando agora a esse processo de Comissão e dizer que a nossa luta é muito grande. É a luta pela emancipação das mulheres e a luta contra a violência, que é a forma mais brutal e mais cruel do exercício do machismo, do patriarcado na nossa sociedade.

Eu queria aproveitar para dizer da minha alegria de ter você como parceira, Zenaide. Você foi Deputada conosco, e eu já tinha uma admiração muito grande pelo seu trabalho, pela sua gentileza, pela sua simplicidade e franqueza.

Com a Deputada Elcione eu também tive a oportunidade de trabalhar nesses dois anos.

Inclusive, finalizando aqui esta rápida fala – depois, a gente vai falar mais um pouco, e vou falar muito na próxima reunião que vai ser a apresentação do relatório –, eu queria passá-lo oficialmente aqui para a Presidente anterior da Comissão e para a Presidente atual. (*Palmas.*)

Eu vou passar isso para elas, mas, Deputadas e Senadoras, vai haver depois um exemplar para todo mundo. Eu quero que elas leiam, porque nós vamos apresentar na próxima reunião o relatório do trabalho de dois anos desta Comissão, que foi presidida pela Deputada Elcione, tendo a Senadora Rose de Freitas como Vice – agora, mudou, pois a Presidência voltou para o Senado – e eu como Relatora. Portanto, estão aí os dois anos de trabalho desta Comissão. E a gente vai apresentar esse relatório na próxima reunião para todas que estão aqui.

Inclusive, não sei se vocês já tiveram oportunidade, mas abram aí... Ele começa com a sua saudação, Deputada Elcione, logo no começo do relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Obrigada, Deputada Luizianne.

Eu passo a palavra agora para a Áurea Carolina.

A SRA. ÁUREA CAROLINA (PSOL - MG) – Muito obrigada, Senadora Zenaide, Presidenta da nossa Comissão.

Eu quero saudar a Deputada Elcione, nossa Vice-Presidenta, e a Deputada Luizianne, nossa Relatora.

É uma honra fazer parte desta Comissão e poder me somar a este trabalho que já vem acontecendo no Congresso Nacional. Estou aqui inteiramente à disposição, como aprendiz e como colaboradora também, para a gente continuar abrindo caminhos em defesa inegociável dos direitos conquistados pelas mulheres e para conquistar mais direitos, porque a gente ainda está muito longe de ter condições igualitárias de acessar todos os espaços, de poder viver uma vida livre de violência. Então, estamos aqui juntas, mão na massa, para fazer acontecer.

Senadora Zenaide, neste mesmo horário, eu estou na Mesa da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados e eu gostaria muito de poder me dedicar integralmente aos trabalhos da nossa Comissão aqui. Então, se for possível a gente ver o melhor horário para contemplar a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maioria das nossas colegas aqui, talvez remanejando o horário para não ser justamente na quarta-feira, às 2h30, eu ficaria muito feliz, porque eu quero mesmo me dedicar com muita força.

Ouvi uma parte da fala da Deputada Margarete, e nós estamos em sintonia total. Ela enfatiza a questão da violência política, que é um dos temas mais gritantes nesta conjuntura. São mulheres de diferentes pertencimentos político-partidários, mas temos sido atacadas por nossa luta corajosa de colocar a voz no mundo, de denunciar injustiças, de simplesmente ousar ocupar espaços de poder, de lutar para que conquistas como o direito à reserva de vagas nas candidaturas de mulheres não sejam derrubadas. A gente gostaria de ter reserva de vagas no Parlamento e a gente está tendo que lutar para não perder aquilo que já era insuficiente.

Estamos aqui lado a lado. E quero agradecer demais a oportunidade de poder viver esta experiência aqui com vocês.

Vamos juntas, nenhum direito a menos, nenhuma de nós a menos! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Obrigada, Áurea. Eu gosto de ver o entusiasmo.

Deputada Angela.

A SRA. ANGELA AMIN (PP - SC) – Eu gostaria de cumprimentar a Senadora Zenaide, a nossa Relatora, a Deputada Luizianne, e a famosa Deputada Elcione, que vem há muitos anos... Ela entrou em 1994, e o meu primeiro mandato foi em 1991. Então, há toda uma história de diferentes momentos. Eu não tive a sequência de candidatura, tive as interrupções.

Eu entendo que há necessidade... Eu gostaria que não precisasse de cota, que não precisasse do espaço, que fosse um processo natural. Esse seria o meu sonho. Procurei, dentro do nosso partido, discutir uma posição diferenciada, mas ali fui voto vencido. Tudo bem, acho que a gente pode avançar dentro desse processo. Como há necessidade de cota, há necessidade do financiamento específico, que a gente pelo menos não perca esse espaço. Eu acho que isso é muito importante. E entendo que a nossa união vai fazer, sem dúvida, diferença para que isso possa ser efetivamente mantido.

Eu gostaria de aqui me colocar à disposição, dentro de um pouquinho de experiência que temos, da nossa história. Cada um tem a sua história, mas eu tenho certeza de que, com a soma dessas histórias e das experiências, nós podemos fazer um trabalho ainda melhor dentro do histórico que já vem acontecendo nesta Casa. Que possamos realmente avançar e, se possível, ainda vivenciar a não cota, o não espaço e um processo natural. Eu espero que as minhas filhas possam ou, de repente, a minha neta possa vivenciar este outro momento, que é o nosso sonho. Parabéns!

Eu gostaria de me colocar à disposição.

Eu também faço parte da CCJ na Câmara. Então, eu tenho que sair correndo para a votação desse projeto de lei que a Margarete aqui já colocou. E eu entendo que esses espaços nós não podemos deixar de ocupar, ocupando bem, para preservar a nossa participação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Obrigada, Deputada Angela.

Eu queria dizer que temos um acordo com o nosso Observatório de Violência, que eu já chamei aqui para conversar, e eles me mostraram que têm diagnósticos e que fazem um trabalho científico, técnico, que não está sendo muito divulgado. Eu prometi que ia conversar com as...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANGELA AMIN (PP - SC) – É só para fazer um parêntese de uma colocação que eu entendo ser importante.

Eu entendo que havia a necessidade de nós acompanharmos as outras Comissões existentes nas duas Casas para que possamos conciliar esses trabalhos, unir esforços para ter uma resolutividade ainda maior. Seria essa a sugestão. Eu acho que, como Senadora, a senhora poderia e deve liderar esse processo.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Não tenha dúvida, porque, se a gente unir forças, a gente vai trabalhar juntas.

Como eu estava falando, é uma coisa para a qual eu já ia chamar atenção das colegas Deputadas e Senadoras. Ele vai trazer esses resultados do Observatório com detalhes importantes de quem faz esse trabalho; ele vai passar para a gente, e a gente vai estar sempre se reunindo, para dar visibilidade. Uma coisa que chama a atenção de uma Comissão desta importância ou de uma Secretaria de Mulher ou de uma Procuradoria é que a gente tem um espaço com voz e visibilidade para o povo.

Eu queria dizer também o seguinte. Eu fui eleita hoje a Presidente da Comissão Mista em Defesa da Soberania Nacional. Então, eu estou feliz, porque acho que é primeira vez que colocam mulher – é aquela história como Elcione disse. (*Palmas.*)

A gente pode já usar esse espaço de soberania nacional e, na região aonde a gente for, unir as duas coisas. Como temos soberania, se não tivermos mais de 50%, nós temos que estar lá. Então, é algo que eu já quero convocar.

Eu quero ver a questão do horário. O grande problema é que, por exemplo, nas Regiões Norte e Nordeste, a gente tem uma questão muito grave de voos. Na terça-feira à tarde, dificilmente o pessoal das Regiões Norte e Nordeste chega. É uma coisa que a gente pode discutir. Para mim, o dia em que a gente puder estar mais presente... Concorde com Angela, a gente tem que ser reunir mais, e com a Professora Dorinha. É um pessoal altamente preparado.

O que eu observo nas Comissões das mulheres é que não há aquele ego arraigado – "isso é meu", "isso é seu" – de apresentação. Isso pode ser uma coisa, Elcione... Eu até falei aqui: eu tenho duas bandeiras, que são duas PECs. Uma é contra a violência. Eu quero dividir para ser uma luta de mulheres, de nós Parlamentares.

Agora, ela já está me dizendo aqui o horário.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. e as Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, sendo que a próxima reunião será, daqui a 15 dias, no dia 18 de setembro, ocasião em que vamos apresentar o relatório anterior e apresentar o plano de trabalho, quando vamos ouvir todas.

Obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 27 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e quatro minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Simone Tebet, Rose de Freitas, Juíza Selma, Leila Barros, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Elcione Barbalho, Flávia Moraes, Léo Moraes, Luizianne Lins, Vilson da Fetaemg, Rosana Valle, Áurea Carolina, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Camilo Capiberibe, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Delegado Pablo, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Pr. Marco Feliciano e João Roma. Deixam de comparecer as Parlamentares Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Maria do Carmo Alves, Margarete Coelho, Flordelis, Policial Katia Sastre e Aline Gurgel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apresentação do Relatório de Atividades do Biênio 2017-2018 pela Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Relatório apresentado. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 1, de 2019** que: "Requer a realização de Audiência Pública para discutir e debater o FRIDA." **Autoria:** Deputada Federal Elcione Barbalho (MDB/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 2, de 2019** que: "Requer a realização de ciclo de debates sobre o feminicídio." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 3, de 2019** que: "Requer a realização do lançamento da publicação do Seminário 12 anos da Lei Maria da Penha durante a Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a Mulher 2019." **Autoria:** Deputada Federal Luizianne Lins (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 4, de 2019** que: "Requer a apresentação dos resultados da Pesquisa sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - 2019, realizada pelo Data Senado. A apresentação deve integrar a ações da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a Mulher." **Autoria:** Deputada Federal Luizianne Lins (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 5, de 2019** que: "Requer Audiência discutir o PLC 143/2018, que dispõe sobre o prazo para o tratamento de neoplasia maligna" **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 6, de 2019** que: "Requer realização de audiência pública, com o objetivo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divulgar o Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal" **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 7, de 2019** que: "Requer Audiência Pública para debater os riscos da atuação da oficial de justiça na profissão." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 8, de 2019** que: "Campanha de Prevenção ao Câncer de Mama - Outubro Rosa" **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 9, de 2019** que: "Submeter a aprovação o Plano de Trabalho da CMCVM 2019/2020" **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 10, de 2019** que: "Sessão Conjunta Outubro Rosa" **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Zenaide Maia

Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/18>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho, dos requerimentos propostos e à apresentação do relatório do biênio 2017-2018.

Passo a palavra à Relatora da Comissão, Deputada Luizianne Lins, para apresentação do relatório de atividades desta Comissão referente ao biênio 2017/2018.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para proferir relatório.) – Bom, gente, boa tarde a todos e a todas. Boa tarde à Presidente desta Comissão, Senadora Zenaide Maia, e à nossa Vice-Presidente, Deputada Elcione Barbalho.

O que a gente vai trazer aqui para a apreciação da Comissão e da sociedade civil, já que isto está sendo transmitido ao vivo pela internet, é o resultado do trabalho desta Comissão dos últimos dois anos, que teve a Deputada Elcione Barbalho como Presidente e a Senadora Rose de Freitas como Vice-Presidente. Então, foram todas as audiências, o trabalho de uma forma geral desta Comissão. Ele está aqui, publicado em dois volumes, e depois a gente vai deixar aí para todo mundo ter acesso – mas eu já dei para as duas, a Presidente e a Vice-Presidente. Vai ser disponibilizado também no *site* da nossa Comissão.

Então, o que eu vou trazer aqui é, na verdade, um resumo, porque é bastante denso o trabalho. Foram muitas atividades, e a gente ainda não tinha tido a oportunidade de apresentá-las. Mas, de qualquer jeito, a gente vai fazer isso porque, depois, a gente vai ter uma nova tarefa, na próxima reunião com quórum, que seria o de aprovar o plano de trabalho, que também está pronto.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Mas aí, o plano de trabalho, a gente vai esperar um pouquinho mais, porque faltam quatro, e a gente não pode começar o trabalho...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, não. É isto que eu estou dizendo: numa próxima, que tenha quórum, a gente vai aprovar o plano de trabalho, será a próxima etapa, porque agora a gente fecha com isso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – A gente apresenta o relatório para fechar isso aqui e o próximo passo é o plano de trabalho que a Senadora Zenaide deve apresentar também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a gente poder aprovar na Comissão, que são trabalhos relativos a 2019 e 2020. Está certo?

Então, vamos lá.

Relatório de trabalho da Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher.

Relatoria relativa a 2017 e 2018.

Como eu falei, temos, como Presidente, a Deputada Elcione Barbalho; como Vice-Presidente, a Senadora Rose de Freitas, e eu no papel de Relatora desta Comissão.

Bom, rapidamente eu vou ler, porque está pequenininha a letra. Os textos estão mais aí, no resto a gente fez um resumo mais apurado das coisas.

Neste relatório, apresentamos as metas sugeridas no Plano de Trabalho proposto pela relatoria do órgão e aprovadas em reunião ordinária pelas integrantes da Comissão. Nele constam os debates realizados durante as reuniões, audiências públicas e seminários organizados com o objetivo de conhecer mais profundamente as dificuldades vivenciadas pelas mulheres, essencialmente em situação de violência. De acordo com o objetivo da Comissão, temos a finalidade de discutir as temáticas demandadas pelas mulheres denunciante, movimentos feministas e movimento de mulheres, além de fiscalizar a efetividade dos serviços e instrumentos utilizados pelas políticas públicas de combate à violência.

Durante o biênio, os debates circundaram de forma mais expressiva em torno da violência sofrida pelas mulheres e sua situação de maternagem, uma vez que os temas mais abordados e de maior repercussão foram: violência obstétrica, guarda compartilhada e alienação parental.

Segundo dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil se mantém como o quinto país que mais mata mulheres em razão de sua identidade de gênero. No Atlas da Violência 2019, são registradas 13 mortes violentas de mulheres por dia. Segundo o Ligue 180, até o dia 20 de janeiro, foram registradas mais de 380 ocorrências entre feminicídios e tentativas de feminicídio. A situação do feminicídio só se agrava. Nos últimos nove anos, quase 10 mil mulheres foram vítimas de feminicídio ou de tentativas de homicídio por motivos de gênero. É necessário combater a cultura de desrespeito aos direitos humanos das mulheres tanto no âmbito público quanto privado. Essa cultura alimenta práticas que tornam a casa um lugar perigoso; e as ruas locais interdadas pelo medo. A violência permanece escolhendo raça e atingindo mais profundamente as mulheres negras. O Atlas da Violência 2019 cita o aumento de 29,9% na taxa de homicídio de mulheres negras nos últimos dez anos, sendo 66% das vítimas do ano de 2017.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este relatório não esgota a apresentação das iniciativas e participações da Comissão, ao contrário, reiteramos a sua importância e a potencialidade de um trabalho que pode oferecer para as mulheres e toda a sociedade brasileira mecanismos de enfrentamento à violência contra a mulher.

O relatório com todo o material na íntegra ficará disponibilizado, como eu falei, no site da CMCVM.

Vamos lá. Nós destacaremos, na primeira parte desse relatório, a Resolução nº 2, de 2017.

Aprovação da Resolução nº 2, de 2017-CN9, no dia 21 de novembro de 2017.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 5º A Comissão compõe-se de vinte e dois membros, sendo onze Deputados Federais e onze Senadores, com igual número de suplentes.

Só quero fazer uma correção: usar o gênero, Deputadas Federais, Deputados, Senadores e Senadoras.

"... com igual número de suplentes." Isso foi, inclusive, uma iniciativa da Deputada Elcione em função de várias coisas acontecerem ao mesmo tempo às quartas-feiras. Por exemplo, eu me divido entre a Comissão de Cultura, de que sou membro titular, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara Federal e a relatoria desta Comissão. Portanto, foi uma iniciativa bastante interessante que a Deputada Elcione tomou, que é essa resolução do Congresso Nacional que viabilizou o funcionamento mais sistemático da Comissão. Foi um grande desafio e uma conquista muito importante diante da dificuldade do quórum, para exatamente a gente qualificar mais esse quórum.

O Plano de Trabalho apresentado propôs dar continuidade às atividades da Comissão, consolidar o trabalho parlamentar construído coletivamente por Deputadas e Senadoras para fortalecer a ação fiscalizadora do Poder Legislativo no combate à violência contra a mulher.

Trabalhamos para impedir a naturalização da violência, dos comportamentos machistas, da mercantilização da mulher e do retrocesso legislativo que recai na subtração e no confisco de direitos duramente conquistados.

A violência é estrutural, acentua a exclusão e preserva a estrutura patriarcal, machista, racista e homofóbica. Diante desse cenário, assistimos a sociedade buscando justificativas para imputar às mulheres a responsabilidade pelas violências por elas vividas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propomos reforçar o combate à misoginia, expandir o conhecimento e incentivar a prática de sororidade no Parlamento. Nossa pretensão é fazer dessa luta um consenso nacional, mais que uma bandeira partidária ou sexista, um exercício de cidadania.

Por fim, nos empenhamos em discutir a transformação das relações sociais e a construção de uma nova sociedade sem a violência machista e pautada na igualdade de gênero entre homens e mulheres. Renovamos a vigília, a luta e o trabalho para combater todas as manifestações e causas da violência – um problema público que requer ações coletivas – por meio de um debate claro sobre gênero em todos os espaços das esferas pública e privada.

Não nos furtamos de estar ao lado das mulheres que estão querendo reconstruir suas vidas, seja denunciando a situação de violência, apurando os fatos, na luta pela proteção ou no empenho por punição dos agressores, mas, sobretudo, na tomada e transformação de consciência e respeito humano.

Vamos agora aos objetivos da Comissão: investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil; apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência; propor projetos de lei na garantia dos direitos das mulheres; fomentar debates e discussões sobre o enfrentamento e combate à violência contra a mulher.

A partir desses objetivos, adotamos a seguinte metodologia: partimos de ações fundantes iniciadas no primeiro Colegiado e agregamos demandas sugeridas pelas Parlamentares, também aprovadas nesse Colegiado.

O Plano de Trabalho da Comissão utilizou os seguintes instrumentos para alcançar os objetivos propostos: requerimentos; audiências públicas; oitivas; solicitação de documentos; relatórios, pesquisas e estudos que foram apreciados por nós.

Atividades realizadas: reuniões destinadas à realização de audiências públicas, encaminhamentos administrativos e deliberativos e aprovação de emendas orçamentárias; debates sobre a aplicabilidade da Lei 13.104, de 2015, a Lei do Feminicídio; os resultados das políticas públicas de combate à violência doméstica; os desafios da guarda compartilhada; a violência obstétrica – parte um –; a aplicação da Convenção de Haia e os aspectos civis do sequestro internacional de crianças; mulheres, violências e mídias sociais.

Então, todos esses debates que eu citei aqui aconteceram sob o comando desta Comissão, da Deputada Elcione Barbalho.

Atividades que foram realizadas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Campanha 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher: "Para ter justiça, o olhar não pode ser parcial".

O Seminário Internacional Guarda Compartilhada: leis, justiça, violências e conflitos.

Eu quero só ressaltar aqui para a Senadora e a Deputada, porque foi uma coisa que nos surpreendeu muito, a questão da guarda compartilhada. Houve o fato de que, segundo até a nossa assessoria – e até eu quero aproveitar para agradecer a todas que nos ajudaram nesses dois últimos anos, na pessoa da Gigliola, que é advogada, é funcionária de carreira do Senado e está disponível para esta Comissão, e tem nos ajudado –, até por informação que elas me passaram, foi quando disparou a comunicação, disparou a interação da sociedade com a Comissão. Nós chegamos a quase cem mensagens pelas redes sociais durante o momento em que acontecia a questão da guarda compartilhada.

E isso nos trouxe uma coisa muito interessante que não estava sendo detectada, acho que por nós mesmas, que era o fato de como essa questão da guarda compartilhada tem sido um problema latente na sociedade. A gente, aparentemente, pensa que isso era problema resolvido, mas, na hora em que nós começamos a discutir, chegou inclusive aqui uma mulher, com o seu filho, que estava escondida do marido, durante a realização da Comissão. Foi muito forte.

Então, é uma coisa para a gente trazer nesse relatório, para a gente se debruçar um pouco mais, para ver se a gente precisa fazer alguns ajustes, fazer algum... Porque, por exemplo, a gente chegou à conclusão, depois do intenso debate que aconteceu aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – No Pará?

Pois é, Deputada, foi uma coisa para nós muito surpreendente. Inclusive, nós tivemos uma especialista, que entrou por videoconferência, do Canadá, uma especialista nisso. E para nós foi uma surpresa grande, porque chegamos à conclusão de que, em alguns locais, a mulher, por exemplo, se separa, uma separação por violência doméstica... Como é que ela cede? Ou, por exemplo, por abuso aos próprios filhos feito pelo pai? Ou vice-versa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Isso. Pronto. Alienação parental. Quer dizer, há uma série de coisas.

Então, isso que a Deputada fala é muito latente. Como é que a mãe... A gente chegou a várias conclusões. E temos que ajustar em leis, Deputada e Senadora. A gente pode fazer uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

força-tarefa disso aí. Diz-se o seguinte: em vários locais, já não pode... Por exemplo, se a criança é vítima de abuso, como é que a mãe vai entregar a criança – mãe ou pai, na verdade, vice-versa – para alguém que está abusando dela? Como é que você vai entregar seu filho na guarda compartilhada? Porque, na lei brasileira, nós ainda não temos essas correções.

Então, são coisas novas...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Pronto. Pois aí vamos, então, já fazer essa força-tarefa aí.

E o objetivo do Seminário Internacional Guarda Compartilhada foi: aprofundar as discussões sobre a obrigatoriedade da Lei 13.058/14 – guarda compartilhada no Brasil e conhecer as experiências e legislações de outros países –; questionar a obrigatoriedade da guarda compartilhada em casos de violência doméstica, o que, para muitas mulheres, tem sido uma sentença de continuidade da violência, imposta pela justiça – muitas vezes os filhos são usados naquele momento; a mulher está às vezes até com medida protetiva, ou está, de fato, com separação de corpos, mas aí acontece que ela acaba tendo que conviver, naquela situação de violência, com o agressor, por conta da guarda compartilhada –; discutir sobre o desdobramento desse cenário que tem ocasionado rotineiras acusações de alienação parental às mulheres e tem sido motivo para retirada da guarda dos filhos.

Também das atividades realizadas, destacamos: "Seminário Mulheres Negras movem o Brasil: visibilidade e oportunidade", cujo objetivo foi discutir a problemática central, realidade em que mostra as mulheres negras como principais vítimas da violência doméstica, obstétrica, acesso à Justiça, à política de saúde, planejamento familiar, criminalização do aborto e feminicídio.

Também na Campanha 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência, tivemos: "Seminário Lei Maria da Penha", cujo objetivo foi aprofundar a discussão sobre a lei e os aspectos dificultadores para o funcionamento da rede, melhorias no atendimento, agilidade nos encaminhamentos; discutir sobre os desafios para alcançar a efetividade da lei; avaliar as propostas de alteração da lei em tramitação no Congresso Nacional. Ou seja, a lei é uma grande conquista, uma ferramenta indispensável para garantir uma vida digna, sem opressão e violência contra as mulheres, mas a gente já sente que ela precisa ser atualizada – a Lei Maria da Penha.

Promovemos também a realização de vídeos, o que tem sido para nós um momento muito interessante e que foi uma sugestão que nós demos desde o primeiro momento. É o concurso de vídeo "1 minuto contra a violência", que são vídeos de 1 minuto feitos por celular, editados



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

no celular, em que a gente envolve o Brasil todo, com a presença, inclusive, de muitos jovens, homens e mulheres que vêm para cá. Tem sido, assim, muito interessante. A gente seleciona, e há uma equipe toda para escolher o primeiro, o segundo e o terceiro lugares. Então, nós fizemos isso no ano passado, e o objetivo foi interagir com a sociedade por meio da arte, em que o diálogo se dá pela criatividade e vontade de participação das pessoas. Tivemos 39 vídeos, sendo 64% inscritos por mulheres, índice maior que o da primeira edição, que foi de 56%. Foram vídeos de vários Municípios dos Estados: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Agora, com a nossa Presidente do Rio Grande do Norte, nós também queremos que o Rio Grande do Norte entre no concurso de vídeo, e também o Pará, com a nossa Deputada do Pará.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Já havia aqui: Bahia, Ceará, Distrito Federal. De todos esses já houve a participação.

Em 2018, o tema do concurso foi "Feminicídio, que crime é esse?" Percebemos a diversidade das manifestações, as linguagens utilizadas e o envolvimento da juventude, mulheres e homens, grupos de teatro, cinema, profissionais de diversas áreas, todos envolvidos no combate à violência e enfrentamento ao feminicídio. Essa é uma preocupação e uma luta que envolve toda a sociedade. Para dar o basta necessário a esse crime incessante, é preciso transformar as relações sociais, romper com o machismo, com a cultura do estupro e com toda forma de preconceito, opressão e violência.

Os vídeos são uma contribuição coletiva para o enfrentamento à violência contra a mulher. Certamente nós teremos no nosso plano de trabalho uma nova proposta de fazê-lo de dois em dois anos, Senadora Zenaide.

Também atividades realizadas.

"Seminário Cidadania Trans". Apoiamos o 14º Seminário LGBT, realizado pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Cultura, de Legislação Participativa, de Educação e de Seguridade Social e Família, uma vez que realizamos audiência pública que discutiu a violência contra mulheres trans e travestis, assumindo o compromisso de incluir essa discussão em nossa pauta; acompanhar o diálogo entre os diversos segmentos da sociedade, para a promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, bem como discutir questões relativas ao acesso à saúde, à educação, ao trabalho e à cultura por parte dessa população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que vocês devem ter acompanhado que o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão, que saiu hoje nos jornais, exatamente em que ele proíbe... Porque foi aprovada na Câmara uma lei, cujo número não estou lembrando, que estabelece um conceito de família, no qual o núcleo familiar tem que ser composto por um homem e por uma mulher exclusivamente. Aí, o Supremo Tribunal Federal tomou uma posição no dia de ontem, que foi divulgada hoje, que é exatamente dizendo que não se pode se tirar dos casais, de lésbicas ou de gays, que estão casados civilmente e que têm filhos, não se pode tirar deles os direitos estabelecidos pela Constituição. Então, ontem, o STF restabeleceu isso.

Dentro das atividades realizadas também temos o seguinte.

Pauta Feminina – Mulheres, Violências e Mídias Sociais, ou seja: conhecer diferentes abordagens sobre o uso da internet, as políticas de segurança, autorregulação e ferramentas para uso seguro e preservação das mulheres; discutir a aplicabilidade da Lei 13.642, de 2018, que é de minha autoria e foi aprovada pela Câmara, a chamada Lei Lola, que atribui à Polícia Federal a investigação de crimes praticados na internet que difundam conteúdo misógino. Para nossa surpresa também, nós detectamos que esse tipo de crime não estava previsto, para que a Polícia Federal investigasse, na legislação que dá as atribuições à Polícia Federal. Então, fomos nessa lei das atribuições, e nós conseguimos que a Câmara aprovasse. A gente chamou de Lei Lola exatamente porque Lola é uma blogueira feminista. Ela veio para esta Comissão, eu nem a conhecia, embora ela seja professora da mesma universidade que eu sou, da Universidade Federal do Ceará, ela é professora de Línguas Estrangeiras, e foi aqui que eu a conheci. Ela, na verdade, sofre sistematicamente violência de todas as ordens, desde ameaças de... Ela até comentou: "Enquanto estavam me chamando [ela usou essa expressão] de vaca, de feia, de gorda, eu debatia, mas a partir do momento em que começaram a dizer que iam estuprar a minha mãe, de 82 anos, que iam matar meu marido..." Fizeram uma confusão dizendo que ela... Inclusive o reitor da universidade em que ela atua... Ela começou a se preocupar. E, depois da Lei Lola, que a gente aprovou, foi uma quadrilha presa, inclusive de vários jovens com vários problemas e com várias ameaças, com estímulo a suicídio etc. e tal, que eles promoviam entre si.

Portanto, vamos agora para a segunda parte. Eu vou ser mais rápida aqui.

Denúncias, vamos lá. Esta parte aqui.

É objetivo da Comissão investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, são vários registros, que eu vou pular, de algumas denúncias que chegaram ao Colegiado.

Aqui a fala da Lola, a chamada violência cibernética, que a gente agora tem que contar.

Há denúncias relativas a feminicídio. No caso, uma palestrante falou sobre o assassinato de uma jovem de 25 anos, Jéssica Lainara Silva, que teve a vida encerrada por não querer mais continuar um relacionamento. Foi assassinada em maio do ano passado, 2018. Antes, ela compartilhou fotos de agressão sofrida do ex-namorado, o policial Ronan Menezes do Rego. Ela foi morta a tiros, em Ceilândia, Brasília, no Distrito Federal.

Também tivemos a denúncia de violência obstétrica. A Associação de Doulas do DF denunciou a violência que as profissionais sofrem nas unidades de saúde, em hospitais públicos e privados, por parte de toda equipe institucional, da portaria aos médicos.

A questão da revitimização. A assessoria técnica foi convidada pelo Observatório da Violência contra a Mulher para uma escuta especializada com uma vítima de violência doméstica.

Alienação Parental. Durante o Seminário Internacional sobre guarda compartilhada, o Coletivo Mães na Luta, organização que agrega mais de 200 mães vítimas de alienação parental, afirmou que mais de 60 dessas mulheres perderam a guarda de seus filhos após denunciarem violência sexual sofrida pelas crianças. É um pouco do que a Deputada falou – ela está acompanhando um caso no Estado dela sobre isso. E, exatamente, o mau funcionamento dessa lei tem sido um massacre às crianças, que são entregues aos próprios abusadores. É fundamental que essas crianças sejam resgatadas. Segundo elas, o seminário foi a oportunidade dessa fala. Várias mães se pronunciaram e algumas delas entregaram cópia de seus processos que foram encaminhados a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara Federal.

Mulheres no campo: foi feita também essa denúncia. Em audiência em 2016, recebemos a denúncia de que, após a criação da Reserva Biológica do Rio Manicoré (Amazônia), lideranças comunitárias sofreram ameaças de morte. Esses casos e os assassinatos de Nilce de Souza Magalhães, militante do movimento de atingidos por barragens, e Maria das Dores Silva Salvador Priante, líder rural, foram acompanhados por meio de ofícios enviados à Secretaria de Segurança Pública, à Procuradoria de Justiça e ao Ministério Público do Amazonas e de Rondônia.

Agora é a terceira parte e última.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Produção legislativa. Nesse capítulo o relatório traz o arcabouço legislativo de proteção e defesa dos direitos da mulher e o rol de propostas aprovadas durante o biênio 2017-2018. Vocês podem checar lá, desde o Observatório da Mulher Contra a Violência até, nesse relatório, uma análise da pesquisa realizada pelo DataSenado sobre violência doméstica e familiar, a segunda edição do Panorama da Violência contra as Mulheres no Brasil e a experiência de criação do observatório de monitoramento da legislação realizada em Teresina, Piauí.

E, concluindo, a última parte: conclusões e recomendações.

O plano de trabalho sofreu alguns ajustes para se adaptar à realidade da Comissão, mas realizamos o possível para não comprometer a qualidade e a capacidade do colegiado. Concluímos um biênio permeado de desafios, mas cumprindo uma agenda ímpar que é discutir e enfrentar as violências sofridas pelas mulheres no Brasil.

A Comissão é um espaço de debate parlamentar, mas é fundamental acolher e assegurar a participação dos movimentos feministas e de mulheres. A violência contra a mulher é estrutural, envolve fortemente a desigualdade de gênero e raça. Muitas vezes o trabalho na Comissão é uma jornada solitária, sendo indispensável o envolvimento de todos os membros. É preciso profundidade nos debates para garantir a temática das mulheres como pauta essencial no Congresso Nacional. Não é à toa que a gente tem sido aqui uma referência, inclusive nos casos concretos para os quais nos procuram na Casa. Citei a seriedade com que é tratado este trabalho, a própria assessoria técnica do Senado nos ajuda, como eu falei há pouco, isso tudo faz com que ela tenha credibilidade e que ela possa tratar... Não fazer 50 mil coisas e não extrair nada, mas cada coisa que a gente faça, cada passo que a gente dê, que a gente contribua concretamente, seja olhando a legislação, seja nos casos concretos que a sociedade brasileira enfrenta. Aqui é meio que uma caixa de ressonância do que está acontecendo socialmente.

É necessário retomar o diálogo com os Estados para coleta e monitoramento dos dados referentes ao feminicídio. Por quê? Veja bem, muitas vezes caracterizar como feminicídio tem sido uma prerrogativa, uma coisa meio discricionária do delegado ou delegada que preside o inquérito. Se ele considera que aquela morte não foi feminicídio, isso não vai para as estatísticas de feminicídio. O que a gente sabe é que, das treze mulheres que são mortas por dia no Brasil, segundo pesquisa de 2017, sete dessas são crimes de feminicídio e seis representam a violência urbana que pode acontecer com homens e mulheres, que são homicídios, não são feminicídios. Mas sete estão provados que ocorrem dentro de casa, são feitos por parceiros, companheiros, namorados, amantes, maridos ou ex-companheiros etc.

Então, a gente pediu – e a gente tem que insistir – a todas as delegacias estaduais os dados de feminicídio de cada Secretaria de Segurança Pública estadual. Eu não sei o que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegou e o que não chegou, a gente tem se debruçar sobre esses números e insistir naqueles que não mandaram. Vamos ver se temos algum instrumento para obrigar as secretarias a nos darem essa informação.

Precisamos reunir pontos técnicos focais nas unidades da Federação e inovar na criação de observatórios locais para mapear os dados articulando comunicação e parceria no enfrentamento efetivo da violência contra a mulher; avaliar o alcance e a implementação das recomendações da CPMI de 2013.

O material coletado nos Estados pode contar com o potencial e a habilidade técnica do observatório, um parceiro inestimável no levantamento e organização de dados cruciais para o melhor conhecimento da realidade enfrentada pelas mulheres brasileiras.

Terminando, Senadores e Deputados, quanto à conclusão e às recomendações.

Recursos assegurados pela Comissão. Projeto de Lei Orçamentária Anual, ou seja, a gente também participa do Orçamento Público, em que conseguimos R\$100 milhões para a ação Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; R\$100 milhões à ação Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca; R\$100 milhões à ação Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres; R\$135 milhões à ação Prevenção à Violência e à Criminalidade.

O relatório e as referidas emendas constam no anexo do relatório.

Essas aqui, Senadora Zenaide, foram emendas apresentadas pela Comissão, assinadas pela Deputada Elcione e por todos os membros da Comissão, que colaboraram no orçamento público do ano de 2018.

Recursos também assegurados pela Comissão na LOA (Projeto de Lei Orçamentária) de 2019: R\$ 200 milhões à Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas – V. Exa., que é médica, é importante também ter essa informação –; R\$ 100 milhões à Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca; R\$ 250 milhões à Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres; R\$ 200 milhões à Prevenção à Violência e à Criminalidade.

O relatório e as referidas emendas constam no anexo do relatório.

Esperamos ter atendido as expectativas de manter a Comissão viva, acolhendo as mulheres, realizando o trabalho em parceria com os demais órgãos do Poder Legislativo dedicados a discutir políticas para as mulheres, assegurando a participação dos movimentos feministas e de mulheres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Garantimos que a indignação com os relatos ouvidos nos movam e inspirem pela coragem desperta em cada mulher, em cada denúncia e renúncia a essa condição. Resistiremos até que as ruas e as residências sejam lugares onde as mulheres possam viver sem medo.

Agradecemos aqui à Procuradoria Especial da Mulher no Senado, comandada pela Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas, que infelizmente não foi reconduzida, mas teve um papel fundamental presidindo a Procuradoria Especial; à Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados, a Deputada Gorete Pereira, do PR do Ceará, que também não foi reconduzida, mas comandou, nesse momento, a Procuradoria da Mulher na Câmara; à Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, coordenada pela Deputada Soraya Santos, do PR do Rio de Janeiro; à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, presidida pela Deputada Ana Perugini, do PT de São Paulo; às Consultorias Legislativas das duas Casas, cuja atuação institucional fortalece e aperfeiçoa o trabalho da assessoria e propicia as condições para que o Colegiado possa buscar atender aos anseios sociais suscitados a partir de sua criação; às assessorias parlamentares pela determinação e competência profissional dedicada à Comissão; à Secretaria da Comissão pelo prestimoso trabalho realizado; ao movimento feminista e de mulheres que acompanhou cada atividade desta Comissão; bem como às mulheres denunciantes que participaram das audiências e seminários, trazendo suas dores e informações para os nossos debates.

Por fim, vai uma frase da Simone de Beauvoir, que diz: “No dia que for possível à mulher amar-se em sua força e não em sua fraqueza, não para fugir de si mesma, mas para se encontrar, não para se renunciar, mas para se afirmar, nesse dia então o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal”.

Muito obrigada a todos.

Esse é o relatório. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Obrigada à nossa Relatora, que vai continuar sendo a nossa Relatora.

Eu quero agora agradecer e registrar a presença do Deputado Léo Moraes, a quem eu vou passar a palavra, e da nossa Senadora Leila.

Eu queria dizer que Leila é quem está na relatoria do projeto de lei sobre alienação parental. Está havendo essa revisão e não está sendo fácil para ela.

Passo a palavra para o Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES (PODEMOS - RO) – Eu agradeço a oportunidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo todos os Parlamentares e todas as Parlamentares que participam desta Comissão Mista de Violência contra as Mulheres.

Acredito muito na importância desse tema. É algo a que já estou afeito há alguns anos, na condição que tive de Deputado Estadual do Estado de Rondônia, que, diga-se de passagem, tem a capital com o maior índice de estupros contra as mulheres em todo o nosso País, segundo o último relatório de segurança pública nacional.

Lá nós temos vários desafios e temos participado desse enfrentamento a fim de arrefecer esses dados, esses índices e trazer a autoestima e condições para que as mulheres possam, pelo menos, alertar os demais da sociedade sobre o que acontece.

A Senadora Leila é Relatora de um tema de suma importância também nesse combate, que é a alienação parental, que, em que pese o intuito ser bom, acaba por esmagar as mulheres quando levam esse relato e acabam invertendo os valores e a finalidade da matéria. Então, não tenho dúvida de que precisa ser revisto.

No Estado de Rondônia, nós trabalhamos com as medidas protetivas, a Patrulha Maria da Penha, o empoderamento, mas não no contexto ideológico ou poético do que é empoderamento, nos bairros, atitudes como 50 por 50, onde você delega competência e poder para que as mulheres possam investigar supostos crimes e agressões contra as mulheres. Porém, para isso, faz-se necessário todo o suporte do aparato do Poder Público, para que realmente consiga ser praticado, consiga ser exercitado.

Nós temos uma matéria muito importante, que é daquelas típicas matérias que transcendem o cunho ideológico, a matriz partidária ou propriamente a bandeira, que é um projeto do Senado da República, de autoria do Senador Jorge Viana, do PT, do qual sou Relator – e temos travado uma briga muito grande na Comissão de Constituição e Justiça, por isso já peço desculpas, porque logo mais terei que me ausentar pois está aberta a Comissão de Constituição e Justiça –, que trata da imprescritibilidade do crime de estupro.

Como já está previsto no relatório muito bem feito – parabéns, Deputada Luizianne –, deixa-se muito clara a necessidade de retirada das amarras, a questão emocional, psicológica, a não revitimização da mulher, e isso demanda muito tempo. E existem vários casos, porque conversei com conselheiros tutelares, conversei com assistentes sociais, psicólogas, fui ao CAPS, em que muitas vezes... Vou dar um exemplo hipotético, mas que nós sabemos que é uma realidade: de repente uma criança, uma menina, foi abusada pelo seu tio. A mãe, naquele momento, numa situação de pressão por conta dos laços, não consegue enxergar que aquilo foi uma violência. A criança tampouco consegue fazer a denúncia. Passam-se os anos, vem a maioridade. Passa a prescrição de 20 para vulnerável, 16 para um crime comum, enfim... E,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando, no momento da maturidade, do reequilíbrio emocional, que demanda muitos e muitos anos, a vítima está preparada para fazer a denúncia – isso pode demorar 20, 25, 30 anos –, daí o crime prescreveu.

E a gente tem feito essa discussão na Comissão. Foi pedida a retirada, foi pedida vista, e agora vamos voltar para lá para que possamos, enfim, votá-lo e aprová-lo. Na verdade, acredito que hoje há unanimidade. A grande maioria é favorável a tornar o crime de estupro imprescritível. Que o agressor desse crime, que talvez seja o mais bárbaro no arcabouço de conviver em sociedade e se relacionar com pessoas, seja punido *ad aeternum* enquanto estiver nesta terra. Acredito muito que exista o julgamento dividido, acredito na vida após a morte, mas sobretudo acredito na pena enquanto nós estamos neste plano.

Portanto, eu quero me colocar à disposição de toda a Comissão, deixando claro, sem nenhum traço, sem nenhuma marca, sem nenhum rancor de cunho ideológico, o que tem prejudicado o andamento do nosso Congresso Nacional: não somos esquerda, não somos direita; nós temos centralidade e, inclusive, enalteçemos muitas políticas de ambos os lados, principalmente as políticas sociais. Eu quero me colocar à disposição e dizer que sou muito feliz porque fiz muita pressão, fiz muita cobrança no meu partido para fazer parte desta Comissão. Quero, certa e principalmente, aprender muito na presença de vocês e, de alguma maneira, deixar alguns relatos e também colaborar com o bom andamento dos trabalhos – e eu tenho certeza de que está andando muito bem, a partir desse relatório. Contem conosco!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Obrigada, Deputado Léo. A gente sempre disse aqui: "Mulheres, mas vamos ter os homens também", é a sociedade como um todo. Eu acho que essa causa não é de cores nem de partidos; é de todos. É de uma crueldade tão grande cada assunto em que tocamos, que temos que contar com alguém... Nós vamos cobrar, nós vamos aprender muito com você também!

Eu passo a palavra agora para a Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PSB - DF) – Sra. Presidente, quero agradecer este momento da instalação do qual nós estamos participando. A instalação foi semana passada, mas a apresentação do relatório e do plano de trabalho desta Comissão foi hoje. Eu estou muito motivada, e feliz por termos homens na Comissão: o Fabiano e o Deputado Léo. É muito bom tê-los com a gente aqui nesta missão. Na verdade, é uma grande missão que nós temos, até porque nós somos poucas dentro deste Congresso, mas é uma representatividade muito forte, e é muito bom ter o apoio dos homens conosco nesse enfrentamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, a gente tem números que são alarmantes, que já foram citados pela Deputada Luizianne, a quem queria cumprimentar, e também a Elcione. É um prazer estar com vocês! Da Zenaide nem se fala – não é, Zenaide? Estamos aqui nesta labuta diária... A Rosana Valle também, que é minha parceira de PSB...

Quero dizer que estou muito motivada, motivada mesmo, para enfrentar essas pautas a que diariamente as nossas mulheres são submetidas, principalmente em relação à questão do feminicídio, da violência doméstica, do estupro. De um modo geral, nós temos vários temas que vamos abordar aqui dentro desta Comissão que me motivam muito. Que a gente produza realmente um trabalho, que a gente faça uma produção legislativa, que a gente produza um conteúdo legislativo que faça com que a gente consiga realmente mitigar esses números que são alarmantes nessa questão da violência contra a mulher.

Eu já apresentei à Senadora Zenaide um requerimento aqui. Estou pleiteando um ciclo de debates justamente sobre essa questão que está alarmando, que foi o último resultado do Ipea, segundo o qual a maioria dos crimes de homicídio, de violência de um modo geral, diminuíram, mas, infelizmente, os números de feminicídio, de violência doméstica contra a mulher, aumentaram muito. Então, nós temos que estar atentas a isso e, acima de tudo, convocar a sociedade civil para estar dentro desta Casa. Nós precisamos, de fato, chamar as instituições, a sociedade civil, os representantes do Estado de um modo geral, principalmente o Executivo, para que possamos entender esses números e o que de fato nós poderemos produzir em termos legislativos, esta Casa, para mitigarmos essa situação.

Então, quero desejar para todos nós, nestes próximos dois anos, no mandato da Senadora Zenaide, sucesso. Sucesso para todos nós aqui da Comissão! Que a gente possa realmente dar uma resposta para a sociedade com um bom trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Quero passar a palavra agora para a nossa Vice-Presidente Elcione Barbalho, que era a Presidente e agora é a Vice. Esta Comissão é assim, é mista: por dois anos a Presidência é do Senado e depois, por dois anos, da Câmara, e isso é bom porque junta o Congresso como um todo e dá muita visibilidade ao tema.

Eu vou passar para ela.

A SRA. ELCIONE BARBALHO (MDB - PA) – Obrigada, Senadora Zenaide.

Eu fico muito feliz de ver a sua fala, Leila, a do Deputado Léo, a sua, Rosana, que também está conosco, mas nós precisamos resolver uma coisa aqui que eu acabei de confirmar: a dificuldade que nós temos para as pessoas virem participar. Você falou uma coisa: que você brigou com o partido, criou impasses, mas impasses positivos para vir participar. Mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu vejo que, se você olhar... A gente fica horas e horas chamando, pedindo para virem. Não resta dúvida, fundamentalmente, de que a quarta-feira é o pior dia para nós, porque a gente se vira nos 30, corre de um lado para o outro e muitas das vezes nem almoça; não espaço, é uma coisa muito louca.

Então, eu fico muito feliz – e quero parabenizá-la, Luizianne – pelo seu relatório. Eu até estou me perguntando: será que a gente conseguiu fazer isso tudo? É que foi a trancos e barrancos. E, diga-se de passagem, são pessoas que trabalham, que lutam, que acreditam na causa, mas eu acho que é questão de agenda. Só pode ser isso. Eu creio que seja isso. Mas eu insisto que a gente veja isso com carinho, porque chega uma hora em que cansa. A gente já perdeu tanto tempo esperando aqui, ligando e pedindo...

Mas o que importa é que nós realizamos essa ação. Isso aqui é de fundamental importância. Isso é real. Esse relatório demonstra que nós trabalhamos, que nós conseguimos.

E uma das coisas que eu coloco para você, Léo, é um caso que eu estou enfrentando lá no Pará. O pai se separou da mãe; aí ficou compartilhado o tomar de conta da criança. A razão principal é que o pai abusava do menino, abusava dele desde os seus cinco anos de idade. Ele conta tudo, foi feito exame, foi constatado tudo. E, por incrível que pareça, a Defensoria Pública teima em colocar a coisa como se não fosse exagero da mãe. Enfim...

Eu não sei até que ponto seria bom trazer essas pessoas aqui. Primeiro, porque eu não posso expor a criança. A mãe, coitada, vive nesse tormento. Ele é funcionário de alta carreira de uma instituição do Pará. Eu estou para jogar a toalha, sabe? Porque não adianta você ir pelos caminhos certos, legais. Eu não entendo essa postura da instituição de continuar insistindo que não se existe laudo, se existe tudo. É uma coisa, assim, louca; se eu contar, ninguém acredita, vão achar que a Deputada está zoando. Não é, não é! Ver essa mulher chorando copiosamente... A criança se urina quando chega a hora de ser entregue ao pai. Ela tem convulsões. Ela toma remédio controlado, tamanha... O que será o produto final dessa criança? Eu fico até com sentimento de culpa...

Mas há muitas coisas assim, esse enfrentamento não é tão fácil. É preciso esperar também as consequências. Então, vejam, isso aqui nós lemos no papel, e hoje eu estou vivenciando lá no meu Estado, aquele pedido de socorro.

Eu estou pensando seriamente em furar a venta, como diz o povo do Pará, e botar logo para o conhecimento da sociedade ou, sei lá, mandar um aviso lá para dentro da instituição, enfim, fazer alguma coisa, porque, no mínimo, que ele pare e a criança fique de vez com a mãe. A reação da criança é uma coisa assim péssima, ruim, ela chega a se urinar, ela chega a ter convulsão, ela está tomando remédio controlado. Então, em um caso assim, vocês imaginam



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

como é que eu me sinto diante de tudo isso: impotente. Há uma série de situações que vão uma puxando a outra. Mas vamos ver como é que a gente chegar lá.

Quero parabenizá-los por vocês não estarem hoje aqui conosco. Por favor, não desistam. Isso é muito importante, não só para as mulheres como para os homens. Não existe aqui partido, como foi colocado pela Zenaide, não existe cor partidária, existem situações em que espero que a gente possa ajudar, fazer alguma coisa.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Obrigada, Elcione.

Passo a palavra agora para a Deputada Rosana Valle, já agradecendo a sua presença.

A SRA. ROSANA VALLE (PSB - SP) – Boa tarde, Senadora Zenaide, Presidente da Comissão, demais Senadoras, minha colega Senadora Leila, Deputados, Deputadas.

Eu quero dar também aqui a minha contribuição, sei o quanto esse assunto é caro para nós mulheres. Tenho defendido também na Comissão das Mulheres da Câmara essa participação. Quero parabenizar aqui esse plano de trabalho que vai nortear as nossas ações nos próximos meses. Sou membro também da comissão externa que investiga os casos de feminicídio no Brasil, estamos percorrendo, avaliando as políticas públicas e tentando entender porque a mulher está conquistando espaço na sociedade e, ao mesmo tempo, os casos de violência contra ela estão aumentando. O que precisa ser feito?

Tive a honra de ter um projeto de lei, do qual eu sou coautora, aprovado que tira o porte ou a posse de armas de agressores de mulheres. Então, assim que é dada a queixa nas delegacias, se esse indiciado, se essa pessoa possui porte ou posse de arma, o juiz automaticamente pode definir que essa arma seja apreendida em 48 horas. A Leila foi a Relatora desse projeto, foi uma grande vitória.

Nesse sentido, avaliando as políticas públicas que são feitas no País, eu tenho exemplos bons no Estado de São Paulo que podem ser replicados para todo o Brasil. Um desses exemplos é um programa que começou por ideia de uma delegada que via os casos e as queixas aumentarem, e muitas mulheres não terem essa finalização, às vezes elas até desistiam de prosseguir com o inquérito. Então, essa delegada, que se chama Renata Cruppi, começou um projeto em que o homem agressor era alvo de tratamento e de orientação. Assim que era dada a queixa, às vezes nem a queixa precisava ser feita, ela já reunia esses homens com a participação da sociedade, apoio voluntário de psicólogos, assistentes sociais, juristas, e eles passavam por uma série de seis encontros para que comesçassem a entender essa questão da violência e os motivos que os levaram a praticar a violência contra a mulher e contra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a família muitas vezes, porque a família inteira fica doente. E os resultados são surpreendentes: menos de 1% dos homens que passaram por esse serviço, por esse programa, voltaram a agredir as mulheres.

Eu sou autora de um projeto de lei, que está em tramitação também, para replicar esse programa para todas as delegacias do Brasil. Eu acredito que tratar o homem agressor é proteger as nossas mulheres. Então, nós precisamos somar forças nesse sentido. Há ainda o estigma de ser um programa voltado para o agressor, mas nós estamos protegendo as nossas mulheres. Muitas vezes, eles não evoluem – e as estatísticas mostram isso –, quando eles são tratados no início, para casos de feminicídio.

Então, contem com o meu apoio, com o meu trabalho. Eu sou uma novata na política, mas tenho muita experiência como jornalista, contei muitas histórias de mulheres agredidas e vi essa história que a senhora nos contou aqui ser replicada muitas vezes no meu Estado e na minha região.

Então, nós temos uma missão muito importante: proteger as nossas mulheres.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Obrigada, Deputada Rosana.

Eu queria dizer o seguinte. No Rio Grande do Norte também, o Ministério Público estadual tem uma juíza que é responsável por isso e já ganhou prêmios mundiais pela recuperação, pela reintegração do pai. Claro que, nesse período das reuniões, ela descobre que, no meio, há uns que são psicopatas. E com isso não adianta insistir, porque os psicopatas, com a idade, são frios. Não é tão difícil dar o diagnóstico. Não é tão simples, porque a maioria é gente com quem é de fora. No relacionamento, os psicopatas geralmente são muito educados e tudo, mas, na convivência real, esse instinto... E é uma patologia que não tem cura.

Eu me lembro daquele inglês que já tinha assassinado várias idosas. Ele as assinava e enterrava. E o vizinho dele disse: "Mister Fulano, um *gentleman*". Mas há preocupação em recuperar, porque muitos pais e também os homens... É o desespero, o desemprego, a cobrança da família – eu sou médica, trabalhei em pronto-socorro –, a bebida alcoólica... Eu via muito isso. Então, a gente tem que ter esse lado também, mas com um olhar bem diferenciado.

Por exemplo, com a Lei da Alienação Parental: é uma coisa que a gente fica... A gente sabe que existem esses casos, mas eu acho que, se há prova, é uma coisa complicada de se dizer... A gente fica com medo de dizer, porque o cara tem um poder aquisitivo maior. E você sabe que o empoderamento é importante para isso. Mas a gente também tem que ver o outro



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

lado, porque, às vezes, um relacionamento que se encerrou não tem como não ser traumático, e a criança – eu conheço muito de perto – fica como a bola no meio.

A SRA. ELCIONE BARBALHO (MDB - PA) – Presidente Zenaide, eu esqueci...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – É por isso que eu digo que a Leila... Eu estou lá também ajudando na alienação parental, porque a gente ouve os dois lados, vê essas mulheres, vê tudo isso.

E eu queria lembrar um detalhe...

A SRA. ELCIONE BARBALHO (MDB - PA) – É só para completar o que eu falei. A mãe do agressor da criança pediu a guarda da criança, e ele passou a morar com a mãe. Então, a mãe está acoitando toda a violência que está sendo praticada com o neto, com autorização da Justiça, que deu a guarda para a avó.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Às vezes, se esse cara for um psicopata, a mãe tem medo dele. A gente nunca sabe o que acontece.

Mas quero dizer o seguinte: não nos iludamos. A mulher, além do feminicídio, da violência em casa, também tem o mesmo risco de violência na rua – que não é o feminicídio –, da grande população. Então, é o seguinte: a gente tem que lutar por recursos e por segurança pública também. Aqui nós vamos lutar, descobrir... Nós temos um observatório, que é uma coisa maravilhosa, como ela viu.

Eu estou aqui com um plano de trabalho para ser apresentado e votado, mas estou esperando mais uma Senadora, para a gente poder aprová-lo; também com sete requerimentos de autoria das Parlamentares Elcione Barbalho, Leila Barros, Luizianne Lins, e um da minha autoria, já querendo apresentá-los, para a gente já ganhar tempo.

Por que... Com o que a gente vai mais chamar atenção aqui? Audiências públicas, porque a gente dá visibilidade. Às vezes dizem: "Todo mundo sabe". Não, gente; senão muitos refrigerantes não fariam propaganda todo dia, porque todo mundo já conhece. Esta Casa é o lugar onde a gente vai dar visibilidade, chamando atenção... E eu já pedi ao pessoal, à Carla, para a gente dar uma geral em cada Estado, ou naqueles maiores Municípios de cada Estado, para procurar saber quais são as instituições, sejam elas públicas ou privadas sem fins lucrativos, que apresentam um trabalho em defesa da mulher, do empoderamento, contra a violência... Por quê? A gente vai juntar opiniões.

Agora a Rose de Freitas já está entrando aí e eu vou fazer a apresentação do nosso plano – é rápido, não é tão longo –, para a gente aprová-lo, certo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Tudo bem, Léo, pode ir. A CCJ o espera e é urgente também.

Então, eu quero apresentar esse plano de trabalho, que vocês tem aí e, por isso, eu vou só pontuar – viu, Leila? Eu vou pontuar os assuntos. A gente já quer apresentar e aprovar, mas vocês podem acrescentar... Procurem a Gigliola e a gente pode acrescentar.

A gente botou na apresentação: a violência contra as mulheres teve um crescimento significativo – a gente sabe. Isso só prova que só as leis rigorosas... A gente primeiro tem a Lei Maria da Penha, que é importante, mas a gente tem que ver se ela está sendo executada plenamente, onde é que está falhando; e, segundo, só o combate à violência em si e a condenação não resolvem, porque a gente tem uma lei supermoderna, com tudo, e nunca se teve tanta violência. Eu sei que há o fato de as mulheres terem mais coragem e denunciarem e tudo, mas aumentou.

Então, esses dados que a gente vai apresentar aqui, eu não vou ler todos, porque cada uma de vocês têm. Até porque vocês vão sugerir outras audiências. Todo mundo vai ter uma opinião, cada uma do seu Estado, de onde vocês vivem, e a gente vai acatar isso aí com o maior prazer.

Então, eu vou investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil; apurar denúncias feitas pelo público; propor projetos de leis que garantam os direitos das mulheres. Outra proposta que eu tenho é a gente saber quais são os projetos de lei que beneficiam as mulheres nas duas Casas. Comissão Mista não pode fazer audiência pública conjunta, mas nós vamos trazer o projeto de lei e vamos fazer audiência pública, vamos dar visibilidade a esta Comissão, porque aí nós nos empoderamos para cobrar a aprovação desses projetos de lei. Trata-se de fomentar discussões sobre o enfrentamento; requerimentos, porque esta não é uma Comissão deliberativa; oitivas; solicitação de documentos – a gente pode solicitar documentos aos Estados e Municípios –; diligências – a gente pode fazer diligência em casos maiores, como o do Estado de Goiás, e já vieram dizer aqui de outros Estados. No caso, a gente pode fazer visitas e audiências públicas em assembleias legislativas, em câmaras municipais, relatórios de pesquisa e estudos acadêmicos. Eu sugiro que a gente se una aqui às universidades, em cada Estado, porque a gente tem que se unir à academia, que é importante, porque é um pessoal que tem pesquisa e tem uma vivência grande. Vamos nos estruturar.

Eu queria dizer a vocês que nossa Comissão... A Gigliola é altamente competente, mas faltava espaço. Como eu passei para o gabinete de um Senador naquele Anexo 1, o gabinete é grande, e já separei uma sala. É para vocês tomarem conhecimento: quando quiserem fazer



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento e tudo, a Carla está lá, com três *bureaus*, computador, com tudo a que eles têm direito.

Eu já assumi um compromisso, que quero passar para vocês: em relação ao Observatório da Violência, a gente vai trabalhar junto, porque eles têm um trabalho maravilhoso, não só de detectar, mas eles veem a nuance, os detalhes dos crimes, dos feminicídios, e isso vai nos ajudar. E eu quero pedir a vocês que, a cada um que eles mostrarem, a gente, quando pegar o microfone, ou em Comissão – porque aqui no Senado é mais fácil, mas eu sei que, na Câmara, para a gente falar é mais difícil, porque são 513 –, dê visibilidade. Que a gente dê visibilidade a esta instituição, que não é uma instituição, mas a isso que a gente tem, que é o Observatório, e diga o que eles estão pesquisando e o que existe. Então, a gente tem esse compromisso de ajudá-los no que for preciso para dar visibilidade.

Vamos realizar audiências públicas. Eu estou com sete aqui para a gente aprovar.

Existe também um projeto aqui, um plano aqui do Senado, de equidade – não sei se vocês olharam isso –, que foi apresentado e que é importante para essa história do respeito pela mulher. Se começar por esta Casa, vai haver audiência pública para todos tomarem conhecimento. Vejam que é um plano importantíssimo, mas, se não tiver visibilidade, é como se ele não existisse. Então, nós vamos dar visibilidade a ele – e eu quero já parabenizar a nossa secretária.

Além de realizar audiências públicas, vamos garantir recurso e aquela história: vamos tentar botar recursos para a Casa da Mulher Brasileira, para as delegacias. No meu Estado, só há uma aberta.

A SRA. LEILA BARROS (PSB - DF) – Inclusive eu sugiro, Senadora, visitarmos a casa, conhecermos as instalações, chamarmos a Ministra Damares, para entendermos as dificuldades que a casa vem enfrentando e vermos o que nós podemos, como Congresso, fazer para ajudar a voltar a funcionar. Por exemplo, aqui em Brasília, a casa está interditada por questões de estrutura.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Está interditada?

A SRA. LEILA BARROS (PSB - DF) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Questão financeira?

A SRA. LEILA BARROS (PSB - DF) – Financeira e de estrutura também, parece que há um problema...

(Intervenções fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Mas nós vamos lá ver isso.

Eu quero só chamar a atenção das colegas e dos colegas desta Comissão para dizer que é proibido cochilar. Então, nós vamos estar de olhos abertos o tempo todo, entendeu? A tudo o que for apresentado nós vamos fazer o máximo possível para dar andamento, para não ser só uma apresentação de plano. Vamos continuar com o trabalho de quem saiu.

Chegou a nossa querida Procuradora Rose de Freitas.

Campanha do Outubro Rosa: nós não vamos deixar aquela... Eu costumo dizer que nós não podemos nos resumir ao mês de maio nem ao Outubro Rosa, mas também não podemos diminuir a importância disso, porque tudo começou por isso aí, chamando a atenção. O Outubro Rosa fez a mulher não se envergonhar de fazer a sua mamografia, de fazer depoimento quem teve câncer de mama. Isto é outra coisa: quase em 70% dos casos, o marido sai de casa quando ela tem câncer de mama. Para isso, a gente tem que ter esse olhar diferenciado. Se ela tem autoestima... A gente já conseguiu, com o projeto da Carmen Zanotto, que, para o câncer de uma maneira geral e o de mama, o SUS tenha 30 dias para se responsabilizar, para dar o diagnóstico. A gente já andou priorizando a reconstituição da mama, pela autoestima. E com o Dia Internacional da Mulher e o aniversário da Lei Maria da Penha, nós vamos mostrar a este País que estamos aqui e que ele não pode fechar os olhos nem os ouvidos para o que está acontecendo.

Eu vou botar aqui – vai começar a Ordem do Dia –, depois do plano que apresentei, em discussão o Plano de Trabalho. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Em votação o Plano de Trabalho.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Plano.

Há sobre a mesa dez requerimentos de autoria das Sras. Parlamentares Elcione Barbosa, Leila Barros, Luizianne Lins e de minha autoria.

Os requerimentos se encontram disponíveis com as Sras. e os Srs. Parlamentares.

Em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos à votação.

Em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

[São os seguintes os requerimentos aprovados:

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 1, DE 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para discutir e debater o FRIDA.

Autoria: Deputada Elcione Barbalho (MDB/)

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 2, DE 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de ciclo de debates sobre o feminicídio.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 3, DE 2019

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização do lançamento da publicação do Seminário 12 anos da Lei Maria da Penha durante a Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a Mulher 2019.

Autoria: Deputada Luizianne Lins (PT/)

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 4, DE 2019

- Não terminativo -

Requer a apresentação dos resultados da Pesquisa sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - 2019, realizada pelo DataSenado. A apresentação deve integrar a ações da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a Mulher.

Autoria: Deputada Luizianne Lins (PT/)

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 5, DE 2019

- Não terminativo -

Requer Audiência discutir o PLC 143/2018, que dispõe sobre o prazo para o tratamento de neoplasia maligna

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 6, DE 2019

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública, com o objetivo de divulgar o Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

ITEM 7

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER Nº 7, DE 2019**

- Não terminativo -

Requer Audiência Pública para debater os riscos da atuação da oficial de justiça na profissão.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

ITEM 8

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER Nº 8, DE 2019**

- Não terminativo -

Campanha de Prevenção ao Câncer de Mama - Outubro Rosa

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

ITEM 9

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER Nº 9, DE 2019**

- Não terminativo -

Submeter a aprovação o Plano de Trabalho da CMCVM 2019/2020

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

ITEM 10





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER Nº 10, DE 2019****- Não terminativo -***Sessão Conjunta Outubro Rosa***Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será encaminhada a publicação.

Nada havendo mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

A nossa Procuradora queria dar uma palavrinha? (*Pausa.*)

Porque a gente já... Sabe por que essa pressa de aprovar? Primeiro...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – ... porque nós não temos mais tempo (*Fora do microfone.*) para já entrar com esse plano – aprovados os requerimentos, já vamos acelerar esses requerimentos –, e, segundo, porque ia começar a Ordem do Dia, e a gente já não poderia aprovar.

Eu quero agradecer, de coração, a cada um de vocês, e lembrar aquela música, não me lembro de quem era, que diz que é proibido cochilar. É um forró bem pé de serra. (*Risos.*)

Mas é importante. A música é de Os 3 do Nordeste: "É proibido cochilar".

Esta Comissão, Rose, e a Procuradoria não vão cochilar. (*Risos.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Mas acredito que a Procuradoria está até cochilando porque... Eu quero pedir desculpas a todos. Todos sabem que eu estou num tratamento um pouco severo e estou tentando ficar firme. Mas queria dizer que nós vamos apresentar, na semana que vem, o plano, junto com esta Comissão e outras Comissões também de direitos humanos e tudo mais, sobre a questão do Outubro Rosa, com uma proposta diferenciada para juntar as ideias, as propostas de vocês e as de todos da Casa. Queremos envolver todas as pessoas, os homens principalmente que estão trabalhando nas suas Comissões pelos direitos das mulheres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também quero dizer que nós precisamos fazer outras agendas. Há uma dificuldade muito grande, e aqui não vai uma crítica ao Presidente da Casa, com a Procuradoria, especificamente com esta Comissão e outras dificuldades em relação aos projetos das mulheres. Nós precisamos fazer... Fizemos um apanhado. Uma coisa que eu pedi na Procuradoria é que não haja iniciativas individuais, que elas sejam coletivas. Se é iniciativa da Leila, que ela seja de todos nós, para que a gente não tenha coisas assim: uma hora atravessa um folheto no corretor. De onde veio? Ninguém sabe! Outra, um *folder*. Ninguém sabe! Um livro. Ninguém sabe! E tudo tem a tarja da Procuradoria da Câmara, do Senado, sem que nenhuma de nós tenhamos debatido isso. Então, vamos juntar os nossos trabalhos, unificar. Somos poucas, os desafios são grandes. É isso que eu quero propor.

Para o Outubro, especificamente, a gente quer fazer uma agenda diária, e não é só sobre o câncer, é uma agenda diária com dados específicos. Pedimos para colocar um painel em que mostrem: quantas mulheres internadas, quantos aparelhos de câncer de mama...

Eu estou aqui há 30 anos, desde o primeiro dia, brigando para ter verba para que a gente possa ter diagnósticos que viabilizem o combate ao câncer de mama, e é a coisa mais difícil. Eu consigo levar para o meu Estado, porque troco muitas coisas por esses equipamentos. Mas acho que, se juntarmos tudo, todas as nossas lutas, e dissermos que é impositiva no Orçamento a liberação dos equipamentos para combater o câncer de mama e outras coisas mais... A palavra de ordem para nós, na Procuradoria, é unificar, juntar forças com todo mundo onde quer que esteja a Parlamentar.

É isso.

Agradeço a paciência.

Parabéns pelo trabalho!

Eu não posso deixar de registrar que está aqui a minha querida Elcione, um baluarte nesta luta de mulheres, que andou um pedaço de chão deste Brasil defendendo todas as nossas propostas, de cada uma e de todas ao mesmo tempo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Está encerrada a reunião. (*Fora do microfone.*)

Obrigada a todos.

(*Iniciada às 15 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 8 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e três minutos do dia dois de outubro de dois mil e dezanove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências das Parlamentares Zenaide Maia, Elcione Barbalho, Leila Barros e Áurea Carolina, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Policial Katia Sastre, Angela Amin, Maria Rosas, Léo Moraes, Izalci Lucas, Major Olimpio, João Roma, Luis Carlos Heinze, Diego Garcia, Dário Berger, Elmano Férrer, Delegado Pablo, Wellington Fagundes, Beto Pereira, Diego Andrade, Pr. Marco Feliciano, Rodrigo Cunha e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Parlamentares Simone Tebet, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Rose de Freitas, Eliziane Gama, Maria do Carmo Alves, Margarete Coelho, Flordelis, Aline Gurgel, Flávia Moraes, Luizianne Lins e Vilson da Fetaemg. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 2/2019 - CMCVM, de autoria Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Finalidade:** Debater sobre o feminicídio e a violência contra mulher, razões e causas do seu incremento. **Participantes:** Lourdes Maria Bandeira, Pesquisadora e Professora da Universidade de Brasília; Aline Yamamoto, Gerente de Projetos na área de enfrentamento à violência da ONU Mulheres; Henrique Marques Ribeiro, Representante do Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado Federal. Eduardo Macário, Diretor do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Zenaide Maia

Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/02>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Simone Tebet, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Rose de Freitas, Juíza Selma, Leila Barros, Eliziane Gama, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Flordelis, Maria Rosas, Luizianne Lins, Áurea Carolina, Jorginho Mello, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Delegado Pablo, José Medeiros, Arolde de Oliveira, Dr. Jaziel, Diego Garcia, João Roma, Bosco Costa, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes, Camilo Capiberibe e Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os Parlamentares Nelsinho Trad, Margarete Coelho, Elcione Barbalho, Policial Katia Sastre, Aline Gurgel, Flávia Moraes, Léo Moraes e Vilson da Fetaemg. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Deliberativa. Finalidade:** Apreciação das Emendas ao PL nº 22/2019 (PLOA 2020). A Presidente dá início à apreciação das propostas de Emenda ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019 (PLOA 2020), apresentadas no âmbito desta Comissão. A Presidência comunica que foram apresentadas 19 (dezenove) propostas de Emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual no âmbito desta Comissão. A Presidente passa à discussão e votação do Relatório que conclui pela apresentação de 4 (quatro) Emendas de apropriação, correspondentes às sugestões de nºs 12, 16, 18 e 19. Em votação o Relatório, o Parecer é aprovado. **Resultado:** Aprovadas, por unanimidade, as Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019, (PLOA) a seguir relacionadas: Emenda nº 1-CMCVM, de iniciativa da Senadora Rose de Freitas, à Ação 14XS - Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres (14.422.5034.14XS), no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); Emenda nº 2-CMCVM, de iniciativa da Senadora Simone Tebet, à Ação 21BM – Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade (06.181.5016.21BM), no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); Emenda nº 3-CMCVM, de iniciativa da Senadora Zenaide Maia, à Ação 20UD - Prevenção à Violência e à Criminalidade (98.998.999X.20UD), no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e Emenda nº 4-CMCVM, de iniciativa do Senador Chico Rodrigues, à Ação 21AR - Promoção e Defesa de Direitos para Todos (14.422.5034.21AR), no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2019 - CMCVM, de autoria Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Finalidade:** Debater o PLC 143/2018, que dispõe sobre o prazo para tratamento de neoplasia maligna. **Participantes:** Gabriel Faria Oliveira, Defensor Público-Geral Federal; Deputada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carmen Zanotto; Renato Teixeira Lima, Representante da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde. Joana Jeker, Presidente da Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília - Recomeçar. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **3ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 11, de 2019** que: "Requer informações ao "Observatório da Mulher Contra a Violência" do Senado Federal, para identificar, caracterizar e compreender as percepções sobre a violência contra mulher nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal." **Autoria:** Deputada Federal Flávia Morais (PDT/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 12, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para debater as causas da violência contra a mulher no Centro Oeste, bem como possíveis soluções para a questão." **Autoria:** Deputada Federal Flávia Morais (PDT/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 13, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a Resolução 2.232 do Conselho Federal de Medicina de 17/07/2019." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 14, de 2019** que: "Requer realização de audiências públicas para debater o tráfico e exploração sexual de mulheres" **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 15, de 2019** que: "Requer audiência pública para discutir a Resolução 2.232 do Conselho Federal de Medicina de 17/07/2019, que prevê exceção ao direito de recusa terapêutica por mulheres gestantes, que passam a ter seu direito de recusa condicionado à análise do médico "na perspectiva do binômio mãe/feto, podendo o ato de vontade da mãe caracterizar abuso de direito dela em relação ao feto"" **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 16, de 2019** que: "Requer a criação de um Plano de Monitoramento dos dados sobre a violência contra a mulher no Brasil." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 17, de 2019** que: "Requer a realização de Audiência Pública para discutir a violência sexual cometida contra meninas e mulheres - com o tema: "As Mulheres e a Violência Sexual"." **Autoria:** Deputada Federal Luizianne Lins (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 18, de 2019** que: "Requer a realização de Audiência Pública para discutir a violência estrutural." **Autoria:** Deputada Federal Luizianne Lins (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. A Presidência submete ao plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Zenaide Maia

Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/16>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à apreciação das propostas de emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2020), apresentado no âmbito desta Comissão, e à realização de audiência pública.

Eu já vou passar para a audiência pública, porque quórum para deliberação não há.

Eu convido para tomar assento à mesa Gabriel Faria Oliveira, Defensor Público-Geral Federal. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Renato Teixeira Lima, representante da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

Convido a Sra. Joana Jeker, fundadora e Presidente da Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília. (*Palmas.*)

Deixe a Joana sentar aí, a nossa guerreira. (*Pausa.*)

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar podem enviar comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidania ou pelo telefone 0800-612211.

De acordo com as normas regimentais, a Presidência adotará os seguintes procedimentos: o convidado fará a sua exposição por 15 minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos. A palavra aos Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Vou conceder aqui a palavra ao Sr. Gabriel Faria de Oliveira, Defensor Público-Geral Federal.

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos!

Quero cumprimentar a Senadora Zenaide, Presidente desta Comissão Mista de Combate à Violência contra Mulher, que, mais uma vez, pauta uma temática de extrema importância para a saúde da mulher, especificamente. Mas também é uma pauta que traz uma pertinência a toda a linha de cuidado relativa às pessoas que são acometidas pelo câncer.

Quero cumprimentar também o Dr. Renato Teixeira Lima, representante da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

Também aproveito para cumprimentar todas as pessoas que laboram e lutam para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde. Aí já deixo o reconhecimento por parte da Defensoria Pública da União. É um valoroso trabalho laborado em favor da população brasileira, para mais de 200 milhões de brasileiros. Mas nós temos que reconhecer também que há pontos importantes que precisam avançar e ser avançados. São pontos que, inclusive, sofreram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incidência normativa, como a própria Lei 12.732, que fez estabelecer, no sistema público de saúde, prazos para o tratamento, o que agora se postula, enfim, para o diagnóstico.

Quero também cumprimentar a Joana Jeker, a nossa fundadora e Presidente da Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília, e a minha querida Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Já vou convidá-la para tomar assento à mesa. (*Palmas.*)

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA – Quero cumprimentar a Deputada Carmen Zanotto, uma Deputada Federal defensora do Sistema Único de Saúde, ao qual aqui fazia menção e que tem suas qualidades e suas necessidades de avanço. É uma amiga do Estado de Santa Catarina, do qual sou proveniente, e tem uma luta bastante intensa também na parte da defesa da saúde da mulher.

Feitos esses cumprimentos iniciais, Senadora, eu queria trazer uma preocupação da Defensoria Pública da União e da Defensoria Pública como um todo. O sistema público de saúde, como eu havia colocado, tem uma política pública pensada para 200 milhões de habitantes na parte de assistência à saúde, na parte de assistência farmacêutica, na parte de vigilância de saúde, na parte de vigilância sanitária, na parte epidemiológica, enfim, na parte de assistência hospitalar. Mas, especificamente no que diz respeito à política de assistência na área do câncer, um dos específicos gargalos que nós encontramos cotidianamente, inclusive em face de judicializações, da necessidade de se judicializar, de entrar com ações judiciais, diz respeito ao tempo de diagnóstico, ao tempo da realização de exames.

Em 2014, mais ou menos... Hoje estou na condição de Defensor Público-Geral. A gente vai fazendo determinada carreira. Em 2014, eu estava no meu Estado, em Santa Catarina, e um Município específico da nossa região da grande Florianópolis possuía, aproximadamente, dez exames de ressonância magnética por mês e uma demanda de cinquenta exames de ressonância magnética. Enfim, eram cinco para a urgência e cinco eletivos. Então, efetivamente, o sistema não dava conta de atender à demanda da população. Nós temos um recurso obviamente finito, um recurso orçamentário finito, e a política pública, enfim, é pensada e trabalhada dentro dessa lógica do recurso finito.

A questão posta apenas mostra que, em relação especificamente à neoplasia maligna, ao câncer, o tempo é absolutamente indispensável para condicionar a existência da pessoa, a vida ou a morte. O diagnóstico tardio faz incidir a morte de uma pessoa ou faz incidir a vida.

O tempo, no diagnóstico do câncer, ajuda, de outro lado, na própria política pública no aspecto de torná-la mais econômica, mais barata. Se você faz uma cirurgia num estado não avançado de determinada neoplasia, o tamanho da cirurgia é diferente, e o tratamento pós-cirurgia é diferente e consideravelmente mais barato. A partir do momento em que você tem um estágio avançado de câncer, você passa a ter uma incidência cirúrgica muito mais substancial e tem que fazer uma quimioterapia *a posteriori*. Em muitas vezes, por conta do avanço do câncer, você vai ter que pagar um benefício previdenciário por incapacidade, que não é uma incapacidade temporária, de 15, 20 ou 45 dias para recuperação, por exemplo, para a retirada de um nódulo de mama. Você vai ter que pagar um benefício previdenciário de aposentação da pessoa, por conta do estado avançado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Tribunal de Contas, salvo melhor juízo, no ano de 2010 ou de 2011, fez um levantamento apontando que aproximadamente 60% das pessoas diagnosticadas com câncer já estavam com um câncer avançado, com necessidade de uma intervenção cirúrgica e de um tratamento substancialmente mais caro.

Então, veja que, no aspecto do tempo de tratamento para o câncer, a cidadã procura a Defensoria Pública, diante da suspeita de câncer, em um posto básico de saúde. Se há um pequeno nódulo, o médico vai dizer: "Olha, você tem que procurar um especialista". Depois de fazer a consulta com o especialista, o especialista vai pedir para fazer um exame específico. Hoje, efetivamente, é esse o gargalo que nos apresenta, que a gente tem como substancial em relação ao tratamento do câncer.

A judicialização, que nós chamamos de fura fila, a judicialização da fila, é uma judicialização altamente ingrata. Na medida em que você judicializa em favor de A, você está tirando da fila B. E a política pública se demonstrou ineficiente, com todas as vênias, nesse ponto específico, para dar uma resposta à população em que a prevenção seja a característica maior no trato do Sistema Único de Saúde em relação à neoplasia maligna.

O nosso sistema público de saúde tem demonstrado factualmente que o tempo de diagnóstico tem sido um efetivo problema para o tratamento do câncer, seja no aspecto de custo, seja no aspecto de perspectiva de solução de um problema e até, como eu expus, de vida para a população que depende do diagnóstico e do tratamento.

Então, Excelências, a Defensoria Pública da União veio trazer uma postulação a esta Comissão, uma postulação ao Presidente Davi, uma postulação aos Srs. Senadores, para que, para além daquele temor inicial, de fato, sobre o desafio que será implementar a necessidade de diagnóstico em um prazo de 30 dias, a gente, como sociedade, faça a regulamentação legal da estipulação do prazo de 30 dias e enfrente, a partir daí, um novo momento de lutar para implementar esse prazo de diagnóstico de 30 dias. Foi assim com a lei dos 60 dias para a realização do tratamento, e há de ser assim com a lei dos 30 dias para a realização do diagnóstico. Nós estamos trabalhando com uma estipulação de lapso temporal mínimo de 90 dias, ou máximo, nos termos da lei. Mas a gente sabe que, factualmente, atender o prazo legal já é um desafio bastante grande para o SUS.

Então, eu queria, realmente, Senadora, deixar o nosso recado e dizer que, na prática, factualmente, nós compartilhamos absolutamente da angústia de todas as cidadãs e de todos os cidadãos brasileiros que necessitam do Sistema Único de Saúde para ver a sua expectativa de vida preservada. É fato e é real que, hoje, um dos gargalos grandes para o tratamento do câncer e de outras doenças também, mas do câncer especificamente, *versus* a condicionante tempo, é o diagnóstico, é a realização do exame, é a identificação do tamanho do câncer, do tamanho, enfim, da doença que precisará ser tratada.

Que nós, enfim, como instituição que assiste juridicamente 1,8 milhão de pessoas anualmente... Seria indispensável para a nossa democracia, para o nosso Sistema Único de Saúde e para a nossa sociedade como um todo enfrentar essa questão do tempo. A gente poderia dizer: é ruim regulamentar o sistema, é importante que o sistema vá se regulamentando por portaria, pelo que é possível fazer. Mas se não for assim, não vai. A prova da lei dos 60 dias está posta, a prova da ausência da lei dos 30 dias está posta também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero deixar esse apelo ao Senado da República para que enfrente a questão, para que os Senadores consigam formar um consenso dentro desta Casa e convidar, de certo modo, os agentes públicos de saúde a se somarem a essa luta para vencermos esse desafio. Ninguém desconhece que é um desafio para o gestor ter que fazer o diagnóstico em 30 dias. Não há dinheiro, não há máquina para exame, não há acessibilidade para as pessoas. São diversas as dificuldades, mas são dificuldades em relação às quais nós temos que dar um passo adiante, que temos de ultrapassar. É uma lei que já está, de certo modo, tramitando há algum tempo.

Eu queria parabenizar a iniciativa da Deputada Carmen Zanotto e da Senadora Zenaide, que também é outra Parlamentar que está permanentemente ligada às causas sociais e à causa das mulheres.

Quero deixar o meu muito obrigado. Queremos nos colocar à disposição e dar endosso total ao PLC 143, de 2018.

(Soa a campainha.)

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA – Muito obrigado, Senadora.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Obrigada, Gabriel.

A Defensoria Pública... Ontem, a gente obteve uma vitória, não é, Gabriel?

Foi aprovada, ontem, no Plenário, a nossa MP. A gente aprovou porque a Defensoria Pública ia fechar 60 agências em todos o País e é quem defende a população.

Eu queria resumir o que ele disse aqui, já o parabenizando, sobre o diagnóstico precoce de câncer. Na verdade, sobre o câncer – estou falando aqui do de mama, mas isso serve para todas as neoplasias – não há algo que você diga... Por exemplo, quanto ao de colo uterino, se você fizer o exame anatomopatológico, o exame citológico, todo ano, a possibilidade de ter câncer é mínima. Então, o diagnóstico precoce se chama vida. É a vida que se está defendendo.

Ele mostrou que o Sistema Único de Saúde é um dos melhores do mundo, mas o subfinanciamento que tem havido... A nossa amiga aqui Carmen Zanotto, em 2015, já era a Relatora da PEC 001, que a gente aprovou, em primeiro turno, por unanimidade. Aí houve a história do *impeachment*, e não voltou. Quando voltou, já nem houve o aumento dos recursos financeiros para a saúde. Se vocês olharem o Orçamento Geral da União, verão que há menos de 4% para a saúde. Então, o que falta é interesse político, que não a considera. Na PEC que a Carmen relatou, ela ia aumentando os repasses do Governo Federal para Estados e Municípios. A gente sabe que a maioria dos Municípios, hoje, já investe até 30%, em média, na saúde, mas o Governo Federal ainda está com 6%. Então, você fez um retrato disso aí.

Temos um sistema maravilhoso. Estamos aqui para não aceitarmos desculpas. Precisamos investir em saúde, em saúde pública para todos. Nós não podemos, aqui, privilegiar os 15% que podem pagar um plano de saúde. É quem vai viver?

Quando a gente esperava isso aí voltar no segundo turno – não foi isso, Carmen? –, voltou a Emenda 95. A Emenda 95 ou PEC do Teto dizia que, além do teto, não se pode gastar. A gente lutou, a Carmen também, para não entrarem a saúde e a educação nesse teto, porque a gente sabia... Quem votou aquilo ali votou dizendo: "Você que já morre hoje por falta de recursos, de morte evitável, continuará morrendo por mais 20 anos". Podem dar o nome que quiserem, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a PEC do Teto, na verdade, mandou os brasileiros... Se durante 20 anos você não investe em saúde, meu amigo, não nasce ninguém neste País, as pessoas que têm 50 anos não ficam com 70 anos, e é uma saúde bem mais cara.

Quero passar, imediatamente, a palavra à Deputada Federal e minha amiga Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem.) – Muito obrigada, nobre Senadora, Dra. Zenaide, com quem eu tive o prazer de dividir o espaço na Comissão de Seguridade Social e Família quando a senhora conosco lá estava na condição de Deputada e médica, sempre abrilhantando as nossas reuniões e os debates que lá aconteciam, e não está sendo diferente aqui no Senado Federal. Muito obrigada por ter trazido a esta Comissão um tema que é da mulher, sim, porque a mulher, além de muitas vezes ser a paciente, é a esposa, é a mãe, é a nora, é a neta e é, dentro desse conjunto, sempre, ou quase sempre, a cuidadora, a que leva até os serviços de saúde, a que acompanha toda a peregrinação para os especialistas, para os diagnósticos e, depois, para o tratamento. Obrigada por nos acolher aqui, obrigada por ter trazido esse tema.

Quero saudar o Dr. Gabriel, que hoje é Defensor Público-Geral Federal, mas que, por muito tempo, foi nosso Defensor Público no Estado de Santa Catarina. Lá ele era conhecido como o anjo Gabriel. Quando a gente ia às audiências com a Amucc, com a Associação das Mulheres Mastectomizadas de Santa Catarina ou com outras entidades para tratar de temas como a busca por defender o direito daqueles que ainda não acessaram os seus serviços, o Dr. Gabriel tinha o cabelo longo e crespo e, então, lembrava muito o anjo Gabriel. Agora, o cabelinho está um pouquinho mais curto. Nós estamos muito felizes por ele estar aqui representando o nosso Estado e ocupando um papel tão importante em termos de Brasil.

Quero saudar o Dr. Renato Teixeira Lima, representante da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, e, em seu nome, o Ministro Mandetta e toda a equipe que está à frente do Ministério e todos os homens e mulheres que, durante esses 31 anos do Sistema Único de Saúde, estão fazendo a sua construção e a sua implementação. Esse sistema está em permanente evolução.

Sobre a Joana Jeker a gente não precisa dizer muita coisa. Em nome da Joana, que é do Recomeçar, saúdo todas as entidades que defendem essa importante pauta. Eu presidi também a Frente Parlamentar Mista em Prol da Luta Contra o Câncer até o ano passado. Agora, tenho a felicidade de estar, junto com a Deputada Sílvia Cristina, na coordenação-geral dessa Frente Parlamentar e presido também a Frente Parlamentar Mista em Prol da Saúde.

Preciso historiar um pouquinho para a gente compreender o porquê de nós precisarmos implementar a Lei 12.732. A Lei 12.732 é fruto de dois projetos de lei, um apresentado por mim em 2011, o PL 2.878, e outro apresentado em 2012, o PL 3.125, da nobre Deputada Flávia Moraes. Os nossos dois projetos de lei previam o tratamento do câncer em até 30 dias. Quando eu apresentei o projeto de lei, o ex-Presidente da República Lula estava com suspeita de câncer de garganta. Todos se lembram de que ele teve a suspeita numa quinta-feira, por uma voz mais rouca, um diagnóstico fechado no fim de semana e o início do seu tratamento na segunda-feira. Esperei a cura e só apresentei o meu texto quando foi anunciada, no Plenário, a cura do ex-Presidente da República. Por que eu fiz isso? Porque sou enfermeira de formação e jamais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia utilizar-me da doença de alguém para justificar um projeto de lei. Então, só me senti confortável de apresentá-lo após o anúncio.

O nosso projeto de lei foi, na época, fruto de um trabalho do Tribunal de Contas da União que mostrava a dificuldade de acesso dos pacientes ao tratamento do câncer. Em algumas regiões do País, os pacientes esperavam mais de um ano, de dois anos, para ter o seu tratamento, ou seja, sua cirurgia oncológica, sua quimioterapia e sua radioterapia.

O nosso substitutivo, o substitutivo construído pela Deputada Flávia Moraes e pela Deputada Carmen, esta que vos fala, foi lido após ampla negociação com o Ministério da Saúde. Nós queríamos 30 dias, e o Ministério mostrou para nós que era impossível impor 30 dias naquele momento, porque nós temos, e tínhamos na época ainda, vazios assistenciais.

Fruto desse texto legal, consolidou-se o plano de expansão da radioterapia, que são 80 novas soluções, como a casamata com os consultórios médicos e as salas de apoio para as regiões e os Estados, ainda com déficit dos equipamentos de radioterapia. Dos 80 equipamentos, mais de 25, se eu não estou equivocada, já estão instalados ou em processo de abertura para a população. Esse projeto, inclusive, gerou um acréscimo de 20% nos equipamentos. Então, nós temos cem novos equipamentos que já estão sendo colocados à disposição da população e que estarão sendo disponibilizados também nos próximos anos para reduzir os vazios assistenciais.

Mas, quando a lei começou a ser implementada, nós percebemos uma lacuna. Eu posso dizer que houve uma falha legislativa tanto minha quanto da Deputada Flávia Moraes e dos nossos colegas todos porque, naquele momento, não nos debruçamos sobre o diagnóstico. A Senadora Zenaide lembra que houve, inclusive, uma luta nossa porque, após a lei aprovada, queria dar-se o entendimento de que era não após o diagnóstico confirmado no laudo e, sim, quando do retorno à consulta com o especialista. E nós sabíamos que o retorno era muito complexo. Por isso, nós mantivemos a posição do entendimento do texto legal, que era após a confirmação no laudo, senão correríamos o risco de o paciente ter de ficar mais seis meses ou um ano aguardando o retorno com o especialista.

Mas ficou a dificuldade de acesso a exames para os pacientes com suspeita de câncer – isso se dá quando o médico ou a médica percebe que ali pode haver um tumor diante da anamnese e dos exames iniciais –, seja uma mamografia guiada por ultrassom, seja um exame anatomopatológico ou até uma ressonância magnética, porque disputa com os demais exames. Então, nós apresentamos em 2015 o PL 275, hoje conhecido aqui no Senado. Mudava-se a numeração, mas, a partir de agora, ela não vai mais mudar. A partir desse processo legislativo, o número que está na Câmara segue para o Senado, e, com isso, a gente fica com mais facilidade até na tramitação e no acompanhamento dos projetos.

Hoje, o PLC 143 dá um prazo de, no máximo, 30 dias para os pacientes terem acesso ao diagnóstico. Por quê? Aí eu vou fazer uma defesa muito no caminho do que o Dr. Gabriel colocou aqui. Todos nós sabemos que, quanto mais demoramos para ter o diagnóstico, mais tardio será o início do tratamento. A lei fala em até 60 dias, se possível. Por exemplo, quanto a cânceres como as leucemias, tem que se entrar no tratamento de imediato. Então, nem tem que aguardar. A lei diz "em até". O tratamento tem que ser feito de imediato, após a confirmação.

O resultado do tratamento desse paciente... Aí eu estou falando como enfermeira. A Dra. Zenaide, que vai falar como médica, e o Dr. Renato, tenho certeza, também vão entrar nesta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linha. Quanto mais rápido for o diagnóstico, melhor poderá ser a resposta clínica ao tratamento, seja ele a cirurgia oncológica, a quimioterapia ou a radioterapia.

Por isso, nós defendemos... Inclusive, o Senador Nelsinho, que é o Relator no Senado, propôs uma emenda. E nós, com a Joana, discutindo um pouco também no Ministério da Saúde, acolhemos a emenda dele, com a expectativa de conseguirmos votar no Plenário.

Quero lembrar que esse texto já foi para o Plenário, saiu do Plenário e, felizmente, hoje, está na pauta novamente. É o segundo item da pauta. (*Palmas.*)

Eu não tenho a menor dúvida, gente... Eu dizia para os meus alunos do curso de Auxiliar de Enfermagem e de Técnico de Enfermagem e, depois, na graduação, que todo paciente precisa ser respeitado. Toda dor é a dor do paciente. Então, se um paciente chega à emergência do hospital com uma dor provocada por uma unha encravada no dedão do pé e se outro chega com uma dor no peito, as duas dores precisam ser respeitadas. Repito, as duas dores precisam ser respeitadas. A dor da unha encravada judia, mas não mata. A dor no peito pode matar se esperar demais. Nós sabemos disso. Pode ser um infarto. Se passar do prazo para iniciar com a medicação, pode ser irreversível.

Então, é nessa lógica que a gente está dando prazo para os pacientes terem acesso a seus exames. Eu vou dizer uma coisa: não existe a justificativa, não pode existir a justificativa de que isso vai onerar o SUS. Se nós tivermos um diagnóstico precoce, nós vamos ter um menor custo da cirurgia e um menor custo do tratamento. Podemos pegar um câncer bem na fase inicial, e aquela mama não precisa ser extirpada, por exemplo. Mas é preciso ser retirada toda a mama e serem retirados os músculos peitorais maior e menor, fazendo o esvaziamento de vasos ganglionares, se ele está avançado. E, se o diagnóstico for precoce, pode ser que o médico faça só a retirada daquele pequeno nódulo, não necessitando de um tratamento quimioterápico complexo, não necessitando de uma radioterapia, quando for o caso – cada caso é um caso, e só os médicos vão dizer qual é a sequência daquele tratamento –, e não precisando fazer a reconstrução daquela mama, propiciando a simetria – agora isso está na lei, nós precisamos garantir isso às mulheres.

Esse texto legal, essa proposição não serve só para os cânceres nas mulheres, mas para toda suspeita de câncer. Aí a emenda do Senador Nelsinho ficou assim: "Nos casos em que a principal hipótese diagnóstica seja a de neoplasia maligna, os exames anatomopatológicos e de estadiamento necessários à sua confirmação serão realizados no prazo de até 30 dias". Nós nem estamos mais falando da ressonância, do ultrassom ou de qualquer outro exame de laboratório; nós estamos falando de exame anatomopatológico, da biópsia e do estadiamento.

Então, eu não vejo que a gente possa ter dificuldades no Plenário, mas a gente, para poder aprovar... A Senadora Zenaide estava conosco ontem à noite, quando fomos novamente, junto com o Senador Jorginho, que é do meu Estado, e a Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista da Saúde, pedir mais uma vez ao Senador Davi Alcolumbre que pautasse o projeto para este período de outubro, porque é no mínimo um presente que deveria ser já assegurado.

Por que nós consideramos um presente neste mês de outubro? Porque os recursos da área da saúde... Desde as 9 horas da manhã, eu passei, com os colegas Deputados e Deputadas que compõem a Comissão de Seguridade Social e Família, discutindo as emendas da Comissão para o Orçamento da União. Nós estamos na égide da Emenda Constitucional 29, que é aquela que diz que ninguém pode gastar mais do que arrecada. Quando ela foi aprovada, nós queríamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais recursos para a área da saúde e para a área da educação. E a gente dizia: a gente precisa ajustar os orçamentos antes de aprovar esse Texto Constitucional. Não conseguimos ajustar o orçamento como desejávamos. Agora, o orçamento deste ano é exatamente... Desculpa, o orçamento para o ano que vem é exatamente o orçamento de junho do ano passado a julho deste ano mais 3,37%, que é da variação do IPCA. Mas todos nós sabemos que, na saúde, a inflação é maior do que a inflação geral, em função dos insumos estratégicos, das novas tecnologias, do envelhecimento da população e, felizmente, sim, do avanço da atenção primária e da melhoria do acesso a ações e serviços, que levam as pessoas a terem um diagnóstico e a poderem ser tratadas. Basta a gente ver as nossas UTI neonatais. Recém-nascidos que estavam condenados a morrer algumas horas após o parto hoje estão tendo a possibilidade de viver em função da ampliação das nossas UTIs neonatais e das maternidades de alto risco.

Então, o nosso Sistema Único de Saúde avançou muito, mas o financeiro para dar conta desses avanços não acompanhou os avanços que nós tivemos no Sistema Único de Saúde. Para a gente ter ideia, os Municípios estão investindo em média 25%. Em alguns Municípios brasileiros, como o de Joinville, no Estado de Santa Catarina, segundo o prefeito nos relata, de acordo com dados da Secretaria de Saúde, esse percentual chega a 39% e deveria ser de 15%. E a média dos Estados, que deveria ser de 12%, está em 14%.

Então, nós sabemos das dificuldades orçamentárias. E, quando o cobertor é curto, a gente precisa também proteger aquilo que é mais vulnerável, no caso do câncer. Nós, Dra. Zenaide – as senhoras e os senhores vão passar pelo mesmo processo aqui no Senado –, conseguimos incluir algumas emendas ao orçamento. Uma delas é o incremento ao MAC, um incremento temporário. Nós queremos discutir com o Relator que ele seja permanente porque nós sabemos que o Ministério da Saúde está com R\$2 milhões de serviços sendo realizados, seja de quimioterapia, de radioterapia, de cirurgia cardíaca, de Caps, de UPAs, de hemodiálise em funcionamento, que já passaram nas CIRs, que são as comissões regionais de saúde, e nas CIBs, que são as comissões estaduais – são paritárias entre Estados e Municípios –, e que estão aqui no Ministério porque fazem parte dos planos estaduais e estão aqui para ser habilitados. De R\$2 bilhões, o Ministério tem R\$700 milhões para habilitar. Habilitou R\$700 milhões no ano passado e vai habilitar R\$700 milhões neste ano, e isso é crescente, gente.

Então, eu compreendo tudo isso. Eu estou dizendo isso, para o Dr. Renato compreender uma coisa. Nós compreendemos as dificuldades orçamentárias do Ministério da Saúde, mas, em época de dificuldades orçamentárias, precisamos salvar aquilo que não pode esperar.

Eu encerro a minha fala dizendo: o diagnóstico precoce para os pacientes do câncer não pode esperar, sob pena de perdermos os pacientes e sob pena de gastarmos mais na cirurgia, na quimioterapia, na radioterapia e nos demais procedimentos por falta de uma resposta clínica que possa ser dada rapidamente para os nossos pacientes.

Eu acabo de receber aqui, nós estamos com o Vice-Prefeito Renato...

(Soa a campanha.)

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – ... de Canoinhas, no nosso Estado, e da Secretaria Municipal de Saúde, que, tenho certeza, concordam com o que aqui foi dito, porque é na porta dos Municípios que os pacientes batem e os pacientes procuram. Isso sempre se dá no Município, em raras vezes no Estado – eu já fui gestora estadual – e quase nunca aqui em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília porque é muito distante. Então, a gente precisa priorizar isso. E, nesse caso, priorizar o diagnóstico do câncer é o mínimo que a gente pode fazer neste momento.

Obrigada, Presidente.

Bem-vindos, colegas da Mesa!

Tenho certeza, muita esperança e fé de que, no dia de hoje, esse tema se conclui aqui no Senado, Dra. Zenaide. Muito, muito, muito, muito obrigada. Digo, milhões de vezes, obrigada, pela senhora, pelo Senador Nelsinho, por todos os Senadores e Senadoras que abraçaram esta causa e compreenderam a importância de um diagnóstico precoce. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Obrigada, Carmen Zanotto, mulher de fé, como a gente é! Vamos insistir, persistir e nunca desistir, não é, Carmen?

Eu costumo dizer que a lei ajuda até os próprios gestores.

Secretária de Saúde, seja bem-vinda! É uma sofredora.

Quero dizer o seguinte: às vezes, a lei ajuda o gestor, que tem vontade de ajudar, mas, com essa situação no Município, no Estado e no Distrito Federal, as três instâncias do SUS, se o gestor pagar algo que é de responsabilidade do Estado ou do Governo Federal, com certeza ele vai responder juridicamente. Então, não é o ideal, mas, até para judicializar, a lei ajuda; se não há a lei, nem nisso vocês podem dar prazo.

Mas eu passo agora... Eu queria até ver se Luizianne não podia ficar aqui um pouquinho, porque eu estou na Comissão Mista que trata da questão da pensão vitalícia para as crianças com o zika vírus. A gente está tentando... Eles queriam que só fosse até 2018. Nós estamos tentando, e está sendo feita agora a votação. Eu tenho que ir lá fazer isso, já agradecendo. Mas eu volto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Senadora, eu lhe peço... Há uma emenda minha neste sentido de garantir que as crianças que nasceram após 2018, que nasceram em janeiro, em fevereiro, em março, em abril, em maio, em junho, em julho, em agosto e que vão nascer em outubro, em novembro e em dezembro, vítimas do zika vírus, com microcefalia, tenham o mesmo direito daquelas que nasceram até 2018. Eu acho que esse prazo não pode discriminar as crianças que nasceram antes de janeiro e depois de janeiro, porque não se trata de nenhuma outra deficiência, mas apenas das crianças que nasceram com microcefalia causada pelo zika vírus. Então, para nós aqui da Mesa, para mim, é muito importante que a senhora faça essa defesa, porque eu tenho certeza de que a senhora tem emenda no mesmo sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Olha, eu acho um absurdo você determinar a data, até porque a gente tem uma endemia de zika vírus. E você discriminar, dizer a data... A verdade é que a medida provisória é no mínimo meio... Mas eu acho que ela vai abrir uma jurisprudência para algo lá; por isso, a gente já botou isso aí. A gente está aumentando, mas vai abrir uma jurisprudência lá.

Eu estou até querendo aprovar mesmo, que é para a gente poder já entrar com outro projeto de lei. Depois, eu digo, porque senão a gente perde a chance.

Mas eu quero logo passar a palavra para Renato Teixeira Lima, representante da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

Renato, você vai me desculpar, porque essa é uma causa bem importante lá.

Passo a Presidência para a Luizianne.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO TEIXEIRA LIMA (Para expor.) – Eu quero cumprimentar a Senadora Zenaide, que está saindo e que vai ficar aqui representada pela Senadora Eliziane Gama, que também cumprimento.

A SRA. PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE. *Fora do microfone.*) – Não, eu sou a Deputada Luizianne Lins.

O SR. RENATO TEIXEIRA LIMA – É Deputada! Desculpe-me!

Quero cumprimentar a Deputada Carmen Zanotto e parabenizá-la pelo projeto, tanto o da lei dos 60 dias, como o atual projeto.

Quero cumprimentar aqui o defensor público Dr. Gabriel Oliveira.

Quero cumprimentar a Presidente da Associação de Mulheres, Joana Jeker.

Já tivemos algumas histórias juntos, não é, Joana?

Estou aqui representando hoje a Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, que tem hoje como coordenador o Dr. Márcio, médico-cirurgião.

Quero dizer que o Ministério da Saúde e a nossa Coordenação são bastante sensíveis a esse projeto de lei. A gente sabe que...

(Manifestação da plateia.)

O SR. RENATO TEIXEIRA LIMA – A gente sabe que, no câncer, quanto mais precoce o diagnóstico, maiores são as chances de tratamento, de evitar mortes preveníveis. A gente sabe que medidas de promoção à saúde e de prevenção evitariam cerca de 30% dos cânceres hoje que existem. Então, seria um impacto muito importante. E a gente sabe que, com medidas de tratamento precoce, como o que essa lei dos 60 dias aí colocou, vai se evitar cerca de 40% de mortes, ou seja, quanto mais rápido você diagnosticar e tratar, maior a chance de que o paciente tenha cura e de que, principalmente, se evitem mortes que são preveníveis.

Para isso, o Ministério da Saúde tem trabalhado no decorrer dos anos. Houve a implantação da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, uma revisão dessa política em 2013, que foi publicada. Houve uma revisão da Portaria 741, de 2005, que culminou na publicação da Portaria 140, que redefiniu os critérios de habilitação das unidades e dos centros de referência para atendimento ao câncer e definiu também números de procedimentos, tanto procedimentos de tratamento como também procedimentos de diagnóstico.

O Ministério da Saúde tem dado apoio técnico aos Estados nas formulações dos planos de ações. O Ministério da Saúde tem implementado sistemas, como, por exemplo, o Siscan, para informação do câncer de mama e de colo de útero, para que seja feita uma regulação e a implementação da lei. Tem trabalhado na ampliação dos serviços de diagnóstico. Nós temos aí em curso a ampliação de serviços de rastreamento e diagnóstico do câncer de mama e do câncer de colo de útero.

O Ministério tem implementado habilitações de mamografias móveis no sentido do diagnóstico mais precoce do câncer de mama, com um rastreamento, com um provável diagnóstico, e tem dado incentivos financeiros para o tratamento e diagnóstico em convênios com hospitais filantrópicos ou instituições públicas, no sentido de que esses entes façam a aquisição de equipamentos que possam tanto fazer o tratamento, quanto fazer o diagnóstico das suspeitas do câncer. E, além disso, há o programa de qualificação de exames, porque não basta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter uma suspeita, nós precisamos que o exame realmente tenha uma qualidade na detecção e no diagnóstico do câncer.

Tanto o diagnóstico quanto o tratamento do câncer são feitos através de uma rede de atenção, respeitando todos os princípios do SUS, de universalidade, de integralidade e também de descentralização. Isso quer dizer que desde a atenção primária aos hospitais especializados, com alta especialização, estão envolvidos nesse processo.

Os exames para elucidação da hipótese diagnóstica de câncer são aqueles usuais, que servem para outras doenças também, para doenças que deles também precisam, que são também urgentes, para doenças agudas. Como foi falado aqui pela Deputada e pela Senadora, há a questão da dor, a questão do abdômen agudo, que precisam de exames radiológicos e de exames laboratoriais.

Não existe só um tipo de câncer. Nós estamos falando de um projeto de lei que abrange todos os tipos de câncer. A gente sabe que, quanto aos meios para o diagnóstico, para a elucidação, para o diagnóstico de uma hipótese, de um câncer para outro, varia muito a questão de necessidade. Para determinado câncer, basta às vezes uma biópsia, com fácil execução, que pode ser realizada mais facilmente. Já para alguns tipos de câncer, é preciso exames radiológicos difíceis de se fazer, às vezes com procedimento cirúrgico, que talvez não seja tão fácil de se fazer principalmente em pequenos centros.

É necessário, para a implementação dessa lei, que exista um sistema, de preferência, de prontuário eletrônico unificado que nos dê toda a informação do paciente no sentido de que esse paciente vai ter que ser avaliado num tempo hábil e, às vezes, em várias estruturas político-administrativas. Então, seria necessário um prontuário único e ferramentas de monitoramento e de capacitação tanto nos Municípios, quanto nos Estados.

Então, nós estamos falando realmente de um diagnóstico em 30 dias, que necessitaria, dentro do SUS, em todos os âmbitos político-administrativos, de investimento, tanto do ponto de vista de qualificação, quanto do ponto de vista de exames e treinamento das equipes. Por isso, nós, do Ministério da Saúde, como a palavra foi colocada, temos uma grande apreensão e preocupação com o cumprimento dessa lei, no sentido de dar condições tanto para os Municípios, quanto para os Estados, para os entes federais, e também de evitar a questão da judicialização, porque nós sabemos que os exames também são necessários para outras doenças, principalmente para as doenças agudas, principalmente nos entes municipais e estaduais.

Mas o Ministério da Saúde entende a necessidade de que realmente medidas sejam adotadas, tanto do ponto de vista federal, quanto estadual, quanto municipal, para a detecção precoce do câncer, tanto para evitar mortes, como também para diminuir o custo do tratamento daqueles casos.

Felizmente, a maioria das suspeitas de câncer não se confirma com os exames; uma minoria se confirma.

Estamos sensíveis e dispostos a um diálogo, tanto com o Senado, quanto com a Câmara, quanto com associações, no sentido de diminuição do tempo hoje do diagnóstico.

São essas as palavras do nosso coordenador.

Estou aqui à disposição.

Parabeno novamente a Deputada Carmen pela iniciativa. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – A gente agradece ao representante da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, Sr. Renato Teixeira Lima.

Só explico, Renato, que, de fato, tivemos aqui a presença – em algum momento, ela deve ter passado por aqui – da Senadora Eliziane Gama. Há a Senadora Eliziane Gama. Eu sou a Deputada Luizianne Lins. Então, de fato, a Eliziane passou aqui, como eu estava vendo aqui. Eu sou Deputada, no caso.

Parabenizo a minha colega, essa guerreira, essa batalhadora das questões relativas ao direito das mulheres, em especial da área de saúde, a Carmen, que tem tido todo o cuidado e delicadeza, que tem feito toda uma busca mesmo. Ela sempre ajudou esta Comissão e sempre veio aqui nestes momentos para jogar luz em uma série de coisas que a gente debatia aqui.

Então, mais uma vez, colega, parabéns pela sua iniciativa!

Se aprovada... O nosso Procurador aqui estava dizendo que vai ser votado hoje no Senado, que já está no Senado. Então, se tudo der certo, isso vai ser responsável por um grande impacto na vida das mulheres, ouviu, Carmen? Tenha a consciência de que isso vai impactar, de forma importante, a vida de milhões de brasileiras. Se tudo der certo, nós vamos ter que fazer uma audiência para comemorar este momento, para que haja a implementação, porque depois vamos ver como é que a lei vai virar, de fato, objetivamente, uma ação.

Então, a gente agora passa a palavra para Joana Jeker, que é fundadora e Presidente da Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília.

Muito obrigada pela sua presença. (*Palmas.*)

A SRA. JOANA JEKER (Para expor.) – Boa tarde, gente! Boa tarde a todos!

Boa tarde, Deputada Luizianne! Muito obrigada pela abertura.

Nós estamos aqui para falar dessa pauta tão importante, de autoria da nossa querida Deputada Carmen. Nós temos lutado juntas por essa pauta. Sem ela, a gente não teria conseguido chegar aqui tão longe. É lutadora, batalhadora, não desiste, por mais que haja obstáculos no caminho. Sempre ocorrem vários obstáculos, e nós estamos transpondo um a um e chegamos ao Plenário do Senado.

Eu sou Joana Jeker, sou Presidente Fundadora da Recomeçar.

Tive câncer de mama em 2007, aos 30 anos de idade. Tive câncer muito jovem. Há casos de câncer de mama na minha família. Minha mãe teve câncer antes de mim, bem como minha tia por parte de mãe, minha tia por parte de pai e minha prima por parte de pai. Então, era uma coisa que eu sabia que podia acontecer comigo. Eu estava atenta ao meu corpo e fazia o autoexame. Hoje em dia, a gente fala de autocuidado das mamas. Então, eu descobri esse nódulo em um estágio inicial, bem pequenininho. Tive a felicidade de ter esse diagnóstico precoce. Na época, eu morava na Austrália, não morava no Brasil. Voltei para o nosso País, e o nosso Sistema Único me acolheu. Eu tive acesso ao tratamento, iniciei rapidamente o tratamento, o que fez toda a diferença para eu estar viva aqui hoje. O tipo de câncer de mama que eu tive é o triplo negativo, que é o mais agressivo, que avança rapidamente. Se eu não tivesse descoberto inicialmente e tratado rapidamente, eu não estaria viva.

Então, é uma questão de honra lutar por essa pauta. Nós conseguimos esse projeto de lei aqui para o Distrito Federal, saiu no Diário Oficial no dia 1º de outubro, é a Lei 6.389, de 2019. Então, a gente tem a felicidade de o DF sair na frente. E agora a gente quer que o Brasil inteiro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também tenha esse benefício, tenha essa política pública muito importante. A gente está aqui para lutar, para batalhar, para que ela seja aprovada no Senado Federal.

Então, eu trouxe para vocês uma pequena apresentação, mostrando o caminho percorrido até aqui, que foi longo. Nós iniciamos essa pauta em 2016, quando criamos a campanha, o *slogan* da campanha, a camiseta, o *folder*. Eu até trouxe a camiseta aqui. Depois, vou dá-la para a senhora, Deputada. Então, a gente está nessa luta há muitos anos. Em breve, a gente vai ter o coroamento dessa grande vitória.

Já foi falado muito aqui por nossos apresentadores... O nosso querido Dr. Gabriel falou muito bem sobre a questão do diagnóstico precoce, do impacto que tem no Sistema Único de Saúde. A gente sabe muito bem que a gente quer diminuir os gastos, o que é muito importante. A gente vê o dado do TCU um pouquinho mais recente, que é de 2017, que fala especificamente do câncer de mama, que diz que 44% dos diagnósticos são obtidos nos estágios III e IV. No estágio III, gente, o câncer já está localmente avançado, já atingiu os linfonodos. No estágio IV, já há a metástase para outro órgão. Então, quase metade do diagnóstico do câncer de mama no SUS já é avançado, e a gente sabe também que o tratamento é muito maior, muito mais caro, muito mais longo e muito menos curativo para a paciente.

Então, esse cenário que a gente encontra hoje no Brasil é aterrorizador. Por isso, a gente está batalhando para mudar e diminuir a taxa de mortalidade.

Com relação ao custo, há um dado do Observatório do Câncer que diz que ele é sete vezes maior do que aquele obtido quando se trata o câncer no estágio inicial. A gente está gastando de forma errada o nosso dinheiro, o nosso dinheiro público. A gente tem que gastá-lo corretamente, porque a gente sabe que o cobertor é curto. Então, a gente tem que mudar essa realidade.

Há um dado num plano de saúde privado, de 2008/2010, que diz que é oito vezes mais barato o tratamento do câncer em estágio inicial do que o daquele em estágio avançado. A despesa com prevenção também é mais barata, tudo é mais barato, gente. Prevenir, investir em atenção primária, investir em hábitos de vida saudável é muito mais fácil. A gente tem que tocar nesse assunto também, porque a gente sabe que muitos cânceres são evitáveis de acordo com alguns hábitos de vida. Então, a gente tem que procurar ter uma vida saudável, fazer o que é melhor para a nossa saúde, para que a gente tenha menos chances de desenvolver uma neoplasia maligna.

Já foi falado que o diagnóstico ágil aumenta as chances de cura. E o que é muito triste, gente, é que as mulheres diagnosticadas em estágio avançado encontram-se, em maiores proporções, em hospitais da rede pública. A gente sabe que a paciente que tem plano de saúde faz exames todo ano facilmente e tem acesso a um diagnóstico mais inicial, o que é primordial.

Então, a gente quer que toda a população brasileira tenha o mesmo benefício, não só quem tem um plano de saúde, quem tem condição financeira de arcar com um plano de saúde – e a gente sabe que poucos a têm.

Como falei agora, 75% da população brasileira são dependentes do SUS, dependem do Sistema Único de Saúde para tudo, para fazer exame, para procurar qualquer médico, e não têm dinheiro para pagar uma consulta, um exame. Então, a gente tem que dar atenção a essa grande massa, a essa grande parte da população brasileira que necessita de uma saúde pública de qualidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são os custos de tratamento nos estágios I, II e III. Vocês podem ver que o custo é muito maior no estágio III do que no estágio I. Então a gente tem que mudar, tem que diagnosticar em estágio inicial essa doença, porque a gente está gastando erroneamente o nosso dinheiro público, que realmente é findo.

A lei dos 30 dias, como já foi dito pela Deputada Carmen, que é autora também da lei dos 60 dias, vai ser complementar à lei dos 60 dias. Vão ser juntas. Pela lei dos 60 dias, como já foi dito: "O paciente com neoplasia maligna tem direito de submeter ao primeiro tratamento no [...] SUS, no prazo de até 60 (sessenta) dias". O ideal é que seja em menos tempo, mas a lei diz que é em até 60 dias. Então a gente espera que, em até esses 60 dias, a pessoa, seja homem, seja mulher, tenha acesso a iniciar o tratamento pelo SUS.

Quanto à tramitação da pauta, a Deputada Carmen já falou o seu texto, mas a gente vai repetir rapidamente. O texto dela fala que é de 30 dias o tempo necessário à elucidação, mediante solicitação fundamentada pelo médico.

A emenda do nosso Relator, Senador Nelsinho Trad, que está apoiando a pauta desde que a gente o procurou... Quando soubemos que ele era o Relator, nós apresentamos a nossa luta pela matéria, e ele foi muito receptivo e está nos apoiando desde o início, levando a pauta aqui para o Senado Federal, para os seus pares e para o Presidente. Então, quero agradecer de antemão ao Senador Nelsinho. E a emenda dele diz que é questão somente dos anatomopatológicos e de estadiamento. Não é o que a gente queria. A gente queria o texto original da nossa querida Deputada Carmen, mas, como ela disse, a gente cede um pouco para conseguir o todo. É melhor ceder um pouquinho aqui, mas a gente vai beneficiar muitas pessoas com o texto da emenda. Então a gente acha melhor passar a emenda do que não passar nada diante do cenário atual. E a gente está acreditando que vai conseguir passar hoje essa emenda no Plenário do Senado.

Votação da emenda. O projeto é o item 2 da pauta, como já foi falado aqui. Se aprovado, ele volta para a Câmara dos Deputados e vai tramitar na Comissão de Seguridade Social e Família, que é a comissão de mérito da matéria. Se aprovado na CSSF, segue para sanção presidencial, o que a gente espera que ocorra este ano ainda – quem sabe, não é, Deputada? Será que a gente consegue?

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem.) – A bancada feminina é forte lá, além do coletivo dos homens que defendem essa causa. Como é um texto que a gente está acordando aqui, lá não teremos dificuldades de aprová-lo.

A SRA. JOANA JEKER – Isso! Muito bom! (*Palmas.*)

Então, se aprovado, seguirá para a sanção presidencial. E aí será uma nova batalha para a gente conseguir a sanção.

Bem, eu fiquei muito feliz quando vi esse informativo do Inca, que é um curso a distância de detecção precoce do câncer. Sinal de que o Inca já está indo à frente para poder se preparar para ter esse diagnóstico precoce. Esse curso foi destinado aos profissionais de saúde somente, mas já é muito bom, porque é um sinal de que ele já está vendo essa necessidade de haver um diagnóstico precoce – você ficou sabendo desse curso, doutor? – e já está preparando as pessoas para que haja esse diagnóstico precoce do câncer. Isso é muito bom!

Esse curso começou agora em setembro e vai até o dia 31 de outubro. Então a gente ficou muito feliz porque o Ministério já está atento, já está preocupado com essa questão, para que os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais sejam qualificados para poder obter um diagnóstico precoce das neoplasias malignas.

Agora eu vou apresentar rapidamente um vídeo de quatro minutinhos que mostra a tramitação da matéria, desde a Comissão de Seguridade Social e Família, em 2017, quando nós conseguimos que a matéria fosse incluída na pauta e fosse votada e aprovada naquela ocasião, até os dias atuais. Eu vou dar uma narradinha para vocês acompanharem.

Vamos lá.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. JOANA JEKER – Resumo da tramitação. No dia 8 de agosto a gente procurou o Deputado Iran, que é o Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, e pediu o apoio dele para que a matéria entrasse na pauta da Comissão. O Presidente acolheu a nossa solicitação e no dia seguinte a matéria entrou na pauta da Comissão de Seguridade Social e Família. Nós abordamos os Parlamentares pedindo a aprovação da matéria, e ela passou felizmente naquela Comissão.

Em 19 de outubro nós fizemos uma reivindicação pela aprovação, com o apoio da Deputada Carmen, no Salão Verde. Essa solicitação foi matéria do Bom Dia Brasil.

Nós fizemos várias ações no gramado do Congresso Nacional, em conjunto com a Deputada Carmen, pedindo a aprovação da matéria.

A Deputada Keiko Ota apresentou a incompatibilidade da matéria, então nós decidimos desapensar o projeto de lei, através do pedido feito ao Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, para que essa matéria fosse desapensada e encaminhada para o Plenário da Câmara em regime de urgência. O Deputado Rodrigo se sensibilizou com a causa, acolheu, e pediu que a gente procurasse os Líderes para conseguir as assinaturas para o requerimento. Tudo isso junto com a Deputada Carmen. Nós procuramos os Líderes e conseguimos as assinaturas necessárias ao requerimento de urgência.

No dia 12, nós procuramos novamente o Presidente Rodrigo Maia para reiterar o pedido de desapensação do projeto de lei e inclusão na pauta do Plenário. Ele foi muito sensível e, naquele dia, determinou que o projeto fosse desapensado e incluso em regime de urgência no Plenário da Câmara dos Deputados.

Foi o dia da votação, e a Relatora foi a Deputada Jô Moraes.

Então foi para o Senado, e a gente prontamente entrou em contato com o Presidente da CAS, o Senador Romário, para pedir para ele botar na pauta da CAS. Foi bem rápido: o projeto chegou aqui, nós já procuramos o Presidente, ele acolheu a pauta, e a gente procurou também o Senador Nelsinho, quando a gente soube que ele era o Relator, assim que ele foi designado Relator. E pedimos o apoio dele, em conjunto com a Deputada Carmen, para que ele fizesse um relatório favorável à aprovação da matéria no Senado Federal.

Fizemos um ato no Mês da Mulher, pedindo a aprovação da matéria no Senado Federal, e houve a adesão de vários Parlamentares. O ato teve o apoio da Deputada Carmen.

Esse foi o ato. Houve uma matéria aqui na Casa sobre ele.

Aí a gente pediu para o Senador Romário pautar na época do Dia Mundial do Câncer. Já que havia essa data em abril, a gente pediu para ele pautar na semana do Dia Mundial do Câncer, e ele pautou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles botaram em suas redes sociais, o Senador Romário e o Senador Nelsinho Trad, o apoio à matéria.

O projeto de lei foi aprovado em abril, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, e seguiu para o Plenário em regime de urgência.

Infelizmente, na data prevista, ele não foi votado, foi retirado de pauta. E aí foi muito frustrante para gente, mas a gente não desistiu, não; continuamos a luta.

Fomos atrás do Ministério da Saúde, para conversar com o Ministério e negociar uma emenda para que a matéria pudesse ser aprovada.

Então, nós contactamos, por diversas vezes, o Ministro Mandetta, pedindo o apoio do Ministério da Saúde e do Governo Federal para a aprovação da pauta.

Tivemos que negociar essa emenda, como a Deputada Carmen falou, com o Ministério da Saúde.

Então, é isso.

Agora, a gente está aguardando que ela entre hoje na pauta do Plenário. As voluntárias da instituição estão com as camisetas da campanha, para a gente mostrar que a gente está aqui representando a população brasileira e diversas instituições. Inclusive, a gente está trabalhando nessa pauta, desde o início, com o apoio da Femama, instituição da qual a gente é associada.

A Femama tem mais de 60 ONGs associadas em todo o Brasil. É a Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama. A gente está, em conjunto com a Femama, batalhando por essa pauta, e é muito importante ter o apoio de todas as instituições.

E a gente está aqui representando todos, não somente a Recomeçar, mas todos que lutam pelo diagnóstico precoce, todos os pacientes... Eu, como ex-paciente, acabei de perder a minha mãe, há menos de um mês, pela metástase do câncer de mama. Então eu estou aqui lutando para que menos mães morram pelo câncer de mama, porque, se você descobrir no início, a chance de ter uma metástase é muito menor. E é por isto que a gente luta: é pela vida e é para diminuir a mortalidade pela doença no Brasil, que é muito grande comparada à de outros países.

Então, a gente quer realmente ter essa luta apoiada pelo nosso Congresso Nacional. Eu peço aqui, faço um apelo ao Senador Davi hoje e aos demais Senadores: está na pauta a matéria, e a gente pede que todos a aprovem...

(Soa a campanha.)

A SRA. JOANA JEKER – ... para que ela seja realmente vitoriosa no dia de hoje.

Muito obrigada a todos! *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Parabéns pela luta! É muito importante, Joana. Eu acho que a sua fala, a sua vivência é a vivência de milhões de brasileiras, que acabam se inspirando em você; chegando aqui, pegam uma Deputada comprometida, e a tendência é dar certo. Depois, é a fiscalização da lei. A gente sabe, como diz o Drummond, a quem eu sempre gosto de citar: "As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei", exatamente porque depois ela tem que virar, de fato, ação concreta.

Bem, gente, como vocês devem saber, acho que a Senadora Zenaide colocou aqui, esta é uma audiência interativa – registro aqui a presença da Deputada Flordelis e quero saber se a Deputada quer se colocar e fazer alguma observação. Enquanto isso, eu queria dizer que essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interatividade faz com que também a gente receba perguntas ou comentários, por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

A gente está aqui já com três perguntas, que chegaram através desse sistema. São três perguntas que eu vou colocar aqui para a Mesa para quem quiser fazer alguma consideração sobre elas. São perguntas interessantes que os internautas começam a fazer.

Vou fazer aqui a pergunta do Igor Araújo, de Sergipe, que pergunta o seguinte: "Quais serão as consequências caso esse prazo não seja cumprido?". Esse é um questionamento a partir da aprovação da lei.

Também há a pergunta do Fernando Costa, do Mato Grosso do Sul. Na verdade, ele dá uma opinião: "Não adianta estabelecer prazos se o sistema público de saúde não possuir estrutura e condições de atender a população".

E também, agora, a Tayra Nunes, de Minas Gerais, diz o seguinte: "Caso não haja o cumprimento de prazo para início do tratamento do paciente com neoplasia maligna, quais providências ele deve tomar?".

Então, eu queria facultar a palavra a quem quiser se manifestar.

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA – A senhora me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Pois não. Claro!

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA (Para expor.) – Vou tomar a liberdade.

Puxando um pouco na área jurídica, quem estuda o direito estuda, lá no início da faculdade, uma teoria do Estado e estuda também que a nossa democracia e a nossa sociedade têm como regulamento primeiro das nossas relações um texto chamado Constituição da República. Esse Texto Constitucional traz direitos e garantias individuais, traz direitos sociais, traz princípios, traz objetivos da nossa República e traz também, dentro de uma subdivisão de tarefas desse Estado e de responsabilidades desse Estado, uma tripartição de Poderes.

Então nós temos, dentro dessa compreensão do Estado em que nós vivemos e ao qual estamos sujeitos, três Poderes: o Poder Legislativo, que valora, que busca valores na sociedade e os transforma em norma; temos o Poder Executivo, que, em tese... Voltando um pouquinho, o Poder Legislativo, para além de valorar os valores e transformá-los em normas, também tem a atribuição de fazer a fiscalização dos atos do Poder Executivo, seja pelo Tribunal de Contas, seja por meio da atividade parlamentar. Prossigo: temos o Poder Executivo, que executa, juntamente com o conjunto da sociedade, que deve obedecer a essas normas, mas que executa, em tese, esses valores que são positivados pelo Legislativo; e temos, por fim, o Poder Judiciário, que é o fiel cumpridor tanto da Constituição como das leis e que, ao final, no caso de um eventual descumprimento desses valores que foram positivados em lei, acaba sendo acionado por determinado cidadão e dando uma ordem judicial para que haja o cumprimento.

Eu fiz apenas esse breve introito para poder, de uma forma jurídica, trazer uma compreensão e uma resposta às perguntas.

A própria afirmação do Fernando dispõe que não adianta, de fato, estabelecer prazos, se não há estrutura. O que o Poder Legislativo está fazendo, ao pegar o valor da sociedade, identificar que a demora no câncer é custoso para a Administração e é mais custoso para a vida de um cidadão ou de uma cidadã, que não vai ter o seu diagnóstico precoce e, por consequência, pode ter o óbito advindo da demora do tratamento do câncer; o que o Poder Legislativo está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente fazendo é valorando isso, transformando em lei e jogando para que o Executivo, de um certo modo, execute essa política pública valorada. Eu acho que é isso.

Claro que há, dentro dessa independência de Poderes, uma sinergia de trabalho. Por quê? Porque é preciso haver uma compreensão de que os recursos são finitos, de que a execução é finita e de que a execução tem as suas dificuldades. Essas conversas foram, a propósito, bem realizadas, eu acho, no projeto e na redação que foi construída no Senado, e tudo indica que haverá aprovação, no dia de hoje.

Então me parece que adianta, sim, e é positivo que haja normatização, para que haja, posteriormente, a execução. Eu acho que a minha fala inicial foi preocupada justamente com este ponto: vamos dar o passo adiante, vamos normatizar, positivar um valor justíssimo, que é a preservação da vida, que é a preservação e a observância de que o tempo no tratamento de câncer é absolutamente indispensável, seja para a manutenção da vida, seja para a questão do custeio.

Consequências.

Como defensor público, o que nós buscamos implementar efetivamente é o resultado, é o bem da vida para a população, é o exame, é enfim o tratamento. A responsabilização, via de regra, acaba que ocorre mais, tanto pelos controles internos quanto pelo próprio controle externo. O Tribunal de Contas já fez algumas auditorias específicas, e o próprio Ministério Público, com a atribuição de fazer a responsabilidade.

Agora, o que eu queria externar, de certo modo, é que, na medida em que a Defensoria Pública vem trazer o pedido de positivação, isso é muito mais na pretensão de se alcançar um estágio de observância do direito, do diagnóstico em 30 dias, do que se levar o foco às consequências do descumprimento. É claro que o descumprimento intencional pode trazer uma eventual responsabilização, porque é uma lei, e não há lei sem sanção ou sem previsão de sanção que tenha uma efetividade garantida. Esse é o ponto. E o art. 3º da Lei 12.732, de 2012, que é onde vai haver a emenda para colocar um §3º no art. 2º, explicitamente dispõe que o descumprimento dessa lei sujeitará os gestores direta e indiretamente responsáveis às penalidades administrativas. Então há a previsão legal.

É importante ver que, ao darmos o passo, o foco é justamente se criar, dentro do Poder Executivo, uma obrigação de se fazer o diagnóstico em 30 dias e, a partir daí, compreender que vai haver um processo, que a gente vai ter dificuldade, mas que, com a sociedade, juntos, vamos transformar essa realidade para permitir que efetivamente as pessoas sejam diagnosticadas rapidamente e tenham tratamento rápido, menos custoso, mantendo a perspectiva de vida.

Eu acho que, basicamente, são essas as observações.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Muito obrigada ao Dr. Gabriel Faria Oliveira.

Eu vou repassar a Presidência para a Zenaide.

Eu queria só fazer uma observação. A Joana falava sobre essa questão de o Brasil ter um índice muito elevado de câncer de mama. Recentemente eu presidi uma audiência pública, que foi proposta por nós, na Comissão de Direitos Humanos. A Universidade Federal do Ceará detectou – umas médicas que fizeram um trabalho de campo e detectaram – uma comunidade no interior do Ceará, uma comunidade ligada à cidade de Limoeiro do Norte, onde havia, há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos anos, a pulverização indiscriminada de agrotóxico, por via aérea, por avião. E a pessoa representante dessa comunidade foi assassinada quando conseguiu aprovar uma lei na Câmara, que logo depois foi revogada. E foi convidada – estou chamando a atenção por causa disso – uma jovem desse assentamento, dessa comunidade, que tinha tido uma criança que estava com puberdade precoce com um ano de idade. Então, eu gravei muito, porque foi muito forte a fala dela. Ela disse que foi vitimada três vezes pelos agrotóxicos: quando o pai dela foi assassinado, porque lutava contra a pulverização – ele era trabalhador rural –; depois, ela disse que teve alergia durante a vida toda por conta dos agrotóxicos; e, terceiro, que tinha nascido a sua filha, e foram detectados, pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, os mamilos de uma menina de um ano, provocados – todo estudo indica – pelos agrotóxicos.

Estou falando isso – ouviu, Joana? – para dizer que, a partir do momento em que você teve, neste ano já, no atual Governo, mais de 200% de liberação de agrotóxicos, relativamente aos anos anteriores, inclusive de agrotóxicos que no mundo inteiro são proibidos, isso significa que nós vamos continuar nos picos como o país que está morrendo de câncer, porque, infelizmente, não se está vendo que uma coisa é totalmente conectada com a outra. É nexos causal: mais agrotóxico, mais veneno que você ingere, mais câncer você vai ter.

Então, é mais do que bem-vindo. É claro que a gente não quer só trabalhar política curativa – fundamental é a preventiva –, mas é claro que um projeto desse, da Deputada Carmen Zanotto, tem um impacto gigantesco, no Brasil, cada vez mais, infelizmente, porque nós estamos vivendo em um País doente e que está querendo ficar doente mais ainda, porque está tomando veneno cada vez mais.

Então, parabéns, mais uma vez, à Mesa inteira e à Senadora Zenaide, que solicitou o a audiência pública – e eu a chamo aqui para continuar presidindo.

Agradeço a presença de todos vocês também aqui.

Vou ficar ali, ouvindo o restinho da audiência.

(Intervenção fora do microfone.)

(Interrupção do som.)

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – ... a resposta é do nosso defensor. Nada melhor do que um defensor público para fazê-lo com relação às penalidades que já estão previstas, então, na Lei nº 12.732.

A gente tem avançado na questão do câncer. No ano passado, nós aprovamos a Lei da Notificação Compulsória, que vai poder dar o desenho dos casos de câncer por Região e por cidades, porque, por exemplo, no sul do Estado, em Santa Catarina, diz-se que há muito câncer de pulmão por causa das usinas de carvão, mas a gente não tem dados concretos. O Inca trabalha com estimativa. Então nós precisamos sair das estimativas para a gente poder ter uma situação real do que acontece no País. Os casos de câncer por agrotóxicos também poderão ser identificados a partir do cumprimento, na sua plenitude, da Lei da Notificação, de que também tive a felicidade de ser a proponente.

No entanto, nada disso seria possível se não fossem as entidades que lutam e apoiam todas as pessoas com câncer, os pacientes e seus familiares, porque essas construções legislativas vêm de um coletivo da sociedade – não é, Dra. Zenaide? –, ouvindo a sociedade, ouvindo as instituições. Então a gente tem ainda o desafio da regulamentação, na sua totalidade,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse texto legal, que é realmente os casos serem notificados para a gente poder saber, e de uma pauta que a gente vai estar discutindo na semana que vem, na Câmara Federal. A partir da portaria de 2013, mudou a forma de financiamento das mamografias, que é a lei de 2008. A lei de 2008 dá direito a todas as mulheres, a partir de 40 anos, de realizarem suas mamografias.

O que aconteceu em 2013? Uma portaria ministerial mudou a lógica de financiamento. Retirou do Faec, que é extrateto, e todas as mamografias que foram realizadas fizeram parte da série histórica e foram incorporados aos tetos daqueles Municípios ou daqueles serviços que realizavam mamografia para as mulheres de 40 a 49 anos. Só que, quando se incorpora ao teto, você disputa com todos os demais procedimentos; você disputa com o Raio X de uma dor na panturrilha, de um futebol de final de semana.

Lembro que todos nós somos responsáveis pela boa aplicação dos recursos do SUS. Então o paciente que faz exame e não vai buscar o laudo também não está fazendo uma boa gestão do recurso público. Em média, de 40% dos procedimentos de imagem que são realizados não são retirados os laudos. Então, quanto de Erário público nós temos ali? Em alguns procedimentos chega a ser mais do que 40%. A média entre ressonância, tomografia e Raio X, chega a 40% de exames que são realizados. Então, a realização das mamografias de 40 a 49 anos, que nós temos acompanhado desde 2013, caiu.

Lamentavelmente, depois que nós aprovamos o PDC, na Câmara, para sustar essa portaria, Dra. Zenaide, nobre Senadora, ela veio aqui para o Senado. O Senado votou. Quando o Senado aprovou... Dois dias antes da aprovação, a portaria que tratava também de Faec, de 50 anos para cima, também passou a ser Teto MAC.

Se a gente olhar o resultado dos exames, entre 2013 e 2018, de 40 a 49 anos, ano a ano, a gente vê uma queda na realização dos exames. Se a gente olhar 2018, quando passou a valer também para as mulheres acima de 50 anos, também há uma queda.

Então, na semana que vem, nós vamos ter uma audiência pública, que faz parte das comemorações do Outubro Rosa, que é também uma atribuição da Procuradoria da Mulher da Câmara, Procuradoria da Mulher do Senado, da bancada das Senadores. A gente vai ter essa audiência pública para a gente discutir.

Eu sempre disse, Dr. Renato, que, se não é necessário o exame de rastreamento das mamografias, por que ninguém até agora teve coragem de mandar alterar o texto legal? O texto legal diz, a lei de 2008, que todas as mulheres a partir de 40 anos terão direito à realização das suas mamografias de rastreamento. O texto legal não mudou, as portarias alteraram a forma de financiamento, e o recurso do SUS é uma disputa, porque todos nós sabemos que ele ainda é insuficiente. É uma luta que nós vamos ter ainda por muito tempo para adequar o orçamento com a despesa da área da saúde. Então, as nossas bandeiras são muitas aqui na Casa.

Quero voltar na questão da punição ou de qual é a penalidade ou do que vai acontecer.

Gente, foi tão importante a constituição da atual Lei nº 12.732 – digo para as pessoas que estão nos acompanhando –, como aqui foi dito por mim e pelo Dr. Renato, que o plano de expansão da radioterapia está acontecendo. Havia Estados brasileiros onde nós não tínhamos um acelerador linear. Nenhum! Os pacientes com câncer, para fazer a radioterapia, tinham que se deslocar para outros Estados.

Então, prioritariamente, os equipamentos estão sendo instalados nos vazios assistenciais, como nós chamamos, na área da saúde, ou seja, naquelas regiões menos favorecidas, e todos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os Estados brasileiros tiveram a oportunidade de construir o seu plano estadual de oncologia e de alta complexidade baseados na Portaria 140, que é diretriz do Ministério da Saúde. Por exemplo, Santa Catarina vai receber quatro novos aparelhos. Um já foi inaugurado no oeste – já tínhamos o serviço, mas foi implementado –, e temos mais três: uma na região sul, um na região do Alto Vale e um na região do meio-oeste.

Então esse texto legal também tem esse objetivo, porque a Lei 12.732 fala da questão de ampliar o serviço. Então, naquele Estado, naquela região, que é uma macrorregião de saúde referência, que não tem, por exemplo, serviço de anatomopatológico, eles vão se organizar para ter ou para melhorar a referência de acesso. É muito, muito importante! Eu não tenho a menor dúvida de que ameniza a espera dos pacientes a aprovação desse texto, repito, dos pacientes com suspeita de câncer, agora a partir do substitutivo apresentado pelo Senador Nelsinho.

Nós queríamos que não precisasse haver texto legal. Nós queríamos que o SUS, implementado a partir da Constituição de 1988, fosse completo na sua plenitude, mas ele ainda não é; ele é uma construção, sempre reconhecendo os avanços, mas lembrando que nós temos gargalos, sim, e precisamos enfrentá-los. Por isso, quero dizer aos internautas que fizeram as perguntas: é mais um caminho; é mais um caminho para assegurar o diagnóstico precoce.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Ela estava pedindo ali, mas a norma do Senado é que só quem pode falar são os Parlamentares, não pode a plateia. Infelizmente...

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. *Fora do microfone.*) – Ela é a Deputada Flordelis.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Ah, é a Deputada! Eu estou achando tão diferente... Desculpe, Flor! Eu cheguei meio chateada com o negócio do zika vírus, porque não foi aprovado nada da gente, mas tudo bem.

Passo a palavra para a Flor, já agradecendo a presença.

A SRA. FLORDELIS (PSD - RJ) – Eu quero dar os parabéns à Deputada Carmen Zanotto, por ter entrado nessa guerra; à Senadora, que entrou numa guerra supernecessária para todas as mulheres. Nós vemos aí a quantidade de mulheres que ainda estão morrendo porque, quando começam o tratamento, já é uma fase muito tardia, mas nós estamos lutando.

E eu quero deixar aqui para a Deputada Carmen Zanotto, para toda a equipe que está nessa luta, o meu mandato, para que eu possa ajudar e colaborar. Que a gente possa entrar nessa luta para que as mulheres tenham chance de sobreviver, tenham chance de viver. Nós queremos que essas mulheres vivam, nós queremos que a doença seja descoberta ainda a tempo de um tratamento. Nós queremos que elas tenham direitos a exames sem ficar numa fila esperando, porque quem está doente não pode ficar em fila aguardando o resultado; e, depois do resultado, tem que haver confirmação do resultado para depois entrar numa triagem, para depois começar o tratamento. Essa doença não pode ficar esperando tanto tempo. Quando a mulher sabe do diagnóstico ela entra num estado emocional difícilíssimo, e esse estágio emocional ajuda a ficar pior o seu estado de saúde. Então, nós precisamos realmente avançar e tornar direito de fato, porque no papel já existem muitas leis, muitos direitos que não são aplicados. As mulheres não estão tendo acesso ao que lhe é de direito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns por essa luta! Eu tenho certeza de que muitas outras mulheres e homens também, porque são filhos, são pais, são maridos, vão entrar nessa luta junto com a gente, e nós vamos conseguir salvar a vida de muitas mulheres neste País.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Obrigada, Deputada.

Você não é da nossa Comissão?

A SRA. FLORDELIS (PSD - RJ) – Já...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Eu estava olhando se estava. A gente está catando para dar presença. Obrigada.

Como ela diz, a própria Constituição já diz que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, mas é impressionante como a gente tem que ficar nisso aí. Na verdade, o que falta são recursos. Ninguém faz saúde pública de qualidade sem recurso. Às vezes, se diz gestão, mas eu acho que nesse caso aí a gestão é mínima.

Diga-me uma coisa, Carmen, uma consulta de um especialista no SUS ainda é R\$10 por médico? Isso acaba com a questão da gestão. Então, o SUS ainda está subfinanciado, e isso não é de agora. A gente já tinha esse diagnóstico em 2015, e a gente já lutava para aumentar os recursos.

Outra coisa que me chamou a atenção são os agrotóxicos. Eu fazia parte de uma Comissão Mista defendendo o plano nacional de redução de agrotóxicos, e foi difícil vencer. Outra coisa, como se falou aqui: se existe algo que a oncologia garante é que o agrotóxico – pense em algo que todos do Inca têm medo –, se existe algo que se tem certeza que é responsável pela grande parte das neoplasias... E, como se usa muito, é tanto que da neoplasia do tubo digestivo é altíssimo o número também. E os agrotóxicos... Só em seis meses, o Ministério da Agricultura, com atos, autorizou 287 novos agrotóxicos, inclusive muitos proibidos na Europa, porque matam as abelhas. E aqui entraram, sem a gente nem tomar conhecimento. São 287. E mais: extinguiu-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que dava uma ajuda grande nisso aí, fazia o estudo.

Eu acredito que o projeto de lei da Carmen Zanotto – é como se dissesse que a gente tem que ficar relembando, mesmo que a Constituição já diga – é mais um respaldo jurídico que vamos ter como defensor. Ele sabe que existe a lei, então, quando procura, já judicializa.

Esta Casa, eu costumo dizer, não esqueçam, o Congresso é o Poder: faz a lei, aprova a lei; diz qual vai ser o salário do trabalhador, quantas horas vai trabalhar, com que idade vai se aposentar; diz qual o alimento, o medicamento que vai para a prateleira para você consumir. Então, gente, esta Casa aqui, o Congresso Nacional é poderoso. Eu costumo dizer que, mesmo que o Presidente vete a lei, o Congresso Nacional pode derrubar o veto. É claro que o Poder Executivo tem poder, mas esta Casa aqui...

Por exemplo, eu estava olhando... O IBGE informou que 30,5 milhões de lares neste País são chefiados por mulheres e que, nestes 30,5 milhões de lares chefiados por mulheres, essas mulheres ganham menos de dois salários mínimos. E é para essas mulheres que estão aumentando sete anos na reforma da previdência. Elas terão que trabalhar mais sete anos para atingir a idade mínima de se aposentar. São elas que trabalham 44 horas, ainda lavam, passam, fazem alimentos para seus filhos à noite e o seu para outro dia. Só para mostrar o poder deste Congresso: ele pode dizer que o mineiro pode ficar não só 15 anos embaixo da terra, mesmo que a ciência diga que ele não suporta. Esta Casa está dizendo que quem trabalha na indústria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

petroquímica, sujeito a agentes como benzeno e tudo... São 20 anos de tempo lá dentro, porque a ciência diz, mas esta Casa está mudando isso e dizendo: não, ele tem que permanecer mais tempo lá dentro. Esta Casa diz que quem trabalha com doenças infecciosas, laboratórios ou cientistas, como os do Instituto Evandro Chagas, da Fiocruz, que passam horas lá dentro tentando descobrir uma nova vacina, um novo antibiótico para prolongar a vida da gente... É justamente o que estão dizendo: vocês não vão ficar só 25 anos.

Estou chamando atenção porque, como nós somos mais de 50% da população brasileira, qualquer lei aqui prejudicando, com certeza, prejudica pelo menos mais da metade da população brasileira.

Por isso, eu quero parabenizar essas guerreiras aqui, que, apesar de serem vítimas, resolveram não ter pena de si. Vamos lutar para que as próximas tenham o diagnóstico mais precoce ainda e que tenham tratamento. A gente é mulher de fé, e por isso a gente está aqui. Eu quero dizer que não acataram as nossas emendas, não, mas...

Vejam como é o poder daqui. Aqui criam uma pensão vitalícia... Ali, uma MP que vai dar pensão vitalícia para a síndrome do zika vírus, mas botaram data: só quem nasceu de 2005 até 2018. Aí a gente conseguiu prorrogar até 2019. Como alguém pode dizer que só quem nasceu... Como se a gente tivesse certeza de que estava erradicado o mosquito da dengue, que transmite o zika, o chikungunya. E esses outros não vão ter direito. De qualquer maneira, eu fui a favor, Carmen, porque isso abre uma jurisprudência, porque vão judicializar. Só porque meu filho nasceu em janeiro de 2020, mesmo que seja com zika vírus, ele não vai ter o mesmo direito? É uma coisa meio difícil de entender para mim, que sou médica, não sou nem jurista, mas para ele deve ser difícil de entender.

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – O que é igual aí, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – O que é igual, entendeu? Só para lembrar. Isso não é motivo para a gente ficar de cabeça baixa, não lutar, não tentar aprovar. Hoje eu já vou lá de novo aprovar o projeto de lei da minha amiga. E é assim que a gente vai lutando e conquistando algo. Não é o ideal, a vida do ser humano não é a coisa mais importante, na grande maioria das vezes, e isso é ruim. Os números, as cifras...

Só para encerrar – porque eu sou Zenaide Maia Calado, mas eu falo demais –, eu queria agora dispensar a Mesa e agradecer a cada um de vocês. Gente, a cada audiência dessas, a gente enriquece com conhecimentos e com os participantes.

Eu quero passar, agora, à deliberação das emendas orçamentárias.

Sim, quero registrar a presença da nossa Daniella Ribeiro, nossa Senadora aqui que chegou. Eu sei que hoje a gente faz tudo correndo, a gente entende isso, mas estão aqui os nossos convidados, que deram uma palestra maravilhosa.

Eu vou passar à deliberação das emendas orçamentárias, aquelas emendas de Comissão.

A Presidência informa que foi aberto o prazo para apresentação das propostas de emenda entre os dias 7 e 15 de outubro. Esgotado o prazo, foram apresentadas 20 sugestões de emendas que se encontram disponíveis às senhoras e aos senhores membros desta Comissão.

Passo à leitura do relatório.

Com base nos arts. 43 a 45 da Resolução de nº 1/2006-CN, esta Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher reúne-se para deliberar sobre as propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020 (PLN 22/2019).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No prazo determinado, foram apresentadas dezenove emendas, todas relativas a contemplar programações orçamentárias para financiar políticas públicas, majoritariamente ao abrigo da concentração material das competências desta Comissão.

Todas as dezenove propostas de emendas foram de apropriação, e nenhuma de remanejamento. Também não foram apresentadas emendas de texto ao projeto de lei. Dentre as propostas de emendas de apropriação, nove são destinadas ao acréscimo de dotações a programações já constantes do projeto, e dez destinam-se à inclusão de novas programações, com os recursos e metas correspondentes, ao abrigo do art. 39 do mesmo diploma normativo.

As emendas estão listadas em quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

Voto da Relatora.

O art. 43 da Resolução nº 1/2006 prevê que as Comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e as Comissões mistas permanentes do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais, possam apresentar emendas ao projeto. Nos termos do §1º do art. 44, faculta-se a cada Comissão a apresentação de até oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

São elegíveis para apresentação de emendas iniciativas alinhadas com as competências regimentais da Comissão, especialmente em benefício de órgãos públicos gestores de políticas públicas no âmbito das competências regimentais do colegiado (art. 43). As emendas têm de ter caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto. Ademais, a justificação da proposta de emenda deve conter elementos de custo, cronograma e financiamento.

Por fim, caso a emenda seja sobre ação que contemple obra, ela deve prever a execução de um único empreendimento, exceto quando contemplar subtítulo constante do projeto de lei. Trata-se de inteligência dos arts. 41, III, e 47, II, da R1/2006-CN, segundo interpretação recorrente do Comitê de Admissibilidade de Emendas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CAE/CMO).

Crerios de apreciação das emendas.

Inicialmente, é preciso evidenciar que as propostas de emendas apresentadas a esta Comissão, essencialmente, englobam as seguintes programações: implantação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres; políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres; prevenção à violência e à criminalidade contra a mulher; promoção e defesa de direitos para todos.

No tocante às propostas que englobam essas programações, consigno que não vislumbro óbices legais ou regimentais para seu acolhimento. Nesses termos, diversificando as propostas, foram selecionadas as seguintes prioridades a serem convertidas em emendas de autoria da Comissão:

1. Sugestão de Emenda nº 18, para implantação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres – nacional, de autoria da Senadora Rose de Freitas, no valor de R\$200 milhões, com ajustes no órgão orçamentário e unidade orçamentária;

2. Sugestão de Emenda nº 16, para políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres – nacional, da Senadora Simone Tebet, com valor de R\$200 milhões;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Sugestão de Emenda nº 12, para prevenção à violência e à criminalidade contra a mulher, de autoria desta Relatora, no valor de R\$100 milhões, com ajuste no descritor da ação, produto e unidade de medida de forma a adequar a meta da emenda ao seu objeto; e

4. Sugestão de Emenda nº 19, para promoção e defesa de direitos para todos, de autoria do Senador Chico Rodrigues, no valor de R\$60 milhões, com ajuste no produto e unidade de medida de forma a adequar a meta da emenda ao seu objeto.

Não foi proposta emenda de texto.

Eu queria explicar o seguinte: quase todo mundo botou a Casa da Mulher Brasileira, e a gente pegou e juntou. Como só são quatro propostas, no fim – sempre é assim em Comissão –, vamos ver quem tem mais influência no Orçamento, porque, nos quatro anos em que eu fui Senadora, conseguimos alguma? Em quatro anos de Deputada... A gente bota, mas não é fácil, certo?

Emendas de remanejamento à programação orçamentária – a gente só não botou de remanejamento. Não foi proposta emenda de remanejamento à programação orçamentária.

Conclusão.

Consideramos, assim, que a distribuição das emendas aprovadas leva a intervenção da Comissão ao máximo possível da sua área regimental de atuação, segundo o interesse dos Parlamentares do Colegiado, evidenciado pelo número de emendas apresentadas a cada finalidade. Como maior finalidade dessas emendas, todo mundo colocou a Casa da Mulher Brasileira, quer dizer, as regras são essas. Por essa razão, votamos pela aprovação do parecer nos termos aqui apresentados.

Em razão de todo o exposto, instruímos pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Apropriação nºs 12, 16, 18 e 19.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2019.

Senadora Zenaide Maia.

Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Parlamentares e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Há sobre a mesa requerimentos de audiência públicas, os de nºs 11 a 18.

3ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER Nº 11, DE 2019
- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer informações ao "Observatório da Mulher Contra a Violência" do Senado Federal, para identificar, caracterizar e compreender as percepções sobre a violência contra mulher nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Autoria: Deputada Flávia Moraes (PDT/).

**3ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 2**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER Nº 12, DE 2019**

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para debater as causas da violência contra a mulher no Centro Oeste, bem como possíveis soluções para a questão.

Autoria: Deputada Flávia Moraes (PDT/).

**3ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 3**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER Nº 13, DE 2019**

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a Resolução 2.232 do Conselho Federal de Medicina de 17/07/2019.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN).

**3ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 4**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER Nº 14, DE 2019**

- Não terminativo -

Requer realização de audiências públicas para debater o tráfico e a exploração sexual de mulheres.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF).

**3ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 5**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER Nº 15, DE 2019**

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer audiência pública para discutir a Resolução 2.232 do Conselho Federal de Medicina, de 17/07/2019, que prevê exceção ao direito de recusa terapêutica por mulheres gestantes, que passam a ter seu direito de recusa condicionado à análise do médico “na perspectiva do binômio mãe/feto, podendo o ato de vontade da mãe caracterizar abuso de direito dela em relação ao feto”.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN).

**3ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 6**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER Nº 16, DE 2019**

- Não terminativo -

Requer a criação de um Plano de Monitoramento dos dados sobre a violência contra a mulher no Brasil.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN).

**3ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 7**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER Nº 17, DE 2019**

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a violência sexual cometida contra meninas e mulheres - com o tema: "As Mulheres e a Violência Sexual".

Autoria: Deputada Luizianne Lins (PT/).

**3ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 8**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER Nº 18, DE 2019**

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para discutir a violência estrutural.

Autoria: Deputada Luizianne Lins (PT/).

Quero pedir a votação em globo dos requerimentos.

Os Parlamentares e as Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovados.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e da ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares e as Sras. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovadas as atas, que serão encaminhadas para a publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada pela presença.

Quero dizer outra coisa, gente: vamos preencher as vagas! Daniella, ajude-nos a preencher as vagas. Em um momento de tanta violência, esta é uma Comissão de uma importância fundamental.

Não tem nada ser homem, não; vamos botar eles por elas!



(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PROS - RN) – Vamos pedir. O.k.!

(Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 40 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

